

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Os usos da Antiguidade clássica na elaboração dos conceitos de barbárie e  
civilização na obra *Os Sertões*

Dissertação apresentada como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestre  
do Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade do Rio Grande  
do Sul, sob a orientação do Prof. Dr.  
Anderson Zalewski Vargas

**Rafael Vicente Kunst**

Porto Alegre, junho de 2012

Rafael Vicente Kunst

Os usos da Antiguidade clássica na elaboração dos conceitos de barbárie e  
civilização na obra *Os Sertões*

Dissertação apresentada como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestre  
do Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade do Rio Grande  
do Sul, sob a orientação do Prof. Dr.  
Anderson Zalewski Vargas

Dissertação defendida em 22 de junho de 2012

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas – UFRGS  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes – PUC-RS

---

Prof. Dra. Gínia Maria Gomes – UFRGS

---

Prof. Dr. Berthold Zilly – UFSC

## **Agradecimentos**

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro que auxiliou a elaboração e divulgação dessa pesquisa em uma série de eventos acadêmicos.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas, por todos os ensinamentos e apoio, desde o começo da minha formação acadêmica.

Devo agradecimentos também aos membros da banca examinadora: Prof. Dra. Gínia Maria Gomes, que me auxiliou com textos e com sua avaliação na banca de qualificação; Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes, que me ajudou como professor em uma disciplina do PPGH e sempre se dispôs a conversar sobre o nosso “amigo Euclides”; Prof. Dr. Berthold Zilly, que, além de ter aceitado prontamente participar dessa banca, auxiliou-me com seus textos que tanto tiveram influência nesta pesquisa.

Agradeço muitíssimo a minha mãe, Maria Eva, por toda a torcida e dedicação que possibilitaram a realização desse trabalho.

Agradeço aos colegas da História Antiga (pura ou misturada) pelas ideias e sugestões: Denis, Lyvia, Tiago, Michele e Guilherme. Agradecimentos também a todos os amigos pela torcida e pelos bons momentos que mantiveram minha saúde mental durante esse período, em especial: Helena, Diego, Dúnia, Alexandra, Marjorie, Alessandro, Paula e o triunvirato Schulz.

Entre amigos e colegas, destaco os companheiros da Zalewski Special Force: Débora, que, mesmo que eu não quisesse, me ensinou muita coisa sobre Hobbes, além de sempre se dispor a ler e avaliar todos os meus textos, independente de seus compromissos; e Marcello, consultor para questões técnicas ABNT e especialista em história romana. Eu não tenho a menor dúvida de que sem eles eu não teria nem mesmo me inscrito na seleção de Mestrado.

## **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo analisar como e por quais motivos a Antiguidade clássica é utilizada na elaboração dos conceitos de barbárie e civilização na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Através dos estudos da retórica e da teoria da recepção, investigo quais são as fontes do autor para a elaboração dessas referências e como elas são lidas e significadas pelo autor. Ao final, interpreto a elaboração peculiar das noções de bárbaro e civilizado presentes na obra a partir dessa vinculação entre seus conhecimentos sobre o Mundo antigo e sua observação sobre o conflito de Canudos.

Palavras-chave: *Os Sertões*; Euclides da Cunha; recepção.

## **Abstract**

This work aims to analyze how and for what reasons the Classical Antiquity is used in the elaboration of the concepts of barbarism and civilization in *Os Sertões*, by Euclides da Cunha. Based in studies of rhetoric and reception theory, I investigate what are the sources by the author in preparing these references and how they are read and the author meant. At the end, I interpret the development of the peculiar notions of barbarian and civilized present in Cunha's book using the link between their knowledge of the Ancient World and your observation about the conflict in Canudos.

Keywords: *Os Sertões*; Euclides da Cunha; reception.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo I – A escrita da história n’ <i>Os Sertões</i> .....</b>	<b>20</b>
I. 1 – As funções da história n’ <i>Os Sertões</i> .....	23
I. 2 – O tempo evolutivo e os ciclos da História .....	34
<b>Capítulo II – Entre singularíssimos civilizados e semibárbaros .....</b>	<b>40</b>
II. 1 – Relações entre as noções de barbárie e civilização .....	40
II. 2 – Os crimes da civilização em <i>Os Sertões</i> .....	58
II. 3 – O bárbaro do sertão – incompreensível e admirável inimigo .....	67
II. 4 – <i>Os Sertões</i> : a história e os rumos da civilização .....	73
<b>Capítulo III – Hércules-Quasímodo: mito e tragédia n’ <i>Os Sertões</i> .....</b>	<b>76</b>
III. 1 – O Hércules-Quasímodo do sertão .....	77
III. 1. a) O Quasímodo .....	81
III. 1. b) Hércules .....	89
III. 1. c) Entre o grotesco Hércules e o sublime Quasímodo .....	99
III. 2 – Metáforas da Antiguidade: o sertanejo e outros seres mitológicos .....	102
III. 2. a) Anteu sertanejo – o bárbaro e sua terra .....	106
III. 2. b) O Minotauro no labirinto do sertão .....	111
III. 2. c) Antepassado da civilização: o titã acobreado .....	115
III. 2. d) Centauro bronco – um cavaleiro bárbaro .....	119
III. 3 – Um auditório voltado à Antiguidade .....	121
<b>Capítulo IV – O surdo tropear de bárbaros: conflitos entre barbárie e civilização ..</b>	<b>126</b>
IV. 1 – Encontros entre passado e presente .....	128
IV. 2 – As teias da recepção .....	136
IV. 3 – Teutoburgo, Canudos e o medo das hordas bárbaras .....	144
IV. 4 – Os romanos em Cartago: um exemplo de como converter a barbárie .....	152
IV. 5 – Antônio Conselheiro e Montano – a recepção da obra de E. Renan .....	157
<b>Conclusão .....</b>	<b>165</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>172</b>

## Introdução

No início da minha formação acadêmica, meus interesses estavam voltados para o estudo da Antiguidade, com uma curiosidade especial sobre os povos bárbaros que interagiam com o Império romano. Durante a segunda metade desse período, integrei um grupo de estudos, orientado pelo professor Anderson Zalewski Vargas, sobre *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que tinha como proposta verificar as influências de diferentes elementos do Mundo antigo nessa obra. Ao longo dessa leitura, lembrava constantemente de textos que comentavam batalhas do exército romano e as descrições que esses faziam de seus inimigos. As passagens que reviviam tais conhecimentos referiam-se principalmente aos conflitos entre a barbárie e a civilização, que logo percebi ser o foco da atenção do autor. Trechos da narrativa do conflito entre conselheiristas e o Exército brasileiro citam diretamente lutas entre as legiões romanas e os bárbaros da Antiguidade. Essa aproximação originou o questionamento central dessa pesquisa: como e por quais motivos Euclides da Cunha recorreu com tanta frequência as suas leituras sobre os antigos para apresentar suas concepções sobre barbárie e civilização n'*Os Sertões*? Esses dois conceitos carregam peculiaridades provenientes da própria formação do autor e de suas posições sobre a sociedade em que vivia.

### Euclides da Cunha e a jovem República do Brasil

Durante sua formação, em 1883, Euclides tem aulas de matemática com Benjamin Constant, uma das personalidades mais importantes no movimento republicano e nas ações que culminaram na Proclamação da República. Segundo Luiz Costa Lima, esse clima político teve influência direta na formação política e intelectual do jovem:

[...] o jovem Euclides convivia com a propaganda republicana e abolicionista, devendo criar em si as simpatias políticas que dentro de pouco tempo o enredariam. Faria então parte da pequena parcela da massa urbana, limitada aos jovens expostos e motiváveis pela veemência dos artigos inflamados dos republicanos e à influência dos mestres admirados.<sup>1</sup>

A juventude urbana, principalmente sua parte com maior ligação com o setor militar, tornou-se grande defensora dos ideais republicanos e abolicionistas, ligando-se aos

---

<sup>1</sup> LIMA, Luiz Costa. *Euclides da Cunha: contrastes e confrontos do Brasil*. Rio de Janeiro: CONTRAPONTO / PETROBRAS, 2000, p.7.

chefes militares de destaque, como Deodoro da Fonseca e B. Constant<sup>2</sup>, que pregavam maior influência do Exército na política do país. A ligação de Euclides com o movimento republicano aumentou com seu ingresso na Escola Militar em 1886, onde além de ter aulas novamente com Constant, entra em contato direto com a “mocidade militar”, um dos focos militares mais radicais politicamente<sup>3</sup>. Ainda na sua juventude, o autor escreveu uma poesia onde declarava abertamente seu posicionamento político:

Eu sou republicano... no meu peito  
O coração que bate foi talhado  
Às lutas do Porvir e destinado  
A se brunir nas flamas do Direito!...

(...)  
Que o neguem muito embora os vis Narcisos  
- Hipócritas jograis e tantos, tantos  
Que têm o coração cheio de prantos  
E o róseo lábio a desfazer-se em risos!...

(...)  
Ah!... brado altivo em frente dos hilotas\*:  
- A cáfila dos reis – sangrenta, fria –  
Estúpida – cruel – letal – sombria  
É muito indina p’ra engraxar-me as botas...<sup>4</sup>

Com um tom franco e direto, Euclides confirma não só sua simpatia, mas mesmo uma defesa fervorosa do republicanismo. Além de firmar sua posição, critica os indivíduos que considera hipócritas e covardes, pois, mesmo sofrendo diante da “tirania” monárquica, calavam-se e escondiam sua indignação. Portanto, para ele não bastava a indignação, a crítica velada – para ser um verdadeiro republicano, era preciso protestar abertamente contra a Coroa brasileira. Ao final, ele ataca os seguidores fieis à monarquia, comparando-os a servos dos espartanos da Grécia Antiga. Percebe-se então que, desde sua juventude, Euclides tinha uma escrita firme e combativa, defendendo apaixonadamente suas verdades. Além disso, essa poesia denuncia a influência e o conhecimento sobre elementos da Antiguidade clássica desde seus primeiros textos.

---

<sup>2</sup> A estreita relação entre Constant e os jovens militares ligados ao republicanismo foi longamente analisada por Celso Castro. Em sua obra, o autor afirma que a “*mocidade militar*” teria sido envolvida de tal forma pelo clima de contestação contra a Monarquia, que praticamente impôs a Constant que a liderasse em seu movimento. In: CASTRO, Celso. *Os militares e a República – um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p.172.

<sup>3</sup> Sua participação ativa na Questão Militar (1886-87) e sua influência direta na decisão de B. Constant e Deodoro da Fonseca na elaboração do golpe militar que levou à Proclamação da República fizeram da mocidade militar uma das principais forças republicanas do período, segundo Celso Castro. In: *Ibidem*.

<sup>4</sup> CUNHA, Euclides da. *Eu sou republicano...* In: BERNUCCI, Leopoldo M.; HARDMAN, Francisco Foot (orgs.). *Poesia reunida / Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 155-57. \*Hilotas: servos de Esparta na Antiguidade.

A vitória do movimento republicano em 1889 não representou o apaziguamento do intelectual. O primeiro presidente, o militar Deodoro da Fonseca, enfrentou uma série de problemas e resistências contra seu governo, sendo criticado como autoritário e centralizador. Em 1891 Floriano Peixoto assumiu a presidência, tendo que controlar uma série de revoltas no país. A brutalidade que marcou a repressão a esses movimentos foi vista por Euclides da Cunha como uma falta grave do governo. A decisão do presidente de fuzilar os apoiadores da Revolta levou-o a publicar artigos com duras críticas às decisões do presidente. A instabilidade dos primeiros anos da jovem República o decepcionou profundamente, fazendo-o perceber que a simples troca de regime político não significava o progresso do país. Os antigos exemplos políticos mostraram-se simples indivíduos ambicionando o poder, os funcionários do Estado continuavam “vis Narcisos” agradando hipocritamente os donos do poder. Em carta ao seu pai, ainda em 1890, Euclides já desconfiava do “desmoralizado regime da especulação desensofrida”, em que muitos pensavam em diversas questões, “menos na Pátria”. Resignado diante de seu diagnóstico político, decide se afastar temporariamente das “ligações políticas que começava a ter”: “(...) estudarei, tratarei de formar melhor o meu espírito e o meu coração e mais tarde, passada essa febre egoística e ruim que parece alucinar a todos, (...)”<sup>5</sup>.

Sua desilusão com a política e os rumos que o país tomava manteve-se ao longo do tempo. Em carta a um amigo, João Luís, Euclides explica que estava afastado dos conflitos políticos que, na sua visão, dominavam o país. Isentara-se daquela “luta pela vida” que, segundo, lembrava, “pela ferocidade e pelo bárbaro egoísmo – a agitação da idade das Cavernas”. Aqueles republicanos, que viviam no centro da civilização brasileira, comportavam-se como bárbaros, regrediam à Pré-História. Nessa carta, como na poesia anteriormente citada, as referências ao passado da civilização parecem ser uma das estratégias mais eficazes para o autor traçar suas críticas. A alusão ao tempo das Cavernas continua naquela carta, com forte tom irônico: “Estou entre trogloditas que vestem sobrecasacas, usam cartola e lêem Stuart Mill e Spencer – com a agravante de usarem armas mais perigosas e cortantes que os machados de Sílex ou rudes punhais de pedras lascadas”<sup>6</sup>. Mesmo que tivessem lido grandes obras do centro da civilização e se vestissem como uma típica elite intelectual urbana, carregavam ambição, egoísmo e imoralidade que seriam características bárbaras.

---

<sup>5</sup> Idem. Rio, 14 de junho de 1890. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondências de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da USP, 1997, p.30.

<sup>6</sup> Idem. São Paulo, 9 de outubro de 1895. In: *Ibidem*, p.86-87.



Enquanto Euclides da Cunha consolidava sua vida em São Paulo, já afastado definitivamente da carreira militar, iniciava-se no sertão baiano a Guerra de Canudos. Entre novembro de 1896 e outubro de 1897, sertanejos liderados pela estranha figura de Antônio Conselheiro entraram em conflito primeiramente contra as autoridades locais, para posteriormente enfrentarem as forças federais. As duas primeiras forças policiais organizadas e enviadas pelo estado baiano contra Canudos foram repelidas antes mesmo de atacar o arraial. Em fevereiro de 1897 a primeira expedição regular, liderada por Moreira César, parte da Capital do país com o objetivo de aniquilar a revolta dos conselheiristas. O que deveria ser uma vitória simples e sem grandes obstáculos, mostrou-se uma campanha repleta de erros estratégicos e terminou com uma invasão frustrada ao arraial, desarticulada com a morte do seu comandante. Após essa derrota, a situação do conflito adquiriu grande repercussão no país.

Boatos de conspirações monarquistas espalham-se nas grandes cidades, nos jornais era tido como comprovado o ideal monarquista por trás da revolta do grupo de Antônio Conselheiro. De sertanejos miseráveis, os conselheiristas passam a ser vistos como uma ameaça à sobrevivência da República. Em um artigo de jornal intitulado *Nossa Vendéia*, Euclides da Cunha compara os rebeldes brasileiros com camponeses da Bretanha que se revoltaram contra a derrubada da monarquia e a instauração da República Francesa<sup>7</sup>. Esse texto exemplifica a visão dominante da elite intelectual brasileira sobre o conflito de Canudos neste momento. Em nova carta ao seu amigo João Luís, em março de 1897, o autor relaciona o fracasso da Expedição Moreira César as suas afirmações já expostas sobre a política brasileira daquele momento:

Creio que como eu estás ainda sob a pressão do deplorável revés de Canudos aonde a nossa República tão heróica e tão forte curvou a cerviz ante uma horda desordenada de fanáticos maltrapilhos...

Que imensa, que dolorosa, que profunda e esmagadora vergonha, meu caro João Luís!

O nosso belo ideal político – estes fatos o dizem eloqüentemente – continua assim sacrificada pelos *políticos* tontos egoístas que nos governam.<sup>8</sup>

Aos sertanejos, por enquanto, coube o papel de uma horda de fanáticos inimiga da República – mais um obstáculo para o país, além do egoísmo e barbárie de seus

---

<sup>7</sup> Artigo publicado em duas edições no jornal *Estado de São Paulo*, em 14 de março e 17 de julho de 1897. Disponível em: Idem. *Canudos e outros temas*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1994, p. 67-77.

<sup>8</sup> Idem. São Paulo, 14 de março de 1897. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (orgs.). Op. Cit., p.103.

governantes. A irrupção daquela revolta e a incompetência para reprimi-la foram simplesmente mais evidências de que os “trogloditas de sobrecasacas” sujavam o “belo ideal” republicano. Nesta passagem fica claro que, por mais que o autor estivesse decepcionado com a República instaurada no país, seus ideais republicanos continuavam firmes – da mesma forma que, como veremos adiante, a sua fé no progresso da civilização não o impediu de denunciar os crimes cometidos pelos civilizados.

No contexto de fervor republicano provocado com a derrota de Moreira César foi organizada a última expedição contra os sertanejos. Batalhões de diversas regiões do país foram reunidos em Salvador para lutar pelo que muitos consideravam ser a “defesa da República”. Dispondo de numerosa força, chegando a dez mil soldados, a expedição conseguiu cercar os revoltosos e, depois de forte resistência, Canudos foi destruída e seus últimos defensores esmagados. Até o último momento, o Exército enfrentou obstinada resistência de alguns sertanejos. Em *Os Sertões*, Euclides expõe seu espanto diante da crueldade do Exército e da obstinação dos sertanejos: “Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, [...], quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram”<sup>9</sup>. Como expus anteriormente, Euclides da Cunha era completamente favorável à derrota daqueles “conspiradores monárquicos”. Como possuía relações com o jornal *O Estado de São Paulo*, foi enviado por este em agosto de 1897 como “correspondente de guerra” para o cenário do conflito, com a função de atualizar seus leitores com as notícias do *front*, devendo informá-los da vitória que era vista como garantida.

Logo que o então jornalista coletou os primeiros relatos de militares que retornavam do conflito, verificou diversos questionamentos sobre a possível influência conspiratória entre os sertanejos<sup>10</sup>. No período em que acompanhou os últimos passos do ataque a Canudos, Euclides escreveu uma série de textos que posteriormente ficariam conhecidos como *Diário de Expedição*, onde anotou suas primeiras impressões sobre a campanha, colhendo informações entre militares, prisioneiros do conflito e habitantes da região. Ao longo destes textos, é marcante o espanto do autor diante da resistência conselheirista, questionando constantemente como aqueles indivíduos, evidentemente bárbaros para ele, possuíam tanta bravura diante de uma derrota evidente. Essa questão tornou-se a grande

---

<sup>9</sup> Idem. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p.778.

<sup>10</sup> As declarações de militares sobre essa questão foram descritas no *Diário de uma Expedição* de Euclides, escrito durante sua trajetória entre Salvador e Canudos. Referência em: Idem. *Canudos – diário de uma expedição*. In: Idem. Euclides da Cunha – Obra completa. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995, p. 550.

motivação para a elaboração de *Os Sertões*, onde se esforçou para compreender como se desenvolveu aquele “incompreensível e bárbaro inimigo”<sup>11</sup>.

Compreender e preservar as memórias da sociedade sertaneja e do crime cometido contra ela eram os objetivos da obra máxima de Euclides da Cunha, pois após sua experiência no sertão baiano, além de convencê-lo sobre as qualidades daqueles bárbaros, também reforçou a visão negativa que tinha dos caminhos que a jovem República brasileira tomava. Era necessário assumir uma postura combativa, tal como na poesia de sua juventude, *Eu sou um republicano...* De certa forma, denunciar os crimes cometidos em Canudos era denunciar também os desvios contra a República que o autor idealizava. Naqueles sertanejos que anteriormente eram considerados inimigos, Euclides percebeu (evidentemente, essas qualidades foram supervalorizadas na idealização feita pelo autor) algo que buscava na sociedade civilizada em que vivia – honestidade, solidariedade e valentia. Assim se apresenta uma das maiores questões envolvendo a escrita de *Os Sertões* – como os conceitos de barbárie e civilização são construídos ao longo da obra, destacando suas singularidades, ao mesmo tempo em que as insere num contexto mais amplo – a história da luta entre esses dois elementos.

### **Barbárie, civilização e a Antiguidade clássica**

Evidentemente, as relações entre barbárie e civilização em *Os Sertões* não são pautadas unicamente pelo uso de elementos da Antiguidade. Entretanto, como pretendo demonstrar ao longo da minha análise, esses fatores são peças fundamentais, sem as quais seria impossível compreender a complexidade conferida a essas duas noções centrais. Através das diversas referências à História antiga – acontecimentos, personagens, lugares, cultura – Euclides da Cunha apresenta sua visão peculiar sobre a barbárie sertaneja e sobre a civilização do litoral brasileiro.

No decorrer da breve exposição traçada anteriormente sobre a trajetória do autor, podemos destacar pelo menos três referências a elementos de uma História distante – ambos utilizados para criticar a situação política do país. Um deles faz referência à “era das Cavernas”, comparando os egoístas políticos dos primeiros dias da República com homens da Pré-História. As outras duas utilizações se referem à Grécia Antiga, encontradas na citada poesia *Eu sou republicano...* – a primeira é feita através de Narciso, figura da mitologia grega, criticando os indivíduos que eram oprimidos pela Monarquia, mas

---

<sup>11</sup> Ibidem, p. 588.

mantinham uma outra imagem para que não desagradassem a Coroa; a segunda é apresentada na denominação dos simpatizantes monárquicos como hilotas, servos da antiga cidade espartana. A partir dessas duas últimas referências, é possível perceber que Euclides tinha um conhecimento bem estabelecido sobre a Antiguidade clássica. Devido à idade que tinha quando escreveu aquela poesia, é muito provável que esses saberes tenham sido provenientes de sua formação escolar ainda anterior ao curso da Escola Militar. Os termos “Narcisos” e “hilotas” funcionam como uma denominação que direciona a leitura para sentidos exteriores aos tratados ao longo do texto, conferindo assim novos significados para esse. Por exemplo, ao invés de simplesmente se referir aos monarquistas como servos, o autor os chama de hilotas – assim, além de criticar aqueles indivíduos, também compara o Estado brasileiro a Esparta, conhecida pelo rigor com que tratava seus servos e escravos.

Para expor de forma mais abrangente os conhecimentos de Euclides da Cunha sobre a Antiguidade clássica, cito a seguir outras duas poesias do autor: *Cristo*, provavelmente escrita em 1887 (mas não publicada); e *Césares e czares*, publicada no *Jornal do Comércio* em 1888. A primeira é praticamente uma análise histórica sobre o Império Romano antes do surgimento de Jesus Cristo. Selecionei três estrofes deste longo texto:

Era uma idade atroz... forte e grandiosa  
Agitando convulsa a majestosa  
E cintilante coma  
Nas ruínas das nações se erguia Roma...  
Sangrenta e má – das raças enervadas  
Das velhas raças de remota história –  
Afogando a existência, a vida e a Glória  
Num dilúvio flamívomo de espadas...

[...]  
Nos corações as recalçadas penas  
Premiam – sem um só gemido... apenas  
Numa loucura brava  
O Parta – palmo a palmo – recuava  
No terreno sagrado de seus pais  
Tombavam – como o raio – fulminando –  
E morriam as armas agitando  
Como sabem morrer os imortais!...

Foi nessa Idade atroz e má, repleta  
De crimes, que Jesus incruento atleta  
Ergueu como uma aurora  
Por entre a multidão a frente loura...<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Idem. *Cristo*. In: BERNUCCI, Leopoldo M.; HARDMAN, Francisco Foot (orgs.). Op. Cit., p.353-60.

Ao longo de muitos versos, o autor traça a história das conquistas romanas em diversos territórios. Cinzas de “uma existência luminosa e vasta” de tempos gloriosos da conquista de Cartago, o Império de Roma foi responsável por espalhar violência e tirania por diversas regiões do mundo. Primeiramente, a morte de uma Grécia “de heróis” é enfatizada, lamentando a escravização dessa pelos romanos. Posteriormente, são citadas as conquistas da Gália, do Egito e da Ibéria. Os imperadores romanos são descritos como cruéis e tiranos que dominavam Roma de acordo com suas vontades. Ao final, surge a figura de Jesus Cristo como um salvador, o responsável por livrar a humanidade de seus pecados, segundo a tradição cristã, mas também de acabar com os males promovidos por Roma. Numa perspectiva muito mais histórica do que religiosa, Euclides demonstra um vastíssimo conhecimento sobre a história da Roma Antiga, articulando suas leituras na construção de um cenário dramático pré-Cristo. Nessa poesia não há nenhuma referência direta ao contexto histórico do autor, mas seu repúdio contra a opressão romana apresenta evidente relação com seu posicionamento político contrário à Monarquia. Além disso, aproveitou essa citação para apresentar um dos mais interessantes usos da Antiguidade feitos pelo intelectual em *Os Sertões*. Em certo momento da luta entre conselheiristas e a quarta expedição, os primeiros são obrigados a recuar, mas o fazem “fugindo e trucidando como os partas”. Com a passagem encontrada na poesia citada, podemos observar que a comparação elaborada posteriormente na sua obra máxima não é por acaso – o autor possuía efetivamente não só um conhecimento bem estabelecido sobre aquele povo da Antiguidade, mas uma opinião, uma aparente simpatia por eles.

Ao contrário da poesia anterior, *Césares e czares* relaciona diretamente a Antiguidade romana com outro contexto histórico, a Rússia do século XVI, tendo como objeto central mais uma vez os horrores causados pela tirania:

Os césares cruéis,  
Quando deixam da história a cena giganteia  
Conservam geralmente a *linha* dos atores,  
Que embora tenham tido espantosos papéis,  
Nos quais dura se alteia  
A desgraça espalhando angústias e terrores,  
Querem que os acompanhe o aplauso da platéia...

[...]

César trucidou a Gália  
E a Síria e o Egito e a Ibéria... À indômita ambição  
Não lhe basta, porém, o Império vitorioso...  
[...]

Ivã subjuga e prende

Ao carro triunfador os povos de dous mundos.  
Reina, impera – é o Czar! Sua terrível glória  
Do pólo enregelado ao Cáucaso se estende  
[...]<sup>13</sup>

A relação histórica elaborada utiliza duas temporalidades anteriores ao contexto do autor: a ascensão de Júlio César em Roma e o governo de Ivan, o Terrível. Novamente, Euclides demonstra não só seu domínio sobre o saber histórico, mas também seu posicionamento – não há neutralidade nesta escrita (nem deveríamos esperar tal postura, já que está é uma escrita poética). O autor torna-se o juiz dos acontecimentos do passado, apresentando-os de acordo com sua empatia com os personagens da História. Entretanto, ao ler a passagem acima citada, devemos nos fazer uma pergunta essencial: quais são os motivos da comparação construída entre Júlio César e Ivan IV? Primeiramente, é preciso destacar que não havia nenhuma conexão direta entre ambos; além disso, para que pudesse estabelecer seus ataques tanto contra o antigo romano, quanto contra o czar russo, Euclides não foi obrigado a utilizar tal comparação. Mesmo que essa fosse considerada a melhor opção, nossa análise deve seguir com outra questão: porque relacionar Ivan a César, e não outro governante romano, ou ainda outro monarca europeu?

Responder a essas questões é tarefa extremamente complexa, pois envolve a investigação de uma série de fatores que geralmente não são claros. Como argumentei anteriormente, em diversos trechos d'*Os Sertões*, Euclides da Cunha utiliza elementos da Antiguidade clássica para elaborar suas definições de barbárie e civilização. Entretanto, o autor não expõe uma justificativa de porque as utilizou, muito menos porque foi escolhido comparar os militares a determinado povo e não a outro. Essas relações são escolhas argumentativas do autor, baseada em seu julgamento tanto sobre as questões que domina da História Antiga, quanto seus juízos sobre os próprios eventos narrados. Sendo assim, referir-se aos partos e não aos antigos gauleses para tratar da tática sertaneja foi uma escolha, mas de forma alguma arbitrária. Se há diversas vias de compreender a visão de Euclides sobre os sertanejos, sobre os civilizados litorâneos do Brasil e sobre o conflito de Canudos, o mesmo não ocorre quando tentamos analisar seu posicionamento diante de suas leituras sobre a Antiguidade. Para realizar essa análise, é preciso realizar uma pesquisa sobre como essas leituras chegaram ao autor e quais fatores teriam influenciado a recepção dessas leituras. Em linhas gerais, seria preciso descobrir, por exemplo, qual foi sua fonte para conhecer os costumes e a história dos partos – em obras de autores clássicos,

---

<sup>13</sup> Idem. *Césares e czares*. In: *Ibidem*, p. 239-41.

historiadores modernos (nesse caso, qual seria o contexto histórico desses), aulas na escola ou ainda em algum discurso ou panfleto político. E principalmente: como o autor relacionou as informações que recebia com a sua realidade, suas experiências e suas leituras precedentes?

### **Procedimentos metodológicos e instrumentos teóricos**

Investigar quais foram as fontes e como Euclides da Cunha recebeu e interpretou as informações sobre a Antiguidade clássica, incorporadas a sua bagagem intelectual: essa é a única maneira de compreender porque e com quais sentidos o autor as utilizou para construir suas concepções de barbárie e civilização. Entretanto, essa é uma tarefa complexa, pois diferente de muitos intelectuais dos tempos atuais, Euclides dificilmente fazia referências a autores ou obras de forma direta. N' *Os Sertões*, são raras as citações de filósofos, historiadores e intelectuais que influenciaram diretamente a obra. Outro caminho para descobrir as possíveis fontes do autor sobre a Antiguidade é pesquisar em seus outros trabalhos, e mesmo em sua correspondência, citações de autores e obras sobre o assunto. Além disso, é importante avaliar quais eram as leituras de outros intelectuais contemporâneos de Euclides, para completar esse “mapeamento de leitura”. Entretanto, mesmo com essas informações, não há como afirmar com segurança que essas tiveram reflexo na escrita d' *Os Sertões*.

Por exemplo, em uma carta enviada ao seu amigo Oliveira Lima em 1909, o autor faz duas citações relevantes a autores antigos – Platão e Aristóteles<sup>14</sup>. O primeiro tem sua célebre alegoria do “*mito da caverna*”, apresentada no livro V de sua obra *República*, utilizada para definir o estado de espírito em que estava o remetente: “[...] Andei perdido, dentro da Caverna de Platão... Conhece com certeza a alegoria daquele máximo sonhador – de sorte que bem pode avaliar os riscos que passei”. Diante dessa utilização, podemos pressupor que há grandes chances que o autor tenha lido a obra de Platão. Entretanto, há a possibilidade de tal leitura ter sido feita a partir de outro texto que tenha citado a famosa passagem platônica. O mesmo pode ser dito da referência a Aristóteles feita na mesma carta. Ao justificar sua decepção após a leitura de alguma obra de Immanuel Kant (não determinada na carta), o filósofo grego é citado: “A minha opinião de bugre é esta: o famoso solitário de Königsberg, diante do qual ainda hoje se ajoelha a metade da Europa pensante, é apenas um Aristóteles estragado”. Para desenvolver essa opinião, é bastante

---

<sup>14</sup> Idem. Rio, 05 de maio de 1909. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (orgs.). Op. Cit., p.405-06.

provável que Euclides tenha lido e apreciado a obra de Aristóteles. Entretanto, não há referência a alguma obra específica, ou como ele entrou em contato com tais textos antigos.

Encontramos ainda, elementos antigos utilizados indiretamente, percebidos apenas através da interpretação aguçada dos argumentos euclidianos. Se há uma comparação direta entre sertanejos e partos na obra, o mesmo não ocorre em relação aos finos traços que conectam os sertanejos aos povos germânicos que lutaram contra a Roma Antiga em diversas ocasiões. Esses argumentos são percebidos subliminarmente, em pontos isolados da obra. Como analiso no capítulo final desta pesquisa, há diversas semelhanças entre as descrições sobre os sertanejos, apresentadas principalmente na sessão *O homem*, e o modo como alguns autores romanos definiam seus vizinhos germanos. A possibilidade de haver uma influência dessas definições dos bárbaros antigos sobre a maneira como os sertanejos são apresentados é fortalecida quando Euclides compara Moreira César, chefe da terceira expedição contra Canudos, com o antigo general romano Varo, que teve suas tropas derrotadas por grupos germanos na floresta de Teutoburgo: “As gentes alucinadas ouviam um surdo tropear de bárbaros... Os batalhões de Moreira César eram as legiões de Varo...”<sup>15</sup>. Devido a essas linhas argumentativas quase invisíveis tecidas entre os antigos e os objetos da narrativa euclidiana, é necessário elaborar uma leitura detalhada desta, buscando desvendar diversos dos possíveis sentidos desenvolvidos em cada uma de suas argumentações.

Dessa forma, resumo minhas reflexões teóricas para essa empreitada em dois pontos: a análise dos argumentos tecidos pelo autor, principalmente suas numerosas metáforas, através do uso dos estudos sobre a retórica; a investigação do processo de leitura e significação dos clássicos, utilizando alguns elementos da teoria da recepção. Para evitar a elaboração de um momento em que eu apresentaria isoladamente esses pressupostos da minha pesquisa, preferi expô-los ao longo das minhas análises centrais, uma vez que o objetivo de qualquer instrumento teórico é auxiliar a observação do objeto. Entretanto, apresento a seguir breves definições desses referenciais;

#### *a) Os domínios da Retórica*

Para apresentar a definição que utilizo da Retórica, cito a obra de Olivier Reboul:

Eis, pois, a definição que propomos: retórica é a arte de persuadir pelo discurso. Por discurso entendemos toda produção verbal, escrita ou oral, constituída por uma frase ou por uma sequência de frases, que tenha

---

<sup>15</sup> Idem. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p.508.



começo e fim e apresente certa unidade de sentido. [...]. Conforme nossa definição, a retórica não é aplicável a todos os discursos, mas somente àqueles que visam a persuadir.<sup>16</sup>

Apesar de simples, essa definição expõe claramente de que se trata a Retórica: persuadir. Porém, há uma série de condições para que haja persuasão. A primeira refere-se ao seu instrumento: os argumentos. Vejamos a definição de Chaim Perelman, um dos maiores intelectuais que discutem a teoria da argumentação e o estabelecimento da Nova Retórica, sobre este termo: “Pois toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual”<sup>17</sup>. Evidentemente, para que exista a necessidade de adesão, e de argumentação, por consequência, é preciso que não se tenha concordância sobre determinada questão. Seria ilusório acreditar que existam verdades universais, que por sua simples enunciação haveria aceitação incontestável de qualquer indivíduo em qualquer época. Como tais “milagres enunciativos” são fantasias, o modo como cada afirmativa é expressa condiciona sua compreensão e aceitação: “Tal atitude resulta da ilusão, muito difundida em certos meio racionalistas e científicos, de que os fatos falam por si sós e imprimem uma marca indelével em todo espírito humano, cuja adesão forçam, sejam quais forem suas disposições”<sup>18</sup>. Portanto, mesmo apresentando diversos fatos que ratificassem determinada verdade, um cientista não alcançaria a adesão de seus pares sem que expusesse seus argumentos de forma adequada, de acordo com as disposições de seus ouvintes.

Essa é outra condição fundamental para a Retórica: o “contato intelectual” entre o indivíduo interessado a persuadir e o(s) indivíduo(s) que se dispõe a ser persuadido. Segundo Perelman, essa disponibilidade entre os interlocutores é fundamental para o estabelecimento da argumentação, pois não há como tentar convencer quem não está disposto a refletir sobre as ideias que lhe são apresentadas<sup>19</sup>. Quando esse diálogo entre interlocutores é estabelecido, de acordo com a proposta de Perelman, a parte voltada preocupada em persuadir é definida como orador, enquanto o “alvo” deste é chamado de auditório. Todo o processo argumentativo é baseado em uma relação de influências mútuas entre orador e auditório. As expectativas de ambas as partes confrontam-se logo no início do discurso retórico, pois enquanto o orador elabora sua estratégia argumentativa baseado em especulações diante do que seu auditório espera ouvir, o auditório carrega expectativas

---

<sup>16</sup> REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.XIV.

<sup>17</sup> PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação – A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.16.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p.20.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p.18-19.

sobre as ideias que serão expostas ao longo do discurso. Retomando o trabalho de Perelman, destaco sua definição do termo “auditório”: “[...] o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação. Cada orador pensa, de forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos”<sup>20</sup>. Portanto, o orador cria sua própria imagem para o auditório, a partir do que ele pensa ser o mais adequado para persuadi-lo. Essa relação pode ser transposta, com algumas ressalvas, para o caso autor-leitores, pois o primeiro idealiza seus possíveis leitores ao refletir quais seriam os termos mais adequados para traçar tal explicação, como convenceria seu público de que sua narrativa é verdadeira, como ordenar os argumentos de forma a prender a atenção do leitor, etc. No caso de Euclides da Cunha em *Os Sertões* a preocupação com as expectativas de seu auditório são evidentes – pelo simples fato dessa obra ser a denúncia de um crime – o massacre de Canudos. Atuando como acusador, era escolher os argumentos adequados para convencer o “júri” da culpa dos civilizados brasileiros por tal crime – portanto, os próprios leitores também deveriam se considerar culpados.

#### *b) As trajetórias da recepção*

Para compreender o modo como a Antiguidade clássica é utilizada n’*Os Sertões*, é preciso verificar primeiramente o procedimento de seu autor como um leitor, ou seja, conferir a Euclides o papel de receptor dos antigos. Independente de qual teria sido a origem dessas leituras – obras clássicas, textos modernos ou tratados de intelectuais renascentistas – o sentido que nosso autor/leitor confere aos conhecimentos adquiridos sobre o Mundo antigo dependem diretamente de uma série de fatores provenientes do seu próprio contexto, como explicito ao longo deste trabalho. As reflexões de Hans Ulrich Gumbrecht, Hans Robert Jauss e Charles Martindale são as bases que utilizo para analisar o processo de recepção euclidiana dos mitos e da História antiga.

#### **Organização da pesquisa**

No capítulo inicial, apresento algumas observações sobre a escrita da história n’*Os Sertões*, destacando as suas funções e a forma como seu autor concebe o processo histórico. Essas questões são importantes para compreender como são legitimados e quais laços são tecidos entre os eventos de Canudos e as narrativas da Antiguidade. Além disso, essa

---

<sup>20</sup> Ibidem, p.22.

análise é fundamental para compreender a constituição dos conceitos de barbárie e civilização na obra, devido à historicidade que ambos apresentam.

No capítulo II, apresento as definições euclidianas desses conceitos. Para isso, trato brevemente de algumas concepções das ideias de barbárie e civilização antecedentes ao contexto do autor, destacando possíveis influências antigas e modernas nas formulações euclidianas. A seguir, aponto as singularidades dessas noções n'*Os Sertões*, como a selvageria que envolve os civilizados em certas situações, assim como a valorização de determinadas qualidades sertanejas, algumas delas próprias do que o autor concebia como uma sociedade civilizada.

O capítulo seguinte tem como foco a primeira parte da análise das referências à Antiguidade na obra. A mitologia grega é uma das principais ferramentas utilizadas pelo autor para definir aspectos da barbárie sertaneja. Exponho aqui como essas figuras mitológicas surgem no texto euclidiano influenciando as descrições do bárbaro e do civilizado no conflito de Canudos, destacando as metáforas *Hércules-Quasímodo*, *Anteu, centauro*, *Minotauro* e seu labirinto e *os titãs* da cosmogonia grega. Ao longo dessa operação, apresento considerações importantes sobre os estudos da análise retórica.

O capítulo final trata da utilização de elementos da História antiga para descrever os representantes da civilização brasileira e seus bárbaros inimigos. Exemplifico essa questão com três passagens d'*Os Sertões* que são influenciadas por narrativas históricas da Antiguidade. A primeira delas compara a morte de Moreira César a Varo, um general da Roma antiga que foi derrotado por tribos germânicas, que desencadeia uma série de observações sobre a proximidade entre a descrição dos sertanejos e dos antigos germanos. A próxima refere-se ao uso da atuação romana em Cartago como exemplo para a civilização brasileira após a derrota de Canudos, enquanto a última trata da analogia euclidiana entre conselheiritas e montanistas através da leitura do autor sobre a obra de Ernest Renan.

## Capítulo I – A escrita da história n’ *Os Sertões*

Nas palavras de abertura de sua obra máxima, Euclides da Cunha aponta a motivação inicial para seu trabalho: “Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio **se resumia à história da Campanha de Canudos**, perdeu toda a atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar”<sup>21</sup>. Portanto, podemos concluir que, desde que saiu do Rio de Janeiro em direção a Salvador como enviado do jornal *O Estado de São Paulo*, Euclides já tinha interesse em fazer das informações coletadas naquela região uma história do conflito entre os conselheiristas e o Exército. Entretanto, o autor aponta um atraso seu com relação ao tema de Canudos, como se o assunto já tivesse “esfriado” após tanto tempo. Essa preocupação teria feito com que surgisse um novo objetivo para sua obra, mais abrangente:

Demos-lhe, por isto, outra feição, tornando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeriu.  
Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, **os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil.**<sup>22</sup>

Da narrativa da Campanha de Canudos, o autor passou a se preocupar com outra questão: a história do sertanejo. Mais do que a história do arraial, o centro de *Os Sertões* torna-se a tentativa de descrição e compreensão do sertanejo – suas origens, seus “traços atuais” e seu destino, que o próprio autor revela. Duas questões destacam-se a partir da análise dessa mudança de foco do autor – primeiramente, seria essa defasagem entre o período de publicação da obra e a derrota do grupo de Conselheiro um motivo suficiente para essa nova perspectiva? Além disso, podemos concluir que a proposta narrativa foi substituída, ou ainda subjugada, diante da nova empreitada?

Respondendo a primeira interrogação, acredito que o principal motivo para a mudança nos objetivos do autor não tenham sido as que foram apontadas por ele, mas sim a elaboração de uma nova concepção sobre o que foi o conflito em questão. Como aponta Marçal Paredes, as considerações de Euclides da Cunha sobre os sertanejos passaram por três níveis até culminar n’ *Os Sertões*:

[...] um primeiro momento em que o autor condenava os sertanejos como “inimigos” da nação; um segundo, quando ele começa a fragilizar suas

---

<sup>21</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p.65. (Este e os próximos destaques são de minha autoria).

<sup>22</sup> Ibidem.

concepções em função da inesperada resistência de povos tão “selvagens”, e um terceiro onde Euclides vai compreender o sertanejo como “o cerne da nação brasileira”<sup>23</sup>.

Esse primeiro momento corresponde ao período em que Euclides ainda não havia ido ao sertão, basicamente quando escreveu os dois artigos intitulados *Nossa Vendéia*, em que o autor compara os conselheiristas a camponeses rebeldes que lutaram contra a Revolução Francesa<sup>24</sup>. Esses textos foram escritos pouco tempo depois da derrota da Expedição Moreira César, quando os rumores de uma conspiração monarquista em Canudos tomaram grande força. A segunda fase se refere ao período em que o autor esteve em contato direto com os sertanejos na região do conflito. Em seus escritos sobre esse encontro é marcante o espanto diante da resistência conselheirista, levando-o a questionar constantemente como aqueles indivíduos, evidentemente bárbaros, possuíam tanta bravura diante de uma derrota evidente<sup>25</sup>. Essa série de questionamentos sobre os sertanejos, o abalo de suas convicções sobre as qualidades da República e sobre os “bárbaros do interior”, foram os motivadores do resultado final de *Os Sertões*, foram esses elementos que indicaram que por trás do conflito de Canudos havia forças maiores, transformando a destruição do arraial em um sinal de movimentos históricos mais profundos. Assim, a narrativa das batalhas não seria o suficiente, seria preciso encontrar as verdadeiras forças que levaram ao que Euclides desde então considerou um embate entre a barbárie sertaneja e o progresso da civilização no Brasil. Isso significa que a mudança na visão do autor sobre os sertanejos e sobre a Guerra de Canudos não transformou apenas seu julgamento sobre os rumos esses, mas também o modo como iria tratá-los: da **narrativa** da Campanha, para a **investigação** das “sub-raças sertanejas”.

Avançamos neste ponto em uma questão fundamental na escrita da história: a relação entre a narrativa do passado e a explicação deste, entre os acontecimentos vistos de forma isolada e a concepção de uma “força condutora na História”. Entrando em contato com o sertanejo, Euclides concebeu um “sentido maior” para a série de acontecimentos que iria narrar. Agora posso responder ao segundo questionamento que levantei anteriormente: acredito que, na verdade, a intenção de narrar o conflito não foi subjugada pelo desejo de

---

<sup>23</sup> PAREDES, Marçal de Menezes. *Memórias de um ser-tão brasileiro. Tempo, História e memória em Os Sertões de Euclides da Cunha*. Curitiba: Juruá Editora, 2002, p.47-48.

<sup>24</sup> Artigos publicados no jornal *Estado de São Paulo*, em 14 de março e 17 de julho de 1897. Disponíveis em: CUNHA, Euclides da. *Canudos e outros temas*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1994, p. 67-77.

<sup>25</sup> Esses escritos foram reunidos posteriormente no conjunto que ficou conhecido como *Diário de Expedição*. Idem. *Canudos – diário de uma expedição*. In: Idem. *Euclides da Cunha – Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995.

compreender o sertanejo – o que houve foi uma união entre esses objetivos. A narrativa dos acontecimentos serve, em diversos momentos, para a exposição e análise, direta ou indireta, das forças que movimentam a história. Essas observações não significam que considero *Os Sertões* obra de um historiador. Não pretendo discutir neste trabalho o caráter desta obra (se científico ou literário) pois, neste ponto, concordo com a crítica de José Veríssimo, publicada no jornal *Correio da Manhã* de dezembro de 1902, pouco depois do lançamento da obra em questão:

[...] é ao mesmo tempo o livro de um **homem de ciências**, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um **homem de pensamento**, um filósofo, um sociólogo, **um historiador**; e de um **homem de sentimento**, um poeta, um romancista, um artista, que **sabe ver e descrever**, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza, como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo d’alma, comovido até as lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, [...], venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos.<sup>26</sup>

*Os Sertões* carrega elementos da história, da literatura, da filosofia, da antropologia, etc. Acredito que tentar definir um desses elementos como predominante serviria apenas para impedir a visão de suas mútuas influências ao longo da obra. O que pretendo analisar aqui seria especificamente essa “parcela de historiador” apresentada por Euclides da Cunha: sua concepção temporal, sua preocupação narrativa e a explicação tanto do passado como do presente através daquele (questões que evidentemente não são privilégios da escrita da história, mas são centrais na sua elaboração).

Retomando a análise da mudança do cerne da obra, apontada pelo próprio autor, concluímos que essa foi motivada principalmente pelas suas novas conclusões sobre o sertanejo e sobre a atuação do Exército na destruição de Canudos. O contato com a “barbárie singular” dos sertanejos – desprovida de racionalidade, mas ao mesmo tempo heróica – e o fato de ter presenciado atitudes bárbaras de homens que representariam a civilização no país provocaram tanto a já citada transformação nos rumos da estruturação da obra, mas também em um dos sistemas mais caros a Euclides da Cunha – a oposição entre barbárie e civilização. Esta é a ideia que pretendo expor e analisar neste capítulo: a relação entre o discurso sobre a civilização e a concepção de história na obra máxima de Euclides. Após sua experiência “reveladora” no sertão, o autor passa a ver os acontecimentos da Guerra de Canudos sob a perspectiva de um conflito universal – a luta

---

<sup>26</sup> VERÍSSIMO, José. *Uma história dos sertões e da campanha de Canudos*. In: NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim (orgs.). *Juizados críticos – Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial / Editora UNESP, 2003, p. 46.

entre bárbaros e civilizados. As noções de história e civilização se uniram de tal forma no discurso euclidiano que é impossível compreendê-las isoladamente em toda complexidade que apresentam. Pretendo evidenciar que é através dessa “oposição histórica” que a narrativa de *Os Sertões* investiga e narra a história do sertanejo – de suas origens até sua inevitável destruição – e que é através de sua “construção temporal” que o autor reorganiza suas concepções sobre barbárie e civilização. Evidentemente, a relação entre esses dois elementos não é exclusividade do texto euclidiano. Como Catroga destaca, a expansão do conceito de civilização está ligada ao processo de entificação da história e sua visão como uma trajetória de progresso: “[...], não espanta que a época da entificação da humanidade, da história e do progresso, também tenha sido a da substantivação da ideia de civilização [como posteriormente o será da de classe, nação, raça, etc.]”<sup>27</sup>. Portanto, o momento histórico de estabelecimento da história como ciência e sua visão linear progressista (e, mais tarde, com o darwinismo social, evolutiva) foi também a época em que o discurso intelectual adere aos preceitos de um mundo civilizado contra a barbárie.

Para apontar as relações entre história, barbárie e civilização em *Os Sertões*, pretendo elaborar minha análise essencialmente a partir do próprio texto euclidiano. Isso significa que não enquadrarei a obra em qualquer corrente intelectual do momento histórico de sua elaboração, seja o positivismo, o evolucionismo, o cientificismo ou qualquer outro “ismo”. Evidentemente, Euclides da Cunha não foi um intelectual “fora de seu tempo”, portanto diversas teorias tanto sobre a história, quanto sobre o conceito de civilização tiveram grande importância em suas reflexões, mas o autor as construiu de forma peculiar. Organizo minha exposição discutindo o “lado historiador” do autor, analisando as funções da história na obra – a memória, a narrativa, a explicação do passado e os ensinamentos tirados deste – e a concepção de tempo do autor, avaliando as relações entre passado, presente e futuro.

### **1 – As funções da história n’*Os Sertões***

Não tenho por objetivo definir *Os Sertões* como romance ou história, nem discutir como esses dois elementos se relacionam, mas, partindo da afirmação já apresentada de que essa obra carrega ambos, destacarei a seguir os pontos fundamentais da escrita da história no discurso euclidiano. Para isso, partirei da análise das funções exercidas por esta, relacionando-as com uma aparente contradição que pretendo interpretar: como a concepção

---

<sup>27</sup> CATROGA, Fernando. *Caminhos do Fim da História*. Coimbra: Livraria Quarteto, 2003, p.93.

linear e evolutiva de tempo exposta por Euclides da Cunha se uniu a elementos de uma visão cíclica da história. Sabemos que, ao longo do tempo, o trabalho historiográfico assumiu as mais diversas características, assumindo variadas funções, de acordo com os indivíduos e sociedades que o concebia. Ainda hoje o discurso histórico mostra-se aberto para diferentes usos: a recuperação da história do índio, para a sua valorização social e cultural; a investigação e recuperação da ditadura militar brasileira, para “fazer justiça” e para que aqueles eventos não ocorram novamente; a formação de uma postura crítica em nossos alunos; o desenvolvimento e manutenção de identidades nacionais – esses são alguns exemplos que comumente repetimos ou ouvimos de diferentes grupos sociais.

Entretanto, devemos lembrar que, quando analisamos um discurso histórico, não percebemos somente os objetivos discursivos desejados pelo seu autor – ao longo da análise, o pesquisador pode perceber “funções secundárias” ou ainda “inconscientes”, que não fizeram parte dos planos de quem os elaborou, mas que ficam latentes. Partindo da observação das diferentes utilizações da escrita da história em cada obra, podemos compreender como seu autor concebeu as relações temporais (passado, presente e futuro), como escolheu as teorias que melhor se adaptaram aos seus objetivos (conscientemente ou não) e até mesmo como valorizou seu objeto (se digno de memória ou um passado a ser julgado, ou ainda um evento com sua essência ainda encoberta). Evidentemente, as definições dessas funções são elaboradas essencialmente por quem analisa os textos em que essas fazem parte – um intelectual não precisa ter declarado suas intenções de definir a “essência de sua nacionalidade” para que um historiador conclua que um de seus objetivos era propor uma ideia específica de nação e nacionalismo. Considerando essas afirmações, exporei a seguir as quatro utilizações do discurso histórico que destaquei de *Os Sertões*: a história como criadora e mantenedora de uma memória, como narrativa dos eventos, como instrumento de explicação da realidade passada (que também explica o presente e dá indicações do futuro) e como fonte de ensinamentos, no modelo conhecido como *Historia Magistra Vitae*.

Para discutir a relação da memória com a escrita da história n’ *Os Sertões*, retomo uma das primeiras citações que fiz no começo desse texto, sobre o objetivo central dessa obra: “Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”<sup>28</sup>. Destaco aqui a primeira relação temporal exposta pelo autor – seu esforço de análise das “sub-raças

---

<sup>28</sup> Cunha, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p.65.



sertanejas do Brasil” está voltado para um futuro, talvez não muito distante de seu presente. Sendo assim, os valores de sua obra e principalmente de seu objeto de estudo, estão tanto no que elas representam para seus contemporâneos, quanto para seus futuros leitores, já plenamente distanciados das memórias do conflito de Canudos. Posteriormente, Euclides da Cunha explica porque aqueles sertanejos deveriam ser lembrados pela posteridade – devido a diversos elementos, mas principalmente pela debilidade sertaneja e pelo avanço da civilização, “o *jagunço* destemeroso, o *tabaréu* ingênuo e o *caipira* simples, serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas”<sup>29</sup>. A memória desses indivíduos deveria ser recuperada e preservada, pois estavam destinados à extinção, ao “[...] esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”<sup>30</sup>. Apesar desse destino inevitável, a memória sertaneja só seria digna de ser mantida e transmitida se apresentasse algo de relevante: “[...], destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século”<sup>31</sup>. Dessa forma, Euclides responde a quem questionaria porque bárbaros destinados ao esquecimento deveriam ser lembrados – recorrendo a uma “previsão”, um possível futuro que não se realizou. Aqui já temos a primeira indicação n’*Os Sertões* de que há algo de especial nesses bárbaros do interior do país.

Para Euclides da Cunha, não foi somente a semente de uma “grande raça” que foi perdida com a campanha de Canudos, mas o próprio cerne da nacionalidade brasileira. A lamentação sobre esse “projeto nacional abortado”, sobre o extermínio do que seria o verdadeiro brasileiro, é exposta nas páginas finais da obra, quando os últimos sobreviventes do arraial, a “rocha da nacionalidade” está sendo literalmente explodida pelas dinamites da quarta expedição: “Os sertanejos invertiam toda a psicologia da guerra: enrijavam-nos os reveses, robustecia-os a fome, empedernia-os a derrota. Ademais entalhava-se o cerne de uma nacionalidade. Atacava-se a fundo a rocha viva da nossa raça. Vinha de molde a dinamite... Era uma consagração”<sup>32</sup>. Unem-se nesta citação os três elementos a serem lembrados através da escrita da história euclidiana: a coragem e determinação surpreendentes e exemplares dos sertanejos; a denúncia das barbáries cometidas pelos “civilizados do litoral” durante a campanha de Canudos, narrando um passado a ser

---

<sup>29</sup> Ibidem, p.66.

<sup>30</sup> Ibidem.

<sup>31</sup> Ibidem.

<sup>32</sup> Ibidem, p.768.

lembrado e exemplos a serem evitados<sup>33</sup>; e, por último, a tentativa de definição de uma identidade nacional que valorizasse um de seus representantes fundamentais – os sertanejos. Evidentemente, os dois últimos pontos estão em relação direta, pois as “barbáries da civilização” foram responsáveis pela destruição do recém descoberto “cerne da nacionalidade”. Marçal Paredes define a relação entre a denúncia presente da obra e a preocupação do autor com a identidade nacional:

[...] o autor objetivava compreender qual era o tipo racial brasileiro, para assentar sobre ele um discurso sobre a identidade nacional, entendida através dos conceitos de pureza racial. Após seu regresso da campanha de Canudos, em 1897, o autor tentou reconstruir o que havia se passado no sertão. Essa “reconstrução” apresenta-se sob forma de memorização. No entanto, essa memória construída está extremamente condicionada pelas questões políticas do presente no momento em que publicou o livro, isto é, em 1902. Por isso, o tom de “denúncia”.<sup>34</sup>

Como dito no começo deste trabalho, a experiência de Euclides da Cunha no sertão baiano fez com que sua percepção mudasse, entrando em contato com a barbárie da civilização e com o heroísmo dos bárbaros interioranos – pois essa experiência fundamental também foi o principal motivador de um novo projeto de identidade nacional, baseado no sertanejo, assim como foi o responsável pela reprovação dos ocorridos de Canudos pelo autor<sup>35</sup>. Para Paredes, o autor d’*Os Sertões* busca construir uma memória coletiva que sirva de alicerce para a identidade nacional da jovem República brasileira a partir de dois modelos distintos que, ao final de sua obra máxima, mostram-se contraditórias. O primeiro destes projetos é apresentado ainda no seu *Diário de Expedição*, ou seja, no momento em que estava se encaminhando para o sertão baiano. Na narrativa de um acontecimento semelhante a um ritual do “mito acerca da nacionalidade brasileira”<sup>36</sup>, é descrito o encontro de tropas vindas dos mais variados locais do país em Salvador, com o objetivo de derrotar os conselheiristas, tidos, ainda naquele momento, pelo autor como monarquistas<sup>37</sup>. Assim, na luta contra uma “ameaça nacional”, os representantes de todos os povos do Brasil se uniriam na antiga capital do país, em uma grande representação da

---

<sup>33</sup> O tom de denúncia da obra foi exposto por Euclides da Cunha na sua Nota Preliminar: “E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” e reforçado em uma nota à segunda edição da mesma: “Não tive o intuito de defender os sertanejos, porque este livro não é um livro de defesa; é, infelizmente, de ataque”. In: *Ibidem*, p. 67 e p. 784.

<sup>34</sup> PAREDES, Marçal de. *Op. Cit.*, p. 111.

<sup>35</sup> Essa mudança de posição do autor de *Os Sertões* e o julgamento da campanha de Canudos como um crime, são vistos muitas vezes como um *mea culpa*, pois tanto ele, quanto diversos outros intelectuais, condenaram os sertanejos como traidores da pátria anteriormente. Questão destacada por Paredes. In: *Ibidem*, p. 111.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p.57.

<sup>37</sup> Narrativa encontrada em: Bahia, 15 de agosto. In: CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p.75. Apud: PAREDES. *Op. Cit.*, p. 57-58.

união étnica e cultural. Esse primeiro mito nacional construído ao longo dos anos e defendido por Euclides naquele momento era como uma resposta mítica para o grande problema dos primeiros anos da República: como definir a nacionalidade brasileira, quem seria o brasileiro? A união dos três elementos étnicos centrais – o negro, o índio e o condutor do progresso, o branco – foi a possibilidade dessa definição sob um ponto de vista romântico. Entretanto, como bem destaca Berthold Zilly, havia grande preocupação de grande parte das elites brasileiras pois, sob um ponto de vista científico, essa união racial seria extremamente prejudicial e impossibilitaria o desenvolvimento de uma nação civilizada: “O caráter multiétnico da população parecia às elites um empecilho, quase uma vergonha no seu afã pela assimilação e aperfeiçoamento da **civilização** no Brasil”<sup>38</sup>. A questão multiétnica foi um problema para a formação de diversas nações latino-americanas, muitas vezes condenando a mestiçagem e defendendo a raça branca como detentora dos preceitos da civilização.

O que temos em *Os Sertões* é uma nova visão sobre o mito da identidade nacional, mas que busca responder às questões científicas levantadas sobre o progresso da nação. Essa é uma das questões mais complexas dos ideais políticos presentes na obra: como destacar indivíduos bárbaros, os sertanejos (barbárie referida em diversos pontos do texto euclidiano), como a “rocha viva” da nacionalidade brasileira? A resposta está na própria cientificidade da avaliação sobre esse objeto: a mestiçagem do sertanejo “[...] surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados [...]”<sup>39</sup>. Portanto, a mestiçagem do sertanejo, aliada às peculiaridades de seu meio, fez dele um mestiço peculiar, sem o “[...] raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”<sup>40</sup> – seu isolamento histórico o privou das “aberrações e vícios dos meios adiantados”<sup>41</sup>. Portanto, é utilizando elementos científicos – condições biológicas aliadas ao determinismo geográfico – que Euclides da Cunha expõe sua nova proposta de memória coletiva para a identidade nacional, personificada nos sertanejos mortos em nome da civilização. Eis a visão trágica do autor: foram os componentes daquele mito da identidade nacional, defendido por ele mesmo anteriormente, quem eliminou, em nome da

---

<sup>38</sup> ZILLY, Berthold. *Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha*. Estudos Sociedade e Agricultura, 12, abril de 1999. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doze/zilly12.htm>. Acessado em: 13/10/2008 (grifos de minha autoria).

<sup>39</sup> Cunha, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p.204.

<sup>40</sup> Ibidem, p.207.

<sup>41</sup> Ibidem, p.203.

República e da civilização, os verdadeiros representantes da essência brasileira, mesmo que aqueles fossem inegavelmente primitivos.

Para que os sertanejos fizessem parte da memória nacional, seria preciso narrar a história deles, suas origens e, de certa forma, seu destino, representado pela destruição de Canudos. Segundo Paredes, a elaboração da memória passa necessariamente pela organização e controle do tempo, e o modo de alcançar esse controle é através da narrativa: “A organização de uma ‘memória coletiva’, de uma identidade nacional, pressupõe uma domesticação ou uma estruturação do tempo: sem a marcação temporal que são, principalmente, a origem e o acontecimento, nenhuma identificação é possível”<sup>42</sup>. Neste contexto a função da memória se une a questão narrativa da escrita da história, apontada no começo deste texto. O objetivo inicial de Euclides da Cunha, como expus anteriormente, era a narrativa dos acontecimentos do conflito de Canudos. Desta afirmação, podemos concluir que sua proposta era considerar os acontecimentos em si mesmos, no ordenamento de origens, desenvolvimento e desfecho do conflito – afinal, antes de sua experiência no próprio “teatro de operações”, aquele evento não passava de mais uma revolta contra os esforços republicanos de progresso. A simples descrição dos fatos seria o suficiente para resumir a “[...] história da Campanha de Canudos”.

Entretanto, ainda no sertão baiano, o autor começa a questionar a clareza tanto da guerra – “Não nos iludamos. Há em toda esta luta uma feição misteriosa que deve ser desvendada”<sup>43</sup> – quanto do sertanejo, o “Incompreensível e bárbaro inimigo!”<sup>44</sup>. Essas dúvidas sobre o verdadeiro sentido do que acabara de presenciar, o espanto diante das barbáries promovidas pelo Exército e da resistência tenaz dos conselheiristas, teve como primeiro resultado o silêncio e a incompreensão em sua mente, como o autor expressa no poema *Página vazia*, escrito poucos dias após sua volta de Canudos:

Quem volta da região assustadora  
De onde eu venho, revendo inda na mente  
Muitas cenas do drama comovente  
Da Guerra despiedada e aterradora,

Certo não pode ter uma sonora  
Estrofe, ou canto ou ditirambo ardente,  
[...]

Quem mais tarde nesta folha lesse

---

<sup>42</sup> PAREDES, Marçal. Op. Cit., p.113.

<sup>43</sup> CUNHA. *Monte Santo, setembro*, 25. Idem. *Canudos – diário de uma expedição*. In: Idem. *Euclides da Cunha – Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995, p. 584.

<sup>44</sup> Idem. *Canudos, setembro*, 28. Ibidem, p. 588.

Perguntaria: “Que autor é esse  
De uns versos tão mal feitos e tão tristes”?!<sup>45</sup>

Essa é a tentativa de Euclides de expressar, através da poesia, seu estado de espírito diante do conflito, como uma “[...] autorreflexão sobre os limites e possibilidades de representação estética do terror”<sup>46</sup>. Após reconhecer as limitações do que se sabia até aquele momento sobre o sertanejo e sobre a real importância do conflito que ele se propôs a narrar, segue-se uma busca por uma explicação mais profunda dessas questões, algo que fosse além da observação daqueles eventos. Neste ponto, a função narrativa da escrita da história se relaciona diretamente com a busca da “essência dos acontecimentos”, suas explicações para além das aparências. Essa explicação era vista como uma força que, no lugar de Deus, ordenaria os rumos da história – no caso de *Os Sertões*, esse elemento seria o avanço inevitável da civilização sobre a barbárie, representada pela luta racial: “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da História’ que Gumplowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”<sup>47</sup>. Assim, o sentido da Campanha de Canudos foi ampliado, pois esse deixa de ser somente uma relação causal, organizada temporalmente entre antes e depois, entre causa e efeito, para se tornar parte de um plano mais amplo, uma linha existente desde o começo da história, com uma força inevitável que conduziu os acontecimentos de Canudos. Não apenas a verdadeira essência do evento seria descoberta, mas o seu próprio porvir. Através da “força motriz da História” é possível explicar passado e presente, além de prever, pelo menos em linhas gerais, o futuro:

[...] a ideia de causalidade [...] só podia ser convincente e operativa se narrasse o passado como quem desenrola um fio temporal contínuo, em que o antes (a causa) determina o depois (o efeito), ordenação que, confessadamente ou não, escondia a teleologia que a estruturava, como se o futuro fosse só um efeito do passado, sendo impossível o contrário.<sup>48</sup>

É através da narrativa histórica que a relação causal vai se construindo – no caso euclidiano, orientada pelo avanço da civilização sobre a barbárie. Interpretando essa força motriz, Euclides concluiu que Canudos foi resultado da barbárie sertaneja isolada pelo tempo (as origens), que finalmente foi encontrada pela civilização (a batalha, o evento em si), resultando na eliminação inevitável da “raça fraca” (o futuro, já concretizado

<sup>45</sup> Idem. *Página vazia*. BERNUCCI, Leopoldo M.; HARDMAN, Francisco Foot (orgs.). Poesia reunida / Euclides da Cunha. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 276.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 229.

<sup>47</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p. 68.

<sup>48</sup> CATROGA, Fernando. Op. Cit., p. 83.

parcialmente). Assim, a luta entre bárbaros e civilizados seria como uma bússola para guiar as observações sobre a história, dando um sentido unitário a todas as dimensões temporais. Por esse motivo, a relação entre narrativa e explicação não deve ser vista como oposta, pois a busca de “sentidos profundos”, mesmo que consideremo-la como ilusória atualmente, era realizada através da observação e descrição dos eventos. Evidentemente, é impossível narrar sem explicar, sem construir um sentido para os fatos, pois o simples arranjo desses já os concebe um significado peculiar. O inverso também é válido, uma vez que não há explicação na História sem ordenamento e descrição dos acontecimentos. Paul Veyne interpreta essa relação como um descontentamento do historiador com o sentido que é construído “apenas” através da narrativa: “A história, diz-se frequentemente, não se contentaria em ser uma narrativa; ela explica também, ou melhor, deve explicar”<sup>49</sup>. A história teria então o sonho das grandes explicações, de achar significados “além das aparências”. Entretanto, seguindo Veyne, o nível de explicação que essa pode alcançar é delimitado pela simples compreensão da narrativa, sem nenhum sentido externo ao que pode ser alcançado através da visão do historiador sobre os acontecimentos: “A história não explica, no sentido em que não pode deduzir e prever [...]; as suas explicações não são o reenvio para um princípio que tornaria o acontecimento inteligível, são o sentido que o historiador empresta à narrativa”<sup>50</sup>. Considerando essa afirmação, a “força motriz da História” referida por Euclides da Cunha foi apenas o sentido que ele concebeu a sua narrativa, sem o poder para esclarecer o passado ou prever o futuro.

Entretanto, não podemos negar que no discurso euclidiano o avanço da civilização não limita sua significação à narrativa de Canudos – esse modelo explicativo é utilizado pelo autor para emprestar sentidos semelhantes a eventos que se relacionam com aquela luta entre sertanejos e o Exército, mesmo que distantes temporalmente. Ora, se na sua concepção há uma força que move a história, ela seria perceptível tanto em Canudos quanto nas invasões bárbaras de Roma, por exemplo. A partir dessa relação, avanço para a análise da última função que destaquei na escrita da história euclidiana: a *Historia Magistra Vitae*. Essa concepção é resumida exemplarmente por Koselleck:

Assim, a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas

---

<sup>49</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1987, p.107.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.110.

palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos.<sup>51</sup>

Nesse sentido, a História seria um grande depositário de exemplos e modelos a serem aplicados (ou evitados, dependendo do julgamento) pelos indivíduos do presente. Os historiadores seriam responsáveis por julgar, escolher e transmitir os ensinamentos dos antigos para melhorar o que julgassem negativo em sua época – tornando-se juízes tanto do passado quanto do presente. Esse caráter de árbitro da história foi marcante na historiografia da Antiguidade entre gregos e romanos, que desenvolveram a noção de *Historia Magistra*. Catroga destacou em sua pesquisa o papel da história para Tucídides, que acreditava que sua obra *História da Guerra do Peloponeso* teria importância tanto para sua época, quanto para as futuras gerações, pois como a natureza humana que guiou aquela guerra por ele narrada continuaria a conduzir os indivíduos, a análise daqueles eventos seria de grande valia<sup>52</sup>. Portanto, para que o passado tivesse valor para o presente e até mesmo para o futuro, era preciso que houvesse algo em comum entre as duas épocas – no caso tucidídeo, a natureza humana – para que os ensinamentos antigos ressoassem em outros períodos. Políbio, outro importante historiador grego da Antiguidade, também defendeu a necessidade de aprender com o passado através da escrita da história:

[...] a narração bruta dos acontecimentos é algo sedutor, mas inútil, e o tratamento da história somente se torna frutífero se a ele juntarmos o estudo das causas; pois os casos análogos, transpostos para o tempo presente, proporcionam dados e antecipações que permitem prever o futuro, bem como, de um lado, tomar precauções, e de outro, apoiando-se no passado, visualizar os segmentos com maior segurança; ao passo que, se negligenciarmos os discursos verdadeiros e o que lhes deu origem, substituindo-os por argumentações falaciosas e por extensões retóricas, nada mais fazemos do que suprimir o objeto da história [. . .]<sup>53</sup>

Destaco primeiramente que, para o autor, o fato de fazer com que a narrativa histórica ensine o presente não significa uma livre interpretação do objeto de acordo com as necessidades de cada sociedade, pois o historiador deve se pautar em “discursos verdadeiros”. Ir além da “narração bruta dos acontecimentos” não é desvirtuar o ideal de verdade, mas sim conferir uma utilidade à história, sendo possível até mesmo prever o

---

<sup>51</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: CONTRAPONTO / Ed. PUC-Rio, 2006, p. 42.

<sup>52</sup> CATROGA, Fernando. *Ainda será a História Mestra da Vida?* Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, n. 2, 2006, p. 15. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/te/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1347/1052>. Acessado em: 20/01/2010.

<sup>53</sup> POLÍBIO. *História*, XII, 25 b, 1-4. Apud: ROULAND, Norbert. *Roma, Democracia Impossível? – Os agentes de poder na Urbe romana*. Brasília: Editora UnB, 1997, p. 13.

futuro através das comparações entre “casos análogos” historicamente. Mesmo que Políbio não esclareça os pontos comuns que permitam essas proveitosas analogias, fica claro novamente que devem ser encontradas semelhanças entre o objeto do passado e a realidade de cada época para que a visão da *Historia Magistra Vitae* seja válida.

A observação desses elementos análogos entre diferentes eventos históricos nos conduz a uma ideia de repetição, como se a história fosse composta por ciclos, muitas vezes semelhantes aos fenômenos da natureza (as estações do ano ou o ciclo dos seres vivos), ou, pelo menos, que suas mudanças fossem tão lentas que permitissem longas permanências desses fatores de semelhança. Segundo Koselleck, essa forma de orientação histórica perdurou até o final do século XVIII, quando foi rompida por uma nova noção de acontecimento: “Uma vez que o acontecimento [*Geschehen*] se mostra como conseqüência e produto do embate entre forças singulares e genuínas, extingue-se a possibilidade de aplicação de modelos históricos”<sup>54</sup>. Assim, cada acontecimento é visto como resultado de elementos únicos, sem semelhanças com eventos precedentes – mesmo porque, as analogias anteriores já não eram mais buscadas, pois a proposta dessa nova concepção era entender o cada objeto do passado em si. De maneira geral, em parte do século XVIII e no século XIX, temos o crescimento da certeza do progresso da humanidade através da ciência e do desenvolvimento industrial. Como analisarei a seguir, a confiança no progresso está diretamente relacionada com a elaboração de uma história voltada para o futuro, numa linha irreversível de transformações, percebidas como cada vez mais aceleradas, principalmente após a Revolução Francesa. Com essa nova visão, aparentemente, os ensinamentos do passado não tinham mais o menor sentido para os historiadores. A quebra da possibilidade de repetições na História e a irreversibilidade no tempo destituíram o reinado desta como “mestra da vida”, mas, segundo Catroga, alguns elementos da antiga concepção se mantiveram na historiografia moderna:

Se nada se repete, que utilidade poderiam ter as lições do passado? A resposta, na prática, não foi, porém, negativa. É que as filosofias da História, em particular as de pendor metafísico, **acabavam por conceber o dever como uma actualização de uma potência: o seu “sujeito” ou o seu “motor”**. Mas como, apesar de mudar, este se manteria sempre idêntico a si mesmo, o omega não passaria da explicitação plena do princípio. Modo de dizer que, afinal, **a rectiliniaridade proclamada se movia nos limites de uma vivência essencialista e circular do tempo**, pressuposto que, na Antiguidade, tinha justificado, embora com outros argumentos e objectivos, o magistério do passado.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 53.

<sup>55</sup> CATROGA, Fernando. Op. Cit., p. 20-21.



Em sua análise apurada, Catroga percebeu que mesmo a adoração ao progresso não impediu os historiadores de desenvolverem possibilidades de repetições na História. No caso de Euclides da Cunha, foi seu próprio instrumento de confirmação do avanço inevitável que o conduziu a elementos cíclicos – a luta histórica entre bárbaros e civilizados. O autor de *Os Sertões* não explicita o funcionamento desses “fatores de repetição” em sua obra, mas podemos perceber pistas em algumas reflexões. As constantes comparações entre as batalhas de Canudos e diversas lutas entre os romanos e seus vizinhos bárbaros<sup>56</sup> aponta não só para um modelo de repetição – a luta contra bárbaros e civilizados – mas também para uma periodicidade, ciclos de conflitos, avanços da barbárie contra a civilização, que invariavelmente sai vitoriosa, cedo ou tarde, já que seu avanço é inevitável. Barbárie e civilização se confrontariam regularmente ao longo da história, marcando o progresso constante da segunda. Assim, é perfeitamente viável retirar ensinamentos dos embates antigos, já que há um ponto análogo entre eles. Utilizo como exemplo uma reflexão feita por Euclides ainda na sessão *O Homem*, quando narra a visita do frei Caetano de S. Leo, do vigário do Cumbe e do frei João Evangelista de Monte-Marciano ao arraial de Canudos:

Por isto, de ordem, e em nome do Sr. Arcebispo, ia abrir uma santa missão e aconselhar o povo a dispersar-se e a voltar aos lares e ao trabalho no interesse de cada um e para o bem geral. Esta intransigência, este mal sopitado assomo partindo a finura diplomática nas arestas rígidas do dogma, não teria, certo, o beneplácito de S. Gregório – a quem não escandalizaram os ritos bárbaros dos saxônios; e foi um desafio imprudente.<sup>57</sup>

Entre a narrativa do diálogo entre os missionários e Antônio Conselheiro, o autor expõe a tentativa imprudente dos primeiros para convencer o líder do arraial a dispersar seus seguidores, que é exposta mais como uma ameaça do que como pedido. Diante do endurecimento da fala dos visitantes, Conselheiro responde apenas com negativas. A postura dos freis é julgada como imprudente, não apenas pelo julgamento do próprio autor, mas pela posição que tomaria São Gregório<sup>58</sup>, que conduziu com tolerância a evangelização dos primeiros bárbaros no século VI. Nesse trecho é evidente o objetivo de Euclides da Cunha em condenar o tratamento dos religiosos civilizados para com os sertanejos

---

<sup>56</sup> Por exemplo, a comparação das táticas sertanejas com as empregadas pelos partos contra os romanos. In: CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p. 563.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 323.

<sup>58</sup> São Gregório nasceu em Roma por volta de 540 e foi um dos primeiros papas, promovendo a evangelização de diversos povos bárbaros, mas cedendo às suas tradições.

ignorantes – ao invés de ameaçá-los e tratá-los com rispidez, os missionários deveriam ter **seguido o exemplo** do papa da Antiguidade, agindo com tolerância e compreensão para vencer a barbárie. Dessa forma, a “força motriz da História” possibilitou o uso da *Historia Magistra Vitae* na composição de *Os Sertões*.

## 2 – O tempo evolutivo e os ciclos da História

Apresentando o funcionamento dos quatro fatores destacados na escrita da história euclidiana – memória, narrativa, explicação e a captação de exemplos do passado – expus também as diferentes relações temporais apresentadas pelo autor – o passado como fonte da memória nacional, o julgamento do presente através do passado, a previsão do futuro através do eixo explicativo da história, etc. Todas essas relações podem ser resumidas em duas concepções que se ligam ao longo de *Os Sertões*: a história evolutiva, apresentada desde sua Nota Preliminar com o avanço inevitável da civilização; e os elementos de uma visão cíclica do tempo, como apontei anteriormente ao analisar o uso da história mestra da vida. Destaco, antecipadamente, que não encontro uma equivalência entre o apelo a essas duas concepções no texto euclidiano – acredito até mesmo que o próprio autor não teria percebido esses elementos de repetibilidade como estou apresentando neste trabalho. Esses são resultados da relação de uma série de outras questões, incluindo a própria ideia de evolução.

Para chegar à concepção evolutiva utilizada por Euclides da Cunha, é preciso tratar brevemente de duas mudanças fundamentais da modernidade: a quebra da perspectiva do tempo como cíclico e mecânico e a certeza no progresso da humanidade. Esses dois processos estão ligados ao constante enfraquecimento do “complexo de inferioridade” dos indivíduos modernos com relação aos grandes feitos que esses ligavam à Antiguidade greco-romana. Refiro-me à famosa querela entre Antigos e Modernos, que dominou os círculos intelectuais, principalmente franceses, entre os séculos XVI e XVIII. Catroga destaca essa polêmica como o primeiro indício da possibilidade dos indivíduos do presente se sentirem como superiores aos antigos, pelo menos em alguns setores – superioridade possibilitada principalmente pelos efeitos sociais dos avanços científicos alcançados<sup>59</sup>. Com o iluminismo essa possibilidade tornou-se uma certeza, uma fé nas qualidades do presente vivido e num futuro cada vez mais positivo, graças principalmente aos avanços científicos e no potencial do saber racional<sup>60</sup>. Aliada a essa vitória do presente sobre o

---

<sup>59</sup> CATROGA, Fernando. *Caminhos do Fim da História*. Coimbra: Livraria Quarteto, 2003, p.54.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p.61.

passado, desenvolveu-se a noção de que é a humanidade que guia sua história – humanidade não como conjunto de indivíduos concretos, mas ainda com forte sentido metafísico, como um ente histórico – e não mais Deus ou a natureza. Assim, os rumos históricos se desprendiam dos desígnios divinos e da mecânica da natureza. Novamente, Catroga relaciona os avanços científicos modernos com a nova concepção de História:

Assim, entende-se por que é que a infinitização do universo – [...] – transportava consigo uma idêntica necessidade de se infinitizar o tempo histórico, não o confundindo com o tempo físico, e **libertando-o da sua sujeição modelar aos ciclos da natureza e, em primeiro lugar, ao ciclo de vida biológica dos indivíduos.**<sup>61</sup>

Com isso, ao mesmo tempo em que a ciência se expandiu, foi necessário desamararr a História de limites teleológicos ou naturais – se o homem estava exercendo um controle cada vez maior do espaço, da natureza que o cercava, seria necessário, para a legitimidade desses avanços, que o tempo seguisse o mesmo caminho, que esse homem controlasse também seu destino, sua história. Reinhart Koselleck segue o processo moderno de abandono do tempo dos ciclos da natureza e da vida dos indivíduos pelo viés político, com uma separação entre o pensamento histórico e a força dos Estados absolutistas. Segundo ele, até meados do século XVIII, a escrita da história estava diretamente ligada ao ciclo de vida dos soberanos: “Sob a perspectiva da vida e do caráter dos personagens, a república soberana européia foi capaz de entender sua própria história ainda como um desenvolvimento natural. Não é de se admirar que o antigo modelo circular, [...], tenha ganho notoriedade universal.”<sup>62</sup>. Esse modelo foi rompido apenas com o já citado progresso projetado pelos iluministas, afastando a história tanto da visão teológica quanto das simples narrações de sucessões reais.

O progresso histórico começou a ser visto como resultado da humanidade como unidade, tendo como causa não o imediatismo da vontade de soberanos, mas fatores mais complexos, independente de quais fossem. A aproximação com a ciência, o futuro como progresso inevitável e a humanidade como centro da ação histórica foram os elementos que definiram, em linhas gerais, os rumos da história para o século XIX. Sua ligação com a ciência conduziu a importantes discussões sobre a existência de leis históricas, enquanto que o triunfo do devir a partir do domínio do progresso fez com que a visão cíclica fosse aparentemente banida. Catroga observa a influência do desenvolvimento científico no conhecimento histórico: “Acreditando que a realidade obedece a leis estáveis, a leitura

---

<sup>61</sup> Ibidem, p.56.

<sup>62</sup> KOSELLECK, Reinhardt. Op. Cit., p. 35.

cientista sustenta que a previsão será sempre possível, desde que as questões sejam demonstráveis, e que a ciência irá progredir até à solução de todos os problemas passíveis de comprovação”<sup>63</sup>. Entretanto, por mais que o saber histórico tenha progressivamente se proposto como científico, a própria busca por leis gerais que pudessem regular a observação histórica denunciava o caráter metafísico dessa pretensão, tão repudiado nesse momento, pois buscar regularidades significa procurar “algo em comum” nos acontecimentos no decorrer do tempo – em outras palavras, buscar uma essência histórica.

Porém, Euclides da Cunha geralmente não é vinculado a essa linha de pensamento científico. Via de regra, sua obra é relacionada com o pensamento evolucionista, ou seja, com a adoção (ou melhor, adequação) das teorias evolucionistas às análises sociais. Baumer apresenta, resumidamente, as principais consequências do evolucionismo nas observações da realidade:

Envolvia [a evolução] o próprio homem, [...], no processo evolucionário, [...]. Isso padronizou os aspectos dinâmicos da sociedade e da cultura e criou, simultaneamente, uma tendência favorável à ‘luta’, como lei da vida social e orgânica. Em grande parte, como resultado da Revolução Darwiniana, todas as coisas sob o Sol [...] pareciam estar num fluxo perpétuo.<sup>64</sup>

A observação tanto da natureza, quanto do homem, passaram a ser moldadas pela evolução. O “fluxo perpétuo” é um dos pontos mais importantes na ligação entre o evolucionismo e a história, pois com um eterno devir, o único modo de analisar os rumos do processo histórico seria através da observação constante, tendo como única certeza a infinita transformação. Paredes destaca que a escrita da história ligada às teorias evolucionistas conduziu a disciplina para a sua consolidação como ciência na época, mas também contribuiu para a “(...) falência das ‘leis gerais da história’”<sup>65</sup>. No texto euclidiano, essa falência deve ser revista, reavaliando os papéis do evolucionismo e do avanço da civilização como lei geral.

Um dos mais destacados estudiosos da relação entre Euclides da Cunha e o evolucionismo é Luís Costa Lima – em especial, em sua obra *Terra Ignota*. Nela, o autor defende a todo custo o caráter predominantemente científico e evolucionista de *Os Sertões*, deslocando o caráter literário do texto euclidiano para um plano secundário, além de negar qualquer possibilidade de alguma ideia essencialista ter destaque:

---

<sup>63</sup> CATROGA, Fernando. Op. Cit., p. 119.

<sup>64</sup> BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno – Volume II. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 99.

<sup>65</sup> PAREDES, Marçal. Op. Cit., p. 120.

Ora, considerando que a ciência era a orientadora fundamental do texto euclidiano, só por uma torção incrível nele alguma forma de essência poderia se instalar. [...]. A essência, n'Os Sertões, é tão isolada e incrustada como o próprio sertanejo, a que corresponde. Assim, decorre de seu próprio caráter de subproduto reativo ao encaminhamento evolucionista.<sup>66</sup>

Essa afirmação é feita quando Lima está analisando a construção do sertanejo como essência da nacionalidade brasileira. Segundo ele, essa proposta é relegada ao nível de mito, para assim poder se conciliar com a dominação científico-evolucionista da obra. Ora, se o próprio Euclides da Cunha condenou a observação de leis orientadoras do processo histórico, não haveria essencialismo em sua obra: “[...], com uma serenidade adorável, declarou [Guilherme Ferrero] haver descoberto uma lei histórica (uma lei histórica! [...]. O auditório não desmaiou!!! O governo não decretou estado de sítio!!!), entrei a desconfiar que ele não conhecia a significação científica desta perigosa palavra – lei.”<sup>67</sup>. Em carta a Domício da Gama, o autor se disse decepcionado com uma conferência exibida pelo historiador italiano Guilherme Ferrero, que teria defendido a existência de leis na história.

Como destaquei, o avanço inevitável da civilização e o esmagamento das raças fracas pelas fortes atuam como forças que movem o processo histórico, segundo as palavras do próprio autor. Mesmo que essas afirmações sejam resultado de observação direta da sociedade sertaneja e do conflito de Canudos, seus objetos centrais, elas são aplicadas para explicar (ou seja, significar) outros acontecimentos, distanciados temporalmente, como o exemplo da visita dos missionários ao arraial analisado anteriormente. Assim, por mais que Euclides negue, suas utilizações do discurso histórico levam à formação de uma lei geral para ordenar e controlar o tempo, tal como as leis gerais reprovadas pelas teorias evolucionistas. Se fosse de outra forma, três de suas reflexões que analiso a seguir não teriam validade. A primeira se refere à condição de barbárie dos sertanejos. Em diversos trechos ao longo de sua obra máxima, a sociedade sertaneja é descrita como isolada temporalmente. Nesse sentido, os habitantes do sertão foram distanciados dos avanços da civilização não apenas por determinações espaciais ou por questões raciais, mas também pelos rumos da história. Por mais metafórico que possa parecer, as já citadas relações estabelecidas entre conselheiristas e bárbaros da Antiguidade

---

<sup>66</sup> LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota – A construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.54.

<sup>67</sup> Carta de Euclides da Cunha a Domício da Gama. Rio, 16 de novembro de 1907. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondências de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da USP, 1997, p.341-342.

concretizam esse distanciamento. Além disso, a própria campanha de Canudos mostra-se como uma volta ao passado, a um lugar onde o tempo teria parado: “Além disso, mal unidos àqueles patrícios extraordinários pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo. Aquela campanha lembra um refluxo para o passado.”<sup>68</sup>. Nicolazzi também aponta essa relação entre o espaço do sertão e o descompasso temporal na obra: “Nessa obra, Euclides da Cunha conseguiu como poucos traduzir para a dimensão espacial o descompasso no tempo: cruzar os sertões era também atravessar o calendário, num retorno anacrônico na história”<sup>69</sup>. Como fazer de Canudos um representante do passado em seu presente? Como seria possível estabelecer conexões entre um passado tido como universal (a história greco-romana) e a sociedade sertaneja sem que haja uma lei para significá-las e estabelecer similaridades? Como explicar essa viagem no tempo, essa análise de um “ciclo da civilização” perdido no passado sem uma bússola para orientá-lo?

Essas questões estão ligadas ao segundo trecho selecionado para minha análise – a comparação da religião conselheirista com as heresias dos bárbaros nos primeiros anos do Cristianismo. Analisando preceitos religiosos rudimentares representados por Antônio Conselheiro, Euclides lança essa hipótese:

Evitada a intrusão dispensável de um médico, um antropologista encontrá-lo ia normal, marcando logicamente certo nível da mentalidade humana, recuando no tempo, fixando uma fase remota da evolução. O que o primeiro caracterizaria como caso franco de delírio sistematizado, [...], o segundo indicaria como fenômeno de incompatibilidade com as exigências superiores da civilização – um anacronismo palmar, a revivescência de atributos psíquicos remotíssimos.<sup>70</sup>

Nessa passagem fica evidente que o isolamento temporal dos sertanejos é legitimado pelos próprios preceitos evolucionistas. Entretanto, mais uma vez, essa condição de seu estágio evolutivo remonta a outro estágio da humanidade – em outras palavras, os termos de explicação através da evolução são os mesmos tanto para as sociedades do sertão quanto para os bárbaros hereges da Antiguidade. Após o estabelecimento da comparação, o autor conclui com uma frase simples, mas reveladora: “A história repete-se.”<sup>71</sup>. Como pode haver repetições no processo histórico se o evolucionismo prega o “fluxo perpétuo”? Como argumentei anteriormente, as repetições se remetem à concepção cíclica da História.

---

<sup>68</sup> CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p.66-67.

<sup>69</sup> NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado*. Porto Alegre: PPG-História da UFRGS, 2008, p.7.

<sup>70</sup> CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p.254.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p.255.

Os dois trechos que analisei até o momento se referiram às relações entre Canudos e o passado – a próxima faz referência à significação que a “lei geral da história” euclidiana elabora para o futuro. No final de sua obra, depois de narrar os crimes cometidos pelo Exército nas fases finais da campanha, destacando os horrores da degola, o autor lembra do poder de juíza concedido à história. Se as forças do presente não seriam capazes de julgar e condenar os crimes da civilização praticados na destruição do arraial, é rogado para que o futuro cumpra essa tarefa: “Ademais, não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali.”<sup>72</sup>; concluindo, ao final desta denúncia, clamando por justiça: “Mas que entre os deslumbramentos do futuro caia; implacável e revolta; [...]; brutalmente violenta, porque é um grito de protesto; sombria, porque reflete uma nódoa – esta página sem brilhos...”<sup>73</sup>. Aparentemente, esse seria um dos trechos que Costa Lima definiria como “ornamento literário” – a exposição dos sentimentos é a tônica desta passagem. Entretanto, nela fica evidente a operação realizada – o julgamento declarado por Euclides da Cunha é transferido para seus futuros leitores. Quem lesse sua obra e tomasse conhecimento dos acontecimentos daquela guerra, adotariam invariavelmente seu julgamento – assim, o autor fala pelo futuro, constrói a significação que a posteridade daria para aqueles eventos. Nicolazzi aponta aqui uma possível comparação da obra euclidiana como um instrumento de ensino para “futuras gerações” com os desejos de Tucídides para a finalidade de sua obra: “Não é demasiado sugerir que Tucídides o inspira não apenas como observador fidedigno, mas também pelo escopo de seu trabalho: que *Os Sertões* seja, enfim, uma aquisição para sempre, [...]”<sup>74</sup>. Novamente fica evidente que as teorias expostas em *Os Sertões* extrapolam a observação do presente, narrando e explicando também fatos passados e pensamentos que virão. Essa onisciência proporcionada justamente pelas teorias evolucionistas, aliadas à noção de civilização, é a chave para entender como se relacionam a certeza da evolução inevitável e a repetibilidade dos acontecimentos históricos.

---

<sup>72</sup> Ibidem, p.734.

<sup>73</sup> Ibidem, p.736.

<sup>74</sup> NICOLAZZI, Fernando. Op. cit., p.183.

## Capítulo II – Entre singularíssimos civilizados e semibárbaros

### 1 – Relações entre as noções de barbárie e civilização

O conceito de barbárie existe, evidentemente com sentido diferente do atual, desde a Antiguidade; enquanto a ideia de civilização remonta a meados do século XVIII. Entretanto, pelo menos desde o século XIX, é impossível pensar essas duas noções separadamente. Como destaca Starobinski, “Civilização faz parte da família de conceitos a partir dos quais um oposto pode ser nomeado, ou que começam a existir, eles próprios, a fim de se construir como opostos”<sup>75</sup>. A seguir, a afirmação é complementada com o termo “bárbaro” em sua utilização na Grécia Antiga: “‘Grego’ e ‘bárbaro’ são noções casadas. ‘Sem grego, não há bárbaro’, escreve François Hartog. É preciso que existam comunidades dotadas da verdadeira linguagem para que outros povos sejam considerados como ‘mudos’, [...]”<sup>76</sup>. Tanto o termo moderno “civilizado”, quanto a designação de “bárbaro” utilizada pelos gregos antigos pressupõem uma visão de mundo hierarquizada, elaborando modelos culturais, sociais e até mesmo morais para classificar diferentes sociedades, tomando determinado grupo como superior, enquanto o outro deveria ser evitado (ou mesmo eliminado). Ao pensar na ideia de civilização elaborada e disseminada pelos europeus do século XIX, juntamente cria-se a imagem de um Oriente atrasado, retrógrado. A imagem de uma elite urbana intelectualizada sustentada por diversos intelectuais latino-americanos foi fortalecida por seu contraste com uma população rural vista como grosseira e inculta. Esses contrastes assemelham-se ao que Starobinski cita pelas palavras de Hartog – para que exista um centro, deve haver uma periferia – se o conceito de barbárie da Antiguidade firma-se em oposição à sociedade grega, o bárbaro moderno é o oposto marginalizado do centro civilizado.

Analisando essas oposições, podemos chegar a duas conclusões: primeiramente, que esses termos são designações sustentadas essencialmente pelos grupos favorecidos (os gregos na Antiguidade e as elites intelectuais, de origem ou inspiração europeia, no mundo moderno); além disso, há uma grande proximidade entre esses dois conceitos, evidenciando não só uma dependência entre ambos, mas também suas mútuas influências. Mesmo que para seus autores essas classificações possam parecer claras, evidentemente não há critérios universais que diferenciem bárbaros de civilizados. Portanto, a avaliação para o uso desses conceitos varia de acordo com os princípios analisados: religião, cultura, organização

---

<sup>75</sup> STAROBINSKI, Jean. *Máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.20.

<sup>76</sup> *Ibidem*.



política, moralidade, etc. Além disso, os intelectuais dispostos a definir a civilização enfrentaram questões fundamentais, como: quando a violência ultrapassaria os “limites” do que é civilizado? A própria violência pode ser aceita numa sociedade civilizada? É possível “converter” um bárbaro em um indivíduo civilizado? A partir desses problemas, fica evidente que as noções de barbárie e civilização são extremamente instáveis, pois dependem diretamente do posicionamento de cada intelectual que as utilizar.

Devido a essa ampla mobilidade na utilização desses dois conceitos, creio que não há sentido em tentar apresentar uma definição geral deles antes de partir para a análise de seus usos n’*Os Sertões*, justamente porque Euclides da Cunha teria mobilizado critérios próprios para caracterizar seus “bárbaros” e “civilizados” – portanto, as fontes para esse estudo estão na própria obra. Porém, considerando que as concepções apresentadas por esse autor partem de outras leituras, são influenciadas por diversos caminhos, acredito que seja válido destacar alguns elementos que antecederam a obra euclidiana e seu contexto de produção, percorrendo alguns pontos do percurso das definições dos conceitos de barbárie e de civilização. Não pretendo com isso traçar uma história desses conceitos, mas levantar pontos que auxiliem a compreensão do caso apresentado n’*Os Sertões*. Para isso, começo com a relação gregos-bárbaros que indiquei pelas palavras de Starobinski; a seguir, trato da construção moderna da noção de civilização.

Para apresentar a relação entre helenos e bárbaros na Antiguidade, utilizo a análise apresentada por Reinhart Koselleck em seu texto *A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos*<sup>77</sup>. A teoria por ele exposta enfatiza a utilização de conceitos criados para a denominação e auto-identificação de determinados grupos, possibilitando suas ações como unidade: “Uma unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras, de modo a determinar a si mesma”<sup>78</sup>. Outra característica desses conceitos é atuarem em pares construídos como opostos: “Do conceito utilizado para si próprio decorre a denominação usada para o outro, que para este outro equivale lingüisticamente a uma privação, [...]. Trata-se, nesse caso, de conceitos opostos assimétricos. Seu oposto é contrário, porém, de maneira desigual”<sup>79</sup>. Assim, esses conceitos promovem e sustentam a unidade de determinado grupo, legitimando suas ações também como unidade. Essa identificação interna pressupõe uma diferenciação com o “outro”, visto como o contrário do “nós”. Essa

---

<sup>77</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: CONTRAPONTO / Ed. PUC-Rio, 2006, p.191-231.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p.192.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p.193.

oposição conceitual não ocorre de forma simétrica – ou seja, a autodenominação de cada grupo não possui o mesmo valor que a definição atribuída aos indivíduos “de fora”. Outra característica fundamental desses termos apontada pelo autor é a pretensão de universalidade, tentando enquadrar toda realidade em questão em um dos polos opostos: “Trataremos daqueles pares de conceitos que se caracterizam por pretender incluir a totalidade das pessoas. Trata-se, por conseguinte, de conceitos binários com pretensões universais”<sup>80</sup>. Um dos exemplos analisados por Koselleck desses *conceitos antitéticos assimétricos* é a relação helenos-bárbaros, mas sua definição conceitual também poderia ser aplicada ao par civilização-barbárie. Tal como a oposição da Antiguidade, a civilização foi usada como meio de legitimar a superioridade de determinados indivíduos, conferindo identidade a esses e legitimando suas ações diante de grupos vistos como bárbaros, pelo simples fato de não serem como os civilizados (europeus diante de “não-europeus”, uma nação diante dos estrangeiros, as elites urbanas em relação às massas camponesas ou proletárias). Com isso, relembramos que essas definições opostas partem de um centro, e muitas vezes são impostas aos demais, apagando, com o tempo, as motivações que as originaram.

Ao analisar a antítese da Grécia Antiga, destaca-se a universalidade conferida ao conceito de bárbaro. Utilizado antes mesmo do desenvolvimento do seu oposto, antes que as diferentes *polis* gregas reconhecessem sua unidade cultural como helenos, a noção de barbárie já classificava qualquer sociedade que estivesse fora do que seriam territórios gregos. Essa classificação começa essencialmente por uma definição espacial e linguística, já que as definições iniciais de bárbaros seriam utilizadas pelos gregos para definir indivíduos de “[...] fala rude, brutal e ininteligível”, segundo Jean-François Mattei<sup>81</sup>. Posteriormente, ela passa a se referir a diferenciações culturais, definindo mesmo o estrangeiro presente na *polis* como bárbaro: “Os bárbaros eram não-gregos, estrangeiros, e isto não apenas em sentido formal: como estrangeiros, eles carregavam consigo uma determinação negativa. Dizia-se que eram covardes, grosseiros, glutões, cruéis, etc.”<sup>82</sup>. As diferenciações espacial e linguística legitimaram a construção do estereótipo negativo do não-grego. De maneira semelhante, Euclides da Cunha utiliza esses critérios para definir a barbárie sertaneja. Cito primeiramente o “distanciamento” espacial peculiar construído pelo autor uma vez que, mesmo fazendo parte do mesmo país, sendo chamados de patrícios,

---

<sup>80</sup> Ibidem, p. 193.

<sup>81</sup> MATTÉI, Jean-François. *A barbárie interior – Ensaio sobre o i-mundo moderno*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 76.

<sup>82</sup> KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., p. 198.

vivem numa *terra ignota*, desconhecida por grande parte dos brasileiros: “[...], mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido”<sup>83</sup>. Essa questão é ressaltada na narrativa da chegada à região de Canudos pelos reforços à quarta expedição, descrevendo o radical estranhamento das tropas diante do sertão:

Os novos expedicionários ao atingirem-no perceberam esta transição violenta. Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria.<sup>84</sup>

O estranhamento pela paisagem alia-se ao choque social e cultural – os soldados se sentiam em outro país, em terras desconhecidas, rodeados de pessoas com hábitos e até mesmo línguas diferentes (diferença linguística que expõe claramente o estágio inferior sertanejo). O contraste entre o sertão bárbaro e a civilização das “cidades da costa” indica elementos do plano do autor para uma nação civilizada: dever-se-ia buscar uma unidade tanto territorial quanto “civilizacional” para o país, conduzindo os sertanejos para os rumos da civilização ao mesmo tempo em que o sertão deveria ser integrado ao território nacional, pois apenas assim se equilibraria “o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo”. Essa exclusão do sertanejo, que fez os expedicionários se sentirem “fora do Brasil”, teria criado uma falsa legitimidade para o assalto a Canudos, já que se combatia um inimigo externo, um “estrangeiro hostil”.

Após a passagem citada acima, Euclides reflete sobre o crime da nação ao matar seus “patrícios”: “Convinha-se em que era terrivelmente paradoxal uma pátria que os filhos procuravam armados até os dentes, em som de guerra, despedaçando suas entranhas a disparos de Krupps”; em seguida, ele denuncia novamente o falso sentimento das tropas: “O que ia fazer-se era o que haviam feito as tropas anteriores – uma invasão – em território estrangeiro. Tudo aquilo era uma ficção geográfica”<sup>85</sup>. A posição do autor nesses trechos nos conduz a duas observações distintas – primeiramente, confirma-se que o meio está ligado à barbárie do sertanejo, seu meio, seus hábitos e sua língua são estranhos aos

---

<sup>83</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p.66.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p.677.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p.678.

“civilizados do litoral”; em seguida, o autor afirma que o sentimento de estar “fora do Brasil” ao chegar ao sertão era falso e que, portanto, tanto o litoral civilizado quando as “malocas de telha” eram parte da mesma pátria. Mesmo com a clara distinção entre bárbaros do sertão e civilizados do litoral, ambos eram brasileiros, concretizando então a denúncia do crime da pátria contra seus “filhos”. Esse falso sentimento que dominava as tropas de lutarem contra estrangeiros, legitimando para si mesmos suas ações, pode ser comparado com a relação citada por Koselleck entre helenos e bárbaros. Numa passagem da obra de Platão pode-se observar a legitimação da luta das comunidades gregas contra as bárbaras, ao mesmo tempo em que defende a harmonia entre uma “comunidade grega”:

Sócrates: [...], afirmo que os gregos pertencem a uma mesma família e são parentes entre si e que os bárbaros pertencem a uma família diferente e estranha.

Glauco: Está certo.

Sócrates: Portanto, quando os gregos lutam contra os bárbaros e os bárbaros contra os gregos, diremos que se guerreiam, que são inimigos naturais, e denominaremos guerra sua inimizade; mas, se acontece algo parecido entre gregos, diremos que são amigos naturais, [...].<sup>86</sup>

Tanto nas passagens por mim destacadas de *Os Sertões*, como nesta citação de Platão, as condições (concebidas como naturais) de cada “unidade de ação”, civilizados-bárbaros e gregos-bárbaros, conferem significado e legitimidade para suas ações. Assim, a caracterização de cada grupo designa também suas possibilidades de atuação – caracterização essa que não é questionada pelo grupo que as desenvolve, assumindo o estatuto de “naturais”: gregos e bárbaros seriam “inimigos naturais”. O processo de naturalização também é utilizado por Aristóteles para sustentar a escravidão dos bárbaros:

Mas entre os bárbaros nenhuma distinção é feita entre mulheres e escravos; isso porque não existe entre eles aquela parte da comunidade destinada, por natureza, a governar e comandar; são uma sociedade composta unicamente de escravos, tanto os homens quanto as mulheres. Por isso o poeta diz: ‘É sabido que os helenos podem dominar os bárbaros!’<sup>87</sup>

Servos por natureza, já que viviam permanentemente sob regime de tirania, seria natural que os bárbaros fossem escravos entre os gregos, que eram naturalmente afeitos à liberdade. À medida que as caracterizações de cada conceito antitético tornam-se naturais, a posição político-social dos indivíduos classificados por esses termos também se solidifica

---

<sup>86</sup> PLATÃO. *República*, V, 470c.

<sup>87</sup> ARISTÓTELES. *Política*, I, 5.

– se a sociedade bárbara<sup>88</sup> é composta unicamente por escravos, os gregos possuem o direito de escravizá-los. Koselleck destaca a solidificação das condições sociais de cada grupo a partir de suas denominações naturalizadas: “Essa forma de religar substancialmente os conceitos políticos aos dados da natureza impedia que os conceitos políticos fossem deslocados ou superados”<sup>89</sup>. No caso da relação entre helenos e bárbaros, é através da elaboração dessa “essência” bárbara que ambas as posições sociais se solidificam, além de propiciar a aceitação da figura do “outro” no espaço dos helenos autodefinidos como superiores: “Reconhecendo a diferença – quase natural - , [os helenos] desprezam o estrangeiro ou o súdito, mas aceitam-no como estrangeiro ou reclamam-no para si como súditos”<sup>90</sup>. Nesse sentido, a natureza bárbara é conferida ao “não-grego” não apenas para manter a posição de inferioridade imposta a esse, mas também para inclui-lo na realidade grega, para explicar e sistematizar sua convivência no interior de seu oposto, a sociedade helena. Portanto, apesar de conceitos que estabelecem a oposição e hierarquização dos grupos, também organizam e racionalizam a convivência entre eles.

Outra característica do par helenos-bárbaros refere-se à relação temporal entre esses grupos denominados por esses conceitos. Em diversos momentos, os gregos utilizavam seu passado para definir os bárbaros, assim como utilizavam aspectos conferidos aos bárbaros de seu tempo para explicar sua própria história. O primeiro exemplo que exponho vem de uma reflexão de Platão:

[...] após termos pedidos aos gracejadores que renunciem ao seu papel e sejam sérios e lhes termos lembrado que não está distante o tempo em que os gregos acreditavam, como ainda acredita a maioria dos bárbaros, que a visão de um homem nu é um espetáculo vergonhoso e ridículo; e que, quando os exercícios de ginástica foram praticados pela primeira vez pelos cretenses, depois pelos lacedemônios, os cidadãos de então tiveram a oportunidade de zombar de tudo isso.<sup>91</sup>

Nessa passagem, para reprovar as zombarias contra os indivíduos que praticavam ginástica nus, Platão define essa atitude como atrasada, mas que “a maioria dos bárbaros” ainda apresentavam – ou seja, além de primitiva, essa ação está ligada à barbárie, pois não perceberia as vantagens da prática de exercícios sob tais condições, sua razão não teria iluminado o que seria melhor. Assim, o filósofo estabelece um paralelo entre o estágio evolutivo grego, mais avançado, e o estágio da barbárie, nitidamente atrasado. Apesar da

---

<sup>88</sup> Note-se aqui que o conceito “bárbaro” não comporta distinções internas, há homogeneidade entre os indivíduos sob essa denominação.

<sup>89</sup> KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p. 200.

<sup>90</sup> Ibidem.

<sup>91</sup> PLATÃO. *República*, V, 452c.

diferença no nível evolutivo, é importante destacar que ambos, gregos e bárbaros, seguiriam o mesmo percurso, como se a sociedade a que Platão pertencia fosse o futuro dos bárbaros, pois esses eram semelhantes ao passado (visto como atraso, um tempo primitivo) dos gregos. Outro exemplo dessa relação pode ser encontrado na obra de Aristóteles:

Por causa dessa composição [em aldeias], seu governo era inevitavelmente monárquico; é por esse motivo que as cidades-Estado helênicas foram, originalmente, governadas por reis – porque foi assim antes de os helenos se reunirem em cidades, como acontece ainda hoje com algumas nações bárbaras.<sup>92</sup>

Nesse caso, o que está em questão é o modo de organização político-social grega, que já teria passado por um sistema monárquico, de forma semelhante ao sistema em que os bárbaros contemporâneos do autor empregavam.

Outro importante autor grego que estabelece as relações em questão é Tucídides. Diferente de Platão, acredito que esse historiador compare os costumes dos antigos gregos com os dos bárbaros de seu tempo com pelo menos dois objetivos centrais: auxiliar a compreensão de um passado que em algumas regiões já não se lembrava; como também para confirmar suas afirmações sobre o passado, utilizando a relação feita com os bárbaros como uma comprovação de suas teses. Entre as primeiras referências aos bárbaros em sua obra, Tucídides compara as atitudes desses com os tempos antigos dos gregos: “[...] os helenos de antigamente, bem como os bárbaros estabelecidos no litoral do continente ou nas ilhas, ao intensificarem com suas naus as relações marítimas passaram a praticar a pirataria, [...]”<sup>93</sup>. Novamente percebemos uma reprovação tanto do próprio passado como da barbárie contemporânea, mas o objetivo aqui não é apenas esse – relacionando as duas temporalidades o autor busca comprovar que a pirataria é uma prática negativa, que levou a insegurança entre os gregos e impedia seu desenvolvimento, já que os bárbaros, naturalmente atrasados, a praticavam ainda em sua época. Além disso, essa construção reforça a veracidade de sua tese sobre o caráter rudimentar de sua sociedade no passado, que se exordia na organização das cidades sem muralhas, por exemplo. Outra afirmação com o objetivo de apontar e corroborar o atraso do passado através da comparação com os bárbaros é elaborada em relação ao costume de portar armas cotidianamente: “Na realidade, todos os helenos costumavam portar armas, porque os lugares onde viviam não eram protegidos e os contatos entre eles eram arriscados; por isto em sua vida cotidiana

---

<sup>92</sup> ARISTÓTELES. *Política*, I, 7.

<sup>93</sup> TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, I, 5.

eles normalmente andavam armados, tal como ainda fazem os bárbaros”<sup>94</sup>. Para dar prova da insegurança dos antigos gregos, expondo os motivos da falta de desenvolvimento desses, o autor descreveu esse costume. A relação estabelecida com os bárbaros tem a intenção de conferir legitimidade e clareza a essa descrição, pois, como provavelmente, segundo Tucídides preveria, os leitores da sua obra teriam conhecimento dessa mesma prática entre os bárbaros, facilitando a compreensão da realidade construída por ele. O próximo trecho é, de certa maneira, a conclusão do processo de comparação entre os costumes antigos dos gregos e dos bárbaros estabelecido no começo da obra em questão:

[...] pois em épocas mais remotas, mesmo durante os jogos Olímpicos, os atletas usavam panos enrolados em forma de cintos em volta dos quadris nas competições, e não faz muitos anos que esta prática cessou. Ainda hoje entre alguns bárbaros [...], os competidores usam esses panos nos quadris. É possível demonstrar que os helenos antigos tinham muitos outros costumes semelhantes aos dos bárbaros atuais.<sup>95</sup>

A maior parte dessa passagem é só mais um exemplo da estratégia utilizada por Tucídides até o momento, mas o que destaco aqui é sua conclusão. Ao final de mais uma relação estabelecida entre “épocas mais remotas” e “alguns bárbaros”, é revelada uma “comprovação” definitiva do que foi dito até aquele momento sobre a história dos helenos – seriam tantas as semelhanças entre seus “antepassados” e os “bárbaros atuais”, que todas as descrições dos costumes antigos poderiam ser comprovadas pela observação das sociedades bárbaras. Essas podem não ser a fonte para explicar o passado, mas ao menos endossam as teses apresentadas pelo autor, uma vez que a barbárie seria vista como uma espécie de “passado vivo”.

N’*Os Sertões*, podemos encontrar algumas semelhanças entre essas relações construídas pelos gregos da Antiguidade e as estratégias argumentativas de Euclides da Cunha para analisar os sertanejos. Diferentemente dos trechos analisados acima, em que gregos e bárbaros seriam de “famílias” diferentes e, portanto, com percursos históricos distintos (mesmo que suas evoluções devessem seguir os mesmos estágios, como afirmei anteriormente), “civilizados do litoral” e sertanejos compartilham a mesma história, pelo menos segundo o argumento geral do autor. Como analisarei a seguir, a questão é que os bárbaros do sertão estão em um estágio atrasado no mesmo percurso evolutivo em relação ao litoral – os sertanejos estão isolados no tempo. As próprias referências à Antiguidade, centro da minha análise da obra máxima euclidiana nesta pesquisa, são formas de legitimar

---

<sup>94</sup> Ibidem.

<sup>95</sup> Idem, I, 7.

a afirmação dessa história comum entre civilização e barbárie (tanto no Brasil, como de forma universal), relacionando os bárbaros do sertão com elementos de uma história universal (e brasileira) já superada. Entretanto, o que pretendo destacar neste momento é a estratégia de Euclides de fazer uso de caracterizações dos estágios ultrapassados pelos civilizados para suas definições sobre a barbárie sertaneja, ao mesmo tempo em que a utiliza para refletir sobre o passado dos civilizados, tratando os sertanejos como “monumentos vivos do passado”. Diversas passagens em que se destaca o elemento da história cíclica n’*Os Sertões* seriam satisfatórias para expor essa ideia, visto que a barbárie sertaneja é um dos elementos que possibilitam esse “refluxo” histórico, mas para exemplificá-la, recorro à análise euclidiana sobre a religião sertaneja. Nessa passagem a caracterização deste elemento é resumida pelo autor: “Ali estão, francos, o antropismo do selvagem, o animismo do africano e, o que é mais, o próprio aspecto emocional da raça superior, na época do descobrimento e da colonização”<sup>96</sup>. Essencialmente mestiça, tal como sua própria formação étnica, a religião do sertanejo segue o tradicional “mito” das três raças formadoras do povo brasileiro: índio, negro e o europeu. Mas o aspecto que se destaca aqui é o fator da “raça superior”, ou melhor, ao passado desta. Assim, o fator europeu dessa mestiçagem é relegado ao passado, ao momento decadente da história portuguesa:

Considerando as agitações religiosas do sertão e os evangelizadores e messias singulares, que, intermitentemente, o atravessam, ascetas mortificados pelos flagícios, [...] – espontaneamente recordamos a fase mais crítica da alma portuguesa, a partir do final do século XVI, quando, depois de haver por momentos centralizado a história, o mais interessante dos povos caiu, de súbito, em decomposição rápida, [...]. O povoamento do Brasil fez-se intenso, com d. João III, precisamente no fastígio de completo desequilíbrio moral, [...].<sup>97</sup>

A semelhança estabelecida entre a vida religiosa no sertão e a religião de um Portugal “em rápida decomposição” é lançada para depois servir como fato, comprovado pelo apontamento do fato do Brasil ter sido povoado justamente nesse período de declínio português. Portanto, o que antes era uma comparação tornou-se um fato, uma prova de que a religião bárbara sertaneja é proveniente de uma “parte negra” da História da Civilização – tornando-se então um monumento dessa fase do processo evolutivo, dos primórdios do Brasil, e da modernidade europeia. Pouco adiante, Euclides reforça sua interpretação:

---

<sup>96</sup> CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p. 239.

<sup>97</sup> Ibidem.



Essa justaposição histórica calca-se sobre três séculos. Mas é exata, completa, sem dobras. Imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despeada do movimento geral da evolução humana, ela ainda respira na mesma atmosfera moral dos iluminados\* [...]. Nem lhe falta, para completar o símile, o misticismo político do sebastianismo\*\*. Extinto em Portugal, ele persiste todo, hoje, de modo singularmente impressionador, nos sertões do Norte.<sup>98</sup>

Depois de três séculos, a sociedade do sertão mantinha exato e completo o misticismo do atraso sebastianista de Portugal. Assim, mais do que um “*símile*”, aquela religião mestiça era o representante contemporâneo de um passado rudimentar – o isolamento temporal fez do sertanejo um vestígio daquele tempo. Ressalta-se aqui, mais uma vez, o elemento cíclico da concepção de história n’*Os Sertões* – neste caso, a comparação entre “antigos civilizados” (mesmo que em decadência) e bárbaros modernos, aliada à constatação de que o país foi colonizado por aqueles “civilizados desequilibrados”, elaborou o cenário para a “ressurreição” do sebastianismo na História (universal e brasileira). Essa interpretação histórica feita por Euclides da Cunha é solidificada na passagem já citada por mim: “a revivescência de atributos psíquicos remotíssimos”.

Como argumentei anteriormente, essas relações que tracei entre os pares conceituais *helenos e bárbaros*, oriundos da Grécia Antiga, e *civilizados e bárbaros*, presentes no texto euclidiano, não significam que haja uma correspondência direta entre ambos, nem mesmo nas estratégias argumentativas usadas por Platão, Aristóteles e Tucídides com as que foram elaboradas por Euclides da Cunha. É preciso lembrar que essas semelhanças e diferenças foram traçadas pela minha interpretação, sem nenhuma comprovação definitiva (como todo o trabalho do historiador). Evidentemente, a noção grega de barbárie é diferente do uso recorrente no contexto histórico do autor brasileiro. Mesmo com evidências de que ele leu, ou pelo menos teve algum contato com as obras de Platão, Tucídides e Aristóteles<sup>99</sup>, não é possível afirmar que essas semelhanças sejam provenientes dessas leituras. A interpretação que apresento para essas relações é que esses gregos influenciaram a elaboração das concepções de barbárie e civilização n’*Os Sertões*, e que seu autor interpretou e resignificou aqueles textos, ou mesmo textos que foram influenciados por aqueles “clássicos”. Desvendar as redes de influência que colaboraram na elaboração da reflexão de

---

<sup>98</sup> Ibidem, p.241. Notas de L. M. Bernucci da edição utilizada: \* Iluminados: indivíduos que se consideram inspirados ou tocados por forças divinas. \*\* Sebastianismo: movimento messiânico, que se intensificou no final do século XVII, cuja principal crença era na volta do rei português D. Sebastião, derrotado e desaparecido em Alcácer-Quibir, Marrocos.

<sup>99</sup> Como evidência da leitura de Tucídides por Euclides da Cunha, cito uma das notas à segunda edição de *Os Sertões*: “[...], gravaria na primeira página a frase nobremente sincera de Tucídides, ao escrever a história da guerra do Peloponeso – [...]”. In: CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p.784. As evidências do contato do autor com Platão e Aristóteles estão na carta escrita a Oliveira Lima, citada na introdução deste trabalho.

algum autor é uma tarefa extremamente complexa, e talvez seja impossível confirmar essas trajetórias intelectuais, mas mesmo que Euclides não tenha utilizado a estratégia argumentativa do bárbaro sertanejo como monumento de um passado decadente da civilização a partir da leitura de *História da Guerra do Peloponeso*, é muito provável que tenha sofrido essas influências de outra “fonte”, que por sua vez teria sido influenciada pelas afirmações tucidideanas. Segundo Koselleck, mesmo que o par conceitual heleno-bárbaro não seja mais utilizado, muitos de seus elementos manifestaram-se ao longo da História, marcando diferentes ideias e duplas de conceitos em outros contextos, mantendo a possibilidade de terem sido usados pelo autor de *Os Sertões*: “Neste sentido, o clássico par de conceitos [helenos e bárbaros] pertence à história, mas ele apresenta traços modelares que, ao longo dessa mesma história, sempre voltaram a manifestar-se”<sup>100</sup>.

Se a ideia de barbárie é utilizada desde a Antiguidade, seu sentido será remodelado com o desenvolvimento do conceito de Civilização, que ocorre em meados do século XVIII, na França. Para expor brevemente esse processo, o dividi em cinco momentos centrais: as definições deste termo e seus correlatos ainda sem seu sentido moderno; a primeira elaboração moderna deste conceito, na obra de Mirabeau; a concepção iluminista de civilização; as modificações em seu sentido após a Revolução Francesa; por fim, destacarei alguns elementos desta noção na obra de François Guizot através da leitura de Bermejo Barrera. Antes de expor a trajetória proposta, cito duas categorias em que Barrera enquadra o conceito de civilização. A primeira, que representa um de seus esforços centrais, é a questão dos “*hechos totalizadores*”:

Chamo-os fatos, em primeiro lugar, porque assim os consideram os historiadores que os estudam, que nunca frequentemente não os consideram como meras abstrações ou modelos, simplesmente, e os chamam totalizadores porque possuem, ao que parece, a capacidade de formar e estruturar todos os outros fatos.<sup>101</sup>

Portanto, o termo não seria concebido pelos intelectuais como uma definição criada por eles mesmos, como um nome que não faria referência a algo concreto, mas sim a um “ente” proveniente de determinadas concepções de sociedade, de história, etc. A civilização existiria por si mesma, independente da perspectiva do observador. Na obra de Euclides da Cunha, esse processo de entificação do termo é perceptível logo em sua abertura: “[...]”

---

<sup>100</sup> KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., p.197.

<sup>101</sup> BERMEJO BARRERA, J. C. *Libro II – Um concepto del discurso histórico: “civilización”*. El final de la historia. Ensayos de historia teórica. Madrid: Ediciones AKAL, 1987, p.159. Essa e as demais traduções ao longo desse trabalho são de minha autoria.

destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização”<sup>102</sup>. A Civilização atuaria como uma entidade com exigências próprias, responsável pelo **inevitável** esmagamento das sub-raças sertanejas. Com determinações próprias, atuando no fim da história da sociedade sertaneja, reitera-se que esse é o agente do desenvolvimento histórico n’*Os Sertões*. Um agente que não precisa ser definido ou caracterizado, já que é um fato, de existência tão segura e inquestionável quanto a do próprio homem. Mesmo que em diversos momentos o nível civilizatório dos seus “representantes” seja questionado pelo autor, como analiso a seguir, o mesmo não ocorre em momento algum com o “ente” em si – os civilizados (ou ditos como tal) podem agir como bárbaros, mas a civilização continuaria a existir independentemente. Ao mesmo tempo, qualificado por Barrera como “totalizador”, esse conceito estruturaria a concepção dos seus autores sobre a realidade. Isso não significa uma relação de influência única do aspecto civilizador sobre todo o pensamento dos indivíduos – como destaquei anteriormente, a própria ideia de civilização é definida por cada pensador, baseado em suas experiências religiosas, morais, culturais, políticas, etc. Essa estruturação é baseada numa rede de influências, em que o conjunto das posições de cada autor formaria uma determinada definição do que seria civilização, e essa ideia percorreria, em contrapartida, aquelas concepções sobre a realidade. Na obra de Euclides da Cunha, por exemplo, sua posição sobre a política brasileira, essencialmente republicana, teve influência direta no que ele definiu como forma de governo mais civilizada, livre dos atrasos monárquicos. Esse mesmo critério civilizacional “retorna” à análise política do autor, julgando as atitudes retrógradas da população da Capital republicana após a derrota da Expedição Moreira César<sup>103</sup>. Outro exemplo é o próprio assunto central deste capítulo – as relações entre a escrita da história e a noção de civilização n’*Os Sertões*. A civilização estrutura sua visão de história – o motor da história seria a luta entre barbárie e civilização, presente tanto na Antiguidade como no sertão brasileiro –, assim como a elaboração desse conceito foi baseada nas relações temporais estabelecidas pelo autor.

A segunda categoria conceitual apresentada por Bermejo Barrera é a dos conceitos que apresentam estrutura catóptrica. Essa é definida pelo autor:

A noção de civilização, ou sua consideração como fato, [...], é um espelho no qual o historiador contempla com satisfação, ao comprovar que a “realidade” corresponde as suas mais íntimas aspirações e aos seus

---

<sup>102</sup> CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p.65.

<sup>103</sup> Ibidem, p.501-503.

mais ocultos desejos. O historiador pode, pois, desfrutar de sua própria figura, toda sua essência, o resto de sua coletividade.<sup>104</sup>

A estrutura catóptrica aqui exposta é baseada num jogo de reflexos, em que a imagem refletida na realidade observada não é necessariamente a que o intelectual confere a si mesmo ou a sua sociedade – e sim nos desejos dele. No caso euclidiano, a noção de civilização elaborada para analisar a Guerra de Canudos e a sociedade sertaneja não coincide diretamente com a imagem do contexto histórico que vivia, ou ainda suas experiências pessoais e intelectuais. O que estava em questão era principalmente o que seria para Euclides uma sociedade civilizada – nesse sentido, para ele, os seus contextos social, político e cultural não serviriam de forma alguma como um modelo. Portanto, o uso do termo em questão representa as críticas e aprovações de cada autor sobre sua sociedade e sobre si mesmo, construindo uma reflexão que busca conhecer a si mesma através do outro – como Starobinski destaca: “O momento histórico no qual aparece a palavra civilização marca a entrada em cena de uma auto-reflexão, a emergência de uma consciência que crê saber de que é feita a sua própria atividade”<sup>105</sup>. Essa postura não se limitou apenas a analisar a si mesma, mas também a atribuir valores, julgar ações (do passado e do presente) e mesmo estimulá-las, legitimá-las. Tendo em vista essa estrutura, é preciso lembrar que ela é válida tanto para os objetos do passado imediato (o conflito de Canudos), como também de um passado mais distante, como as lutas dos bárbaros contra o Império Romano, por exemplo, já que a conceito em questão é o centro explicativo da história, invariável ao longo do tempo – o que seria civilização no século XIX, também seria na Antiguidade.

Iniciando a análise do percurso do conceito de civilização, percebemos que até o começo do século XVIII, na França (lugar do primeiro uso desta palavra), este termo, juntamente com suas derivações, era parte principalmente do domínio jurídico. Segundo Jean Starobinski, a palavra *civilizar* apresentava duas acepções: “Levar à civilidade, tornar civis e brandos os costumes e as maneiras dos indivíduos” ou “tornar civil uma causa criminal”<sup>106</sup>. O *Dicionário universal* de Trévoux de 1743 seguia com a definição jurídica do termo. Entretanto, em 1771, outra edição do mesmo dicionário apresenta o que Starobinski define como o primeiro uso do sentido moderno do substantivo *civilização*:

---

<sup>104</sup> BERMEJO BARRERA, J. C. Op. Cit., p. 185.

<sup>105</sup> STAROBINSKI, Jean. Op. Cit., p. 52.

<sup>106</sup> Ibidem, p.11.

O amigo dos homens [referência à obra de Mirabeau] empregou essa palavra por sociabilidade. Vede essa palavra. A religião é incontestavelmente o primeiro e o mais útil freio da humanidade; é o primeiro móvel da civilização. Ela nos adverte e nos lembra continuamente a confraternidade, abrandando nosso coração.<sup>107</sup>

Nesse dicionário, que ainda carregava o uso jurídico do termo, começou sua nova definição tomando por base a obra do marquês de Mirabeau, *L'Ami des hommes*, de 1756. Assim, podemos perceber nesse período uma convivência entre esses dois sentidos, até que no começo do século XIX, com a Revolução Francesa, a elaboração iniciada por Mirabeau tornou-se predominante. Dois elementos importantes se destacam desta definição: o primeiro é o caráter disciplinador, refreador de impulsos negativos – “[...] mais útil freio [...]”, “[...] nos adverte e nos lembra [...]”. A religião, atuando nesse sentido, seria o principal instrumento do processo civilizador para esse autor. Esse caráter religioso, mas sem defender qualquer tipo de crença específica, revela o outro elemento que destaco – a importância da união entre os homens, da vida harmônica em sociedade, para o desenvolvimento da civilização. Controle dos instintos e apreço pela harmonia social – esses são pressupostos que definiriam a vida social tanto no ambiente privado, quanto na esfera pública.

Como dito anteriormente, a obra do marquês de Mirabeau, *L'Ami des hommes*, de 1756, foi a primeira a utilizar o termo *civilização* fora do sentido jurídico. Sua elaboração foi centralizada na religião, devido ao seu potencial de conduzir a uma harmoniosa sociabilidade entre os indivíduos, principalmente devido ao freio dos pensamentos negativos e pela pregação da confraternização, como está explícito na definição do dicionário acima citado. Posteriormente, devido à abrangência de sentidos que a palavra adquiriu (abrandamento dos costumes, cultura das artes e das ciências, crescimento comercial e industrial, etc.), esta tornou-se “[...] um substituto laicizado da religião, uma parusia da razão”<sup>108</sup>.

Nos textos de Mirabeau há duas concepções distintas para a noção de *civilização*: uma que a vê sob um movimento constante; outra a concebe de forma estática, como um estado social ou cultural. Essa dupla utilização mostra que esse conceito pode ser usado tanto para se referir aos processos de desenvolvimento, aos rumos do progresso (no caso euclidiano, à evolução), como para designar os resultados dessas trajetórias. O primeiro uso compreende uma visão circular da história, em que os diversos povos percorreriam etapas

---

<sup>107</sup> Ibidem, p.12.

<sup>108</sup> Ibidem, p.14.

específicas. Starobinski cita dois trechos de obras do marquês que evidenciam essa questão. O primeiro foi retirado da obra já citada, em que o autor evoca “o círculo natural da barbárie à decadência pela civilização e pela riqueza”<sup>109</sup>. A seguinte foi retirada de uma obra dirigida ao rei francês, *Théorie de l’impôt*, em que o recorda do “exemplo de todos os impérios que antecederam o vosso e que percorreram o círculo da civilização”<sup>110</sup>. Para exemplificar a segunda utilização do termo em questão, Starobinski utiliza uma passagem de outra obra de Mirabeau, de 1767: “As riquezas mobiliárias de uma nação dependem [...] não apenas de sua civilização, mas também da de seus vizinhos”<sup>111</sup>. Essa ambiguidade do termo também está presente na obra máxima de Euclides da Cunha. Esse “circulo natural” elaborado por Mirabeau é semelhante ao elemento cíclico da escrita da história euclidiana que expus anteriormente. Os povos iniciariam na barbárie, passariam pela civilização, até chegarem a sua inevitável decadência. A diferença entre os ciclos que podem ser percebidos em *Os Sertões* e o círculo de Mirabeau é o seu fim: ao invés da decadência, o fim inevitável da humanidade seria o triunfo da Civilização sobre a Barbárie, no “*esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes*”<sup>112</sup>. Mais uma vez, as relações entre civilização e história são construídas, nesse caso, a partir dos “ciclos civilizacionais” – no caso euclidiano, sem um círculo fechado pela decadência, mas numa luta constante entre bárbaros e civilizados, em que o segundo inevitavelmente triunfaria.

Após esse desenvolvimento inicial da ideia de civilização, a disseminação e a abrangência que essa alcançou é devida, em grande parte, ao trabalho de diversos filósofos, essencialmente franceses. Os *philosophes* iluministas utilizaram esse termo como a principal definição para “o triunfo e a expansão da razão, não somente no domínio constitucional, político e administrativo, senão também no domínio moral, religioso e intelectual”<sup>113</sup>. Portanto, o pressuposto central para a civilidade, de acordo com a concepção iluminista, é a racionalidade, demonstrada não só na organização política das sociedades, mas principalmente na racionalidade dos seus componentes, expressa no campo cultural, moral e religioso. Nessa linha de pensamento, o caráter civilizacional depende muito mais do progresso individual do que dos avanços sociais – ou seja, esses

---

<sup>109</sup> MIRABEAU. *L’Ami des hommes*. 1756, p. 176 (sem definição da edição). Apud: STAROBINSKI, Jean. Op. Cit., p. 17.

<sup>110</sup> Idem. *Théorie de l’impôt*. 1760, p. 99 (sem definição da edição). Apud: STAROBINSKI, Jean. Op. Cit., p. 17.

<sup>111</sup> Idem. *Ephémérides du citoyen*. 1767, p. 112 (sem edição definida). Apud: STAROBINSKI, Jean. Op. Cit., p. 17.

<sup>112</sup> CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p.66.

<sup>113</sup> FEVBRE, Lucien. *Civilisation. Evolution d’un mot t d’un groupe d’idéés*. In: *Civilisation. Le mot et le Idée*. Paris, 1930, p.14. Apud: BERMEJO BARRERA, J. C. Op. Cit., p.178.

filósofos estavam mais preocupados com os avanços do “espírito humano” do que com as conquistas de seus governos, por exemplo. Isso não significa uma concepção individualista de civilização, mas que essa dependia do desenvolvimento da racionalidade em cada um. Como a razão era uma habilidade a ser alcançada por todos os homens, a noção de civilização entre esses filósofos assume um caráter universalista, como destaca Barrera:

A ideia de civilização esteve intimamente vinculada ao projeto filosófico do Iluminismo. Para os iluministas somente havia uma civilização humana, que seria absoluta, coerente y unitária, do espírito humano. Mas essa civilização não seria para eles um conceito “histórico”, senão como o projeto do Iluminismo, um *ideal moral*, visto que a civilização está unida ao desenvolvimento da justiça e a da aspiração a que se difunda ela mesma entre todos os homens e de que, por sua universalidade, conquiste todos os povos e transforme os selvagens.<sup>114</sup>

Relembrando a estrutura catóptrica exposta anteriormente, o conceito definido pelos ilustrados seguia as influências tanto de seu contexto histórico, como dos seus desejos projetados sobre esse – ou seja, a vitória do “espírito humano” racional entre toda a humanidade, derrotando a barbárie dos “selvagens” através da razão. Mais do que uma análise da realidade de seu período, a civilização dos iluministas tinha finalidade moralizante.

Com a Revolução Francesa e seus longos desdobramentos, a noção moderna de Civilização firmou-se definitivamente na Europa. Juntamente com os ideais revolucionários, e até mesmo utilizando-a para legitimá-los, a República francesa expandiu-se seus pressupostos civilizacionais por onde passava. Seus inimigos também adotaram o termo para atacar o programa da “perigosa” Revolução. Progressivamente, à medida que o sentimento nacionalista se desenvolvia após os rumos daqueles acontecimentos, a civilização universal dos ilustrados do século XVIII se dissolveu em civilizações, com cada nação (ou movimento nacionalista) desenvolvendo seus critérios civilizacionais. Bermejo Barrera relaciona os acontecimentos que se passaram entre 1780 e 1830 com essas modificações desse conceito:

Será unicamente entre 1780 e 1830 quando, como consequência do desenvolvimento dos estados nacionais, começa-se a formular a ideia de uma pluralidade de civilizações, mediante o contraste entre algumas dessas; nasceria deste modo, segundo o próprio Febvre, uma *concepção etnográfica* da civilização.

Depois da revolução de 1789, a palavra chegará a um nível político, [...].<sup>115</sup>

---

<sup>114</sup> BERMEJO BARRERA, J. C. Op. Cit., p. 179.

<sup>115</sup> Ibidem.

A apropriação das diferentes sociedades da noção de civilização não se deu de forma homogênea – cada uma passou a identificar sua história, e progressivamente a sua nação, com uma trajetória individual do progresso civilizacional. A pluralidade de civilizações significou também a pluralidade de critérios para defini-las. Um exemplo dessa diversidade de critérios para se definir esse termo é apontado por Starobinski. Enquanto a França revolucionária pautava sua civilização na liberdade, laicidade, quebra das tradições da nobreza, Edmund Burke, em 1790, define sua concepção de civilização da seguinte forma: “Nada é mais certo do que o fato de que nossos costumes e nossa civilização [...] dependiam, há séculos, de dois princípios, e eram seguramente o resultado da combinação dos dois. Quero dizer o espírito da fidalguia e o da religião”<sup>116</sup>. Retornando ao elemento cíclico desta noção, apresentado por Mirabeau, a busca das “origens nacionais” possui forte conexão com o “círculo da civilização” do marquês, relacionando os bárbaros do passado (relativizando essa barbárie, evidentemente, ao buscar características positivas naqueles) com os civilizados do presente. Entretanto, devemos lembrar que a ascensão das civilizações não significou o fim da concepção universalista do termo – em diversos autores, essas duas concepções conviveram, complementaram-se, sem provocar necessariamente contradições. Como apresentei diversas vezes anteriormente, Euclides da Cunha, por exemplo, utiliza o que seria definido como civilização universalista, já que relaciona a luta entre bárbaros e civilizados no Brasil com casos contemporâneos ao seu, como o francês<sup>117</sup>, por exemplo; como também com eventos correlatos da Antiguidade, como os conflitos entre romanos e partos<sup>118</sup>. Ao mesmo tempo, o autor busca definir o histórico do processo civilizacional especificamente brasileiro, relacionando a barbárie de Canudos com os civilizados decadentes de Portugal, representantes do começo da História nacional.

François Guizot foi outro importante intelectual que estabeleceu relações entre a Civilização universalista e a pluralidade de civilizações, ligada ao desenvolvimento das nações. A ligação entre os conceitos de nação e civilização é fundamental em sua obra, como destaca Barrera: “O último passo para a evolução do processo consistirá na equiparação do conceito de civilização com o conceito de nação, o que pela primeira vez se

---

<sup>116</sup> BURKE, Edmund. *Réflexions sur la révolution de France*. Paris, 3ª ed., s.d. [1791], p.99-100. Apud: STAROBINSKI, Jean. Op. Cit., p.38.

<sup>117</sup> CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p.144.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p.563.



realizará na obra de François Guizot”<sup>119</sup>. A evolução acima citada se refere ao processo de politização da noção de civilização, concretizada na obra *História da Civilização na Europa*, de Guizot. Esse processo estabeleceu duas diferenças entre a concepção iluminista e a apresentada por esse autor para o conceito em questão: o foco da análise deixou de ser o espírito humano expresso em cada indivíduo, como seguiam os filósofos do século XVIII, para se voltar para as realizações conjuntas das sociedades, expressas nas nações, representantes máximos do alcance da razão; além disso, a Civilização adquiriu “historicidade”, ou seja, passou a ser vista não só como um projeto moralizante, mas também como um fato concreto, passível de observação.

Portanto, a correspondência entre os termos nação e civilização não significaram apenas a entrada definitiva do segundo ao campo político, mas também o desenvolvimento de uma nova esfera de dependência desta – ou seja, não depende apenas do progresso racionalista de cada indivíduo, mas também, e principalmente, das conquistas da nação, representadas nas atitudes de seu Estado. O universalismo iluminista convive com as particularidades nacionais, assim como o progresso moral está diretamente relacionado aos desenvolvimentos promovidos pelo Estado. Não se questionaria mais a postura moral dos indivíduos, mas a dos governos diante de seus cidadãos e diante das demais nações. Os indivíduos são partes da nação, e cabe a nação conduzir “seus filhos” ao caminho civilizado. Barrera expõe essa correspondência entre indivíduo e coletividade através de uma citação da obra de Guizot:

O historiador poderia situar-se dentro da alma humana durante um certo tempo... Mas também poderia proceder de outra maneira: no lugar de entrar no interior do homem, pode situar-se fora, no meio do cenário mundial... Estas duas porções, estas duas histórias da civilização estão estreitamente ligadas entre si; cada uma é um reflexo, a imagem da outra.<sup>120</sup>

Entretanto, para que o indivíduo seja um reflexo de uma sociedade civilizada, é preciso que esta o eduque, o conduza para o caminho civilizado – isso não significaria necessariamente anular a particularidade dos indivíduos, mas ignorá-las diante das necessidades evolutivas da coletividade, onde “o puramente individual, o que em um ser individual não pode ser igual a nenhum outro ser, não está contemplado no ‘fato’ civilização [...]”<sup>121</sup>. Assim, na sociedade civilizada proposta por Guizot, o Estado exerce

---

<sup>119</sup> BERMEJO BARRERA, J. C. Op. Cit., p.179.

<sup>120</sup> GUIZOT, François. *História de la Civilización en Europa*. Paris, 1832 / Madrid, 1966, p.20. Apud: BERMEJO BARRERA, J. C. Op. Cit., p.182.

<sup>121</sup> BERMEJO BARRERA, J. C. Op. Cit., p.185.

papel fundamental, principalmente pelo seu projeto educacional. A educação começa a ser vista então como o principal instrumento civilizatório – lembrando o papel da racionalidade na “conversão dos selvagens” do século XVIII. A força do ensino como impulsionador da vida civilizada também está presente da obra de Euclides da Cunha, ao defender que o meio mais civilizado (talvez o único meio verdadeiramente civilizado) de terminar com a Barbárie seria com livros, ao invés de armas<sup>122</sup>.

Outra contribuição de Guizot na trajetória do conceito de civilização é a sua observação como um fato, passível de análise: “a civilização é um fato como qualquer outro, um fato suscetível, como qualquer outro, de ser estudado, descrito, contado”<sup>123</sup>. Assim, o termo adquire uma historicidade ausente no projeto iluminista, deixando seu caráter abstrato para adquirir um “ponto de referência” na história, uma localização temporal, geralmente ligada aos eventos nacionais. É justamente a nação o elemento que permite a observação da civilização sob um ponto de vista científico e histórico, tendo para isso a construção das histórias nacionais como pontos de referência.

## **2 – Os crimes da civilização em Os Sertões**

Ciência ou literatura, evolução ou “repetições históricas”, crime ou “ato inevitável” – há uma série de aparentes contradições e uma frequente ambivalência na escrita de *Os Sertões*. Certamente esse é um dos elementos que faz com que essa obra seja discutida e revista até hoje – em diversos momentos de sua leitura, não é possível afirmar com segurança quais são as posições de Euclides da Cunha, pois alguns de seus argumentos centrais parecem se anularem mutuamente em diversos pontos do texto. Aqui, me refiro especificamente à oposição entre barbárie e civilização presente na obra – quem são os civilizados no conflito de Canudos? Quão perigosa é a barbárie sertaneja? Mas acredito que a principal questão para muitos intérpretes desta obra seja: se a extinção dos sertanejos era inevitável, como o massacre promovido pelo Exército pode ser considerado um crime? Diante de todos esses questionamentos provocados pela obra, creio que seja um equívoco considerar a escrita euclidiana como maniqueísta, tal como sugere Flávio Kothe, em sua obra *O Cânone republicano I*: “Há um paralelismo oposicional entre um e outro: o Exército representa a vida em morte, a história que progride, enquanto o sertanejo representa a morte em vida, o atraso, o retrocesso histórico. A verdade pode ser o oposto, mas os termos

---

<sup>122</sup> CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p.502-503.

<sup>123</sup> GUIZOT, François. Op. Cit., p.20. Apud: BERMEJO BARRERA, J. C. Op. Cit., p.181.

são absolutizados: o Bem e o Mal”<sup>124</sup>. Como exponho a seguir, o Exército nem sempre é visto como a força do progresso; assim como os sertanejos não representam o atraso absoluto – como argumentei anteriormente, eles teriam, pelo menos, um futuro grandioso nos rumos da civilização. O que me parece mais evidente ainda é que não há “Bem” ou “Mal” n’*Os Sertões* – até porque, “este livro não é um livro de defesa; é, infelizmente, de ataque”<sup>125</sup> – assim, o autor teria mostrado sua indisposição em defender qualquer um dos lados envolvidos nos eventos por ele narrados.

Desses questionamentos que apresentei anteriormente, escolhi dois autores que representariam diferentes posições sobre essas, pois optaram por focos diferentes sobre a “ambiguidade euclidiana” – Berthold Zilly e Flávio Kothe. Em seu texto *Um patriota na era do imperialismo: o brilho cambiante de Os sertões*, Zilly volta suas atenções para as críticas de Euclides da Cunha contra os crimes da civilização, não só no Brasil, mas no mundo. Além disso, o autor focaliza o processo de valorização do sertanejo presente na obra euclidiana, fazendo referência ao apelo do autor à literalidade para isso, já que a ciência seria incapaz de captar as qualidades sertanejas. Ao final, comparando a obra em questão com outras grandes tragédias, Zilly destaca o caráter trágico da escrita euclidiana: “Quando a República, no seu fanatismo civilizador, extermina o sertanejo, cumpre uma lei da evolução mas também pratica um ato de fratricídio e automutilação nacional”<sup>126</sup>. Segundo a interpretação do autor, resumidamente, Euclides teria percebido as qualidades dos sertanejos e denunciado os crimes cometidos em nome da civilização, mas via a tragédia (o fim da raça sertaneja) como inevitável. Em contrapartida, Flávio Kothe, na segunda parte de sua obra já referida, sob o título *Sagração da sangria*, traça longas e contundentes críticas contra as argumentações elaboradas n’*Os Sertões*. Além das longas críticas quanto ao valor artístico da obra, das quais não tenho condição de avaliar, o autor define Euclides da Cunha como um legítimo defensor das ações do Exército em Canudos: “O autor posiciona-se plenamente ao lado governamental e das tropas, que se dirigiram para o arraial de Canudos, a fim de atacá-lo e sem dar qualquer chance, senão a de se defender até a morte”<sup>127</sup>.

Para Kothe, a obra em questão legitima o extermínio dos sertanejos, ao invés de condená-lo. Em sua interpretação, o Exército seria o representante da civilização no sertão,

---

<sup>124</sup> KOTHE, Flávio R. *O Cânone Republicano I*. Brasília: Editora universidade de Brasília, 2003, p.198.

<sup>125</sup> CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p.784.

<sup>126</sup> ZILLY, Berthold. *Um patriota na era do imperialismo: o brilho cambiante de Os sertões*. In: GOMES, Gínia Maria (org.). *Euclides da Cunha: literatura e história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p.45.

<sup>127</sup> KOTHE, Flávio R. Op. Cit., p.160.

enquanto sua população é a representação do atraso, da atrocidade prejudicial que deveria ser exterminada. O autor chega a comparar as ideias expostas na obra com as que foram disseminadas durante o nazismo: “Não combate o racismo: fomenta-o como projeto histórico. O seu ideal é ‘nazista’, no sentido de um planejamento racial sistemático, acrescido de autoritarismo de direita, intolerância e espírito bélico”<sup>128</sup>. Não pretendo julgar qual interpretação é a correta, a apresentada por B. Zilly ou por F. Kothe, pois ambas são justamente interpretações, possíveis posições diante das amplas possibilidades proporcionadas pela escrita euclidiana – além disso, ambas foram comprovadamente baseadas na leitura rigorosa da obra. Entretanto, de acordo com minha interpretação, as afirmativas de Kothe mostram-se incoerentes, chegando mesmo ao anacronismo ao relacionar diretamente o evolucionismo do século XIX com a ideologia nazista. Sua análise não consegue “harmonizar” a elaboração euclidiana dos sertanejos como bárbaros com a denúncia dos crimes da Civilização. Nesse sentido, minha leitura aproxima-se muito mais da proposta por Zilly, negando qualquer possibilidade de maniqueísmo na obra, em que o povo do sertão é condenado à barbárie, mas os civilizados do litoral apresentam atitudes não muito distantes – afinal, o próprio autor estabelece essa relação, ao comentar as reações no “centro civilizado” com a derrota de Moreira César: “[...] símiles que se emparelham na mesma selvaticueza. A rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas”<sup>129</sup>.

A seguir, pretendo responder a questão que expus anteriormente – se o fim de Canudos estava determinado pelo avanço da história, qual teria sido o crime dos soldados que executaram a sentença –, ao mesmo tempo em que exponho de forma aprofundada minha discordância diante da interpretação de Flávio Kothe sobre a suposta defesa incondicional do Exército brasileiro n’*Os Sertões*. Na realidade, o caminho para essas duas proposições que faço é o mesmo, pois para responder a primeira questão, é preciso discutir como Euclides elabora a imagem dos adversários dos seguidores de Conselheiro, que desde o início da obra foram qualificados como “mercenários inconscientes”. Na guerra de Canudos os representantes da barbárie e da civilização estavam bem definidos – entretanto, creio que o autor não concebeu os civilizados do embate como dignos de tal título. O crime foi feito em nome da civilização, mas os criminosos foram denunciados como “falsos” civilizados, remetendo a uma noção exposta por Starobinski como “máscara da civilização”. Retomando diversos intelectuais que criticavam o luxo, a polidez hipócrita, a corrupção e ganância dos habitantes das grandes cidades – críticas que eram elaboradas

---

<sup>128</sup> Ibidem, p.171.

<sup>129</sup> CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p.501.

mesmo antes do desenvolvimento do termo “civilização” – o autor destaca as diversas críticas feitas ao que geralmente era considerado o progresso, principalmente entre os europeus, que elogiavam a sofisticação em contraposição ao rudimentar. O tom geral dessas argumentações estaria baseado, segundo o autor, em denunciar a educação e o luxo europeus como máscaras que ocultariam pensamentos e atitudes mais selvagens do que os próprios bárbaros seriam capazes de apresentar. Mirabeau, em suas definições de sua ideia de civilização, preocupou-se em apontar o que seria a “falsa civilização”:

Se perguntasse à maioria no que consiste a civilização, a resposta seria: a civilização de um povo é o abrandamento de seus costumes, a urbanidade, a polidez e os conhecimentos difundidos de maneira que as conveniências aí sejam observadas e façam as vezes de leis de detalhe; tudo isso não me representa senão a máscara da virtude e não sua face, e a civilização não faz nada pela sociedade se não lhe dá o fundo e a forma da virtude: foi do seio das sociedades abrandadas por todos esses ingredientes que se acaba de citar que nasceu a corrupção da humanidade.<sup>130</sup>

Ao analisar cada um dos “ingredientes” levantados por Mirabeau, é possível perceber as causas para sua cautela em relação à possibilidade da ocorrência de “falsas civilizações” – sob certo sentido, parece que até mesmo a existência de uma sociedade legitimamente civilizada é inviabilizada. O primeiro elemento citado pelo marquês, e talvez o mais importante segundo ele, é o “abrandamento de seus costumes”, ou seja, o controle de impulsos interiores, de pensamentos e ações negativos que deveriam ser disciplinados. A própria expressão já indica a insegurança do autor – esses aspectos negativos do homem seriam apenas contidos, mas não anulados. Assim, Mesmo com tal abrandamento, haveria um “perigo interior” em cada indivíduo. Os fatores posteriores – urbanidade, polidez e satisfação das conveniências – tradicionalmente foram utilizados para distinguir sociedades organizadas de grupos tidos como bárbaros<sup>131</sup>. Segundo a passagem citada, essas questões estariam ligadas apenas às aparências de cada sociedade, sem possuírem uma relação direta com uma essência civilizada nos indivíduos – alguns homens poderiam ser polidos, vivendo em grandes e bem organizadas cidades, mas agir de maneira corrupta e egoísta. Retomando a citação do *Dicionário universal*, de 1743, a religião foi vista como o principal instrumento da civilização, por proporcionar “o mais útil freio da humanidade” e porque

---

<sup>130</sup> MIRABEAU. (Sem referência). Citado em: MORRAS, Joachim. *Ursprung und Entwicklung des Begriffs der Zivilisation in Frankreich*. Hamburgo, 1930, p.38. Apud: STAROBINSKI, Jean. Op. Cit., p.19.

<sup>131</sup> A questão urbana, por exemplo, é utilizada por Euclides da Cunha para apontar a organização bárbara de Canudos, comparando suas casas com as dos gauleses antigos: “[...] lembravam as choupanas dos gauleses de César”. In: CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p.292.

“nos lembra continuamente a confraternidade, abrandando nosso coração”. Portanto, mesmo que uma sociedade “freasse” seus impulsos negativos, ela não poderia ser considerada uma civilizada sem que contasse também com a harmonia entre seus membros.

Uma sociedade polida, mas sem o “coração abrandado”, seria capaz das mesmas selvagerias que os bárbaros – essa argumentação exposta por Mirabeau é repetida, em outros termos, n’*Os Sertões*. Mesmo definindo o Exército e a população litorânea, em contraposição à sertaneja, como detentores da civilização, esses são constantemente criticados – o somatório de suas ações define o crime denunciado pelo autor logo no começo dessa obra. Segue uma de suas primeiras definições sobre seus civilizados: “[...] sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã – tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes”<sup>132</sup>. Alimentando-se de princípios civilizadores alheios a sua realidade e sem desenvolver uma cultura nacional – assim Euclides concebia a civilização brasileira. Sua civilidade não só é aparente, mas foi desenvolvida parasitariamente. Inconscientes, os civilizados brasileiros nem mesmo tomaram conhecimento da sua atuação na trajetória irreversível da história da civilização. Posteriormente, após realizar a já citada comparação entre Canudos e a “rua do Ouvidor”, Euclides da Cunha lança outra crítica ainda mais contundente à “máscara da civilização brasileira”:

A força portentosa da hereditariedade, aqui, como em toda a parte e em todos os tempos, arrasta para os meios mais adiantados – enlucados e encobertos de tênue verniz de cultura – trogloditas completos. Se o curso normal da civilização em geral os contém, e os domina, e os manietta, e os inutiliza, e a pouco e pouco os destrói, recalcando-os na penumbra de uma existência inútil, de onde os arranca, às vezes, a curiosidade dos sociólogos extravagantes ou as pesquisas da psiquiatria, sempre que um abalo profundo lhes afrouxa em torno a coesão das leis, eles surgem e invadem escandalosamente a história.<sup>133</sup>

Essa longa crítica foi feita após a descrição da histeria antimonarquista que teria dominado a Capital após a notícia da derrota da Expedição Moreira César, em que uma multidão teria atacado sedes de diversos jornais, acusados de monarquistas. O temor criado diante da certeza de Canudos ser uma conspiração monárquica teria dominado toda população, inclusive o presidente da República. Nesse contexto, os “trogloditas completos” despir-se-iam do “tênue verniz de cultura” e dominariam os rumos da História, libertados

---

<sup>132</sup> Ibidem, p.65.

<sup>133</sup> Ibidem, p.501.

por um “abalo profundo” na “coesão das leis”. Em outras palavras, a barbárie pode irromper entre a civilização diante de situações caóticas, diante da ruptura das leis. Não há evidências claras do que teria provocado essas rupturas para o autor, mas a maior possibilidade é que essa seja uma crítica direcionada ao governo republicano, que seria responsável pela manutenção – entretanto, ele próprio sucumbiu diante de uma “barbárie interior”.

Analisando a obra para além da passagem acima citada, encontramos outras manifestação dessas “lastimáveis selvaticezas” dos “singularíssimos civilizados”<sup>134</sup>. Um desses principais momentos é a série de degolas promovidas pela quarta expedição, logo que começam a fazer seus primeiros prisioneiros. Miriam Gárate destaca a questão das degolas n’*Os Sertões* como um ponto de conexão entre diversos trechos do livro, como também entre os sertanejos e os militares que os atacaram: “[...] põe a circular um signo, o da degola, epítome de uma prática ‘bárbara’. Signo que rolará de mão em mão até retornar, ‘realizado’ e quase idêntico, àquela que é sua fonte de emissão”<sup>135</sup>. A primeira aparição desse signo já se daria na sessão *A Terra*, quando o autor descreve a espécie de plantas comuns no sertão conhecidas como cabeças-de-frade<sup>136</sup>. Segundo Gárate, a alusão a essa espécie vegetal, inserida na elaboração do cenário de um meio tão bárbaro quanto seus habitantes, teria a intenção de introduzir o leitor aos eventos mencionados posteriormente na sessão *A Luta*, prenunciando a violência exercida por ambos os lados do conflito. As próximas referências ao signo da degola estão presentes nas partes inicial e final do capítulo *Expedição Moreira César*. Pouco depois de traçar o perfil de Moreira César, descrito como um militar desequilibrado e inexpressivo, que teria sido feito herói por uma sociedade também em desequilíbrio e desordem. Sua fama foi adquirida principalmente depois da violenta repressão promovida por ele nos conflitos federalistas de Santa Catarina. A reputação violenta do militar se espalhou nos sertões junto com as notícias do novo assalto contra Canudos liderado por ele, provocando grande temor entre os conselheiristas. O arraial o temeria como se ele fosse o *Anticristo*, logo o conferindo um “lúgubre apelido – ‘Corta-cabeças’...”<sup>137</sup>. Euclides da Cunha descreve Moreira César como fruto de uma “fase

---

<sup>134</sup> Esses termos foram utilizados por Euclides da Cunha em uma das notas à sua segunda edição, quando defendeu o uso da definição estabelecida no começo de sua obra para o Exército brasileiro – “mercenários inconscientes”. Nessa nota há outras marcas das críticas contra os civilizados do Brasil – considerados singularíssimos – e também da relativização da barbárie dos sertanejos, qualificado ali como “semibárbaros”. In: *Ibidem*, p.784.

<sup>135</sup> GÁRATE, Miriam V. *Civilização e barbárie n’os Sertões: entre Domingo Faustino Sarmiento e Euclides da Cunha*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2001, p.55.

<sup>136</sup> CUNHA, Euclides da. *Op. Cit.*, p.124.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p.441.

crítica da nossa história”, caracterizada pelas violentas repressões contra a Revolução federalista no sul do país e contra as Revoltas da Armada<sup>138</sup>. Esse contexto teria permitido que aquela figura bárbara tivesse se destacado tanto – a entrega de uma expedição militar a uma figura tão débil seria prova da própria debilidade, imoralidade e decadência de sua sociedade que se definia como civilizada. Assim, o “Corta-cabeças” seria o filho dos erros da civilização brasileira.

A trajetória do símbolo da degola continua na longa descrição da atitude dos sertanejos logo após sua vitória contra a investida liderada por Moreira César. Enquanto o Exército debandava deixando para trás armamentos e recursos. Após recolherem os cadáveres que ficaram para trás, os conselheiristas começam um “sinistro ritual” descrito pelo autor:

[...], os jagunços reuniram os cadáveres que jaziam esparsos em vários pontos. Decapitaram-nos. Queimaram os corpos. Alinharam depois, nas duas bordas da estrada, as cabeças, regularmente espaçadas, fronteando-se, faces voltadas para o caminho. Por cima, nos arbustos marginais mais altos, dependuraram os restos das fardas, calças e dólmas multicores, selins, cinturões, [...].<sup>139</sup>

Nesse trecho não há muitas reflexões do autor sobre essas ações – possivelmente porque essas seriam esperadas, ou pelo menos condizentes com o estágio evolutivo dos bárbaros do sertão. Entretanto, antes da descrição acima citada, uma breve afirmação nos auxilia a compreender esse “rompante bárbaro”: “E a crença, revigorada na brutalidade dos combates, crescendo, maior, num reviver de todos os instintos bárbaros, malignou-lhes a índole”<sup>140</sup>. Portanto, a barbárie sertaneja teria sido reascendida pela violência dos combates na defesa de Canudos, como o autor narrara antes do trecho citado. Se esses instintos foram provocados pela ferocidade com que tiveram que defender suas casas então, consequentemente, o ritual da decapitação teria responsabilidade, pelo menos indireta, dos militares que iniciaram o assalto a Canudos. Essa relação não anula a barbárie daqueles conselheiristas, mas pelo menos a ameniza, pois, quando relaciona as selvagerias sertanejas e dos “civilizados do litoral”, afirma: “Estes [os jagunços], ao menos, eram lógicos. O jagunço, um anacronismo étnico, só podia ter feito o que fez”. Portanto, comparados aos bárbaros do sertão, os civilizados brasileiros eram ainda menos civilizados, pois mesmo tendo contato com a “luz civilizadora”, voltaram para a escuridão da ignorância.

---

<sup>138</sup> Ibidem, p.417.

<sup>139</sup> Ibidem, p.492.

<sup>140</sup> Ibidem.



A última parte da “trajetória da degola” n’*Os Sertões* está em seu capítulo final, *Últimos Dias*, onde Euclides narra a degola de diversos prisioneiros, a morte dos últimos combatentes de Canudos e a destruição do arraial. Aqui o autor traça suas maiores críticas contra a atuação do Exército em toda sua obra. A prática sanguinária é denunciada como cruel e covarde, descrita com alguns pormenores: “Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel”<sup>141</sup>. Segundo o autor, essa “cena cruel” havia se tornado comum no acampamento militar – desprezados e tratados como animais, traidores da República, não valia a pena fazer prisioneiros entre os conselheiristas – muitas vezes, nem ao menos interrogá-los – de acordo com os militares, então a solução era matá-los. Ao final de sua descrição daquele ato, Euclides comenta ironicamente: “Tínhamos valentes que ansiavam por essas covardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes davam a palma no estadear idênticas barbaridades”<sup>142</sup>. Para provar que essas não eram práticas promovidas por uma minoria dos militares, ou que eram impulsos momentâneos, o autor afirma que o comando militar estava ciente e legitimava tais ações. Portanto, a barbárie do Exército não teria sido motivada pelo “calor da hora”, mas era fria e sistemática. No final dessa passagem há um argumento que se destaca – apesar do atraso evolutivo do sertanejo, aqueles “singularíssimos civilizados” não tinham muita diferença em relação aos bárbaros do sertão.

A relação direta estabelecida entre o comportamento dos habitantes de Canudos e dos “civilizados do litoral” não ocorre apenas nessa passagem. Citei anteriormente outras argumentações que apresentavam essa finalidade, como a comparação entre a rua do Ouvidor e o arraial dos seguidores de Conselheiro, por exemplo. Gínia Gomes destaca essas constantes aproximações entre a selvageria dos litorâneos e a barbárie dos sertões:

Os “civilizados”, que organizam expedições para combater os que não se subscrevem a seus limites, se tornam tão primitivos quanto aqueles. O emergir do comportamento selvagem não é privilégio dos que penetram no sertão. [...]. Embora a barbárie seja prerrogativa de toda a campanha, [...] é na quarta que irrompe o homem primitivo, principalmente no tratamento dado aos prisioneiros. [...]. A seu olhar percuciente não

---

<sup>141</sup> Ibidem, p.726.

<sup>142</sup> Ibidem, p.727.

escapa a ironia de um estado de selvageria flagrado no âmago da “civilização”, [...].<sup>143</sup>

Nessa passagem a autora destaca a visão irônica do autor, que acaba fazendo dos “emissários da civilização” uma imagem muito próxima da que é estabelecida pelos seus “grandes inimigos” atrasados do sertão. Não é por acaso que as maiores selvagerias da civilização são descritas por Euclides durante as ações da quarta expedição – esse foi o momento da vulgarização da degola no acampamento militar, foi o momento de maior contato entre os expedicionários e a população do sertão, foi a situação em que o Exército teve que enfrentar com maior força as dificuldades impostas pela natureza e, principalmente, foi o momento em que se concretizou o crime denunciado no início da obra. Nesse contexto, é destacada não só a semelhança nas atitudes de sertanejos e militares, mas também nos aspectos físicos de ambos. A selvageria que consumiu a Quarta Expedição refletiu-se em sua aparência, como nessa narrativa feita sobre o longo retorno dos feridos que passaram pelas provações do meio selvagem do sertão:

Seguiam sem que entre eles se rastreassem breves laivos sequer de organização militar. Tendo, na maior parte, por adaptação, copiado os hábitos do sertanejo, nem os distinguiu o uniforme desbotado e em tiras. E calçando alpercatas duras; vestindo camisas de algodão; sem bonés ou barretas, cobertos de chapéus de couro, figuravam famílias de *retirantes* demandando em atropelo o litoral, fustigados pela seca.<sup>144</sup>

Nesse caso, Euclides emprega um dos principais elementos que ele utiliza para explicar a barbárie dos sertanejos – o meio em que viviam, numa luta constante contra a seca e outras dificuldades impostas pela natureza – na sua construção do processo de “barbarização” dos feridos da Quarta Expedição que abandonavam o teatro de operações. Ao enfrentarem o calor extremo, a fome, o temor de possíveis ataques inimigos, esses militares perdem a razão, caçam ferozmente animais para se alimentarem, ignoram a disciplina militar – enfim, é como se o sertão arrancasse a “máscara de civilização” daqueles indivíduos. Portanto, há duas questões fundamentais nessas reflexões, que serão aprofundadas nos próximos capítulos: primeiramente, o papel do meio como um “liberador” da selvageria interna do homem; além disso, é preciso analisar a fundo as semelhanças entre bárbaros e civilizados, pois se em determinadas situações ambos se comportam da mesma forma, é possível que, para Euclides da Cunha, haja uma essência em comum entre eles. Essa essência pode ser considerada um impulso selvagem que seria

---

<sup>143</sup> GOMES, Gínia Maria de oliveira. *A travessia de uma terra ignota: leitura de Os Sertões, de Euclides da Cunha*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras – UFRGS), Porto Alegre, 1999, p.86-87.

<sup>144</sup> CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p.637.

latente no sertanejo devido ao atraso seu histórico, mas que teria sido “adormecida” através dos séculos de civilidade apresentados pelos civilizados brasileiros, mesmo que alcançada “parasitariamente”.

### **3 – O bárbaro do sertão – incompreensível e admirável inimigo**

Para apresentar brevemente alguns traços da visão de Euclides da Cunha sobre os sertanejos, retomo a contraposição que elaborei anteriormente entre as posições de Berthold Zilly e Flávio Kothe. Como afirmei anteriormente, enquanto o primeiro confere destaque à progressiva valorização do sertanejo em *Os Sertões*, o segundo confere a escrita euclidiana uma postura maniqueísta, em que os conselheiristas seriam o “Mal”. Zilly define da seguinte forma a visão positiva do autor diante dos mestiços do sertão:

Entre as visões inovadoras de Euclides merece destaque a valorização, menos no plano científico, mas sobretudo no plano poético-narrativo, da mestiçagem. Apesar de permanecer problemática para Euclides até o fim de sua vida, ela se impõe, no caso sertanejo, graças à sua combatividade e habilidade na luta contra as adversidades da natureza e da guerra.<sup>145</sup>

Mesmo que problemática, a valorização é evidente para Zilly. Entretanto, o autor não ignora a problemática argumentação de Euclides da Cunha: mesmo que bárbaros, os sertanejos possuíam qualidades ausentes entre os civilizados do litoral. Essas qualidades foram citadas anteriormente, quando apresentei o papel da escrita euclidiana da história como meio de preservação da memória sertaneja. Mesmo mestiços (o que era um defeito para Euclides), apresentavam diversas qualidades, pois sua mestiçagem era mais “pura” que a do litoral, devido ao isolamento espacial e temporal. Mesmo que o meio em que viviam tenha sido um dos grandes responsáveis pela sua “barbarização”, tanto pelo já citado isolamento, quanto pelas dificuldades por ele impostas, essas mesmas dificuldades conferiam a povo do sertão características admiráveis, tanto físicas (força, resistência ao calor) como morais (coragem e honestidade). Essa constante dualidade na figura do sertanejo é condensada na sua célebre definição:

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo,

---

<sup>145</sup> ZILLY, Berthold. Op. Cit., p.41.

quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados.<sup>146</sup>

Antes mesmo de sua barbárie, o que define o sertanejo é sua força, é o elemento mais marcante deste para o autor. A ausência do “raquitismo exaustivo” tem como causas não só a sua mestiçagem “mais pura”, mas também o seu afastamento das vicissitudes da sociedade civilizada na qual, entretanto, ele não sobreviveria. O termo *Hércules-Quasímodo* sintetiza a relação entre essência e aparência envolvida nessa definição. Na sua essência, o sertanejo seria como o herói da mitologia grega, tão conhecido pela sua força extraordinária; entretanto, sua aparência assemelha-se com a fealdade do personagem central da famosa obra de Victor Hugo. Sua postura, sua atitude no cotidiano esconderia uma força revelada apenas em situações de risco: “Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas”<sup>147</sup>. A surpresa de Euclides não é provocada apenas pela exteriorização da força adormecida do sertanejo, mas também pelo fato dela ser apresentada por um bárbaro.

Além da surpresa diante daquela “força adormecida”, o autor também demonstra interesse em outras duas qualidades apontadas ao descrever o sertanejo vaqueiro. A primeira é a fidelidade, a honestidade que é preservada mesmo diante do trabalho pesado: “O verdadeiro dono, ausente, conhece-lhes a fidelidade sem-par. Não os fiscaliza. [...], os sertanejos encourados erguem a choupana de pau-a-pique à borda das cacimbas, rapidamente, como se armassem tendas; e entregam-se, abnegados, à servidão que não avaliam”<sup>148</sup>. Não está em questão se todos os vaqueiros do sertão teriam esse comportamento pois, evidentemente, essa é uma visão idealizada. O importante é compreender a causa dessa idealização – relacionando a honestidade sertaneja com sua condição afastada do modo de vida civilizado (ou seja, essencialmente urbano), sugere-se que essa qualidade sertaneja é proveniente justamente dessa barbárie. Confirma-se essa possibilidade com a afirmação posterior de Euclides, insinuando que a racionalidade, sua e de seus possíveis leitores, seria incapaz de entender aquela fidelidade incondicional: “Parece fantasia este fato, vulgar, nos sertões.”<sup>149</sup>. A ação incompreensível, inconcebível para quem fosse ler a obra, era o cotidiano do sertão – se incompreendida, era porque o

---

<sup>146</sup> CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p.207.

<sup>147</sup> Ibidem, p.208.

<sup>148</sup> Ibidem, p.216.

<sup>149</sup> Ibidem, p.219.

autor considerava que ele mesmo e seu “auditório” vivia em condições que impossibilitavam tal comportamento. Entretanto, tais afirmações me parecem extremadas, pois se a civilização triunfaria diante da barbárie, ela não poderia gerar apenas a corrupção moral dos indivíduos.

O mesmo pode ser dito do outro elemento positivo do vaqueiro, segundo Euclides – a solidariedade. De acordo com sua narrativa, era comum que quando um trabalhador que estivesse perseguindo um boi em fuga perdesse o rastro desse, seus companheiros o ajudassem de imediato: “Solidários todos, auxiliam-se incondicionalmente em todas as conjunturas. Se foge a algum boi levantadiço, [...], e ei-lo escanchado no rastro, [...]. Se não pode levar avante a empresa, pede campo, [...], aos companheiros mais vizinhos, e lá seguem todos, aos dez, [...]”<sup>150</sup>. Evidentemente, a solidariedade, tal como a honestidade, não é um elemento ausente da sociedade civilizada – para Mirabeau, ela chega a ser um dos aspectos fundamentais do homem civilizado. Entretanto, Euclides da Cunha confere essas características como definidoras dos sertanejos, não do Exército. São poucos os momentos em que são evidenciadas as virtudes morais dos representantes da civilização na obra – a fuga após a derrota da Expedição Moreira César se dá de forma individualista, sem cooperação entre os militares; o mesmo se dá no já citado retorno dos feridos da Quarta Expedição, em que os mais fortes caminhavam na frente sem a menor preocupação com os feridos em pior estado.

Essa inconstância dos civilizados ao longo d’*Os Sertões* sugere que a civilização, apesar de ser o estágio evolutivo superior, carregando a idealização de uma sociedade ideal, também carrega em si seus próprios males, que dominariam o homem se seus princípios civilizados não estivessem fortemente estabelecidos. Por exemplo, a mesma organização urbana e comercial que tanto teria feito a humanidade prosperar, também é vista como a responsável pela desonestidade e individualismo que afloraria periodicamente no homem civilizado. Nesse sentido, a civilização teria livrado o homem do “estágio das cavernas”, ao mesmo tempo em que teria criado novas formas de selvageria que, por sua vez, seriam superadas ciclicamente pelo próprio avanço da civilização. Diante da complexidade apresentada pela noção de civilização e pelo silêncio de Euclides da Cunha nessa questão, tomo como uma possível resposta a reversibilidade do processo evolutivo. Se considerarmos o avanço da civilização sobre a barbárie como uma evolução “reversível”, poderemos compreender como os civilizados retrocederam historicamente, ao ponto de

---

<sup>150</sup> Ibidem, p.220-1.

terem atitudes comparáveis aos bárbaros retardatários. Mais uma vez, a concepção cíclica de História do autor interferiu na elaboração de sua narrativa e explicação sobre a atitude do Exército diante de Canudos. A civilização aprimorou de maneira geral as sociedades civilizadas, mas não anulou a possibilidade de irrupção dos instintos mais antigos do homem, ao mesmo tempo em que criou “novos fatores” para a sua expressão – os vícios modernos (não explicitados diretamente pelo autor), dos quais os sertanejos, como bárbaros, estariam isentados.

Retomando a análise sobre a valorização do sertanejo a partir dessas reflexões sobre a civilização, podemos definir a situação conferida a eles por Euclides da Cunha. Como dito anteriormente, o povo do sertão seria o cerne da nacionalidade, ele conteria os requisitos necessários para formar uma sociedade civilizada, pois “destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século”<sup>151</sup>. Considerando que sua fidelidade e solidariedade provêm de sua própria natureza, já que esses elementos não foram apresentados a ele pelos princípios civilizadores, e que sua condição física esconde grande força, o sertanejo é visto como um tipo ideal para a condução dos futuros rumos da civilização brasileira. Portanto, mesmo que bárbaros, aqueles indivíduos poderiam ser convertidos aos rumos de um estágio evolutivo superior, como um material bruto que poderia ser transformado numa grande obra-de-arte. Atrasados no processo evolutivo, os sertanejos poderiam ser reconduzidos à “marcha dos povos”, pois se a civilidade era reversível, como demonstrada na análise das barbaridades da civilização, ela também poderia ser apreendida. Dessa forma, a mobilidade temporal construída n’*Os Sertões* permite ao próprio autor traçar possibilidades que libertassem o habitante do sertão de determinismos científicos que, em diversos momentos, são defendidos e utilizados na própria obra. Se o fim dos bárbaros é inevitável, se a civilização triunfará invariavelmente sobre a barbárie, isso não significa o extermínio dos retardatários. A barbárie sertaneja seria eliminada através da conversão daquela sociedade, não através da destruição de Canudos. Tal posição fica evidente nesta passagem da obra:

Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, uma guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o

---

<sup>151</sup> Ibidem, p.66.

nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários.<sup>152</sup>

A destruição de Canudos não eliminaria o inimigo central da civilização – a barbárie instaurada no sertão. Pelo contrário, ela apenas proporcionou mais selvageria, exposta num “*crime inútil e bárbaro*”. Nesse trecho está claro o desejo do autor – conduzir os retardatários da nação ao mundo civilizado, esculpindo assim aquela “pedra bruta”, educando aqueles indivíduos para que com isso verdadeiramente se eliminasse a barbárie. Através das comparações entre os bárbaros do presente e o passado da civilização, Euclides legitima sua proposta civilizadora – se os civilizados já passaram por um estágio menos evoluído, bárbaro, significa que a civilização foi progressivamente assimilada por eles. Se os antigos evoluíram até o estágio superior dos modernos, os sertanejos, comparáveis aos antepassados da civilização, também poderia passar pelo mesmo processo. Portanto, a descrição daqueles indivíduos como retardatários, isolados temporalmente, não possui como única finalidade a confirmação de seu estado evolutivo inferior – serve também para legitimar a possibilidade de civilizá-los.

Mesmo que o sertanejo passe por um processo de valorização, mesmo que a possibilidade de civilizá-lo seja defendida ao longo da obra, Euclides da Cunha não conseguiu desvendar os segredos daquele “*incompreensível inimigo*”. Como destaquei anteriormente, a honestidade daqueles bárbaros parecia uma fantasia, aquela força adormecida era surpreendente. O posicionamento do autor diante das qualidades apresentadas por aqueles indivíduos não é clara para seus leitores porque o próprio autor não consegue defini-las – como lembra Zilly, a visão positiva do autor sobre o sertanejo é extremamente problemática. Tendo como modelo moral e social os princípios civilizadores, apropriados e modificados de acordo com sua perspectiva, a assimilação das virtudes sertanejas a sua narrativa geralmente é acompanhada adversidades e limitações – é honesto e fiel, mas também ingênuo; possui a força de um Hércules, mas apresenta o aspecto e postura de um Quasímodo. Resumidamente, o sertanejo possui inúmeras qualidades, mas continua sendo um bárbaro retardatário.

Entre todas as inquietações do autor diante daquela sociedade que ele tanto se esforçava para compreender, a mais perturbadora certamente foi a persistência dos combatentes de Canudos, que se negavam a desistir mesmo diante do massacre iminentes. Em seu *Diário de Expedição*, Euclides já se mostrara impressionado com a dura resistência imposta pelos conselheiristas:

---

<sup>152</sup> Ibidem, p.682.

Realmente alguma coisa de anormal passava-se em frente, no arraial; e os corações começavam a bater febrilmente ante a quase evidência de vitória longamente esperada, quando uma explosão formidável feita pelos disparos simultâneos das armas despedaçou o silêncio e a noite e um turbilhão de balas caiu rugindo sobre a nossa gente...  
Incompreensível e bárbaro inimigo!<sup>153</sup>

Essa passagem foi escrita para noticiar a fase final da campanha da Quarta Expedição, quando o arraial já estava completamente cercado e a população já passava fome. Nessa situação, o autor nem mesmo tentou compreender as motivações de tamanha resistência, já que eram vistos ainda como inimigos da nação. A causa dessa inquietação está relacionada tanto às motivações dos defensores quanto à força apresentada por eles. Como indivíduos encurralados, passando por diversas provações por vários dias, poderiam lutar com tanta ferocidade? Em *Os Sertões* essa questão permanece – entretanto, a ferocidade da resistência é acompanhada por coragem e heroísmo: “Esses heróis anônimos, porém, dispuseram a sua gente para a morte e, voando a todos os pontos, alentavam resistência incompreensível, tomando todas as medidas que delongassem indefinidamente o desfecho”<sup>154</sup>. Nessa descrição dos últimos sobreviventes defensores de Canudos, Euclides já os apresenta como heróis, mas que ainda são incompreensíveis, prolongando irracionalmente uma situação de agonia que enfrentavam. Acredito que a maior causa dessa incompreensão está no fato do autor buscar incessantemente enquadrar o sertanejo na lógica do pensamento racional, alheio àqueles indivíduos.

Coragem, heroísmo, fidelidade, solidariedade – a valorização promovida por Euclides da Cunha se dá a partir de conceitos caros à civilização. É pelo viés civilizado (e civilizador) que o autor analisa a realidade, incluindo a sociedade do sertão. Entretanto essa racionalidade não é capaz de harmonizar a dualidade criada sobre o sertanejo – um bárbaro que apresentaria valores civilizados. O autor é capaz de observar esse conflito, mas não consegue elaborar uma “essência” para o mesmo, um centro explicativo. Mais uma vez, as relações históricas assumem função importante em *Os Sertões* – em diversos momentos, a comparação entre a realidade sertaneja e a Antiguidade da civilização é uma forma de inserir o “incompreensível” em termos, fatos e personagens que já foram incorporados ao universo civilizado. A denominação citada anteriormente dos sertanejos como partos, por

---

<sup>153</sup> CUNHA. *Canudos, setembro, 28. Canudos – diário de uma expedição*. In: Idem. Euclides da Cunha – Obra completa. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995, p. 588.

<sup>154</sup> Idem. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p. 740-1.



exemplo, auxilia o autor (e seus leitores) a compreenderem a tática utilizada pelos fugitivos de recuar e atacar simultaneamente<sup>155</sup>.

#### **4 – *Os Sertões*: a história e os rumos da civilização**

Neste capítulo, tentei apresentar, em linhas gerais, como Euclides da Cunha elaborou a sua escrita da história, desenvolvendo relações temporais peculiares a partir de seu objeto de estudo; posteriormente, expus as principais ideias que fundamentaram sua elaboração dos conceitos de barbárie e civilização aplicados n' *Os Sertões*. Não pretendia de forma alguma esgotar esses assuntos, pois ambos serão analisados nos próximos capítulos, sob outras perspectivas. Meu objetivo até aqui foi comprovar a relação íntima entre as concepções de história, civilização e barbárie para o autor, pois, como destaquei em diversos momentos, as peculiaridades de cada um desses elementos dependem de suas mútuas influências. A preservação da memória dos sertanejos é legitimada a partir do papel que aqueles poderiam ter desempenhado nos rumos da civilização brasileira; o discurso histórico no modelo *Magistra Vitae* é utilizado para apontar os erros dos civilizados diante de Canudos; a selvageria da civilização é descrita como um retrocesso histórico do Exército; a “reversibilidade” histórica do processo civilizador legitima a defesa da conversão sertaneja aos princípios civilizadores.

Todas essas argumentações presentes na obra máxima euclidiana dependem do tênue diálogo estabelecido entre a história evolutiva e os elementos cíclicos que “invadem” a narrativa em diversos momentos. A partir dessas séries de relações é possível analisar quais são as funções exercidas pelas referências à Antiguidade em *Os Sertões*, objeto central da minha pesquisa. O uso da História Antiga faz parte do argumento explicativo, legitimado pela metodologia histórica empregada. A comparação entre a religião sertaneja e os bárbaros hereges do período inicial do cristianismo não tem apenas uma função estética, não foi originada simplesmente pela criatividade do autor. Para ele, aquelas semelhanças não eram ocasionais, mas poderiam ser comprovadas cientificamente, através da observação dos rumos da civilização (como um fato, a civilização torna-se observável) e da evolução da humanidade.

Para sintetizar o que expus até o momento, realizo a seguir uma breve análise de uma das primeiras referências à Antiguidade na obra em questão. Ela é feita no final da sessão *A Terra*, logo após o autor ter descrito como se formou o “deserto” do sertão. Tal

---

<sup>155</sup> Ibidem, p. 563.

como o sertanejo poderia ser convertido à civilização, a barbárie da terra, ou seja, as adversidades daquela região, poderia também ser domada, civilizada. Essa afirmação é feita nessa passagem, onde Euclides invoca a comparação que viria a seguir: “Fez, talvez, o deserto. Mas pode extingui-lo ainda, corrigindo o passado. E a tarefa não é insuperável. Dilo uma comparação histórica”<sup>156</sup>. Aquele meio bárbaro, que influenciou decisivamente o estágio evolutivo do sertanejo, poderia ser revertido, dessa vez num retorno positivo ao passado, para corrigi-lo. A possibilidade de “trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários” é antecipada nessa passagem do livro. A comparação traçada refere-se às ações dos antigos romanos no norte da África, logo após a derrota definitiva de Cartago e a dominação romana da região:

Velhos muradais destruídos, embrechados de silhares e blocos rolados, cobertos em parte pelos detritos de enxurros de vinte séculos, aqueles legados dos grandes colonizadores delatam a um tempo a sua atividade inteligente e o desleixo dos árabes que os substituíram.

Os romanos, depois da tarefa da destruição de Cartago, tinham posto ombros à empresa incomparavelmente mais séria de vencer a natureza antagonista. E ali deixaram belíssimo traço de sua expansão histórica.

Perceberam com segurança o vício original da região, estéril menos pela escassez das chuvas do que pela sua péssima distribuição adstrita aos relevos topográficos. Corrigiram-no.<sup>157</sup>

A relação aqui expressa tem por finalidade legitimar que é possível reverter a desertificação e civilizar a natureza, como também serve para ensinar ao governo brasileiro o que deveria ter sido feito com o sertão. Acredito que Euclides não estivesse propondo a destruição de Canudos, tal como Roma fez em Cartago, pois criticou diversas vezes tal empreitada, que “seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente” para civilizar o sertão e seus habitantes. A campanha contra Canudos foi denunciada por ele como inútil e bárbara, porque mesmo após ter levado à destruição do arraial, não promoveu aquela “empresa incomparavelmente mais séria” de levar a verdadeira civilização para aqueles indivíduos. Utilizando o modelo da *Historia Magistra Vitae* o autor critica os civilizados de seu tempo, numa comparação legitimada por uma visão de história que percebia uma essência comum entre os civilizados daquela (ainda) próspera República romana e os civilizados da República brasileira que atravessava uma “fase crítica da nossa história”. Assim, já nas suas reflexões iniciais, as noções de História e civilização são sintetizadas

---

<sup>156</sup> Ibidem, p.142.

<sup>157</sup> Ibidem, p.142.

por Euclides da Cunha em suas referências aos elementos da Antiguidade – as funções da história, seu elemento cíclico, os crimes da civilização e a conversão dos sertanejos.

### Capítulo III – Hércules-Quasímodo: mito e tragédia n’Os Sertões

Durante os capítulos anteriores, apresentei alguns elementos fundamentais para a compreensão do significado dos termos *barbárie* e *civilização* n’*Os Sertões*, além de apresentar algumas das suas relações com a concepção euclidiana de história. Ao longo dessa trajetória, tentei evidenciar a complexidade da definição de bárbaros e civilizados por Euclides da Cunha. Enquanto os sertanejos atrasados possuíam alguns aspectos tomados como definidores do processo civilizador (como honestidade e solidariedade), a pretensamente desenvolvida sociedade litorânea apresentava, em diversos momentos, atitudes selvagens, seja no meio urbano (no caso das manifestações na rua do Ouvidor, após a derrota de Moreira César), seja diante dos conselheiristas (com as degolas de prisioneiros, principalmente). Isso não significa que o povo do sertão não seja definido com toda segurança pelo autor como bárbaros, nem mesmo que o Exército não representava a civilização brasileira contra Canudos. Entretanto, essa aparente polaridade é ameaçada em diversos trechos da obra, possibilitando as mais variadas interpretações sobre suas conclusões.

Retomando a leitura de Zilly, ressalto mais uma vez a encruzilhada apresentada por Euclides da Cunha: “A tarefa e o valor de *Os Sertões* consiste justamente em projetar e perpetuar um flagrante dessa performance fugaz do sertanejo no palco da História enquanto brasileiro por excelência, admirável, embora aniquilado pela Civilização”<sup>158</sup>. *Rocha vida da nacionalidade, Hércules-Quasímodo*, estava destinado a ser derrotado pelo avanço civilizador – é a partir dessa ideia que devemos analisar toda a caracterização do sertanejo euclidiano: um ser admirável, mas atrasado na evolução histórica. Podemos definir essa postura sobre o sertanejo como um elogio envolto em ressalvas, como a observação de uma “barbárie justificada” (seja pelo meio, pela sua condição de mestiço, ou ainda por “legítima defesa”), ou ainda, em alguns momentos, como a tentativa de descrever uma espécie desconhecida, em todos os seus surpreendentes detalhes.

Aquele “incompreensível e bárbaro inimigo” descrito previamente nos seus textos elaborados durante sua viagem ao sertão baiano deixou de ser visto como um inimigo, mas não perdeu seu aspecto bárbaro, assim como, sob diversos ângulos, não deixou de ser incompreensível. Seu meio, seus hábitos e mesmo sua história são abordadas e interpretadas pelo autor, que recorre à ciência como principal instrumento. Entretanto, há

---

<sup>158</sup> ZILLY, Berthold. *Um patriota na era do imperialismo: o brilho cambiante de os Sertões*. In: GOMES, Gínia Maria (org.). *Euclides da Cunha: literatura e história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 43-4.

elementos apresentados pelo sertanejo que permaneceram sem uma “tradução científica”, que não se encaixaram nas teorias conhecidas e interpretadas por Euclides da Cunha. Entretanto, esse aspecto surpreendente, o “incompreensível” do sertanejo, era justamente o que fazia dele mais do que um mero bárbaro.

A barbárie singular do sertanejo e a forma como Euclides a descreveu é o foco deste capítulo. Analiso a seguir um dos principais meios pelos quais esse elemento foi apresentado n’*Os Sertões*: o uso de diversas figuras provenientes da mitologia ou das tragédias gregas como forma de “domar”, tornar compreensível aos seus leitores algumas das características dos sertanejos que escapariam à racionalidade de sua sociedade. Discuto nesse capítulo as motivações e funcionamentos das principais referências a essas áreas do mundo clássico feitas nesta obra. Posteriormente, traço algumas considerações sobre a obra euclidiana e seu possível auditório no que diz respeito ao papel desses elementos da Antiguidade na cultura brasileiro do final do século XIX.

### **1 – O Hércules-Quasímodo do sertão**

Começo minha análise com uma das mais célebres e discutidas definições do sertanejo elaboradas por Euclides da Cunha: o *Hércules-Quasímodo*. Símbolo ideal da problemática valorização que o autor atribuiu ao homem do sertão, essa é uma das chaves explicativas de uma das aparentes contradições que cercam a narrativa euclidiana: como um mestiço, cientificamente condenado como fraco e degenerado, poderia se mostrar tão corajoso e resistente contra as investidas de um exército organizado e bem armado? A união das figuras do herói grego Hércules (mais conhecido pelo seu nome latino, Hércules) e da “criatura” disforme criada por Victor Hugo, o Quasímodo, é classificada, via de regra, como um oxímoro pelos diversos estudiosos da obra euclidiana. Acompanhemos então a rápida definição desse termo, apresentada por Olivier Reboul: “O oxímoro é a mais estranha das figuras; consiste em unir dois termos incompatíveis, fazendo de conta que não são”. A seguir, o autor expõe um exemplo esclarecedor: “Assim, quando qualifica Antígona de santamente criminosa, Sófocles quer dizer que ela é criminosa para o poder (Creonte), porém santa para os deuses e para sua consciência”<sup>159</sup>.

Segundo essa concepção, o oxímoro é uma figura retórica que une dois termos com sentidos opostos, que teriam a incompatibilidade como única ligação anterior. Assim, essa seria quase uma “contradição intencional” tendo em vista, evidentemente, que essa

---

<sup>159</sup> REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.125.

incompatibilidade não é natural e eterna, mas resultado de um *sensu comum* que partilha de um sentido prévio para cada termo – no caso euclidiano, para os nomes *Hércules* e *Quasimodo*. Aderindo aos “sentidos prévios” dessas palavras, não haveria sentido uni-las. Entretanto, é evidente que esse choque de sentidos foi intencional – o que nos coloca a pergunta: qual o objetivo de unir a imagem do herói grego à figura do monstro parisiense? Para compreender melhor essa questão, recorro às observações de Perelman e Tyteca sobre a noção de oximoro:

Construções como essas que acabamos de descrever formam o que se chamou de paradoxismo, antítese formulada por meio de uma aliança de palavras que parecem excluir-se mutuamente, ou a figura que Vico chama de oximoro “negar de uma coisa que ela seja o que é”.

Pouco antes dessa passagem, os autores explicam o procedimento para a compreensão dessas figuras: “As expressões paradoxais sempre convidam a um esforço de dissociação. Toda vez que é anexado a um substantivo um adjetivo, ou um verbo, que parece incompatível com ele [...], apenas uma dissociação permite a compreensão”<sup>160</sup>. Assim, *Hércules* e *Quasimodo* excluiriam mutuamente seus sentidos, negando a um o que o outro seria, utilizando a expressão de Vico citada acima. Mas isso não significa uma anulação plena de sentido, mas a criação de uma nova figura, com um significado diverso dos encontrados nos nomes utilizados para sua formação. Para compreender plenamente o sentido construído pelo oximoro, seria necessário seguir o processo de dissociação. A dissociação é um processo argumentativo que tem como base a dissolução de incompatibilidades argumentativas, como definem Perelman e Tyteca:

[...] a dissolução pressupõe a unidade primitiva dos elementos confundidos no seio de uma mesma concepção, designados por uma mesma noção. A dissociação das noções determina um remanejamento mais ou menos profundo dos dados conceituais que servem de fundamento para a argumentação. Já não se trata, nesse caso, de cortar os fios que amarram elementos isolados, mas de modificar a própria estrutura destes.<sup>161</sup>

Aplicando esse processo ao oximoro euclidiano (suposto, ao menos) *Hércules-Quasimodo*, percebe-se inicialmente que, mesmo que supostamente opostos, havia algo que conectava seus termos formadores. Essa conexão foi evidentemente construída pelo autor, mas há algo presente nos sentidos originais desses que possibilitaram essa união. Haveria

---

<sup>160</sup> PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação – a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pgs. 504 e 503, respectivamente.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p. 468.

então algo em comum entre Hércules e Quasímodo, algo que possibilitaria a construção dessa nova coerência, que impediria a incompreensão dessa figura. Se a simples soma desses termos não faria sentido, a mútua influência desses, alterando suas estruturas, cria novos significados para esses e, a partir daí, um terceiro, pertencente à figura em questão. Dessa forma, para efetuar a dissociação e compreender plenamente o significado da expressão em questão, devemos analisar quais as possíveis interpretações dos termos feitas por Euclides da Cunha isoladamente, para então analisar como se efetuou a união entre eles. Compreender o que o autor entendia como *Hércules* e como *Quasimodo* é a chave para responder algumas questões fundamentais: a figura em questão é realmente um oxímoro – ou seja, havia incompatibilidade prévia ou não entre esses nomes? Como essa expressão interfere na qualificação da barbárie sertaneja?

Para começar a análise proposta, é preciso primeiro apresentar o trecho em que a figura em questão se insere dentro d' *Os Sertões*. Esse trecho é uma das primeiras caracterizações do sertanejo feitas pelo autor, logo após analisar o meio em que esse vive e traçar alguns elementos de sua história. Fica evidente que, nesta passagem, o principal objetivo de Euclides da Cunha é tentar definir o “traço básico”, a característica principal da alma sertaneja:

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente.<sup>162</sup>

Destaco primeiramente o que seria, na concepção euclidiana, o traço definidor do habitante do sertão – predominante mesmo sobre sua barbárie e sua condição de mestiço, como sugere a expressão “antes de tudo” – a sua força. Devemos considerar que essa afirmação tão peremptória não foi gratuita – havia motivos para que o autor deixasse evidente aquilo que considerou a característica fundamental do sertanejo. Para compreender essa questão, cito uma das concepções fundamentais do estudo de Michel Meyer sobre linguagem e retórica: “Falar é suscitar uma questão. Escrever também. É por isso que não falamos daquilo que é evidente.”. Adiante, para complementar essa ideia, o

---

<sup>162</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p.207.

autor segue: “A questão é evocada pela sua própria resposta, precisamente na sua qualidade de resposta.”<sup>163</sup>. Apesar de simples, essa ideia leva a uma afirmação essencial: tudo é dito ou escrito devido a alguma motivação, mesmo que essa seja subentendida e, nesses casos, a “questão motivadora” esta inserida na própria resposta. Aplicando esses fundamentos ao trecho da obra euclidiana acima citado, chegamos a outra questão: por que iniciar a descrição do sertanejo caracterizando-o como essencialmente forte? Qual seria a motivação para isso? Evidentemente, não teria sentido questionar qual seria a “real motivação” de Euclides da Cunha, pois essa, somente o próprio autor saberia. Entretanto, uma indicação da pergunta, da motivação da afirmação em questão pode ser encontrada na continuação daquela apresentação dos homens do sertão: “Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”. O mestiço do sertão possuía qualidades alheias ao do litoral, ao mesmo tempo em que estava livre da “neurastenia” daquele. Em outras palavras – a mestiçagem sertaneja era diferente da habitualmente conhecida, encontrada nos meios considerados civilizados do litoral.

Essa singularidade do sertanejo deve-se a uma série de fatores já explicitados no capítulo anterior, mas o que destaco aqui é essa força apresentada no trecho acima citado como um elemento definidor daqueles indivíduos. Logo após essa primeira afirmação, apresenta-se uma contradição, um elemento que se opõe à força sertaneja – “sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário”. Sua fealdade esconde aquilo que o caracteriza, criando assim uma relação entre essência e aparência, em que sua qualidade (que também é sua essência) seria mascarada pelo seu aspecto “desgracioso, desengonçado, torto”. Nesse momento surge a figura do Hércules-Quasímodo, numa tentativa do autor de descrever adequadamente seu objeto. Essa relação essência – aparência, formando a ideia do clássico oxímoro, é apresentada por Gínia Gomes:

O oxímoro ‘Hércules-Quasímodo’ abre a descrição do sertanejo. Aqui, as imagens mítica e literária estão conjugadas para apresentarem a dupla face desse homem: a força e porte atlético estão transparentes na figura do herói Hércules, enquanto deformidade e feiura o aproximam da figura criada por Victor Hugo, em **Notre-Dame de Paris**.<sup>164</sup>

Essa é uma das posições mais evidenciadas sobre essa figura euclidiana – o Hércules simbolizaria a força do homem do sertão (ou seja, sua característica fundamental),

---

<sup>163</sup> MEYER, Michel. *Questões de Retórica – Linguagem, Razão e Sedução*. Lisboa: Edições 70, 2007, p.81.

<sup>164</sup> GOMES, Gínia Maria de Oliveira. *A travessia de uma terra ignota: leitura de Os Sertões, de Euclides da Cunha*. Porto Alegre: PPG-Letras da UFRGS, p.188.



enquanto o Quasimodo estaria ligado ao seu aspecto desengonçado e deformado. Entretanto, geralmente não se questiona se essa força seria somente proveniente do elemento físico. Acredito que esse aspecto essencial também esteja ligado a um tipo de “força moral”, ou mesmo uma habilidade de sobrevivência que iria além da simples força muscular. Se não fosse assim, o sertanejo seria simplesmente um mestiço qualquer, mas com uma formação física peculiar. Se, como venho afirmando, esse indivíduo foi descrito por Euclides da Cunha como alguém capaz de apresentar características típicas do que se definiriam como próprias da civilização (como fidelidade e solidariedade), seu elemento de distinção dos “mestiços do litoral” deve ser compreendido tanto por seu aspecto físico, quanto por sua personalidade, sua formação moral. A partir dessa ressalva, analiso a seguir cada um dos elementos dessa figura tomada como oxímoro, para posteriormente avaliar qual a sua significação que considero mais apropriada para a compreensão da descrição euclidiano do sertanejo.

#### **a) Quasímodo:**

Começo pelo uso da figura do Quasimodo, personagem da obra de Victor Hugo. Primeiramente, é importante destacar a influência e a posição de destaque deste escritor francês entre os intelectuais brasileiros da segunda metade do século XIX. Autor de diversas obras de destaque, foi fonte de inspiração e modelo para uma série de romancistas e poetas brasileiros, como destaca Arnaldo Carneiro<sup>165</sup>. Walnice N. Galvão também comenta a importância do escritor francês no Brasil, citando a força que a obra deste exercia sobre importantes autores brasileiros, como Machado de Assis (que traduziu o romance hugoano *Os trabalhadores do mar*) e Castro Alves, ambos os autores exerciam considerável influência sobre Euclides da Cunha<sup>166</sup>. Galvão segue seu ensaio ressaltando caracterizações de V. Hugo elaboradas por Euclides em uma crônica publicada por este em função do quinto aniversário de falecimento do seu ídolo francês, em 1890: “Saúda o ‘prodigioso sonhador’, o ‘temperamento apaixonadíssimo’, o ‘heróico panfletário’, ainda

---

<sup>165</sup> Carneiro apresenta diversas marcas da presença de Victor Hugo na vida intelectual brasileira daquele período, como a sua influência em autores como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Álvares de Azevedo, José Bonifácio, Vicente de Carvalho, Luís Delfino, Afonso Pena, entre muitos outros. O autor ainda destaca a relação pessoal entre o romancista e Dom Pedro II e a multiplicidade de traduções brasileiras de ensaios, romances e poesias daquele. Por último, é mencionada a ampla repercussão no Brasil da morte do francês, relacionando uma série de notícias, notas de jornal e manifestos sobre o fato. Informações presentes na obra: LEÃO, Arnaldo Carneiro. *Victor Hugo no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1960.

<sup>166</sup> GALVÃO, Walnice nogueira. *Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.94.

por cima ‘aberto à dor universal’”<sup>167</sup>. Nota-se aqui a grande admiração do autor d’ *Os Sertões* pelo romancista francês, que também pode ser percebida na poesia escrito por ele como uma homenagem póstuma, intitulada *O mestre*<sup>168</sup> e numa carta em que, comentando com seu amigo Escobar sobre os diversos erros de escrita encontrados na revisão de sua obra, compara-se ao seu ídolo: “Felizmente disseram também que Victor Hugo não sabia francês”<sup>169</sup>.

Essa admiração tem reflexo em suas obras também. Além da referência ao Quasimodo citada anteriormente, da obra *Nossa Senhora de Paris*, outro romance hugoano repercutiu profundamente na trajetória do autor brasileiro: *O noventa e três*, que trata da revolta de camponeses da Vendéia, durante a Revolução Francesa, em 1793. Galvão lembra os artigos intitulados como *Nossa Vendéia*, elaborados como crítica à revolta de Canudos, pouco tempo antes de o autor viajar para o cenário do conflito. Mesmo que a influência para o título desses textos pudesse ser oriunda da referência histórica direta do evento francês, a autora adverte que outras marcas a essa obra também podem ser encontradas no *Diário de Expedição* do autor, e mesmo n’ *Os Sertões*, com referências a personagens daquela<sup>170</sup>. Além desses elementos retirados daquele romance sobre a Vendéia, Bernucci verifica outra inspiração vinda desta para a elaboração da narrativa euclidiana sobre Canudos:

[...] Euclides recorre à terceira parte do *Quatrevingt-treize* de Hugo. Ler esta versão histórico-literária da Revolução Francesa importava em encontrar um diapasão que o colocasse entre a nota da história, como comprovante da veracidade dos fatos e da nota da ficção que suprindo os vazios daquela, acrescentava-lhe na bela expressão de Heine – “os sonhos dos homens”.<sup>171</sup>

Assim, aquela leitura poderia ter auxiliado Euclides da Cunha na complexa elaboração de seu já citado diálogo entre história e literatura, ciência e arte. Um modelo como escritor, fonte tanto de referências como de estilo, acredito que já tenha exposto firmemente as ligações entre Victor Hugo e Euclides da Cunha. Com isso, posso afirmar com certa segurança que a utilização da figura do Quasimodo na descrição do sertanejo não

---

<sup>167</sup> Ibidem, p.95.

<sup>168</sup> Essa poesia foi publicada numa edição do Jornal *Quinzenal*, em 1885 e pode ser encontrada na coletânea: BERNUCCI, Leopoldo M.; HARDMAN, Francisco Foot (orgs.). Poesia reunida / Euclides da Cunha. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.234.

<sup>169</sup> CUNHA, Euclides da. Lorena, 19 de outubro de 1902. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondências de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da USP, 1997, p.141.

<sup>170</sup> GALVÃO, Walnice nogueira. Op. Cit., p.96.

<sup>171</sup> BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos Sentidos: Prógonos, Contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1995, p.28.

foi inocente, ou mesmo uma simples referência. O autor possivelmente acreditava que grande parte de seu público teria lido a obra de origem dessa personagem, assim como ele a leu, fato que pode ser afirmado com ainda mais segurança. Para compreender as possíveis significações do uso dessa criação hugoana, comparo a seguir elementos definidores do Quasimodo com algumas passagens euclidianas referentes ao sertanejo. Segue abaixo a primeira descrição do corcunda de *Notre-Dame*:

Ou antes, todo ele era um esgar. Uma cabeça formidável, eriçada de uma cabeladura ruiva; entre os dois ombros, uma bossa enorme que, com o movimento, fazia vulto por diante; um sistema de coxas e de pernas tão singularmente afastadas que apenas se podiam aproximar pelos joelhos e que, vistas de frente, pareciam duas lâminas recurvas de foices, unidas pelo cabo; pés largos, mãos monstruosas; e, com toda essa disformidade, não sei que ar temível de vigor, agilidade e coragem; estranha exceção à eterna regra que pretende ser a força, do mesmo modo que a beleza, resultado da harmonia. [...]. Dir-se-ia um gigante despedaçado e inabilmente recomposto. Quando essa espécie de ciclope apareceu à porta da capela, [...]<sup>172</sup>

Essa é a primeira caracterização de Quasimodo na obra, quando este é apresentado ao leitor, no momento em que os populares de Paris o elegem o “papa dos loucos”, durante uma das festividades da cidade no século XV. O foco dessa passagem é a aparência monstruosa da personagem: desde sua cabeça até seus pés, uma deformidade completa – ou seja, alguém inteiramente fora dos padrões de normalidade, um excluído já pelo seu aspecto. Entretanto, essa aberração é estranhamente dotada de “vigor, agilidade e coragem” – algumas das características fundamentais atribuídas ao sertanejo por Euclides da Cunha. Assim como no autor brasileiro, a relação entre harmonia e força é rompida: “estranha exceção à eterna regra que pretende ser a força, do mesmo modo que a beleza, resultado da harmonia”, estranhamento presente no trecho euclidiano já citado: “Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas”. Quasimodo e sertanejo, ambos quebram a regra da relação entre harmonia física e força, ambos são estranhas exceções. A tortuosidade sertaneja também destacada na passagem em questão: “[...] reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados”. A fealdade relacionada à fraqueza é uma concepção provavelmente reforçada no autor pelo texto hugoano, assim como a grande semelhança da caracterização “gigante e sinuoso” com a descrição de Quasimodo como “um gigante despedaçado e inabilmente recomposto” ou

---

<sup>172</sup> HUGO, Victor. *O Corcunda de Notre-Dame*. São Paulo: Clube do Livro, 1985, p.54.

“uma espécie de ciclope”. Assim, já podemos destacar duas aproximações entre a imagem do corcunda de Paris e o homem do sertão: seu aspecto negativo (fealdade, deformação, desarmonia) que esconde suas características positivas (força, agilidade e coragem); sua posição de excluído, uma anormalidade dentro de sua realidade – o Quasímodo, devido a sua monstruosidade, o sertanejo, pela sua condição de mestiço (uma das condições determinantes de seu aspecto).

Outra característica da personagem hugoana é sua maldade e selvageria, que aflora em alguns momentos da obra, geralmente ligada à força ou à surdez, como fica claro nessa passagem: “[...] um receio bastante autêntico; porque o corcunda era robusto; porque o cambaio era ágil; porque o surdo era mau: três qualidades que temperam o ridículo”<sup>173</sup>. Cada defeito do corcunda aparece ligado a características que justificariam o receio da multidão que, ao mesmo tempo em que zombava e ironizava aquela terrível figura, também a temia, pois era visto como mau, e essa maldade aliada a sua força extraordinária representava um perigo significativo. Entretanto, o perigo aparece aqui mais como possibilidade do que como algo real, assim como a maldade do Quasímodo é mais um retrato feito pelos populares do que dos seus atos. Em outro momento de apresentação do seu personagem central, Hugo traça uma relação entre maldade, selvageria e força:

Era definitivamente mau, porque era selvagem; era selvagem porque era feio. Na sua natureza como na nossa, havia uma lógica.

A sua força, tão extraordinariamente desenvolvida, era uma causa a mais de malvadez: *Malus puer robustus*, diz Hobbes.

Deve-se também fazer-lhe justiça: a malvadez não era nele inata. Desde os seus primeiros passos entre os homens, sentira-se, depois vira-se escarnecido, espezinhado, repelido. A palavra humana para ele era sempre ou um motejo ou uma maldição. Ao crescer, só encontrara à volta de si o ódio. Deitou-lhe a mão. Adquiriu a malvadez geral. Aproveitou-se da arma com que o tinham ferido.<sup>174</sup>

Na primeira parte dessa passagem, há o indício de que aquela selvageria era motivada por algo externo ao corcunda. Seu aspecto, tão abominado pelos outros, é apontado como a causa da sua maldade – assim, ele se torna vítima do julgamento da população parisiense que, devido a sua feiúra, maltrata-o e exclui-o. Sua força aparece como um fator intensificador da maldade despertada pelo seu meio, uma vez que a maldade fosse vista como um desejo, da mesma forma que a força seria o instrumento para realizá-lo. Mas o que se destaca aqui é a segunda parte dessa passagem – a origem da malvadez de Quasímodo. Recusando a ideia de maldade inata, o autor culpa o meio em que aquele

<sup>173</sup> HUGO, Victor. Op. Cit., p. 70.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 140.

cresceu – maltratado e repellido desde a infância, sendo educado pela violência, esse era o único meio pelo qual aquele jovem poderia se relacionar com o mundo.

No caso do sertanejo n’ *Os Sertões*, Euclides da Cunha não estabelece julgamentos relacionados à bondade ou maldade sobre seu objeto, mas destaca, pelo menos em dois momentos, que a barbárie presente nos conselheiristas não era inata, mas resultado do meio em que viviam ou da reação aos atacantes de Canudos. A relação entre a barbárie do habitante do sertão e a natureza que o cerca pode ser verificada nesta passagem:

É o batalhador perenemente combalido e exausto, perenemente audacioso e forte; preparando-se sempre para um encontro que não vence e em que se não deixa vencer; [...]. Reflete, nestas aparências que se tratam, a própria natureza que o rodeia – passiva ante o jogo dos elementos [...].

É inconstante como ela. É natural que o seja. Viver é adaptar-se. Ela talhou-o à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto.<sup>175</sup>

Enquanto Hugo justifica o aspecto selvagem de seu personagem central através dos maus tratos que recebeu ao longo da sua vida, Euclides argumenta que o meio é um dos principais fatores para o endurecimento, para a barbárie sertaneja. Da mesma forma, a deformidade do primeiro o concede tanto sua força e agilidade extraordinárias, quanto o aspecto que induz aquela sociedade a hostilizá-lo; assim como a natureza que envolve o segundo, uma das causas centrais da sua barbárie, é o que o enrijece diariamente. Se aqui o meio é um dos elementos formadores do sertanejo, em outra passagem o tratamento dos civilizados brasileiros diante dos conselheiristas assemelhasse ao dos parisienses contra Quasímodo, “acendendo” a barbárie daqueles. Segue abaixo o comentário do autor sobre as manifestações populares após a derrota de Moreira César em Canudos:

Revelou que pouco nos avantajáramos aos rudes patricios retardatários. Estes, ao menos, eram lógicos. Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhes o brilho da civilização através do clarão de descargas. Reagiu. Era natural.<sup>176</sup>

As críticas já citadas contra os civilizados do litoral brasileiro aparecem aqui também como uma justificativa para as ações dos conselheiristas após a derrota da terceira expedição contra Canudos, assim como para todas suas ações ao longo do conflito – aqueles bárbaros estavam apenas se defendendo, era natural que reagissem. Diante da

---

<sup>175</sup> CUNHA, Euclides da. Op. Cit., p.214-15.

<sup>176</sup> Ibidem, p.502.

violência dos civilizados, aqueles homens não conheciam outra forma de reação. É evidente que essa não é a causa da barbárie sertaneja para o autor (não seria a única, pelo menos) – o meio e a origem mestiça são as causas predominantes – mas a última forma de realmente vencê-la seria pelas armas.

Outra possível relação entre o Quasímodo e o homem do sertão que pode ser traçada a partir da obra euclidiana é a sua dificuldade de comunicação e de compreensão do mundo a sua volta, que acentua a condição de exclusão de ambos. No caso do sertanejo, a sua incompreensão da realidade dos homens civilizados é proveniente da sua condição bárbara. Devido ao seu estágio evolutivo, ele é incapaz de compreender e assimilar tanto a religiosidade do cristianismo avançado, quanto os sistemas políticos em questão na época: a monarquia e a república. Ao negar a ameaça em que o próprio autor acreditava – que Canudos seria uma ameaça à República, um foco da resistência monárquica –, ele nega que aqueles indivíduos pudessem ter esse tipo de discernimento: “[...] o jagunço é tão inapto para apreender a forma republicana como a monárquico-constitucional. Ambas lhe são abstrações inacessíveis. [...]. Está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro”<sup>177</sup>. Devido ao seu estágio atrasado, aqueles indivíduos seriam como surdos diante das ideias e teorias que representavam a evolução do mundo civilizado.

De forma análoga, um dos grandes dramas que envolvem a personagem hugoana de *Notre-Dame* é a sua surdez. Desenvolvida ao longo dos anos, devido ao altíssimo e prolongado badalar dos grandes sinos da catedral que ele insistia em tocar sempre que possível, essa deficiência foi como o isolamento definitivo que se estabeleceu entre o corcunda e a sociedade em que vivia. Esse drama é apresentado nessa passagem: “Sineiro de Notre-Dame aos quatorze anos, uma nova enfermidade tinha vindo completá-lo: os sinos tinham-lhe despedaçado os tímpanos; ficara surdo. A única porta que a natureza tinha deixado aberta para o mundo fechara-lhe de súbito e para sempre”<sup>178</sup>. A surdez não era um defeito de nascença, mas atuou como o passo final para o isolamento definitivo. Sua aparência grotesca afastava o povo da cidade, enquanto esse novo problema o impedia até mesmo de tomar conhecimento das diversas ofensas lançadas contra ele – essas eram apenas pressupostas, baseado no que ouviu desde a infância e na face dos que pareciam odiá-lo ou desprezá-lo. Há um ponto importante na questão da falta do sentido da audição na obra hugoana em questão. Ela é um elemento ligado à ignorância e mesmo à crueldade,

---

<sup>177</sup> Ibidem, p. 316.

<sup>178</sup> HUGO, Victor. Op. cit., p. 139.

seja ela representada no pobre corcunda, seja na figura do auditor Florian Barbedienne, um auditor surdo responsável por uma condenação contra Quasímodo em certo momento do romance. Após um interrogatório confuso, devido aos dois serem surdos, Florian, sempre arrogante e numa atitude ignorante (devido ao seu defeito auditivo), o sineiro é condenado a uma pena duríssima. Fonte de distúrbios nas relações sociais, a surdez simboliza a ignorância que afeta tanto o selvagem quanto o “homem da lei” assim como, n’*Os Sertões*, a barbárie despertou em momentos distintos tanto de conselheiristas, como do Exército.

Até o momento, além da força física, não citei nenhuma aproximação positiva entre os dois elementos em questão. Entretanto, há uma qualidade em ambos prezada por Hugo e por Euclides da Cunha: a impressionante fidelidade apresentada tanto por Quasímodo, quanto pelo sertanejo. Apesar do isolamento, ele interage, ao longo da obra, com três personagens, estabelecendo fortes relações: o padre Cláudio Frollo, arcediogo de *Notre-Dame*; Esmeralda, a cigana por quem o corcunda apresenta verdadeira adoração; além da própria catedral, lar daquele, que assume vez de personagem em certos momentos do romance. Frollo adotou-o quando criança ainda, criando-o dentro de sua igreja. Esse exercia grande autoridade sobre Quasímodo, que sempre o obedeceu sem questionar, até que foi forçado a escolher entre defender Esmeralda e manter-se fiel ao padre.

Esmeralda, a cigana que nosso herói salvou e protegeu o quanto pode, despertou profundos sentimentos naquele. Não é claro se esses seriam mais bem definidos como uma paixão ou uma adoração cega, mas a compaixão da moça no momento em que o corcunda era castigado em praça pública, aliada a sua beleza, fez com que ele se pusesse diante dela com tamanha submissão que a impressionou. Nesta passagem, evidenciam-se os bons sentimentos despertados por aquele ato, diferente de todo o tratamento conferido àquele indivíduo até aquele momento: “Ela não podia compreender a existência dum ente tão desastrosamente constituído. No entanto havia espalhada sobre tudo aquilo tanta tristeza e doçura que ela começava a afazer-se”<sup>179</sup>. Gratidão, doçura, fidelidade – essas são as marcas daquele “selvagem” diante de Esmeralda, mostrando que mesmo aquele indivíduo grotesco escondia também qualidades admiráveis. Essas também são verificáveis quando uma turba de populares tentou invadir a catedral de *Notre-Dame*. Quasímodo defendeu com coragem e vigor aquele que para ele era seu lar, além do depositário das imagens pelas quais ele havia estabelecido grande feição. Não pretendo apresentar uma análise aprofundada do romance hugoano com essas passagens, mas evidenciar que, para o autor, seu personagem

---

<sup>179</sup> Ibidem, p.326.

central era dotado de sentimentos dignos de um “homem civilizado”, mesmo que seu aspecto selvagem seja predominante em diversos momentos da obra.

Quanto ao sertanejo, destaquei no capítulo anterior a admiração do autor d’ *Os Sertões* ao descrever a fidelidade e honestidade com que aquele cuida da propriedade de seus patrões e a sua solidariedade com seus companheiros de trabalho. Como sabemos, Euclides da Cunha também se mostrou perplexo diante da coragem e do vigor com que os últimos sertanejos morriam para defender o arraial de Canudos. Esses elementos demonstram que as qualidades daqueles indivíduos seriam mais do que a simples força física – a distinção entre os mestiços do sertão e os do litoral vai além desse aspecto, ela também trata da força moral.

Na última relação que traço entre questões da obra hugoana e *Os Sertões* não se refere diretamente ao polo selvagem ou bárbaro, mas aos civilizados. Em ambos os casos, há momentos em que a violência domina o comportamento daqueles que deveriam ser os representantes da civilização. A crítica ao erro do governo e do Exército brasileiro de tentar empurrar os sertanejos “civilização adentro, a pranchadas”, é visto, de forma similar, no comentário de Hugo sobre o castigo aplicado ao Quasímodo:

Qualquer resistência era-lhe impossível pelo que então se chamava, em estilo de chancelaria criminal, a *veemência e firmeza das prisões*, o que quer dizer que as correias e as correntes lhe entravam pelas carnes. É, afinal de contas, uma tradição de cárcere e de forçados que não se perdeu e que as algemas conservam preciosamente entre nós, povo civilizado, brando, humano (as galés e a guilhotina entre parênteses).<sup>180</sup>

O espetáculo que aqueles parisienses do século XV assistiam não era o alvo da crítica do autor nessa passagem, ao menos não diretamente. Parece-me que essa denúncia é contra uma Europa do século XIX, que se considerava o centro da vida civilizada, mas mantinha práticas violentas reconhecidas socialmente, simbolizadas por instrumentos como as algemas e a guilhotina. A barbárie de tempos antigos teria permanecido até a sociedade contemporânea ao autor – permanecendo, talvez, apelando à expressão euclidiana, sob um “verniz de civilização”.

Um dos objetivos dessas relações que estabeleci até o momento entre o corcunda de Victor Hugo e o sertanejo de Euclides da Cunha foi evidenciar as influências da obra do primeiro autor sobre o segundo, transparecendo assim a inserção do autor d’ *Os Sertões* em determinado círculo intelectual da sua sociedade, compartilhando, portanto, de inspirações semelhantes ao que se esperava de admiradores da obra hugoana. Como destacarei a seguir,

---

<sup>180</sup> Ibidem, p.203.



a visão do autor sobre seus possíveis leitores é fundamental para a compreensão da sua obra. Entretanto, a principal função dessas aproximações foi afirmar que o polo hugoano da figura Hércules-Quasímodo não se limita ao seu lado grotesco, que os elementos retirados dessa personagem para construir a significação dessa denominação do sertanejo vão além de aspectos físicos, como a força e a fealdade. Suas condições sociais e morais também são comparáveis às questões que envolvem o homem do sertão euclidiano.

Não estou sugerindo que todas as características do último expostas acima carreguem influência daquele romance francês – talvez algumas dessas relações tenham sido observadas antes por mim, alguém que o leu procurando justamente esses traços, do que pelo próprio Euclides da Cunha. Por exemplo, possivelmente o autor não elaborou a sua condenação à postura dos civilizados diante de Canudos baseado nas críticas do seu inspirador francês sobre a sua sociedade, mas se ele percebeu a aproximação que havia entre esses argumentos, há uma chance significativa de que isso o tenha motivado a utilizar a imagem do Quasímodo para descrever parte do sertanejo. Entretanto, essa foi somente a primeira parte da análise – para completá-la, precisamos compreender o outro polo da figura Hércules-Quasímodo.

#### **b) Hércules:**

Hércules é o nome latino para o herói grego Hércules, personagem de grande destaque na mitologia grega, caracterizado fundamentalmente pela sua força extraordinária. Assim, para buscar pistas das possíveis significações euclidianas elaboradas sobre essa figura, é preciso destacar algumas aproximações entre esse herói e o sertanejo, buscando prováveis influências da imagem do primeiro sobre a construção do segundo. Venho afirmando a importância dos elementos da Antiguidade Clássica na escrita euclidiana, tanto de fatos históricos, quanto de figuras mitológicas, como é o caso de Hércules. Entretanto, ao contrário da situação proporcionada pela referência ao Quasímodo, uma personagem elaborada em uma obra específica, o mesmo não acontece ao nos depararmos com a referência ao semideus n' *Os Sertões*. Sabemos que Euclides da Cunha leu diversas obras de autores antigos, mas não é possível afirmar com clareza a origem do uso em questão, uma vez que esse elemento ultrapassa as fronteiras de uma obra, ou mesmo de seu tempo – o uso corrente da expressão “força hercúlea” é um bom exemplo dessa disseminação, que vai além da Antiguidade. Mesmo na Antiguidade, havia diferentes versões para as lendas envolvendo o herói, como destaca Grimal: “As lendas em que figura [Hércules] constituem um ciclo inteiro em contínua evolução desde a época pré-helênica até o fim da

Antiguidade. Assim, não é muito cômodo expor esses diferentes episódios segundo uma ordem racional”<sup>181</sup>. Assim, faço uso do que me parece ser a mais provável fonte antiga utilizada pelo autor – as tragédias gregas, em especial, a obra de Eurípides.

Há uma série de referências a esse gênero ao longo de todos os textos euclidianos, não apenas no que se refere a Canudos. Sófocles, Ésquilo, Eurípides e Aristófanes são citados recorrentemente em cartas, poesias e até mesmo escritos jornalísticos do autor. Um exemplo disso pode ser encontrado no texto *A Esfinge*, sobre a Revolta da Armada contra o presidente Floriano Peixoto, publicado em fevereiro de 1894:

Imaginei-me então, obscuríssimo comparsa numa dessas tragédias da antiguidade clássica, de um realismo estupendo, com os seus palcos desmedidos, sem telão e sem coberturas, com os seus bastidores de verdadeiras montanhas em que se despenhavam os heróis de Ésquilo, ou o prosclênio de um braço de mar, onde uma platéia de cem mil espectadores pudesse contemplar, singrantes, as frotas dos *Fenícios*.<sup>182</sup>

Presenciando uma das batalhas da revolta, o autor se imagina como espectador da tragédia *Os Persas*, de Ésquilo, em que as forças de Xerxes são completamente destruídas por uma esquadra liderada pelos atenienses, na célebre batalha de Salamina<sup>183</sup>. Dando ares de tragédia grega àquela cena relevante para a história do país, o autor não só narra aquilo que presenciou, mas também critica a situação política brasileira daquele momento, em que há “uma legalidade que vence pela suspensão das leis e uma Constituição que estrangulam abraços demasiado apertados dos que a adoram” comparando-a a um “enredo de Eurípides”<sup>184</sup> (sem deixar alguma indicação de qual obra se trataria). Expus essa passagem como uma evidência de que o autor tinha uma relação próxima com alguns elementos da tragédia grega. Sousa Andrade, importante intérprete de *Os Sertões*, destaca neste texto acima citado a crescente influência dos clássicos gregos, em especial Eurípides, aproximando o estilo de escrita de *A esfinge* a obra euclidiana sobre Canudos:

[...] Euclides não faz supor ter alterado, um compositor mais livre, desacompanhado dos seus heróis, da filosofia e da ciência, andando pela Grécia, a ler Homero, a se entusiasmar com Eurípides, a escrever de

---

<sup>181</sup> GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p.205.

<sup>182</sup> CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. In: Idem. *Euclides da Cunha – Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995, p.203.

<sup>183</sup> Nessa obra, um mensageiro narra à rainha persa, mãe de Xerxes, como foi a derrota de seu filho. Um trecho dessa obra aproxima-se do cenário proposto por Euclides da Cunha no texto em questão: “Por fim, arremessando-se, em conjunto, contra estes desgraçados, os Gregos ferem-nos e despedaçam-nos, até os exterminarem. Perante este abismo de infortúnios, Xerxes prorrompeu em lamentos. Estava sentado num palanque de onde avistava todo o exército, numa alta colina junto à orla do mar”. In: ÉSKUÍLO. *Os Persas*, 450.

<sup>184</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p.203.

maneira que não espantaria a quem, oito anos depois, o visse autor de *Os Sertões*.<sup>185</sup>

Sousa Andrade considera a consolidação do uso dos clássicos gregos um progresso na trajetória euclidiana, que acompanharia o autor até a elaboração de sua obra máxima. Assim, as constantes utilizações de elementos de diversas tragédias ao longo de *Os Sertões* são incontestáveis. Essas influências podem ser encontradas direta ou indiretamente na obra. Em um dos prefácios à biografia do autor, escrita por Roberto Ventura, Mário C. Carvalho cita duas passagens como exemplos dessa questão:

O próprio Euclides, como escreveu Roberto, usara modelos gregos para escrever *Os Sertões* – nas degolas há um paralelo com a cena de *As Bacantes*, de Eurípides, em que as ménades dilaceram o rei Penteu, e a idéia da cidade sitiada que resiste ao cerco, “a Tróia de taipa dos jagunços”, remete claramente a *As troianas* [também de autoria de Eurípides].<sup>186</sup>

Confirma-se, dessa forma, o destaque das influências eurípidianas na composição euclidiana. Acredito que com essa série de argumentos seja possível afirmar que há uma grande chance de que Euclides da Cunha tenha lido *Hércules*, texto de Eurípides em que esse narra a volta do herói grego para Tebas, onde se desencadeara seu trágico destino, em que, enlouquecido a mando de Hera, mata sua esposa, Mégara, e seus filhos. Considerando essa forte possibilidade, sigo para a análise das possíveis significações do autor para o segmento Hércules da figura Hércules-Quasímodo.

Fruto da união entre Alcmena e Zeus, que se fez passar por Anfitrião, marido daquela, que estava em uma guerra, Hércules é um dos vários exemplos de heróis nascidos de relações entre deuses e mortais. Muitas lendas contam os vários feitos do herói, em especial o “ciclo dos Doze Trabalhos”, em que realizou tarefas difíceis ordenadas por seu primo Euristeu<sup>187</sup>. A tragédia de Eurípides narra o seu retorno após o último trabalho – a captura do monstro guardião da morada de Hades, Cérbero, o cão de três cabeças – e os acontecimentos que se desenvolvem logo após. A obra é dividida em cinco episódios: 1) a aflição de Anfitrião, Mégara, esposa do herói, e seus filhos, que aguardavam seu retorno,

---

<sup>185</sup> ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e interpretação de “Os Sertões”*. São Paulo: Edart, 1966, p.68.

<sup>186</sup> CARVALHO, Mário César. *Diálogo com a memória de um computador*. In: VENTURA, Roberto. Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.14.

<sup>187</sup> A maioria dos autores clássicos aponta a motivação da realização dos Doze Trabalhos na necessidade de purificação após Hércules ter matado seus filhos e a esposa, Mégara, após um ataque de loucura. Entretanto, Eurípides inverte essa ordem, justificando as tarefas atribuídas ao herói por sua vontade de retornar à Argólida, terra de seus ancestrais, governada por Euristeu. A loucura que o leva a matar sua família aparece na obra como um castigo pelo “excesso de grandeza” alcançada por aquele. Informações baseadas na obra: GRIMAL, Pierre. Op. cit., p.205-221.

enquanto Lico, rei de Tebas, atual lar daqueles, preparava-se para matá-los; 2) o retorno de Hércules e o encontro com sua família. Ao saber dos planos do tirano tebano, planeja uma violenta vingança contra ele e o povo de Tebas, que se recusaram a socorrer sua mulher e filhos; 3) a efetuação da vingança; 4) a loucura enviada por Hera para castigá-lo, fazendo com que esse matasse sua mulher e seus filhos; 5) o fim da loucura, a dor do arrependimento e o auxílio de Teseu ao herói. Percebe-se, dessa forma, que o foco eurípidiano é o momento de declínio da sua personagem central: logo após o seu ápice, com a realização de sua última tarefa dada por Euristeu, ela é levada a traçar seu próprio trágico destino. De “Hércules vencedor”, denominação que indica toda sua glória, ele passa a ser o homem decadente que matou sua família, até que Teseu recompõe sua moral e o conduz a Atenas.

A principal característica do filho de Zeus, destacada não só por Eurípides, mas por todos os textos relativos a ele, é a sua força extraordinária. Destaca-a o próprio Hércules, quando lamenta a dura sorte que lhe foi reservada pelo divino pai desde seus primeiros dias – “Eu ainda lactava e gorgôneas serpentes introduziu em meus cueiros a consorte de Zeus, para que fôssemos aniquilados” – até aquele momento: “Quando adquiri músculos e estava no vigor da juventude – por que dizer os trabalhos que suportei?”<sup>188</sup>. O fato de ter derrotado duas serpentes enviadas por Hera ainda com oito meses de idade, além da série de monstros com quem lutou ao longo dos Doze Trabalhos, alguns deles sendo abatidos pelas suas mãos nuas, é prova de sua força sobre-humana. Essa é a principal conexão entre Hércules e o sertanejo. Além do possível oxímoro, centro desse tópico, Euclides também utiliza essa imagem para descrever o sertanejo em outro momento:

Forte, de estatura meã e entroncada – espécime sem falhas desses Hércules das feiras sertanejas, de ossatura de ferro articulando em juntas nodosas e apontando em apófises rígidas – era, tudo o revelava, um lutador de primeira linha, talvez um dos guerrilheiros acrobatas que se dependuravam ágeis nos dentilhões abalados da igreja nova.<sup>189</sup>

Enquanto a figura do Hércules-Quasímodo é utilizada ainda na sessão *O Homem*, para definir o indivíduo do sertão de forma genérica, na passagem acima se recorre isoladamente ao herói grego para qualificar um dos prisioneiros conselheiristas durante a Quarta Expedição contra Canudos. Vigor e potência como lutador são características que os unem em relação direta. Entretanto, mais uma vez a figura do Quasímodo surge,

---

<sup>188</sup> EURÍPIDES. *Héraclès*, V, 1265.

<sup>189</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p.725.

indiretamente, junto ao seu “par” dos mitos gregos, como sugere o final da citação: “um lutador de primeira linha, talvez um dos guerrilheiros acrobatas que se dependuravam ágeis nos dentilhões abalados da igreja nova”. É difícil ler essa passagem sem lembrar a cena do corcunda defendendo a catedral de *Notre-Dame* com toda sua força e agilidade, lutando sozinho contra uma multidão pronta para invadi-la. Dessa forma, mesmo que a força física sobre-humana seja o principal ponto de conexão entre o sertanejo e Hércules, o físico vigoroso é algo comum também entre esses e a personagem hugoana, evidenciando assim, uma relação também entre o herói e o corcunda. Se há essa similaridade identificada no próprio texto euclidiano pela questão física entre esses três indivíduos, podemos sugerir também que essa proporciona certas identidades de comportamento. Essa hipótese é reforçada pela interpretação de Bernucci sobre a figura do Hércules-Quasímodo:

Como oximoro, ela pode ser entendida ao contrapormos a suprema e divina força física de Hércules à limitada e humana de Quasímodo. Acrescente-se ainda o físico bem-dotado do primeiro e a deformação grotesca do segundo. Como metáfora, entretanto, as qualidades de ambos se complementam. Do ponto de vista da personalidade, perdendo pela falta de um avantajado intelecto, os dois personagens se deixam dominar pelas fortes emoções e intensas paixões, as quais os tornam perseverantes quanto a seus objetivos. Em suma, o brutamonte do obscurantismo saía da paleta de Euclides para dominar o touro bravio durante a *vaguejada*, como Hércules dominara a serpente, estrangulando-a. E que estranha fascinação provoca à bela a fealdade da fera, no caso de Quasímodo! Porque é sob o mesmo efeito estupefaciente dessa monstruosa idiosincrasia que no autor aparecerá um novo impulso de explicar em vez de eliminar as discrepâncias. “O mal através de um temperamento bem feito pode ser belo e o belo visto através de outro, pode ser medonho”, adverte Euclides.<sup>190</sup>

Nesta longa passagem estão apresentados algumas das principais questões que venho analisando até o momento sobre o par em questão e seu papel na descrição e explicação do sertanejo. A primeira observação que faço refere-se à possibilidade indicada pelo autor de que a figura em discussão não seja vista apenas como um oximoro, mas também como uma metáfora composta por elementos não necessariamente opostos, mas que se complementam. Portanto, o ponto em comum entre Hércules, Quasímodo e o homem do sertão pode ser encontrado antes mesmo da união dos dois primeiros – seus sentidos já carregam semelhanças separadamente, a partir da leitura euclidiana, com o sertanejo. Essa semelhança não se restringe à força, mas refere-se também à personalidade desses, como expus até aqui. Mesmo o vigor físico, característica positiva dos três objetos,

---

<sup>190</sup> BERNUCCI, Leopoldo. Op. cit., p.31-32.

surge ligado a outras definições, também aplicáveis em ambos: a “falta de um avantajado intelecto”, que os leva a resolver seus problemas de forma bruta; e a perseverança, oriunda principalmente de indivíduos que se deixam levar pelas paixões. Enfim, a complementaridade entre o herói e o corcunda passa pela definição de “brutamonte” do primeiro e a curiosa (ou mesmo atraente) aparência grotesca do segundo para elaborar a imagem do sertanejo.

Retornando ao Hércules eurípidiano, destaco outra característica desse que apresenta uma relação muito próxima com um aspecto da sociedade sertaneja euclidiana, referente ao estilo de combate. Em certa passagem de *Héacles*, Lico, o tirano de Tebas, critica o herói diante de sua família devido principalmente à arma utilizada por ele:

Ele teve reputação de bravura – nada sendo – em luta com feras. Quanto ao resto foi covarde. Ele jamais portou escudo à mão esquerda, nem chegou perto de lança, mas tendo o arco, a arma vil, estava pronto para a fuga. O arco não é prova da bravura de um homem, mas aquele que, permanecendo, olha e encara a rápida aradura da lança firme no posto.<sup>191</sup>

O guerreiro que utiliza o arco, na concepção não só de Lico, mas do mundo helênico de um modo geral, não é visto com a mesma dignidade conferida a um hoplita, que luta pela sua *pólis* em formação ordenada e disciplinada. Brizzi afirma que o desenvolvimento das cidades-Estado gregas proporcionou uma racionalização ao pensamento militar daquelas sociedades – a guerra passa a ser vista não mais a partir de combates individuais entre guerreiros, mas entre corpos militares organizados e disciplinados. O modelo dessa nova forma de combate é simbolizado pelo hoplita: “[...], o hóplon [escudo do hoplita, origem de seu nome] contribui para proteger, além daquele que o segura, também o companheiro posicionado à sua esquerda. O escudo torna-se agora o próprio emblema do guerreiro”<sup>192</sup>. A formação hoplítica não é apenas um sistema avançado de disciplinamento militar, mas reflete também a organização política das *polis* gregas em que cada cidadão combate pelo bem comum dessas, não apenas em benefício próprio. Dessa forma, acusar Hércules de não adotar esse modelo é como negá-lo a dignidade de um verdadeiro guerreiro grego. A análise de Hartog sobre a diferenciação percebida pelos próprios gregos entre eles e seus inimigos persas também fortalece essa interpretação. Expondo comparações de autores da Antiguidade sobre a diferença de armamento desses dois povos, evidencia-se uma distinção entre os combatentes arqueiro e hoplita:

---

<sup>191</sup> EURÍPIDES. Op. cit., I, 155.

<sup>192</sup> BRIZZI, Giovanni. *O guerreiro, o soldado e o legionário – Os Exércitos no Mundo Clássico*. São Paulo: Madras, 2003, p.13.

Com efeito, os persas são arqueiros, álias, os arqueiros por excelência. Desde *Os Persas*<sup>193</sup> de Ésquilo, a oposição da lança com o arco é muitas vezes tematizada. À inferioridade do armamento (que, fundamentalmente, é um modo de dizer que os persas são bárbaros: ser *ánoplos* [termo traduzido por Hartog como “*sem armas*”] significa não ser hoplita, não ser cidadão), a isso ajunta-se a falta de conhecimento [sobre as técnicas militares].<sup>194</sup>

Como afirmei no capítulo anterior, para os gregos, tudo que fosse exterior ao seu mundo era visto como bárbaro, o “não-grego”. Assim, o modo de luta de um de seus principais heróis possui marcantes características bárbaras. Além disso, percebe-se que o uso do arco acarreta em numa postura classificada como indigna por Lico, uma vez que essa arma proporciona a oportunidade de atacar o adversário sempre mantendo a possibilidade de fugir quando for oportuno. Mesmo com a defesa feita por Anfitrião ao seu filho, em contraposição à formação hoplítica<sup>195</sup>, o argumento do tirano de Tebas é marcante. Se Euclides da Cunha leu essa passagem, provavelmente a relacionou com sua leitura da obra de Ésquilo citada anteriormente por Hartog, fortalecendo a impressão desse aspecto bárbaro de Hércules.

Da mesma forma que o herói, o comportamento do bárbaro do sertão em batalha é pautado essencialmente pela tática do revezamento contínuo entre o ataque e o retrocesso. Há uma série de passagens que marcam a habilidade dos sertanejos em fugir, tanto em manobras para envolver o Exército, quanto para escapar de situações desvantajosas, apoiando-se principalmente nos seus conhecimentos sobre o meio. O primeiro exemplo é apresentado quando o autor traça distinções entre o gaúcho e o sertanejo, quando esses estão em combate, destacando o perigo do recuo do último: “Mas no recuar é mais temeroso ainda. É um negacear demoníaco. O adversário tem, daquela hora em diante, visando-o pelo cano da espingarda, um ódio inextinguível, oculto no sombreado das tocaias...”. Ao criticar a formação da segunda expedição contra os conselheiros, mais uma vez a “tática” sertaneja é exposta: “guerrilheiros impalpáveis dentro da tática estonteadora da fuga!”. Ao longo da descrição dos revezes da quarta expedição, os constantes

---

<sup>193</sup> Um exemplo dessa oposição está no seguinte trecho: “[...] examinemos a situação do rei Xerxes, filho de Dario, descendente daquela que deu o seu nome à nossa raça. É a corda do arco que triunfa? Ou é a lança com ponta de ferro a força vitoriosa?”. In: ÉSQUILO, Op. cit., 1.

<sup>194</sup> HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p.82.

<sup>195</sup> “O hoplita é um homem escravo das armas, quando rompe a lança não pode afastar do corpo a morte, por ter uma só forma de defesa. E, se não forem bravos os companheiros de batalha, ele próprio morre pela covardia dos próximos”. Passagem encontrada em: EURÍPIDES. Op. cit., I, 190. Essa passagem evidencia as dúvidas sobre a total eficácia da estratégia em questão, mesmo com a sua consolidação no mundo grego, como sugere Brizzi em: BRIZZI, Giovanni. Op. cit., p.12-14.

movimentos de fuga são comparados ao bote de uma sucuri envolvendo um touro, animal, a primeira vista, muito mais forte: “A tática invariável do jagunço expunha-se temerosa naquele resistir às recuadas, retribuindo-se em todos os acidentes da terra protetora. Era a luta da sucuri flexuosa com o touro pujante”<sup>196</sup>. Esses são alguns exemplos das diversas situações em que a agilidade dos defensores de Canudos, aliada aos seus conhecimentos sobre a natureza do cenário, se sobrepôs às vantagens numérica e de poderio bélico do Exército.

A tática primitiva sertaneja, relacionada com o próprio sistema de caça daqueles indivíduos, apresentava uma organização tão distante da que regia um exército inspirado nas duras e disciplinadas formações prussianas ou mesmo nas legiões romanas da Antiguidade. Para Euclides da Cunha, a única forma de vencer aquelas forças bárbaras, unidas à natureza igualmente selvagem, seria se adaptando àquela situação, flexibilizando o corpo militar das expedições do governo e mesmo assimilando táticas do inimigo<sup>197</sup>. Entretanto, mesmo quando os militares romperam momentaneamente sua rígida formação durante o contra-ataque aos sertanejos que cercavam parte da quarta expedição rumo a Canudos, conseguindo envolvê-los em seus esconderijos, os inimigos conseguiram surpreendê-los, fugindo e revidando. Para narrar essa situação, o autor recorre a outro elemento da Antiguidade, dessa vez referente à história dos conflitos entre romanos e seus vizinhos bárbaros – nesse caso, os partos:

Como sempre, os sertanejos tornavam incompleto o sucesso, ressurgindo inexplicavelmente dentre os estragos de um combate perdido. Batidos não se deixavam esmagar. Desalojados de todos os pontos abroquelavam-se noutros, vencidos e ameaçadores, fugindo e trucidando como os partas.<sup>198</sup>

Nesse trecho, a tática do ataque aliado à fuga é relacionada aos bárbaros que proporcionaram importantes derrotas aos romanos. Importante povo do Oriente Próximo, os partos estabeleceram fronteiras com os territórios romanos pela região da Armênia e da Síria. Possuíam um exército com armamentos e defesas diversificados, mas uma de suas principais armas eram os arqueiros a cavalo. Brizzi aponta a grande eficiência desse componente militar: “Arqueiros muito hábeis, os *hippotoxótai* eram também cavaleiros magníficos, capazes tanto de dar rápidas pontadas ofensivas quanto de efetuar reiteradas

---

<sup>196</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., respectivamente: p.216, p.355 e p.578.

<sup>197</sup> Ibidem, p.382-83.

<sup>198</sup> Ibidem, p.563.



voltas em torno do inimigo”<sup>199</sup>. Um ataque potente, somado à agilidade da montaria, esses arqueiros mostraram-se um perigoso inimigo contra as compactas legiões romanas. Não é possível identificar a fonte em que Euclides da Cunha tomou conhecimento sobre esses elementos que posteriormente assimilou a sua obra – ele pode ter lido tanto em manuais militares de seu tempo, como em obras de historiadores, modernos ou clássicos. Assim, apresento abaixo um trecho da narrativa de Plutarco, sobre a derrota das forças de Crasso, membro do primeiro triunvirato romano, em Carrhae, no ano de 53 a.C. Semelhante às condições enfrentadas em Canudos, as forças romanas enfrentavam um terreno desfavorável e desconhecido, enquanto que o mesmo favorecia diretamente a cavalaria pártica. Cercados pela cavalaria pesada do inimigo e envolvida por uma “chuva de flechas”, a formação compacta comandada por Crasso encontrava-se em difícil situação:

Caso ficassem pé, seriam maciçamente feridos; caso avançassem contra o inimigo, sofreriam da mesma forma sem nada poder fazer, pois os partos, mesmo fugindo, continuam a atirar. Trata-se de uma manobra em que só se lhes comparam os citas e cuja extrema habilidade consiste em repelir o adversário enquanto se escapa dele, o que tira à fuga seu caráter vergonhoso.<sup>200</sup>

Tal como a fuga do sertanejo mantém o perigo por ele representado, a fuga do arqueiro parto tem seu caráter vergonhoso anulado justamente por manter a ameaça contra o inimigo. Assim, apesar de bárbara e primitiva, a tática em questão mantém seu valor na narrativa euclidiana – apesar de ardiloso como uma sucuri, o conselheirista apresenta uma agilidade em combate capaz de bater um exército com toda a tecnologia disponível pelos avanços da civilização. O arco de Hércules, assim como o arco pártico, está ligado a essa dualidade encarada pelo autor d’*Os Sertões* – uma arma primitiva, ligada à barbárie, mas que possui um incrível potencial, capaz de fazer frente até mesmo os avanços proporcionados pela civilização – seja a formação hoplítica, as legiões romanas ou o Exército brasileiro.

A última característica que destaco do Hércules eurípidiano não apresenta uma relação direta com alguma definição do sertanejo euclidiano – a loucura que o toma após ter derrotado Lico e salvo sua família. Entretanto, acredito que essa é uma das principais ligações entre ambos, pois é através dela que o herói expôs seu lado mais violento e selvagem. O foco da minha observação não é a causa do mal enviado pela deusa Hera<sup>201</sup>,

---

<sup>199</sup> BRIZZI, Giovanni. Op. cit., p.117.

<sup>200</sup> PLUTARCO. *Vidas paralelas – vol.3, Vida de Marco Crasso*, 30.

<sup>201</sup> A loucura que arrebatava Hércules é enviada por Lissa, uma Erínia (divindade ligada a vinganças de assassinatos, especialmente entre família, denominada como “fúria” pelos romanos), sob as ordens de Íris,

mas as conseqüências dessa sobre a imagem do filho de Zeus. A descrição daquele no momento em que é “possuído” indica o potencial da sua transformação: “Ele já não era o mesmo, mas alterado no esgazear dos olhos e com sangüinosas raízes protraídas, vertia espuma da espessa barba. E disse com um riso demente: [...]”<sup>202</sup>. O zeloso pai que lutou para salvar sua mulher e seus filhos é levado a matá-los violentamente com seu arco, utilizado anteriormente para matar diversas feras no cumprimento dos Doze Trabalhos.

Tomado pela ilusão de que estaria destruindo a família de Euristeu, que o impedia de voltar a sua terra de origem, Hércules caça seus filhos no seu próprio palácio, pensando estar no lar daquele, exterminando sua família. Eurípidés destaca a brutalidade da morte da primeira criança: “Héracles gritou [segundo a tradutora, o termo grego para esse verbo é *elálaxe*, ligado às vitórias em guerras] e vangloriou-se em triunfo: eis aqui morto um dos filhotes de Euristeu, caído em expiação do ódio paterno por mim”<sup>203</sup>. Cristina Franciscato destaca essa passagem como uma evidência de uma natureza violenta já desenvolvida pelo herói, que teria sido potencializada pelo castigo de Hera: “Embora sua atitude possa ser amenizada pela loucura que sofre, não deixa de revelar uma natureza bastante violenta”<sup>204</sup>. Se recordarmos a ira e a violência com que ele eliminou Lico e seus servos, planejando atacar até mesmo os demais cidadãos tebanos, por não terem auxiliado sua família quando estava sendo ameaçada, podemos concordar com Franciscato. Outros mitos sobre a vida do herói também fornecem indícios desse ímpeto violento anterior ao massacre de seus filhos: “Héracles era bastante indisciplinado, a tal ponto que Lino [seu primeiro mestre] o tinha de chamar à ordem e tentou mesmo, um dia, castigá-lo. Héracles não quis, de modo algum, deixar-se castigar; encolerizou-se e, agarrando num banco, acertou em cheio no mestre e matou-o”<sup>205</sup>. Isso teria ocorrido ainda na sua juventude, quando já apresentaria traços de indisciplina, descontrole e agressividade (nesse caso, tal como expus no caso de Quasímodo, a força anormal intensificaria os atos violentos).

Outra conseqüência da tragédia que aflige Hércules na obra de Eurípidés é a queda de sua imagem gloriosa – ele deixa de ser o grande realizador dos Doze Trabalhos e passa a ser marcado pelo desastre familiar cometido por suas próprias mãos. Ao recuperar a

---

subordinada de Hera. Ao ordenar a execução do castigo, a seguidora da deusa aponta para a necessidade da manutenção do equilíbrio valorativo entre deuses e mortais: “Ou os deuses de nada valerão e grandes serão os mortais, se não for punido”. Assim, sugere-se que o castigado tenha cometido o erro do excesso, sobrepondo-se aos próprios deuses em glórias e feitos alcançados. Trecho retirado de: EURÍPIDES. Op. cit., IV, 840.

<sup>202</sup> Ibidem, IV, 930.

<sup>203</sup> Ibidem, IV, 970.

<sup>204</sup> FRANCISCATO, Cristina Rodrigues. *Introdução*. In: EURÍPIDES. *Héracles*. São Paulo: Palas Athena, 2003, p.41.

<sup>205</sup> GRIMAL, Pierre. Op. cit., p.206.

consciência, após a intervenção de Atena, o herói lamenta longamente o que fez e pensa em tirar sua vida. Nesse momento, surge Teseu<sup>206</sup>, seu amigo. Ao perceber sua aproximação, demonstra toda sua vergonha pelos seus atos, mesmo que involuntários:

[...] eis que vem Teseu, meu parente e amigo. Seremos vistos e a filicida mácula chegará aos olhos de meu mais amado hóspede. Ai de mim! O que fazer? Onde ausência de males encontrar? Vão ou desapareço sob a terra? Eia! Minha cabeça envolverei em trevas, pois me envergonho dos males que perpetrei e sobre este, não quero lançar poluto sangue e causar mal a inocentes.<sup>207</sup>

O castigo dos deuses cumpre a determinação de Íris, restaurando o aspecto mortal da vítima e relegando a sua glória, comparável a que caracterizava os deuses, ao passado, no momento em que Teseu lembra seu amigo dos feitos que alcançara. Essa é a sua tragédia, os dois aspectos do mesmo indivíduo – filho de um deus, acaba sendo castigado por se aproximar da glória divina; aquele que “impervio território e mar feroz pacificou”<sup>208</sup> tem seus feitos manchados por desgraça violentamente executada por si mesmo. Teve sua vida marcada por provações e desafios de todos os tipos, tal como o sertanejo descrito por Euclides da Cunha, que utiliza sua força característica para lutar, desde que nasce, contra a natureza bárbara que o cerca. Acredito que o Hércules que é citado n’*Os Sertões* não é simplesmente o glorioso filho de Zeus, mas incorpora também o guerreiro cujo destino é trágico e marcado pela violência.

### **c) Entre o grotesco Hércules e o sublime Quasímodo:**

Ao apresentar essas longas relações que estabeleci entre as figuras do sertanejo e do Hércules, do sertanejo e do Quasímodo, ou mesmo do Quasímodo e do Hércules, não tinha por objetivo meramente traçar uma comparação entre esses elementos. Minha intenção foi levantar possíveis significações que Euclides da Cunha poderia ter conferido à metáfora do Hércules-Quasímodo, que fossem além das tradicionais caracterizações que se voltam para os aspectos da força física e da fealdade. Evidentemente, não defendo que exista uma semelhança absoluta entre eles, nem mesmo que o autor tenha traçado todas as relações que expus. Da mesma forma, não creio que o processo de leitura e sua utilização sejam tão simplistas. As influências de uma obra tão famosa como a de Victor Hugo, um escritor

---

<sup>206</sup> Segundo Grimal, a intervenção de Teseu marca uma oposição entre a sabedoria e ponderação desse e a violência marcante de Hércules. In: GRIMAL, Pierre. Op. cit., p.207.

<sup>207</sup> EURÍPIDES. Op. cit., V, 1150.

<sup>208</sup> Fala de Lissa, hesitando em enviar a loucura à mente de Hércules, argumentando que ele fora responsável pela eliminação de uma série de males que atormentavam diversas regiões do mundo grego. Trecho disponível em: EURÍPIDES. Op. cit., IV, 850.

admirado por nosso leitor, não seriam encontradas apenas sob a forma direta, ou mesmo somente em suas características mais marcantes. Uma personagem tão complexa como Quasímodo não deve ter marcado o autor d'*Os Sertões* apenas pelo seu aspecto físico. Parece-me um erro também considerar que um leitor tão dedicado aos autores clássicos, gregos e romanos, ater-se-ia simplesmente no aspecto mais comum do célebre Hércules.

Como pensar que o autor teria relacionado a força extraordinária do sertanejo em situações de necessidade apenas com a figura do herói grego, se o vigor de Quasímodo é destacado tantas vezes no romance hugoano, cuja leitura tanto o marcou? Como aquela incrível transformação do sertanejo em um cavaleiro do sertão seria vinculada diretamente àquele Hércules empunhando o bárbaro arco, dominado pela loucura? Na relação Quasímodo-sertanejo, destaquei os “bons sentimentos” do corcunda, principalmente em seu envolvimento com Esmeralda, sem a pretensão de afirmar que o objeto euclidiano tivesse sido elaborado sob aquela visão romântica, mas sim para destacar que, tal como Hugo possibilitou que fidelidade e ternura desabrochassem num ser grotesco, Euclides também viu a possibilidade do bárbaro sertanejo ter aspectos dignos de um civilizado. Ou seja, a influência hugoana neste caso não é a adoração de Quasímodo pela cigana, mas a complexa fusão entre o físico grotesco e nobres sentimentos. Semelhante situação pode ser percebida no caso da relação entre surdez e barbárie na obra do escritor francês: o isolamento e a incompreensão provocados por essa deficiência atuam tanto sobre a selvageria do corcunda, quanto na ignorância de quem o condena ao castigo brutal sancionado pela civilização. O isolamento temporal e a incompreensão dos ensinamentos do progresso são alguns dos principais fatores da barbárie sertaneja, atacada brutalmente por uma “civilização de empréstimo”. Não foi preciso que Euclides da Cunha citasse o bizarro auditor parisiense de Hugo para que pudéssemos perceber que as críticas que ele representa na obra francesa influenciaram a elaboração da denúncia dos crimes cometidos pela civilização brasileira contra Canudos.

Através dessas relações foi possível, além de constatar diversas possíveis influências do romance hugoano na narrativa euclidiana, traçar as linhas da significação da figura do Quasímodo elaborada por Euclides da Cunha, como me propus no começo deste tópico. Empenhei-me em fazer o mesmo ao tratar das aproximações entre Hércules e o sertanejo, pois apenas aproximando-se dos sentidos isolados de cada componente do dito oximoro é possível compreender adequadamente a figura do Hércules-Quasímodo. Nesse caso, uma pergunta significativa pode auxiliar na análise de qual seria o sentido construído pelo autor sobre o herói grego: por que Hércules? Entre diversos personagens da mitologia

grega, como Ajax, Diomedes e Aquiles, heróis destacados na *Ilíada* – obra que provavelmente o autor tenha lido, já que relacionou Canudos a Tróia – pela força e habilidade em combate, por que seria escolhido justamente Hércules? Se a questão fosse simplesmente a escolha de um símbolo de força física oriundo da Antiguidade, nosso autor teria diversas opções. Todavia, acredito que as relações desse símbolo clássico com o sertanejo carregavam outros dois propósitos, relacionados diretamente com o herói da obra eurípidiana anteriormente tratada: o seu modo de vida e a série de proezas que aquele enfrentou.

Franciscato aponta na sua introdução à tragédia a oposição entre o estilo de vida de Hércules e o sistema pelo qual é concebida a vida na *pólis*: “[...] a figura heróica de Hércules é problemática para o contexto da *pólis*, onde não há lugar nem para a força bruta, exterior por princípio à natureza das questões políticas, nem para a grandeza excessiva, [...]”<sup>209</sup>. Como expus anteriormente, o caráter violento e explosivo são as marcas daquele indivíduo, fazendo dele uma figura distante da que geralmente é atribuída aos cidadãos das *pólis* gregas<sup>210</sup>. Assim, podemos concluir que o seu maior atributo, a fonte de sua glória, era, ao mesmo tempo, uma das principais causas de sua vida praticamente nômade. São raros os relatos em que o herói é apresentado como pertencente a uma cidade específica. Mesmo na tragédia eurípidiana, como rei “de direito” de Tebas, ele aparece como em regresso, após os Doze Trabalhos, para se afastar novamente após o assassinio de sua família. Os principais mitos que o envolvem se passam ao longo de sua jornada para a realização dos Doze Trabalhos, “desbravando o mundo”, conhecendo lugares fantásticos. Desde sua formação, Hércules foi afastado por seu próprio pai do ambiente urbano para ser criado no campo, temendo justamente seus acessos coléricos<sup>211</sup>.

Ao reavaliar todas essas características ligadas ao herói grego, acredito que não seja possível destacá-lo como elemento positivo da figura *Hércules-Quasímodo*. Ao perceber que a extraordinária força física daquele está ligada à barbárie e à violência (aspecto também presente no outro elemento) e que mesmo sendo um herói, autor de nobres e grandiosos feitos, sua imagem é “manchada” pelo seu comportamento truculento e pelo marcante assassinato de sua família, sua aproximação com o Quasímodo se esclarece. As relações entre cada um desses personagens e o sertanejo evidenciam que Euclides da Cunha atribuiu sentidos a eles além da suposta oposição de aspectos físicos – o que permite

---

<sup>209</sup> FRANCISCATO, Cristina Rodrigues. Op. cit., p.23.

<sup>210</sup> Isso não significa que as sociedades gregas eram pacifistas ou que o poder não pudesse ter sua face violenta, mas sim que o uso da força era algo estranho ao seu cotidiano.

<sup>211</sup> GRIMAL, Pierre. Op. cit., p.206.

concluir que não havia oposição prévia entre Hércules e Quasímodo, pois, exceto pela aparência, esses personagens carregam um série de semelhanças. Portanto, a figura *Hércules-Quasímodo* pode não ser um oxímoro, mas cumpre sua função como metáfora, de acordo com o que destaquei na análise de Bernucci anteriormente. A seguir, analiso outras importantes metáforas provenientes da mitologia grega utilizadas por Euclides da Cunha para caracterizar o sertanejo.

## **2 – Metáforas da Antiguidade: o sertanejo e outros seres mitológicos**

Como foi dito até aqui, a figura do Hércules-Quasímodo, concebida ou não como um oxímoro, confere à descrição do sertanejo euclidiano uma gama de novas características, assimiláveis apenas através da compreensão das relações entre o sertanejo, o Hércules e o Quasímodo. Ou seja, a relação estabelecida por Euclides da Cunha entre a união dos dois últimos com o primeiro é de semelhança, definindo então a figura em questão como uma metáfora: “A metáfora designa uma coisa com o nome de outra que tenha com ela uma relação de semelhança”<sup>212</sup>. Essa é uma definição básica, mas esclarecedora sobre o papel da metáfora: traçar semelhanças entre termos que, por si mesmos, pareciam não ter qualquer relação. Nesse caso, o resultado da metáfora é alcançado quando o autor consegue convencer seu leitor das semelhanças entre os termos envolvidos na metáfora. Da mesma forma que um poeta só teria a expressão “ela é uma rosa” vista como um elogio a sua amada por quem destaca as características positivas daquela flor, apenas o leitor que percebeu a relação de complementaridade entre Hércules e Quasímodo perceberia como Euclides da Cunha concebia o sertanejo.

Seguindo com o exemplo que utilizei, é possível que alguém que não tenha lido a expressão do poeta em seu contexto, poderia ter negligenciado outras semelhanças entre a amada e a rosa. Se ao longo de sua obra, além da beleza, o poeta destacar certos “espinhos” na relação com a homenageada, o leitor que se fixar apenas no trecho referente à metáfora, não perceberá todos os sentidos trabalhados pelo autor. De forma análoga, sem considerar as diversas características que formam o sertanejo, algumas semelhanças entre ele e a metáfora em questão passariam despercebidas. Para uma metáfora ser entendida como tal, é preciso que o leitor perceba as semelhanças entre os elementos trabalhados – entretanto, essas semelhanças dependem da leitura que cada um faz sobre o texto. Considerando que o objetivo central do texto euclidiano é compreender e descrever o sertanejo, analiso essas

---

<sup>212</sup> REBOUL, Olivier. Op. cit., p. 122.

metáforas<sup>213</sup> sob a perspectiva de que as semelhanças destacadas por Euclides da Cunha partiram da construção da sua visão sobre o sertanejo. Dessa forma, o foco motivador do uso da metáfora Hércules-Quasímodo para definir o sertanejo partiu da visão do autor sobre o sertanejo – a barbárie complementada por aspectos civilizados, a fealdade complementada pela força heroica, a violência unida à valentia e ao heroísmo. Ou seja, foram as características encontradas no sertanejo que “invocaram” a criação da figura em questão<sup>214</sup>. Por esse motivo, a base da análise das metáforas que destaco a seguir (assim como realizei ao analisar a figura anterior) é o que cada uma delas revela sobre o sertanejo.

Devido ao papel da metáfora no estabelecimento de relações de semelhança em um discurso qualquer, muitos autores aproximam-na com a analogia. Perelman define a metáfora como uma “[...] analogia condensada, resultante da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema”<sup>215</sup>. Ao afirmar que a metáfora é uma analogia reduzida, torna-se necessário entender melhor o que é uma analogia. A definição mais simples para o uso dessa técnica retórica encontra-se na obra de Reboul: “Raciocinar por analogia é construir uma estrutura do real que permita encontrar e provar uma verdade graças a uma semelhança de relações”<sup>216</sup>. Se construída pelo orador, uma verdadeira analogia não existiria previamente – isso significa que os termos da mesma não apresentam uma semelhança evidente anterior à formação do discurso, pois tal relação é moldada de acordo com o interesse do seu autor. Na tentativa de condensar o que foi dito até aqui sobre o Hércules-Quasímodo, formulo um exemplo para explicar a formação de uma analogia: *Assim como o Hércules-Quasímodo seria uma criatura grotesca, mas de força heroica, o sertanejo é um bárbaro, assim como também é capaz de atos próprios da civilização.* Nessa analogia, relacionei os dois termos com o objetivo de destacar suas semelhanças, destacando também, por consequência, uma característica do sertanejo, tema dessa analogia, que não estava presente na oração, mas originou-se pela aproximação entre os dois elementos. No exemplo anterior estão diretamente expostas duas qualidades do sertanejo (a barbárie e o potencial para atos civilizados), mas uma terceira identificação

---

<sup>213</sup> Reforço que meu objetivo aqui é tratar das metáforas relacionadas às ideias de barbárie e civilização presentes na obra que utilizam elementos da Antiguidade. Metáforas como a clássica “Tróia de taipas” não são analisadas aqui porque não percebi ligações relevantes na construção dessas com o tema em questão, mesmo que elas sejam grandes exemplos de como elementos da Antiguidade estão presentes na obra analisada.

<sup>214</sup> Como demonstro a seguir, isso não significa que as características sertanejas passem inalteradas no processo de elaboração dessas metáforas. Em alguns casos, essas características adquirem novos significados, ou são simplesmente reforçados ao terem suas semelhanças com outro elemento destacadas.

<sup>215</sup> PERELMAN, Chaim; ÖLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Op. cit., p.453.

<sup>216</sup> REBOUL, Olivier. Op. cit., p.185.

daquele surge no momento da aproximação com a figura criada pelo autor d'*Os Sertões*: tal como o Hércules-Quasímodo, o habitante do sertão também apresenta elementos aparentemente opostos, mas que se complementam em sua formação peculiar.

A analogia é composta por duas relações colocadas uma ao lado da outra – o tema, que é o foco da atenção do orador, e o foro, instrumento da comparação. Reboul define-os da seguinte forma: “A primeira, o tema, o que se quer provar, [...]. O segundo, o foro, é o que serve para provar”<sup>217</sup>. O tema do exemplo que elaborei é evidentemente o sertanejo e sua relação barbárie entre barbárie e civilização, enquanto o foro, o modo como se explica como ocorre tal união, é a figura do Hércules-Quasímodo e a relação construída entre o grotesco e a força. A metáfora surge da analogia através da fusão ocorrida entre o tema e o foro. De acordo com Perelman, o objetivo dessa transformação é tornar a relação entre os termos mais fluida e mesmo aceitável para o julgamento do auditório: “A analogia, graças a essa fusão, é apresentada não como uma sugestão, mas como um dado. Isso quer dizer que a metáfora pode intervir para tornar plausível a analogia”<sup>218</sup>. Assim, ao invés de expor cada componente em uma relação de semelhança, a metáfora une o elemento motivador da comparação com seu semelhante. Nesse caso, não se acompanha o processo de criação das semelhanças entre os termos – para compreender a metáfora é preciso antes concordar com a aproximação que dá sentido à figura utilizada. Na analogia que utilizei como exemplo, as características do Hércules-Quasímodo e do sertanejo foram expostas para conduzir o leitor a perceber o que havia em comum entre eles. O mesmo não acontece ao Euclides da Cunha lançar a metáfora da união do herói grego com o corcunda, pois a figura simplesmente atua naquele caso como uma definição do sertanejo. A metáfora funciona nesse caso como um sinônimo de “sertanejo”, como se os laços entre os dois termos existissem antes da construção do próprio autor e já fizesse parte do vocabulário do leitor.

Se a metáfora atua denominando algo de outra forma, qual seria a sua utilidade? A metáfora seria simplesmente uma alternativa para dizer uma mesma coisa, sem qualquer atuação sobre o seu significado? Paul Ricoeur resume como se desenvolve a posição de que a metáfora cumpriria meramente uma função estética:

Desde o ponto de partida que faz da metáfora um acidente da denominação, até a conclusão que lhe confere uma simples função ornamental e confina a retórica totalmente na arte de agradar, a cadeia é contínua. Que a metáfora nada ensine e não sirva senão para ornar o

---

<sup>217</sup> Ibidem.

<sup>218</sup> PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Op. cit., p.454.



discurso, estas duas asserções procedem, pouco a pouco, da decisão inicial de tratá-la como uma maneira insólita de designar as coisas.<sup>219</sup>

Nessa perspectiva, a metáfora seria um ornamento, uma forma mais criativa de denominar algo. Ricoeur indica que esse discurso consolida-se pela afirmação de que a única função da metáfora é designativa. Se fosse dessa forma, a metáfora do Hércules-Quasímodo para se referir ao sertanejo poderia ser excluída do texto euclidiano sem causar grandes mudanças no sentido do trecho em que tal figura surge. Essa posição sobre a função da metáfora deriva essencialmente da própria concepção de o que seria a retórica. Reboul destaca dois modos de concebê-la, apontando alguns intelectuais como exemplos: Perelman e Tyteca defendem “a retórica como arte de argumentar”, visando a convencer; enquanto um grupo de intelectuais como Morier, G. Genette e J. Cohen “considera a retórica como estudo de estilo, e mais particularmente das figuras”<sup>220</sup>. Classificar a metáfora como um recurso estilístico é próprio do segundo grupo, que percebe nas figuras retóricas traços de ornamentos.

Como ficou claro até aqui, posiciono-me junto à perspectiva que analisa a retórica como a criação de estratégias argumentativas ao criar figuras, como a metáfora, que interferem nos sentidos construídos nos discursos. Nesse caso, suprimir a metáfora do Hércules-Quasímodo poderia não gerar grandes modificações na caracterização do sertanejo como um indivíduo com aparência fraca, mas que apresenta grande força quando é necessário, já que essas definições são apresentadas após o uso da figura em questão. Porém, acredito que nessa situação essa metáfora cumpra duas funções essenciais: a simples aproximação estabelecida entre o sertanejo e tal figura ressalta a caracterização do sertanejo que é exposta posteriormente – as expressões “fealdade típica dos fracos” e “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” não teriam o mesmo sentido sem a definição do sertanejo utilizada naquela passagem. A outra função é alcançada apenas através da compreensão das semelhanças entre o tema e o foro de tal metáfora: o caráter complementar entre fealdade e força, entre barbárie e civilização, só pode ser compreendido através da leitura daquela metáfora. Assim, por mais que a base do sentido de qualquer metáfora surja a partir do seu tema, sua utilização interfere na compreensão do objeto designado por ela, seja intensificando suas características, seja apresentando alguma que só poderia ser explicada e convencer o leitor adequadamente através do jogo de semelhanças próprio dessa figura.

---

<sup>219</sup> RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p.81.

<sup>220</sup> REBOUL, Olivier. Op. cit., p.xiii.

Ao analisar a união entre o tema e o foro de uma analogia, podemos perceber diferentes métodos para esse procedimento, que leva a diferentes modelos de metáforas. Há algumas metáforas, como o caso do termo Hércules-Quasímodo, em que a figura simplesmente substitui o tema que seria expresso pela analogia, mas, em outros casos, tema e foro ainda são expressos, dependendo das estratégias retóricas de seu autor. Segundo Perelman, há diversas formas para formações de metáforas, como:

[...] por uma simples determinação (a noite da vida, oceano de falsa ciência), por meio de um adjetivo (uma exposição vazia, luminosa), de um verbo (ela se pôs a piar), de um possessivo (nossa Waterloo). Por vezes teremos até uma identificação (a vida é um sonho, o homem é um camaleão). A cópula aqui não tem outras funções senão a de assinalar o lugar homólogo numa relação analógica.<sup>221</sup>

Por mais que esses exemplos sejam formas diferentes de apresentação da fusão entre tema e foro, todos são formas alternativas de designar algo, alguma situação, alguém, etc. A maioria das metáforas que analiso a seguir são expostas como identificações para o sertanejo, destacando diferentes características do mesmo – o caráter primitivo, a ligação com o meio, a barbárie, etc. Além de essas metáforas carregarem informações sobre o sertanejo, também indicam as opiniões do autor e os caminhos de condução da narrativa ao longo d'*Os Sertões*, como o apontamento das causas das primeiras derrotas do Exército contra os habitantes de Canudos ou o reforço da condenação do autor diante dos crimes da civilização contra os seguidores de Conselheiro.

#### **a) Anteu sertanejo – o bárbaro e sua terra**

Uma das principais causas destacadas por Euclides da Cunha para as primeiras vitórias do povo de Canudos foi a vantagem que eles possuíam lutando no sertão. A natureza daquele meio protege seus habitantes, servindo como abrigo, meio de camuflagem, fonte de provisões e mesmo como arma. Ao longo de toda a narrativa do conflito é evidente a interferência da vegetação, do solo e do clima, quase como personagens lutando ao lado dos sertanejos. Ironicamente, esse mesmo aliado é apontado constantemente como uma das origens do isolamento e das dificuldades daquele povo. Ao longo do avanço da segunda expedição contra o arraial essa cumplicidade entre homem e meio fica mais clara. Ao analisar a tática empregada pelos chefes militares naquela expedição, o autor comenta que a caatinga é um tipo de terreno diferente do que os grandes

---

<sup>221</sup> PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Op. cit., p.456.

estrategistas da moderna “arte da guerra” europeia escrevem em seus tratados<sup>222</sup>. Diferente de batalhas em campos ou florestas, em que o terreno não seria neutro, oferecendo as mesmas vantagens e desvantagens a ambos os lados, a caatinga privilegia muito os sertanejos: “[...] as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem”<sup>223</sup>. O sertão parece proteger o seu habitante, mas o que transparece na narrativa é que o sertanejo possui vantagem porque conhece a terra, ao passo que o Exército apresenta claras desvantagens por adotar táticas e equipamentos próprios da civilização num meio bárbaro. Essa situação nos passa a imagem de que toda a força que um exército teria em ambiente próprio do que se convencionou como guerra dos civilizados – campos abertos próprios a formações compactas de soldados ou mesmo nas florestas em que os europeus se habituaram aos obstáculos naturais – desaparece em território próprio de bárbaros.

Não devemos confundir essa questão com um mero determinismo do meio, pois o homem que se adaptou a um tipo de luta poderia se adaptar a outro. O civilizado tem desvantagem na caatinga porque adotou um estilo de guerra impróprio para aquela situação. O meio moldou o sertanejo, mas isso não significa que o Exército não poderia adotar suas táticas primitivas, tal como o autor sugere: “Devíamos, num transe igual, adotá-la. Era sem dúvida um recuo inevitável à guerra primitiva. Mas, quando não o impusesse o jagunço solerte e bravo, impunha-o a natureza excepcional que o defendia”<sup>224</sup>. Apontando exemplos de grupos formados para capturar escravos que fugiam para os sertões durante o período escravista brasileiro, que formavam pequenos grupos com alta mobilidade para cercá-los e capturá-los, adotando as mesmas táticas dos seus inimigos. Através de um ensinamento histórico de civilizados do passado brasileiro que lutaram contra seus

---

<sup>222</sup> Segundo Euclides da Cunha, o Exército brasileiro adotou muitas características dos militares europeus, principalmente dos alemães, sem refletir sobre elas e adaptá-las às especificidades dos diversos meios brasileiros. Essa é outra crítica à “civilização de empréstimo” que se desenvolvia no Brasil. Assim, o que está em discussão quando o autor discute aspectos aparentemente técnicos da campanha contra Canudos é o tipo de civilização esperada para o Brasil – algo que se pautava em bases européias, mas que refletiam as necessidades do Brasil, que pudessem inserir “a rocha viva da nacionalidade” ao projeto civilizador brasileiro. Outro comentário do autor nessa passagem que revela aspectos da sua posição sobre a relação entre barbárie e civilização é a sua opinião o alto escalão militar europeu: “E ririam os sábios *feldmarechais* – guerreiros de cujas mãos caiu o franquisque heróico trocado pelo lápis calculista – [...]”. In: CUNHA, Euclides da. Op. cit., p.356. Se os civilizados de seu tempo possuíam um passado bárbaro, isso significa que os bárbaros daquele presente (o sertanejo) também poderiam evoluir, confirmando a tese de que a barbárie sertaneja deveria ser eliminada não “*a pranchadas*”, mas pelos livros e avanços da verdadeira civilização, como apresentei no capítulo anterior. Outro aspecto relevante dessa citação é o caráter romântico de sua ideia de bárbaro: enquanto o franquisque está ligado à barbárie antiga mas heroica, o lápis simboliza o avanço da civilização às custas do ímpeto valente, privilegiando a frieza do cálculo.

<sup>223</sup> Ibidem, p.357.

<sup>224</sup> Ibidem, p.356.

bárbaros, Euclides da Cunha aponta o que seria para ele o modo correto para derrotar a barbárie em seu próprio território – assimilando-a.

Se os militares brasileiros poderiam superar as desvantagens proporcionadas pela caatinga modificando seu pensamento bélico, as vantagens que cercavam o sertanejo estão relacionadas a algo mais profundo – a conexão entre a terra e o homem. Grande parte dos sucessos alcançados pelos conselheiristas está ligada ao meio. As provações do sertão moldam seus habitantes como indivíduos fortes e resistentes. O autor parece ter percebido uma conexão entre a obstinação e resistência sertaneja diante da seca com as atitudes dos conselheiristas que lutaram até o último momento. Essa relação é apresentada previamente nessa longa passagem que compara as reações do sertanejo e dos “*forasteiros*” diante das dificuldades proporcionadas pela natureza daquela região:

[...] quando se topam os últimos fios de água no lodo das ipueiras e as últimas folhas amarelecidas nas ramas das baraúnas, e o forasteiro se assusta e foge ante o flagelo iminente, aquele [o sertanejo] segue feliz nas travessias longas, pelos desvios das veredas, firme na rota como quem conhece a palmo todos os recantos do imenso lar sem teto. Nem lhe importa que a jornada se alongue, e as habitações rareiem, [...]. Cercam-lhe relações antigas. Todas aquelas árvores são para ele velhas companheiras. Conhece-as todas. Nasceram juntos; cresceram irmãmente; cresceram através das mesmas dificuldades, lutando com as mesmas agruras, sócios dos mesmos dias remansados. O umbu desaltera-o e dá-lhe a sombra escassa das derradeiras folhas; o araticum, o ouricuri virente, a mari elegante, a *quixaba* de frutos pequeninos, alimentam-no a fartar; [...], as folhas dos juás – sustentam-lhe o cavalo; os últimos lhe dão ainda a cobertura para o rancho provisório; [...].<sup>225</sup>

O primeiro ponto que se destaca nessa passagem é que aquilo que para um é flagelo, para o outro é seu lar. As dificuldades que assustam o forasteiro são obstáculos cotidianos na vida do sertanejo quando começa o período de seca. Tamanha diferença entre essas reações indica que aquele meio proporcionou grandes mudanças no desenvolvimento de seus habitantes, ao ponto do autor utilizar a imagem de laços familiares para explicar a ligação entre ambos. Se essas relações são antigas, aquele indivíduo vive na caatinga desde seu nascimento. Se, como foi sugerido anteriormente, a única forma de sobreviver em ambiente bárbaro é adaptando-se a ele, aquele homem teria absorvido a própria barbárie da terra. Assim como as plantas e os animais do sertão aprenderam a lidar com o calor e a seca, o mesmo foi feito por aqueles indivíduos. Da terra provém os meios necessários para a sobrevivência na caatinga, mas apenas o sertanejo sabe onde procurar abrigo, quais

---

<sup>225</sup> Ibidem, p.362.

plantas fornecem alimento e ajudam nos serviços diários – conhecimentos que não estão à disposição de aventureiros que avançam sertão adentro.

Após essa longa passagem que descreve a cumplicidade entre a caatinga e seu protegido, o autor utiliza uma metáfora que sintetiza essa ideia: “A natureza toda protege o sertanejo. Talha-o como Anteu, indomável”<sup>226</sup>. A chave para compreender a identificação do sertanejo com Anteu está ligada à proteção que a natureza fornece ao sertanejo e como esse é moldado por ela – essa é a semelhança entre aqueles indivíduos e a figura mitológica encontrada que possibilita a formação de tal metáfora. A mesma metáfora é utilizada no *Diário de Expedição* de Euclides da Cunha ao comentar diversas dificuldades do Exército ao longo do último cerco contra Canudos:

Canudos cairá pelo assalto. Assalto violento, brusco e rápido, porque vencido o inimigo que pode ser vencido, morto o inimigo que pode ser morto, restar-nos-á, eterna e invencível, envolvendo-nos inteiramente, num assédio mais perigoso, essa natureza antagonista, bárbara e nefasta, em cujo seio atualmente cada *jagunço* parece realizar o *mito* extraordinário de Anteu.<sup>227</sup>

Semelhante ao uso que é feito n’ *Os Sertões*, essa passagem revela que mesmo antes das reflexões que levaram à elaboração da obra-prima euclidiana, o autor percebia a força da natureza do sertão contra o Exército, capaz de um perigo que ameaçaria o Brasil mesmo após a derrota dos conselheiristas. Nesses primeiros escritos sobre Canudos ainda não há a proposta de domar a barbárie através dos conhecimentos da civilização – o que incluía superar as dificuldades proporcionadas por aquela terra – como se elabora na obra posterior, mas é evidente que há a convicção de que o maior inimigo para o desenvolvimento do país não é o sertanejo, mas a terra que o “produziu”.

Retomando a metáfora em questão, é necessário compreender quem era essa figura mitológica para estabelecer a semelhança entre ela e o sertanejo. Na mitologia grega, Anteu era um gigante, filho de Gaia (é a Terra, entidade que representa a fecundidade desse elemento, responsável pelo surgimento dos demais titãs) e Poseidon (irmão de Zeus e deus dos mares) que vivia na costa da Líbia. Ele matava todos os viajantes que passavam pela região e oferecia os despojos dos derrotados ao templo de seu pai. Hércules, entre um dos seus trabalhos, teve que viajar até aquela região para colher maçãs de ouro. Logo que os dois se encontram começa uma longa luta em que o gigante possuía grande vantagem: toda

---

<sup>226</sup> Ibidem, p.363.

<sup>227</sup> Idem. *Canudos – diário de uma expedição*. In: Idem. *Euclides da Cunha – Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995, p. 563.

vez que Hércules estava prestes a derrotá-lo, Anteu levantava-se renovado por sua mãe. Percebendo tal fato, Hércules ergue-o sobre seus ombros, afastando-o do contato com a terra, e o sufoca até a morte<sup>228</sup>.

A figura de Anteu está presente em diversas obras clássicas, seja da Antiguidade, seja de autores medievais ou mesmo modernos, além de quadros e esculturas representando aspectos de seu mito. Um exemplo pode ser encontrado na poesia *Pharsalia*, do romano Marco Aneu Lucano<sup>229</sup>, onde é narrada brevemente a luta entre Anteu e Hércules:

De igual pra igual lutou-se, um fiado na Terra,  
outro em si mesmo. Nunca a madrasta cruel  
pôde tanto esperar, pois vê suado o herói  
que nada transpirou quando sustinha o Olimpo.<sup>230</sup>

Esse trecho evidencia que, para Lucano, a grandiosidade do herói só foi abalada com o apoio da Terra, a “madrasta cruel” (madrasta de Hércules, uma vez que todos os homens e deuses seriam considerados filhos de Gaia). Logo que Hércules descobre a origem da força do gigante, consegue derrotá-lo com facilidade. Na *A Divina Comédia*, obra de Dante Alighieri, há outra referência a Anteu<sup>231</sup>. Ao longo da viagem pelo Inferno, Dante e seu guia Virgílio chegam ao Poço dos Gigantes, onde encontrou o antigo inimigo de Hércules junto aos seus irmãos, mas Anteu é o único deles que não está acorrentado, por não ter participado de uma luta entre os gigantes e os deuses do Olimpo. Ele é o escolhido para conduzir os viajantes através daquele local: “Sem demora Anteu empolgou o mestre com aquela mão que já fizera o próprio Hércules sofrer”<sup>232</sup>. Mesmo que nesse encontro imaginado por Dante não tenha sido mencionada a relação entre a força do gigante e seu contato com a terra, a referência ao seu combate contra Hércules continua destacada como um dos poucos momentos em que algum oponente do herói conseguiu proporcionar dificuldades em sua derrota. Não é possível afirmar quais foram as fontes utilizadas por Euclides da Cunha para conceber a metáfora do sertanejo como Anteu, uma vez que tal

---

<sup>228</sup> GRIMAL, Pierre. Op. cit., p.30.

<sup>229</sup> Marco Aneu Lucano foi um importante poeta romano do século I. *Pharsalia* trata da guerra civil envolvendo Júlio César e Pompeu (49-45 a.C.). Toda a narrativa do conflito entre Anteu e Hércules é desencadeada a partir da descrição de onde teria sido o local de uma das batalhas desse conflito.

<sup>230</sup> VIEIRA, Brunno V. G. *Mito e tradição literária na luta entre Hércules e Anteu: Farsália*, IV, 589-665. Classica (Brasil), 20.I, 2007, p.60. Acessado em: 02/02/2012 Disponível em: [http://classica.org.br/revista/pdf/20/1/ClassicaBrasil\\_20.1\\_46-63.pdf](http://classica.org.br/revista/pdf/20/1/ClassicaBrasil_20.1_46-63.pdf)

<sup>231</sup> Dante Alighieri foi um importante escritor italiano do século XIII. Em sua grande obra, *A Divina Comédia*, o autor cria uma viagem que teria feito com o poeta romano Virgílio atravessando o Inferno, o Purgatório e o Paraíso. A narrativa dessa viagem está repleta de referências a elementos da história e da mitologia grega e romana que evidentemente são apresentados segundo os interesses do autor em seu texto.

<sup>232</sup> ALIGHIERI, Dante. *Divina Comédia*. São Paulo: Nova Cultural, 2003, p.131.

figura, assim como as que analiso a seguir, são ricamente difundidas nas mais variadas manifestações culturais às quais o autor teria acesso.

Assim, a grande semelhança que promove essa metáfora é a ligação de seu foro e de seu tema com a terra – tal como o sertanejo é moldado pela caatinga, Anteu é filho de Gaia, a entidade da terra. Além disso, da mesma forma que o sertanejo adquire proteção e abrigo em seu meio, além de um aliado, com a caatinga atacando seu inimigo, Anteu adquire forças da terra para lutar contra Hércules e, sem esse apoio, o gigante foi facilmente derrotado. Portanto, se o verdadeiro inimigo no sertão era a natureza bárbara, podemos concluir também que o real adversário de Hércules naquele conflito era Gaia, a “*madrasta cruel*”. Outra aproximação que podemos supor é a barbárie e o atraso que ambos representam em suas conjunções. A barbárie do sertanejo estava destinada a ser eliminada pelo avanço da civilização, era como um entrave para o progresso no Brasil. Tal como essa barbárie dominava aquela região, o gigante da Líbia dominava aquela região, espalhando violência e terror até a sua derrota.

#### **b) O Minotauro no labirinto do sertão**

Expus anteriormente a importância que o meio apresenta ao longo da narrativa euclidiana, protegendo o sertanejo ao mesmo tempo em que ataca seus inimigos. Essa questão é a chave para compreender um importante par de metáforas que se desenvolvem em torno das relações entre as expedições inimigas de Canudos e os obstáculos criados pela caatinga. O Minotauro e o labirinto que o prendia são figuras provenientes da mitologia grega utilizadas para identificação do Exército e do sertão em diferentes momentos da obra euclidiana. O mito do Minotauro é um dos mais famosos da Grécia Antiga, apresentando alguns elementos da própria civilização minoica, nos primórdios da Antiguidade grega, tal como Grimal comenta: “Esta lenda conserva vestígios da civilização “minoica”, que parece ter tido o culto do touro e dos enormes palácios, como os que escavações encontraram em Cnosso e outros locais”<sup>233</sup>.

Minotauro era um monstro que tinha corpo de homem e cabeça de touro. Nasceu em Creta, onde o rei Minos governava. O rei teria pedido um touro a Poseidon para provar que era favorecido pelos deuses, prometendo sacrificá-lo em honra ao deus depois disso. O deus do mar envia o presente, mas Minos decide não fazê-lo como oferenda e junta o touro ao seu rebanho. Poseidon vinga-se incitando o touro a juntar-se à Pasífae, esposa do rei.

---

<sup>233</sup> GRIMAL, Pierre. Op. cit., p.314.

Dessa união surge o Minotauro, que em seguida é escondido pelo rei dentro de um enorme palácio (um labirinto) construído por Dédalo, do qual ninguém conseguiria encontrar a saída. Entre intervalos de alguns anos, eram entregues sete rapazes e sete moças para serem devorados pelo monstro no interior do labirinto, até que o herói ateniense Teseu conseguiu derrotá-lo e, com a ajuda de Ariadne, encontrou a saída através do fio de um novelo entregue pela jovem<sup>234</sup>. Uma passagem da biografia de Teseu encontrada na obra de Plutarco ilustra essa questão: “[...] ao desembarcar em Creta, Teseu recebeu de Ariadne, que se enamorara dele, o famoso novelo de lã e o segredo para se safar dos rodeios do Labirinto. Matou então o Minotauro e fez-se novamente à vela, [...]”<sup>235</sup>.

Nesse mito, a figura do monstro está intimamente ligada a sua prisão, o labirinto. Entretanto, n’*Os Sertões*, as metáforas que utilizam esses elementos não aparecem diretamente relacionadas. Primeiro, apresento as passagens em que o sertanejo é identificado com a criatura. A primeira surge ao longo da análise do autor sobre a atuação da segunda expedição contra Canudos no momento dos encontros iniciais da tropa com os conselheiristas. A desorientação e as dificuldades das tropas no caminho rumo ao arraial estão relacionadas à falta de conhecimento dos líderes sobre a região e pela formação e armamentos que dificultam a mobilidade dos expedicionários, como sugere tal afirmação: “*Há estremecimentos em cada volta do caminho, a cada estalido seco nas macegas. O exército sente na própria força a própria fraqueza*”<sup>236</sup>. Ao descrever a expedição impotente e desorientada no meio da caatinga, a seguinte metáfora é utilizada:

Sem plasticidade segue numa exaustão contínua pelos ermos, atormentado no golpear das ciladas, lentamente sangrado pelo inimigo, que o assombra e que foge. A luta é desigual. A força militar decai a um plano inferior. Batem-no o homem e a terra. E quando o sertão estua nos bochornos dos estios longos não é difícil prever a quem cabe a vitória. Enquanto o minotauro, impotente e possante, inerte com a sua envergadura de aço e grifos de baionetas, sente a garganta exsicar-se-lhe de sede e, [...].<sup>237</sup>

Imobilismo e impotência são as marcas da tropa nessa passagem que são relacionadas ao Minotauro – o foco é a sua enorme força inutilizada diante do sertanejo protegido por aquele meio. Apesar da força diante do alvo ser uma característica comum ao monstro e ao militares, não há indicações no mito da criatura que relevem incapacidade

---

<sup>234</sup> Ibidem.

<sup>235</sup> PLUTARCO. *Vidas paralelas. Vida de Teseu*, 12.

<sup>236</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p.361.

<sup>237</sup> Ibidem.



dessa diante de seus inimigos. Para esclarecer essa questão, é preciso relacioná-la com a metáfora do labirinto, como analiso a seguir. Antes disso, destaco outra semelhança dessa metáfora: assim como o residente do labirinto esperava ansiosamente suas vítimas com voracidade, a tropa vaga pelo sertão buscando desesperadamente água e comida. Tal característica pode ser mais bem entendida nesse trecho em que a metáfora em questão é novamente utilizada. Relatando as dificuldades da quarta expedição, principalmente na escassez de alimentos, que começava a gerar graves problemas à campanha, mais uma vez os militares são comparados ao ser mitológico: “O gado diariamente adquirido – oito ou dez cabeças – era, porém, um paliativo insuficiente ao minotauro de seis mil estômagos”<sup>238</sup>. A fome e a sede aproximam as expedições a animais ferozes. A inversão do civilizado como um ser bestializado através dessa metáfora é comparável ao retrato feito dos militares diante dos sertanejos em seus momentos finais, agindo com extrema violência na destruição de Canudos e na degola dos prisioneiros. Tal imagem reforça a semelhança do minotauro devorando suas vítimas com o exército convertendo-se a barbárie em momentos-chave da campanha contra os conselheiristas.

Se o mito do monstro de Creta está incompleto sem o labirinto de Dédalo, o mesmo vale para a metáfora utilizada por Euclides da Cunha. Se a anulação da força das tropas é originada pelo terreno, é preciso analisar conjuntamente a metáfora utilizada para identificar a caatinga com a prisão da criatura mitológica. Apresentei anteriormente o papel da natureza como força protetora do sertanejo, função relacionada também à desorientação que toma seus inimigos. Retomando a descrição da marcha da segunda expedição, o autor indica que a força enviada pelo governo perdia-se em um ambiente hostil, semelhante a um deserto, com múltiplos caminhos, tal como um labirinto: “Trançam-se [as caatingas], impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu”<sup>239</sup>. Ao perseguir os conselheiristas pelo sertão, as tropas deparam-se com paredes formadas pela vegetação: “As seções precipitam-se para os pontos onde estalam os estampidos e estacam ante uma barreira flexível, mas impenetrável, de juremas. Enredam-se no cipoal que as agrilhoa, [...]. Contornam-no. Volvem aos lados”<sup>240</sup>. Envoltos entre os obstáculos naturais, perdem-se no interior de um labirinto: “Circuitam-nos,

---

<sup>238</sup> Ibidem, p.584.

<sup>239</sup> Ibidem, p.357.

<sup>240</sup> Ibidem, p.358.

estonteadamente, os soldados. Espalham-se, correm à toa, num labirinto de galhos. Caem, presos nos laços corredios dos equipás reptantes; [...]”<sup>241</sup>.

Essa situação continua quando a expedição enfrenta a travessia pelo Cambaio. Avançando por um terreno de relevo irregular, cheio de obstáculos e curtos caminhos entre rochas, as tropas são surpreendidas por emboscadas conselheiristas e desgastadas constantemente por uma perseguição mal-sucedida sertão adentro. Exaustos e sem suprimentos, não lhes restava alternativa senão recuar. Essa é uma breve descrição dos tortuosos caminhos no interior do Cambaio: “[...] penetravam de novo nas gargantas do Cambaio. Ali estava a mesma passagem temerosa, estreitando-se em gargantas ou içada à meia encosta, num releixo sobre os abismos; entalando-se entre escarpas”<sup>242</sup>. Caminhos estreitos que se multiplicam em “gargantas”, cercados entre o relevo e os inimigos que agora os perseguiam na retirada. Após a vitória dos seguidores do Conselheiro, realiza-se uma coleta dos “despojos de guerra” deixados durante a fuga. Nessa passagem, há uma nova imagem daquela região como um labirinto: “Haviam-se esquadrinhado todas as anfractuosidades, e todos os dédalos rasgados entre pedras, e todos os algares fundos, e todas as taliscas apertadas”<sup>243</sup>. Reparemos que a expressão utilizada para se referir aos caminhos múltiplos e confusos do Cambaio é o nome do criador do mítico labirinto utilizado como prisão para o Minotauro. Frequente ao longo da obra, a metáfora do labirinto é utilizada também na descrição da reação de parte da quarta expedição contra uma emboscada que castigava a coluna rumo a Canudos:

As seções, as companhias, os batalhões, destacando-se para a direita, única banda apropriada aos alinhamentos, enfiavam num labirinto de sangas em torcicolos e a breve trecho sentiam-se perdidos, desorientados, iludidos, sem verem o rosto de seus companheiros, sem poderem distinguir sequer os discordes toques das cornetas.<sup>244</sup>

Mais uma vez, a metáfora é utilizada para explicar como o meio atuou sobre os inimigos de Canudos, desorientando-os e iludindo-os. Ao longo dos diversos trechos que citei, acredito que tenha esclarecido a ligação presente entre as metáforas do Minotauro e do labirinto utilizadas por Euclides da Cunha. Entretanto, é necessário retomar a analogia que possibilita tais metáforas: o Minotauro assemelha-se às expedições pela sua força com que ataca suas vítimas e por estar presa em um labirinto; a natureza do sertão é identificada

---

<sup>241</sup> Ibidem, p.359.

<sup>242</sup> Ibidem, p.408.

<sup>243</sup> Ibidem, p.413.

<sup>244</sup> Ibidem, p.607.

com um labirinto por cercar os inimigos do sertanejo e pelos diversos caminhos que confundem os forasteiros. Entretanto, há distanciamentos entre o tema euclidiano e o foro proveniente do mito do monstro de Creta nessas metáforas complementares: apesar de estar trancado no labirinto, a criatura não tinha sua força reduzida tal como ocorreu com os expedicionários, ela não é a vítima, antes pelo contrário, são as vítimas da criatura (quem, nesse cenário, poderíamos pensar que seriam os sertanejos) que ficam desorientadas em tal ambiente (Teseu conseguiu encontrar a saída apenas com a ajuda de Ariadne).

Em sua tese, Gínia Gomes destaca essa questão: “Aqui, o minotauro-expedição busca justamente descobrir a trilha para alcançar o centro-arraial. Ao contrário do mito, é ele próprio que se perde diante dos vários caminhos possíveis, e não aqueles que pretendem aniquilá-lo”<sup>245</sup>. Entretanto, uma ressalva sobre o papel das semelhanças na formação da metáfora pode contribuir para esclarecer aparente distúrbio: tal figura não tem como proposta estabelecer uma correspondência completa entre seus elementos. Meyer destaca isso ao analisar a metáfora “Ricardo é um leão”: “Relacionamos um homem a um animal, o leão, sem nos interrogarmos mais sobre as diferenças que supostamente não entram em consideração daquilo de que está em questão na vontade própria do locutor”<sup>246</sup>. Portanto, devemos nos lembrar que ao mesmo tempo em que uma metáfora destaca semelhanças, ela também oculta diferenças.

### **c) Antepassado da civilização: o titã acobreado**

A metáfora do sertanejo como um titã é uma das mais utilizadas n’*Os Sertões*, presente em diferentes momentos da obra. Assim, há diversas semelhanças entre tema e foro nas elaborações dessa figura, o que induz a afirmação de que o autor não tinha interesse em traçar uma analogia completa, pois se servia de semelhanças diferentes para a mesma metáfora. Portanto, apresento primeiramente algumas características fundamentais dos titãs mitológicos para, a seguir, analisar cada um dos usos da metáfora em questão.

Titã é o nome usado para designar os filhos de Urano (a entidade primordial do céu, figura masculina) e Gaia (entidade da terra, figura feminina). Segundo Grimal, “pertencem à geração divina primitiva e o mais jovem é Crono, de quem sairá a geração dos Olímpicos”<sup>247</sup>. Os titãs são os primeiros deuses a governar, logo depois que Crono castrou

---

<sup>245</sup> GOMES, Gínia Maria de Oliveira. Op. cit., p.164.

<sup>246</sup> MEYER, Michel. Op. Cit., p.116.

<sup>247</sup> GRIMAL, Pierre. Op. cit., p.453.

seu pai, assumindo a liderança entre aquelas divindades. Hesíodo, em sua obra *Teogonia*, descreve o momento em que Crono ataca Urano com a ajuda de sua mãe:

Exultou nas entranhas Terra prodigiosa,  
colocou-o oculto em tocaia, pôs-lhe nas mãos  
a foice dentada e inculcou-lhe todo o ardil.  
Veio com a noite o grande Céu, ao redor da Terra  
[...] Da tocaia o filho alcançou com a mão  
esquerda. Com a destra pegou a prodigiosa foice  
longa e dentada.<sup>248</sup>

Utilizando-se de ardil, em uma emboscada, o titã derrota seu pai e assume o poder, protegido por sua mãe. Segundo Jaa Torrano, esse episódio destaca uma das principais características dessas divindades, especialmente de Crono: “O seu modo de pensamento é dito curvo porque ele só age obliquamente e sob o ardil: e nisso está ao mesmo tempo a sua mais eficaz arma (o curvo pensar, a foice recurva, o ocultar-se e o engolir)”<sup>249</sup>. O ardil e a tocaia são os instrumentos pelos quais os titãs alcançam o governo no lugar de Urano, assim como é através da emboscada que Crono avança em seus filhos recém-nascidos para devorá-los. Sob a profecia de que um de seus filhos derrotá-lo-ia, o rei dos titãs devorava seus filhos para não correr esse perigo. Zeus conseguiu fugir desse destino, libertou seus irmãos e começou uma longa batalha contra seus antecessores. Hesíodo descreve o fim do conflito, conhecido como *Titanomaquia*, quando os antigos deuses são derrotados e trancados na região do Tártaro:

Aí [no Tártaro] os Deuses Titãs sob a treva nevoenta  
estão ocultos por desígnio de Zeus agrega-nuvens,  
região bolorenta nos confins da terra prodigiosa.  
Não tem saída. Impôs-lhes Posídon portas  
de bronze e lado a lado percorre a muralha.  
Aí Gíges, Cotos e Briareu [gigantes primordiais] magnânimo  
habitam, guardas fiéis de Zeus porta-égide.<sup>250</sup>

Após a derrota de Crono e seus irmãos, a nova geração de deuses, liderados por Zeus, começam a governar. Essas divindades, os deuses do Olimpo, são o alvo de louvores e pedidos por parte dos gregos antigos. Para eles, a “geração do Olimpo” é o presente (temporal) divino, tendo Zeus como fundador das leis de suas cidades, Poseidon como protetor dos navegadores, Hades como governante dos mortos, etc. Ou seja, o mundo tal como os gregos concebiam estava relacionado ao Olimpo, não aos titãs esquecidos. Quem

---

<sup>248</sup> HESÍODO. *Teogonia*, 170.

<sup>249</sup> TORRANO, Jaa. *O mundo como Função de Musas*. In: HESÍODO. *Teogonia*. São Paulo: Iluminuras, 2003, p.55.

<sup>250</sup> HESÍODO, Op. cit., 823.

orienta o mundo é os vencedores da *Titanomaquia*, a “nova geração”. Assim, os titãs tornaram-se representantes de um tempo esquecido, anterior ao modelo seguido nas crescentes cidades gregas, em que quem governava era um ser tirânico que devorava seus filhos. Torrano interpreta o que significa a derrota dos titãs para a organização da realidade como os gregos concebiam:

É esse o estatuto temporal dos inimigos vencidos de Zeus: eles estão excluídos do lúcido e bem ordenado tempo de Zeus, porque a própria natureza deles pertence a uma temporalidade de outra natureza que a de Zeus. Esses inimigos, forças que são da violência e da desordem, não são compatíveis com o tempo regular, ordenado e cíclico [...]<sup>251</sup>

Mesmo imortais, os deuses derrotados deveriam ser excluídos da nova ordem construída por Zeus e seus irmãos, pois faziam parte de um passado violento e desordenado. Primitividade, violência, elaboração de tocaias e desordem – essas são as características negativas dos seres titânicos que são utilizadas nas metáforas traçadas por Euclides da Cunha. Não podemos esquecer, porém, de outro de seus aspectos fundamentais: a força daquelas divindades, capaz de fazer frente aos governantes do Olimpo e seus aliados. Essas semelhanças possibilitam os usos das metáforas que identificam os sertanejos aos titãs mitológicos.

A metáfora sertanejo-titã surge logo na primeira descrição do homem do sertão. Tal figura é utilizada para descrever a transformação que o arrebatava em situações de perigo: “[...] e da figura vulgar do tabaréu canhestro reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias”<sup>252</sup>. A força extraordinária e mesmo a altivez dessa postura transformada do sertanejo ligam-no àquelas divindades primitivas. O mesmo ocorre em outra descrição daqueles indivíduos em que a metáfora atua como um adjetivo: “Imaginemos que dentro do arcabouço titânico do vaqueiro estale, de súbito, a vibratibilidade incomparável do bandeirante. Teremos o jagunço”<sup>253</sup>. Outro uso semelhante dessa metáfora é empregado ao narrar a reação do sertanejo em um dos primeiros confrontos desses contra seus inimigos: “E aqueles titãs enrijados pelos climas duros, estremeciam dentro das armaduras de couro considerando as armas portentosas da civilização”<sup>254</sup>. Nessas situações, a metáfora do titã apresenta a ligação com o que seria uma característica positiva: apesar de

---

<sup>251</sup> TORRANO, Jaa. Op. cit., p.58.

<sup>252</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p.208.

<sup>253</sup> Ibidem, p.334.

<sup>254</sup> Ibidem, p.376.

primitivos, tanto o sertanejo como os filhos de Urano seriam extremamente fortes, dominantes na temporalidade deles. Destaco também outro ponto nessa última passagem: o enrijecimento dos titãs do sertão é proveniente do seu meio (imposição do clima), mas essa qualidade física se abala diante do avanço da civilização.

A imagem de uma força primitiva em extinção é o foco no emprego dessa metáfora em outras duas passagens. A primeira delas é elaborada ao descrever um prisioneiro conselheirista prestes a ser executado, quando o arraial de Canudos estava completamente cercado pela última expedição. Altivo mesmo na hora da morte, o prisioneiro tem uma atitude que impressiona o autor: uma vez que seu algoz não alcançava seu pescoço para colocar a corda que o mataria, a própria vítima o faz, “numa bela atitude singularmente ativa”<sup>255</sup>. Impressionado, o autor descreve a postura daquele indivíduo:

Seguiu impassível e firme; mudo, a face imóvel, a musculatura gasta duramente em relevo sobre os ossos, num desempenho impecável, feito uma estátua, uma velha estátua de titã, soterrada havia quatro séculos e aflorando, denegrada e mutilada, naquela imensa ruinaría de Canudos. Era uma inversão de papéis. Uma antinomia vergonhosa...<sup>256</sup>

A crítica aos crimes da civilização, como a execução dos prisioneiros conselheiristas, se une à admiração por aquele sertanejo. Exterminado em nome da civilização, antecipa-se através dele o destino de Canudos: assim como os primitivos titãs foram derrotados pelo progresso vindo do Olimpo, a barbárie sertaneja, simbolizada pelo povo do arraial, não era compatível com o avanço da civilização, mesmo que tenha sido concebida de forma errada (com armas, ao invés da educação). A última metáfora sertanejo-titã presente na obra revela-se na narrativa dos momentos finais do arraial, quando o bombardeio se intensifica e a última igreja é destruída. Em meio às ruínas daquela igreja, alguns conselheiristas sobreviventes são observados: “[...], subindo-lhes pelas torres derrocadas ou caindo por elas abaixo, de borco, presos aos blocos disjuntidos, como titãs fulminados, vistos de relance num coriscar de raios, aqueles rudes patrícios indomáveis...”<sup>257</sup>.

Definido como “Titã acobreado”, “titã enrijado” e “velha estátua de titã”, uma das imagens finais do sertanejo é a do “titã fulminado”. Identificar seu objeto com os titãs mitológicos cumpre uma importante função antecipando o seu destino, mas destacando também que, mesmo derrotado, nos momentos finais, aqueles patrícios continuam

---

<sup>255</sup> Ibidem, p.732.

<sup>256</sup> Ibidem.

<sup>257</sup> Ibidem, p.745.

indomáveis. Tal como algumas das anteriores, essa metáfora proveniente da Antiguidade carrega a dupla face daqueles indivíduos: fortes, porém derrotados, grande potência destinada a desaparecer, curvo, mestre na elaboração de tocaias, mas capaz de extrema altivez e serenidade no momento da morte.

#### **d) Centauro bronco – um cavaleiro bárbaro**

A metáfora do centauro é utilizada na obra euclidiana para identificar dois objetos diferentes: o sertanejo e o gaúcho presente na última expedição contra Canudos. Sugere-se então que tenhamos uma semelhança entre os três elementos: o centauro, o gaúcho e o sertanejo. Ao tratar do homem do sertão em seu trabalho com o gado, o autor utiliza a figura pela primeira vez:

Colado ao dorso deste [seu cavalo], confundindo-se com ele, graças à pressão dos jarretes firmes, realiza a criação bizarra de um centauro bronco: emergindo inopinadamente nas clareiras; mergulhando nas macegas altas; saltando valos e ipueiras; vingando cômoros alçados; rompendo, célere, pelos espinheirais mordentes; [...].<sup>258</sup>

A união entre o animal e o homem cria a imagem de um centauro livre pelo sertão, atravessando toda a paisagem, ultrapassando os obstáculos impostos pela natureza. O próximo uso dessa metáfora é feito para qualificar os soldados gaúchos quando esses, num movimento elogiado pelo autor, conseguem atacar os conselheiristas que mantinham parte da quarta expedição presa em uma tocaia. Eis o elogio às habilidades bélicas daqueles indivíduos:

A infantaria do sul é uma arma de choque. Podem suplantá-la outras tropas, na precisão e na disciplina de fogo, ou no jogo complexo das manobras. Mas nos encontros à arma branca aqueles centauros apeados arremetem com os contrários, como se copiassem a carreira dos ginetes ensofregados dos pampas. E a ocasião sorria-lhes para a empresa estupenda levada a cabo com brilho inexcelável.<sup>259</sup>

Mais uma vez, a metáfora aparece em uma referência à ligação do homem ao cavalo. A diferença aqui é que o gaúcho-centauro está apeado, sem sua montaria. Ou seja, sua destreza no combate é tamanha que daria a impressão de que aqueles gaúchos estavam lutando nos pampas como tradicionalmente eram retratados, como ginetes. O que diferencia então esse uso do que é feito para identificar o sertanejo está no adjetivo que os acompanha: “*bronco*” e “*apeado*”. Para compreender as diferenças e semelhanças no uso

---

<sup>258</sup> Ibidem, p.210.

<sup>259</sup> Ibidem, p.563.

dessas metáforas, é importante analisar primeiramente quais são as características do centauro na mitologia grega: “Os Centauros são seres monstruosos, meio homens e meio cavalos. Têm busto de homens e, às vezes, também as pernas, [...]. Vivem nas montanhas e nas florestas, alimentam-se de carne crua e têm costumes extremamente brutais”<sup>260</sup>. Assim como ocorreu com o Minotauro, a união entre um animal e homem gerou algo monstruoso e brutal, que deve permanecer isolado da sociedade organizada (um estaria preso num labirinto, enquanto o outro viveria em regiões isoladas).

O gosto pela violência e a ligação entre homem e sua montaria são as semelhanças entre os temas e o foro dos dois usos da metáfora em questão. Além disso, o isolamento proporcionado pela vida nos pampas ou na caatinga, afastados dos centros urbanos – focos civilizacionais – também colabora para essas aproximações. Entretanto, há uma grande diferença na qualidade dos centauros do sul e da caatinga. O gaúcho e seu cavalo, mesmo que em um ambiente rústico, opostos ao “homem urbano”, carrega algo de nobre e luxuoso: “O cavalo, sócio inseparável desta existência algo romanesca, é quase objeto de luxo. Demonstra-o o arreamento complicado e espetaculoso. O gaúcho andrajoso sobre um pingo bem aperado está decente, está corretíssimo”<sup>261</sup>. Dessa forma, mesmo inseparavelmente ligado a sua montaria, são destacadas apenas a sua elegância sobre o cavalo e sua habilidade em combate montado, como ficou claro na narrativa da atuação gaúcha contra os conselheiristas. Mesmo apeados, aqueles indivíduos ainda são centauros, evidenciando que esse não é o principal motivo para o uso de tal metáfora naquela situação.

Em sua comparação entre o sertanejo e o gaúcho, a relação do primeiro com a sua montaria é tão inseparável quanto a estabelecida pelo homem dos pampas, mas a sua proximidade com o animal também é maior. Tais características são expostas nessa passagem: “Este equipamento do homem e do cavalo talha-se à feição do meio. Vestidos doutro modo não romperiam, incólumes, as caatingas e os pedregais cortantes. Nada mais monótono e feio, entretanto, do que esta vestimenta original, [...]”<sup>262</sup>. Não há nada de espetaculoso no centauro bronco, pois o equipamento e a vestimenta do sertanejo e sua montaria fundem-nos criando algo feio e rude, refletindo o meio de que resultaram. Mais uma vez, o meio aparece como responsável por inferiorizar o homem do sertão, surgindo como um centauro bronco em relação ao nobre espécime dos pampas.

---

<sup>260</sup> GRIMAL, Pierre. Op. cit., p.82.

<sup>261</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p.212.

<sup>262</sup> Ibidem, p.213.



### 3 – Um auditório voltado à Antiguidade

Ao longo desse capítulo, tratei brevemente de algumas questões relacionadas ao modo como Euclides da Cunha estaria ligado ao seu público, como o autor imaginaria seus possíveis leitores. Nos estudos da retórica, o conceito *auditório* é utilizado para indicar o público a quem se dirige uma argumentação, seja um ouvinte, seja um leitor. Reboul apresenta uma definição completa para esse conceito:

Sempre se argumenta diante de alguém. Esse alguém, que pode ser um indivíduo ou um grupo ou uma multidão, chama-se auditório, termo que se aplica até aos leitores. Um auditório é, por definição particular, diferente de outros auditórios. Primeiro pela competência, depois pelas crenças e finalmente pelas emoções. Em outras palavras, sempre há um ponto de vista, com tudo o que esse termo comporta de relativo, limitado, parcial.<sup>263</sup>

Todo jogo retórico se desenvolve a partir da interação entre orador e auditório. As diversas situações de argumentação criam diferentes tipos de público. Há uma série de elementos internos e externos que influenciam cada auditório, fazendo com que essa variedade receba um mesmo discurso de forma diferente. Um mesmo grupo pode ter uma posição sobre um discurso de uma forma em ambiente universitário, por exemplo, mas assumir questionamentos diferentes em uma discussão religiosa. Assim, definir um auditório e suas características é uma tarefa muito difícil. Segundo Perelman, tal dificuldade aumenta ao tratar do estabelecimento do auditório de um escritor, “pois, na maioria dos casos, os leitores não podem ser determinados com exatidão”<sup>264</sup>. Não podemos caracterizar os leitores de *Os Sertões* no período inicial de sua publicação, por exemplo, a partir simplesmente de um levantamento do número de pessoas que compraram tal obra ou mesmo de um cruzamento de opiniões publicadas sobre a obra, pois correremos o risco de ignorar algumas características desse grupo ou supervalorizar outras. Além disso, meu objetivo neste ponto de meu trabalho não é definir o auditório euclidiano, mas sim como a perspectiva construída pelo autor sobre seu auditório influenciou sua escrita.

Se o auditório é o alvo de qualquer argumentação, os oradores criam seus argumentos visando atingir seu público: “Cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos”<sup>265</sup>. As estratégias de cada orador são, portanto, construídas de acordo com seu auditório. Todavia, principalmente no caso do orador-escritor, a única forma de fazer

---

<sup>263</sup> REBOUL, Olivier. Op. cit., p.92-93.

<sup>264</sup> PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Op. cit., p.22.

<sup>265</sup> Ibidem.

isso é especulando sobre as características de seu possível público. Uma obra tão abrangente como *Os Sertões*, envolvida com questões políticas, literárias, historiográficas, sociológicas, entre outras áreas, não poderia ter seu auditório caracterizado previamente pelo seu autor simplesmente pelo campo de conhecimento de seus possíveis leitores. Entretanto, era natural que o autor criasse pressuposições sobre quem leria a sua obra, quais as leituras que esses indivíduos estariam habituados a realizar, com qual estilo literário estariam mais familiarizados. Esse conjunto de questões formaria o chamado *auditório presumido*: “O auditório presumido é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada. Pode-se tentar determinar-lhe as origens psicológicas ou sociológicas; [...]”<sup>266</sup>. Para a elaboração dessas projeções, devemos supor que o orador evidentemente conceberá seu auditório a partir da realidade em que ele mesmo vive – se ele quer se dirigir para grupos populares, criará sua própria imagem sobre esse grupo, traçando argumentos que correspondam a essa imagem.

Devido ao uso de diversos termos complexos oriundos do campo científico, da cultura europeia, de termos quase em desuso (mesmo para a época), de citações em latim, acredito que o público-alvo de Euclides da Cunha ao escrever *Os Sertões* tenha sido um grupo de intelectuais brasileiros. Não pretendo descrever todos os aspectos desse grupo (nem como teria sido “na realidade”, nem mesmo o que foi projetado pelo autor), mas destacar alguns elementos que sugiram como a preocupação euclidiana com seu auditório o levou a utilizar elementos da Antiguidade clássica em sua obra. Uma vez que o próprio autor era leitor assíduo de clássicos da Antiguidade – poetas, filósofos, historiadores – era compreensível que ele esperasse conhecimentos semelhantes de seus leitores, pois tal formação era difundida tanto entre literatos, quanto no currículo de grandes escolas do período. O ensino das línguas clássicas, principalmente o latim, era prática comum<sup>267</sup>. Roberto A. de Souza, em sua pesquisa sobre a influência do ensino de Retórica e Poética no currículo do Colégio Pedro II, modelo escolar naquele período, destaca a importância do conjunto de conhecimento denominado letras, onde o ensino de latim (em diferentes níveis) e grego marcavam presença entre tais matérias. Souza resume a posição da área de letras

---

<sup>266</sup> Ibidem.

<sup>267</sup> Tal observação não significa que Euclides da Cunha teria sido um especialista em latim. Frederic Amory destaca na biografia do autor que este teria sido reprovado no exame de latim para admissão na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. In: AMORY, Frederic. *Euclides da Cunha: Uma Odisseia nos Trópicos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p.38.

durante o século XIX no Brasil: “Imprescindíveis para a aquisição de uma cultura geral, seu estudo não deveria, no entanto, passar dos chamados, exames preparatórios”<sup>268</sup>.

Ao analisar o papel do campo de letras nas escolas, o autor comenta também o ensino da Retórica pautado em parte em tratados clássicos, como obras de Quintiliano, Cícero e Aristóteles, além do uso de citações de textos de Homero, Virgílio ou outros poetas daquele período. Amory também destaca a influência dos Antigos tanto para Euclides da Cunha, quanto para seus contemporâneos<sup>269</sup>. Considerando a presença de tais elementos no contexto da produção d’*Os Sertões*, onde a leitura de obras como *Ilíada*, *Odisseia* e diversas tragédias gregas eram lidas senão com profundidade, pelo menos como exemplos para a formação de uma “cultura geral”, torna-se compreensível a estratégia euclidiana de utilizar elementos da Antiguidade clássica em sua obra. Portanto, tais usos não foram efetuados simplesmente porque estavam disponíveis no arcabouço linguístico do autor, mas também porque ele tinha consciência de que seu público tinha proximidade com essas expressões. Perelman destaca que a escolha de figuras por parte de um orador não são gratuitas, elas servem para criar vínculos com o auditório: “Todo sistema lingüístico implica regras formais de estrutura que unem os usuários desse sistema, mas a utilização deste aceita diversos estilos, expressões particulares, características de um meio, do lugar que nela ocupa, de certa atmosfera cultural”<sup>270</sup>. Assim, o fato do autor perceber que compartilha determinadas formações culturais com seu auditório o induz a aproveitar-se dessa conexão para conquistar a simpatia daquele, mesmo que, evidentemente, o valor conferido a esse elemento comum ao orador e o público possa ser completamente diferente.

A cultura clássica não estava presente apenas no ensino durante o século XIX no Brasil. Entre a segunda metade do século XIX e o começo do século XX, as referências a heróis gregos e romanos, grandes tragédias e mesmo eventos da história romana eram citados por diferentes poetas e romancistas brasileiros. Brito Broca comenta as diferentes aparições da Grécia antiga na vida literária brasileira:

No mais, a Grécia triunfou plenamente em nossas letras até a guerra de 1914, pelo menos. Alguns citavam-na a cada passo, porque realmente lhe conheciam a história e freqüentavam os mestres da antiguidade clássica; outros helenizavam de oitava, porque ninguém podia considerar-se verdadeiramente culto, se não falasse em Heitor, Ajax e no cerco de Tróia.<sup>271</sup>

---

<sup>268</sup> SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ; EdUFF, 1999, p.29.

<sup>269</sup> AMORY, Frederic. Op. cit., p.208.

<sup>270</sup> PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Op. cit., p.185.

<sup>271</sup> BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960, p.102.

Acredito que Euclides da Cunha estivesse numa posição intermediária entre esses extremos descritos por Broca, pois apesar de não ser um especialista na língua ou na história gregas, utilizou figuras provenientes desse campo com profundidade, para expor suas “descobertas” sobre o sertanejo de forma a ser compreensível e mesmo próxima ao seu auditório, além de, possivelmente, buscar legitimar-se diante desse como um intelectual em seu meio. A crítica contra esses “helenistas de oitava” não é exclusividade de análises posteriores àquele contexto – alguns escritores daquela época já assumiam tal postura como, por exemplo, Machado de Assis. Apesar de constantes citações a elementos clássicos em seus textos, o autor criticava os apelos a tais recursos. Um exemplo pode ser encontrado no conto *Teoria do Medalhão*, em que um pai dá conselhos para seu filho sobre como ascender socialmente através de “jogos de aparências”. Ao aconselhá-lo a elaborar publicamente, sempre que possível, frases cheias de estilo, mas que não expusessem ideia alguma, referências à Antiguidade são utilizadas como exemplo: “Podes; podes empregar umas quantas figuras expressivas, a hidra de Lerna, por exemplo, a cabeça de Medusa, o tonel das Danaides, as asas de Ícaro, e outras, que românticos, clássicos e realistas empregam sem dosar, quando precisam delas”<sup>272</sup>. Nessa passagem, Machado de Assis destaca aqueles que utilizavam citações classicistas como ornamentos para discursos vazios. Entretanto, uma vez que o uso desses elementos era comum entre grandes autores da época, esses “enfeites” poderiam atuar também como uma forma de inclusão em determinados grupos, de alcançar a aceitação de um público com gostos literários específicos.

A familiaridade com a tradição clássica era recorrente não apenas entre poetas e escritores, mas também entre alguns historiadores brasileiros do século XIX, como destaca Rodrigo Turin, ao analisar o frequente uso desta nos trabalhos dos primeiros intelectuais ligados ao IHGB: “A constatação dessa presença [dos antigos], concretizada de modo abundante na forma de epílogos, citações e comparações, indica, entre outras coisas, a familiaridade desses autores com a tradição clássica [...]”<sup>273</sup>. O que temos entre esse grupo é tanto a citação de elementos da Antiguidade pelos motivos citados acima, assim como esse uso por motivos historiográficos específicos – estabelecer relações entre a história dos

---

<sup>272</sup> ASSIS, Machado de. *Teoria do Medalhão*. Acessado em: 14/02/2012. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000232.pdf>

<sup>273</sup> TURIN, Rodrigo. *Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB*. In: *Revista de História: edição especial* (2010). São Paulo: USP, 2010, p.132.

antigos e casos da história brasileira. Veremos como essas estratégias surgem na escrita da história euclidiana no próximo capítulo.

Destaquei nesse capítulo como algumas figuras mitológicas e de tragédias antigas surgem n' *Os Sertões* para auxiliar na descrição do sertanejo, de seu meio e de seu inimigo. Percebi que, de forma geral, essas referências são elaboradas na forma de metáforas, as quais carregam características fundamentais sobre o que elas identificam. Tais metáforas apresentam caracterizações que contrariavam, ou pelo menos perturbavam as certezas lógicas e científicas que dominam a obra. O sertanejo é um bárbaro inquestionavelmente, um mestiço que, pela concepção científica empregada pelo autor, seria um fraco. Assim, a forma de concebê-lo é unindo a imagem do Hércules ao Quasímodo; compará-lo a Anteu, justificando muitos de seus feitos contra o exército a partir de suas vantagens com o meio; invocar o Minotauro para explicar como seu inimigo, em vantagem numérica e na qualidade do armamento, tinha fraquezas tão claras naquele contexto. A mitologia criada pelos antigos é uma forma de tornar compreensível o que parecia incompreensível.

Os usos dessas metáforas também estão relacionados ao auditório que Euclides da Cunha projetava ao elaborar sua obra – como agradá-lo, como ser claro para ele, como conquistar sua simpatia. Superficiais ou não, as referências à Antiguidade clássica no contexto literário, educacional e mesmo historiográfico do autor conduziram-no a pressupor que essa seria um ponto de conexão entre ele e seus futuros leitores. Não podemos esquecer também que, se há essa comunhão entre orador e auditório, esse mesmo contexto atua como união entre essas partes e como o próprio material para a elaboração dos argumentos do orador. Ou seja, o mesmo grupo que serviu como inspiração para a formulação do auditório presumido, é também a fonte para a construção do discurso euclidiano. No próximo capítulo, veremos como esses intelectuais inspirados pela Antiguidade foram também inspiradores para Euclides da Cunha.

#### Capítulo IV – O surdo tropear de bárbaros: conflitos entre barbárie e civilização

Concentrei-me na análise dos usos de elementos da mitologia grega para a identificação dos sertanejos, seu meio e seus inimigos ao longo do capítulo anterior, indicando que esses são realizados principalmente na tentativa de descrever aspectos de alguma dessas questões que escapavam ao aparato intelectual do autor d’*Os Sertões*. Isso não significa que o aparato retórico e literário surja apenas quando há falhas no pensamento científico. Berthold Zilly nos lembra da dificuldade (ou mesmo impossibilidade) de separar o científico do literário: “[...], no plano da linguagem, há uma estreita interpenetração através de metáforas e outros tropos e já que argumentações científicas podem eventualmente ser entendidas como parábolas”<sup>274</sup>. A conexão entre aquela realidade recém descoberta do sertão e a linguagem própria do auditório projetado pelo autor era elaborada através de diversas figuras retóricas, sendo que parte dessas tinha como referenciais elementos da Antiguidade grega ou romana, representando “pontes e ligações entre o conhecido e o desconhecido, para assim transpor o abismo que via entre o interior bárbaro, o Nordeste (o “Norte” na linguagem dele), e o Brasil civilizado e europeizado do litoral”<sup>275</sup>. Instrumentos para tornar compreensível aos civilizados aquele “incompreensível e bárbaro inimigo”, utilizadas para expressar aquilo que a racionalidade da civilização não comportava, as referências clássicas no texto euclidiano cumprem papel fundamental na descrição do sertanejo e na narrativa do conflito de Canudos.

Entretanto, não podemos limitar tais usos a estratégias de escrita e instrumentos de significação das observações euclidianas sobre seu objeto. A leitura dos clássicos gregos e romanos fornece, por exemplo, o material utilizado para identificar o sertanejo ao gigante Anteu. Tal identificação, que culmina na metáfora presente na obra, é possibilitada a partir da observação de determinadas características do sertanejo durante o combate que são comparadas à leitura que Euclides da Cunha realizou sobre o mito de Anteu. Parece-me então que a elaboração dessa e de outras metáforas parte de um “cruzamento de leituras” – sobre a atuação sertaneja e sobre o mito do gigante. Na análise dessas elaborações, percebemos a influência do mito na descrição do objeto, mas não há como detectar sinais de que a leitura do primeiro influenciou o modo como o autor observou seu objeto. Portanto, a leitura de alguma fonte sobre o mito do protegido de Gaia poderia ter sido

---

<sup>274</sup> ZILLY, Berthold. *A guerra de Canudos e o imaginário da sociedade sertaneja em Os Sertões, de Euclides da Cunha: da crônica à ficção*. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf (orgs.). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 47.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p.43.

posterior à observação do autor de que os sertanejos tiravam vantagem do terreno contra o Exército, uma vez que a analogia entre ambos aparece na obra através da descrição da observação do objeto, não no cerne da própria observação. A figura de Anteu afeta a imagem que o leitor tem sobre o sertanejo, mas não sabemos se ela afetou a “leitura” do autor sobre a sociedade sertaneja.

Destaquei esse exemplo para levantar uma questão que diferencia os usos dos elementos da Antiguidade n’ *Os Sertões*. A função principal das referências aos mitos e tragédias clássicos está na exposição da narrativa e da descrição euclidianas, o que evidentemente afeta também o cerne da obra, pois, por exemplo, definir aqueles indivíduos como titãs significava também encaixá-los em certa estrutura temporal. Todavia, não sabemos se a definição dos mesmos como atrasados dependeu dos conhecimentos do autor sobre os mitos gregos. Acredito que a situação seja diferente ao encontrarmos influências de narrativas provenientes da História Antiga na obra, principalmente romana. Como destaquei no primeiro capítulo, a forma como Euclides da Cunha compreende a história – suas funções, sua escrita e mesmo seu curso – influenciam diretamente a forma como a forma como os acontecimentos do conflito de Canudos são analisados, narrados e julgados.

Assim, ao analisarmos os usos de narrativas historiográficas relativas à Antiguidade n’ *Os Sertões*, chegamos a pontos fundamentais da própria concepção do autor sobre o papel de Canudos para a história brasileira, e mesmo para uma história da civilização, partindo da luta dos antigos gregos e romanos contra seus bárbaros até a consolidação da civilização no sertão brasileiro. Os acontecimentos narrados envolvendo os seguidores de Conselheiro e mesmo a genealogia da barbárie sertaneja serviriam como fontes de conhecimento para “futuros historiadores”, tal como o conflito do Peloponeso tratado por Tucídides ou a história romana de Políbio. A religião dos conselheiristas é explicada a partir de suas semelhanças com antigos hereges, táticas de luta dos sertanejos são pensadas pelo autor a partir de modelos provenientes de bárbaros que lutaram contra os romanos, como os partos. Nesses casos, os elementos utilizados fazem parte dos instrumentos de observação do autor. Por exemplo, a avaliação da religião sertaneja como atrasada e primitiva está relacionada à proximidade observada desta com a seita montanista dos primeiros anos do cristianismo.

Analiso nesse capítulo três exemplos encontrados na obra, onde aspectos da história antiga romana surgem como influências (diretas ou indiretas) com diferentes formas e utilidades. O primeiro exemplo parte da comparação feita por Euclides da Cunha entre Moreira César e Varo, líder das forças romanas derrotadas na batalha de Teutoburgo,

durante o governo de Augusto. Partindo dessa questão, rastreio as ligações tanto entre a narrativa euclidiana e as narrativas sobre esse conflito entre as legiões de Roma e os bárbaros germanos, assim como a própria aproximação traçada pelo autor entre esses e os sertanejos. Na seção seguinte, reflito sobre a leitura e o uso feitos de narrativas sobre a conquista e ocupação romana sobre Cartago, em que evidencia-se a função da história como fornecedora de ensinamentos para o presente. Por fim, destaco um dos poucos usos de elementos da Antiguidade n’*Os Sertões* em que o autor cita diretamente a sua fonte: Ernst Renan, historiador responsável por uma longa pesquisa sobre os primeiros anos da Igreja cristã. Euclides da Cunha lê e utiliza essa obra para interpretar e descrever a religião dos sertanejos. Tal questão é importante para minha análise, pois além de ser uma das poucas fontes citadas pelo autor, há a peculiaridade dela ser uma interpretação do passado baseada em outra interpretação, pois é a leitura da obra de um autor moderno sobre um contexto da Antiguidade.

Para trabalhar adequadamente com tais trechos da obra euclidiana, é necessário refletir sobre duas questões preliminares: primeiramente, questionando como essa relação entre a Antiguidade e diferentes presentes foi estabelecida em outros períodos históricos; a seguir, como ocorre o processo de leitura e interpretação desses elementos que são utilizados. O contato que intelectuais estabelecem entre suas respectivas sociedades e suas visões sobre o mundo antigo não é privilégio do nosso escritor, nem mesmo de seu período – tal estratégia retórica é muito mais antiga. Além disso, as aproximações entre a Antiguidade e o objeto euclidiano originam-se a partir da leitura peculiar do autor sobre ambos os elementos. Portanto, é preciso expor alguns aparatos teóricos que auxiliam a compreensão desse processo.

### **1 – Encontros entre passado e presente**

Como o passado interfere sobre o nosso presente? Como o presente influencia a nossa concepção sobre o passado? Essas questões perturbaram (e ainda perturbam) muitos historiadores. Se o que pensamos sobre o passado for inteiramente moldado pela realidade em que vivemos, poderíamos concluir que não conhecemos nada além das vontades do presente. Por outro lado, pensar que a forma como analisamos o passado seja independente do que somos em cada momento é, no mínimo, uma ingenuidade já superada por grande parte dos intelectuais. Mesmo ao aceitar a mútua influência entre passado e presente, não é simples estabelecer as fronteiras entre ambos. Como exposto no primeiro capítulo, as marcas da história fazem parte da construção social, seja na preservação de memórias que



criam identidades, na tentativa de criar explicações para dada situação ou mesmo como fonte de ensinamentos. Entretanto, o modo como essas marcas são elaboradas e lidas varia de acordo com a situação e a cultura de cada momento, ao passo que essa cultura também foi construída de acordo com determinadas influências do passado. Nesse círculo de interdependências, as demarcações entre presente e passado enfraquecem, fazendo parte de uma mesma realidade. Jean-Pierre Vernant, um dos mais respeitados helenistas da França, traça uma reflexão sobre a flexibilidade dessas fronteiras. Refletindo sobre as relações entre fatos marcantes de sua vida e seu estudo sobre a Grécia antiga, o historiador percebe como esses dois elementos essenciais na sua trajetória estavam conectados, fazendo parte daquele mesmo indivíduo. Ao lembrar-se dos questionamentos que enfrentou sobre possíveis relações entre ações de sua juventude ligadas a sua atuação na Resistência antinazista na França durante a Segunda Guerra Mundial e sua formação intelectual, o autor compartilha algumas inquietações:

Como se, em minha pessoa, três camadas sedimentares distintas – a Antiguidade, o curso da minha vida, o agora do meu pensamento –, cada qual em seu próprio modo de temporalidade, entrassem em ressonância no momento de responder às perguntas difíceis que escolheram me fazer. Fronteiras entre passado e presente, entre diferentes passados, entre a objetividade distante do estudioso e o engajamento apaixonado do militante, [...].<sup>276</sup>

Intelectual sincero, ele percebe em sua auto-análise que suas leituras sobre a cultura helênica e suas pesquisas sobre a figura do herói grego não fizeram parte apenas de sua vida profissional, pois aquelas ideias foram incorporadas a sua formação cultural, a sua forma de interpretar suas ações e o mundo que o cercava. Um dos exemplos destacados trata da proximidade entre os estudos de Vernant, elaborados ainda na sua juventude, sobre a chamada noção de “bela morte” para os gregos e a sua experiência na Resistência. Segundo o autor, há algo de heroico nas descrições das mortes de diversos heróis gregos. Tal concepção está ligada ao valor concebido ao indivíduo audacioso, morto em combate, arriscando-se pela glória. A “bela morte” seria “[...] a vida cortada abruptamente quando se está na flor de seu *Arete*, de seu valor, de sua beleza, de sua juventude. Escolher a vida breve é aceitar pôr em jogo sem cessar, no campo de batalha, sua *psukhè*, seu sopro vital”<sup>277</sup>. A morte na juventude, o perigo constante diante de uma grande causa e o risco aceito sem julgamento são algumas proximidades que o historiador percebeu entre esses

---

<sup>276</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *A Travessia das Fronteiras*. São Paulo: Edusp, 2009, p.13.

<sup>277</sup> *Ibidem*, p.20.

ideais gregos e o modo como ele e seus companheiros militantes moldaram parte de suas juventudes. Questionado se sua vida militante interferiu em seus estudos, Vernant concorda, percebendo que buscava nos textos clássicos referências, mesmo que subjacentes, ao momento que vivia: “Quando eu lia a *Ilíada*, o que passava em minha cabeça, por trás dela? Muitas coisas, sem dúvida. Havia, primeiro, com efeito, a juventude. Há pessoas que morrem na Resistência, que morrem na guerra. E a guerra, para mim, era a Resistência”<sup>278</sup>.

A busca de significações para seu passado e as marcas que esse tinha deixado interferiram tanto na escolha do tema de estudo do helenista quanto na sua leitura de suas fontes, como a *Ilíada*. Dessa forma, o presente não só marcou sua elaboração de uma interpretação do passado, mas, a partir do momento que o conectou à experiência do autor, também o incorporou à realidade dele. Parte de sua formação, os clássicos gregos passam a agir sobre suas decisões e reflexões posteriores. Revendo seus momentos na Resistência, Vernant utiliza e incorpora aquela Antiguidade que escolhera:

Se tivesse simplesmente entrado na Resistência sem fazer em seguida estudos sobre a Grécia, eu não veria em meu papel, em minha ação, em meu engajamento resistentes o que vejo nela como historiador, agora que reflito sobre o que os próprios gregos contavam na *Ilíada*. Continuamente se exercem idas e vindas, balanços, sem que se esteja consciente deles. É depois, refletindo, analisando-me a mim mesmo como tento analisar os textos ou esse período da Resistência, que percebo toda uma série de relações que me haviam escapado.<sup>279</sup>

A narrativa da *Ilíada* surge como um instrumento que alterou a memória sobre uma experiência concreta. O valor do heroísmo e o sentido da morte na juventude passam a fazer parte do que o autor concebia como sua vivência na Resistência. Assim como Vernant, geralmente não percebemos quanto nossos estudos e leituras, mesmo que pareça tão alheio a nossa realidade, pode modificar significativamente quem somos. Acredito que o mesmo valha para Euclides da Cunha – seu contato com a Antiguidade clássica não ficou restrito a ornamentações eruditas ou instrumentos retóricos, pois tais conhecimentos foram incorporados a sua experiência, interferindo no modo como ele interpretava o mundo que o cercava. Assim, os povos antigos faziam parte do presente do autor, mas, evidentemente, esses moldados também de acordo com as vontades e o contexto do autor.

Essas interferências do passado, essa “ressurreição” dos antigos, encarnados sob formas e em objetos diferentes, ocorreram em diversos momentos ao longo da História. Os

---

<sup>278</sup> Ibidem, p.22.

<sup>279</sup> Ibidem, p.25.

antigos (gregos, romanos ou mesmo bárbaros) são invocados quando algum grupo ou mesmo indivíduos isolados encontram neles algo de significativo: lições, semelhanças, desafios ou mesmo o simples atrativo do exótico. Entretanto, como bem destaca Hartog, a incorporação da Antiguidade está ligada basicamente às semelhanças traçadas (lembrando que nenhuma semelhança é natural, mas fruto de uma aproximação singular) entre essa e a sociedade de cada contexto. Tais comparações teriam como objetivo fundamental encontrar respostas a determinada crise intelectual de cada época, como o autor destaca ao tratar do par entre os termos antigos e modernos: “É uma das formas por meio da qual uma cultura se relaciona com o tempo, uma maneira de redistribuir o passado, de conceder-lhe um espaço sem lhe ceder demasiado espaço. Pode-se formular a hipótese de que as ‘querelas’ constituem respostas [...] a momentos de crise”<sup>280</sup>. As críticas contra os representantes daquela República ainda em seus primeiros anos, as revoltas que sacudiram o país, além da eliminação da “rocha viva da nacionalidade” indicam que Euclides da Cunha percebia em sua sociedade uma série de problemas<sup>281</sup>. A solução para a estabilização daquela civilização em formação e, principalmente, o ataque contra a barbárie da mesma (concretizada na ofensiva contra Canudos) levaram o autor a conectar aquela realidade à Antiguidade. Os antigos surgem na sua obra tanto como forma de descrição e narrativa, quanto como fonte de ensinamentos, como veremos a seguir. Entretanto, a escolha de buscar tais conhecimentos entre os antigos e mesmo a forma em que esses são usados varia de acordo com determinada visão de história do autor, como tratado no primeiro capítulo – há uma linha temporal, uma conexão entre os primeiros anos da República brasileira e a História antiga euclidiana, representada na luta constante entre bárbaros e civilizados, que moveria a história, da Grécia antiga até Canudos.

Diferentes questionamentos oriundos de diferentes contextos históricos geraram diferentes “versões”, múltiplos usos dados à História antiga ao longo da história. Glaydson J. da Silva, em seu trabalho que analisa os usos da Antiguidade clássica na França do

---

<sup>280</sup> HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora UnB, 2003, p.122.

<sup>281</sup> Um grande exemplo dessas críticas pode ser encontrado no já citado texto *A Esfinge*, em que o autor traça uma longa crítica contra o desenrolar da Revolta da Armada e, principalmente, contra as violentas do governo, simbolizado pela *Esfinge*, o então presidente Floriano Peixoto. Ao concluir sua aproximação entre o cenário do Rio de Janeiro durante a revolta e a tragédia *Os Persas*, apresenta-se uma longa crítica àqueles tempos: “Representamos desastrosamente [a tragédia mencionada]. Baralhamos os papéis da peça que deriva num jogar de antíteses infelizes, entre senadores armados até os dentes, brigando como soldados, e militares platônicos bradando pela paz – diante de uma legalidade que vence pela suspensão das leis e uma Constituição que estrangulam abraços demasiado apertados dos que a adoram”. In: CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. In: Idem. Euclides da Cunha – Obra completa. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995, p.203.

regime de Vichy, destaca pelo menos cinco desses diferentes momentos considerados marcantes para a história ocidental:

A respeito da Antiguidade Clássica, por exemplo, melhor seria se perguntar qual Antiguidade? Aquela renascentista do XV e XVI, que buscava no pensamento clássico seu *modelo*? Aquela comparativista do XVI e XVII, de paralelos etnocentristas? Aquela de 1789, que servia a interesses de jacobinos e girondinos? Aquela do XIX, que ajudou a forjar os ideais de identidade, continuidade e comunidade dos Estados-nações? Ou aquela do século XX, que, a serviço de arquitetos da modernidade, homens, europeus, brancos e cristãos, serviu para legitimação dos regimes autocráticos e das práticas políticas?<sup>282</sup>

A Antiguidade clássica surgiu como modelo de desenvolvimento, como base comparativa para compreender o “Novo Mundo” e como parte de instrumentos de legitimação para diferentes eventos políticos. Alguns desses usos aproximam-se do que é feito por Euclides da Cunha, mas, evidentemente, a sua imagem sobre os antigos é singular, pois depende da sua avaliação sobre seu presente. Os intelectuais renascentistas, por exemplo, relacionavam seu momento com certa História antiga com o objetivo de desvencilharem-se de determinados aspectos medievais que consideravam atrasados. Os filhos do Renascimento colocaram-se como parentes de uma Antiguidade específica – aquela pintada nos chamados áureos tempos das sociedades gregas e romanas. Como Hartog destaca, aqueles indivíduos buscam naquele passado inspiração, ao mesmo tempo em que negavam um tempo mais recente, visto como um intervalo de trevas: “Se o Renascimento estabeleceu a equivalência entre o moderno e a Antiguidade, de modo que ser moderno significava imitar os antigos, foi sobretudo como uma maneira de desembaraçar-se da Idade Média, de romper com ela, relegando-a às trevas”<sup>283</sup>. Entretanto, a adoção de tal inspiração não foi passiva. Nem gregos nem romanos foram imitados tal qual chegaram aos europeus do século XV. A história passa a ser vista com mais otimismo ao concluir-se que aquele presente poderia caminhar para o desenvolvimento, para o progresso, mesmo que se apoiando nas proezas passadas: “Fazendo o que os próprios antigos praticaram, poderemos ocupar um posto nessa cadeia de melhoramentos. Nem tudo foi dito, portanto, e não estamos destinados exclusivamente a comentários e glosas”<sup>284</sup>.

Entre os séculos XVI e XVII, um novo elemento é inserido nessa relação entre antigos e modernos: os selvagens encontrados em regiões ainda não exploradas pelos

---

<sup>282</sup> SILVA, Glaydson José da. *História Antiga e usos do passado – Um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007, p.30.

<sup>283</sup> HARTOG, François. Op. cit., p.124.

<sup>284</sup> *Ibidem*, p.125.

européus, seja na América, na África ou na Ásia. Indivíduos com modos de vida diferentes do que dominava o mundo conhecido por aqueles intelectuais, que logo tentaram definir aquelas sociedades que pareciam tão exóticas. Hartog destaca alguns questionamentos provenientes dessa união estabelecida pelos intelectuais daquele contexto entre antigos, modernos e selvagens:

O que aconteceria ao par antigo/moderno a partir do momento em que, com os selvagens, se introduzisse um terceiro elemento? Que relações de conjunção/disjunção se estabeleceriam entre os três termos, entre os antigos e os selvagens e entre os selvagens e os modernos? Como passar dos textos aos fatos, dos livros dos antigos à observação do que eles jamais haviam descrito? Como ver aquilo que nunca se vira e de que modo fazer vê-lo? Descobrir não era ter a audácia de abandonar o Velho Mundo e o mundo dos antigos?<sup>285</sup>

Se, anteriormente, o presente encaminhava-se para o desenvolvimento, mesmo que se apoiando no passado, a “descoberta” da existência desses selvagens possibilita novas interações entre a modernidade e a História antiga. Ainda que na mesma temporalidade, aqueles homens não poderiam ser enquadrados no avanço dos europeus. Porém, também não faziam parte do passado grego ou romano. Aqueles índios americanos fariam parte de uma sociedade isolada no tempo? Não estavam presentes nos textos do passado, mas também não se assemelhavam a nenhum povo conhecido daquela época. Entretanto, eles passaram a existir dentro da realidade europeia e, portanto, de alguma forma, seus costumes deveriam ser interpretados e descritos. Para esse desafio, os antigos cumpriram papel fundamental, na medida em que foram utilizados como base de comparação para desvendar tal novidade. Hartog destaca, por exemplo, a obra de André Thévet em que, ainda em meados do século XVI, faz um paralelo entre as formas de luta de índios brasileiros com a “antiga maneira de guerrear dos romanos”<sup>286</sup>. A aproximação constante entre antigos e selvagens fez com que o primeiro se distanciasse dos modernos, devido à própria distância que se concebia entre modernos e selvagens (distância tanto pelas diferenças, quanto pelo espaço). Tal desafio não se distancia daquele enfrentado por Euclides da Cunha ao impor-se a tarefa de analisar e apresentar aquela “terra ignota” e seus habitantes para o resto do Brasil.

Para compreender a proximidade e as distâncias entre essa etnografia da Europa do século XVIII e XIX e a tarefa euclidiana com a sociedade sertaneja, assimilo aqui elementos da análise de Fernando Nicolazzi sobre a questão, em especial sobre seu

---

<sup>285</sup> Ibidem, p.128.

<sup>286</sup> Ibidem, p.130.

questionamento diante das diferentes concepções temporais em jogo, dependentes de visões específicas sobre a história. O autor lembra que a relação entre antigos e modernos de cada época passa pela forma como cada sociedade concebe a história. Sendo assim, quando o elemento “selvagem” é inserido nessa relação, é preciso refletir como inseri-lo em uma linha do tempo que, naquele contexto, passa a ser vista como uma sucessão causal de eventos, numa historiografia próxima àquela que predominaria no século XIX:

Esse inesperado terceiro elemento acaba também por arruinar todo o jogo de simetrias que definia o paralelo; a partir de então, sobretudo na passagem do século XVIII para o XIX, sustentado por uma concepção singular e coletiva de história, o saber passa a se desenrolar sob a égide da comparação. Se o paralelo, pela sua própria metáfora geométrica, pressupunha planos distintos para se estabelecer a relação e, nesse sentido, histórias particulares e plurais, ainda que sob o mesmo sistema de referências, a comparação pressupõe então um plano comum onde se estabelece uma ordem de tempo e um conceito diferenciado de história.<sup>287</sup>

A formação de um paralelo estaria ligada à concepção histórica em que não são destacados os vínculos entre presente e passado. Assim, um paralelismo envolvendo selvagens do presente e atenienses dos tempos da Guerra do Peloponeso não comprometeria qualquer lógica histórica, pois ambos estariam em realidades distintas. O problema surge quando a história passa a ser vista como uma linha única, que ligava, por uma sequência lógica de acontecimentos, a Antiguidade aos modernos Estados europeus. Com isso, os intelectuais do XIX preocuparam-se mais com seus selvagens do que com os antigos, cada vez mais distantes: “[...] entre os Selvagens e o olho do observador, não deve haver mais nada. Não há mais nada além deles e nós, os Modernos, sem os Antigos”<sup>288</sup>. As comparações traçadas a partir dessa premissa voltar-se-iam para o embate entre modernos e os selvagens, já denominados nesse período, através do critério civilizacional, de civilizados e bárbaros. Paralelos entre antigos e bárbaros continuaram a ser elaborados, uma vez que continuava a dificuldade em encontrar termos que descrevessem culturas tão distintas das civilizadas. Entretanto, tal operação mostrar-se-ia frágil a partir de então, uma vez que o bárbaro não teria um lugar definido nos rumos do avanço da civilização – em certos momentos ele é considerado o “passado da civilização”, denominado então de primitivo; em outros, aparece como um ser isolado dos rumos da história, espacial e

---

<sup>287</sup> NICOLAZZI, Fernando. *O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. Leituras de Os Sertões*. Porto Alegre: Anos 90: Revista de Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS/IFCH, v.17, n.31, jul. 2010, p.264.

<sup>288</sup> HARTOG, François. *Anciens, modernes, sauvages*. Paris: Galaade Éditions, 2005. *Apud*: NICOLAZZI, Fernando. Op. cit., p.265.

temporalmente. Nesse sentido, a Antiguidade e as sociedades primitivas entram em choque na definição do passado dos modernos civilizados. Nicolazzi percebe essa questão também na construção euclidiana do sertanejo brasileiro. A sociedade do sertão é descrita utilizando elementos da História antiga, mas, segundo o autor, essa relação seria frágil também n’*Os Sertões* – característica que seria reconhecida pelo próprio Euclides da Cunha:

[...] Euclides mesmo, embora a utilize em momentos importantes do livro, parece reconhecer a fragilidade da comparação entre selvagem e antigo, pois este, ainda que em estágio anterior e em alguns casos primitivo, faz parte, com o moderno, de uma mesma temporalidade; o selvagem, por sua vez, apartado no espaço, é também o que está fora do tempo, traíndo a própria ordem evolutiva que segue da caverna à casa. Seu lugar, portanto, é apenas junto com outros selvagens, mesmo que seja deplorável o paralelo.<sup>289</sup>

Enquanto gregos e romanos teriam seu papel reconhecido no avanço civilizacional, os bárbaros, aparentemente tão distantes daqueles ideais defendidos pelo modelo europeu, seriam vistos como primitivos perdidos no tempo, travados em algum estágio evolutivo (alusão comum na obra euclidiana, como destaquei nos capítulos anteriores). Seguindo a leitura de Nicolazzi, comparações e paralelos se entrelaçam na descrição do sertanejo, mostrando a ambiguidade e as contradições que afloravam da tentativa euclidiana em definir aqueles brasileiros esquecidos no tempo. Para ele, a relação com os antigos na obra serve basicamente a função de apoio na descrição do sertanejo: “De difícil classificação e de quase impossível descrição, beirando entre a origem dos tempos e o lado de fora de uma mesma temporalidade – entre a comparação e o paralelo –, o sertão torna-se compreensível por meio de referências familiares. Canudos como ‘Troia de taipa’ [...]”<sup>290</sup>.

Não creio que o uso da Antiguidade n’*Os Sertões* seja limitado ao papel descritivo, nem mesmo que haja contradição no papel histórico conferido ao sertanejo na obra. Se a luta entre barbárie e civilização é o que move a história e, portanto, se houve diversos pares diferentes nessa luta, o antepassado da relação entre litoral e sertão no Brasil poderia ser considerado o conflito entre romanos e germanos na Antiguidade. A história euclidiana não se liga somente aos rumos da civilização, mas ao conflito desta com povos bárbaros – não existem civilizados sem a barbárie como contraposição. Assim, devemos lembrar também que Euclides não compara os sertanejos somente ao polo civilizado do passado (gregos e romanos), nem mesmo somente com as figuras mitológicas criadas por esse. Os bárbaros antigos são um dos principais pontos de referência histórica para a compreensão do

---

<sup>289</sup> NICOLAZZI, Fernando. Op. cit., p.268.

<sup>290</sup> Ibidem, p.270.

sertanejo: sua moradia é comparada às “choupanas dos gauleses de César”; ele era religioso “como os montanistas”, frígios hereges que surgiram nos primeiros anos do cristianismo; o sertão bárbaro era comparável aos desertos dos cartagineses na Tunísia<sup>291</sup>.

## 2 – As teias da recepção

Refletir sobre o modo como Euclides da Cunha leu e incorporou os antigos em sua obra exige entendê-lo não apenas como autor, mas também como leitor. Seus conhecimentos sobre os mitos da Grécia antiga, as campanhas de César contra os gauleses e outros fatos da história romana foram recebidos de alguma forma, em algum momento de sua vida. Por sua vez, suponho que a leitura sobre tais informações também foram escolhidas por ele devido a algum motivo. O mesmo questionamento surge ao perceber que essas leituras foram incorporadas pelo autor de alguma forma. Como ocorre a interação obra/leitor? O que leva um indivíduo a se interessar por determinado texto? Como uma obra pode marcar seu leitor? Como ocorre o processo de elaboração de sentidos pelo leitor? Essas questões são as bases das reflexões oriundas da teoria da recepção. Esse conjunto teórico, proveniente dos estudos literários, tem como um de seus maiores nomes e fundadores Hans Robert Jauss que, nos anos 60, começou a questionar os rumos da escrita da história da literatura. Suas críticas direcionavam-se contra marxistas que se dedicavam a “demonstrar o nexos da literatura em seu espelhamento da realidade social”, como se cada obra fosse um reflexo direto das condições sociais e econômicas de sua produção; e contra a “teoria do método formalista [que] alçou novamente a literatura à condição de um objeto autônomo de investigação, na medida em que desvinculou a obra literária de todas as condicionantes históricas [...]”<sup>292</sup>.

Analisar a literatura simplesmente como consequência de determinado conjunto de determinações ou mesmo analisar sua produção como algo autônomo e não-histórico seriam posturas que empobreceriam a compreensão da função das obras literárias. As mudanças propostas por Jauss tratam-se justamente de estabelecer uma nova concepção sobre a relação dos textos literários com seus meios, com seus leitores e mesmo com seus autores. Hans Ulrich Gumbrecht, outro importante autor ligado aos estudos da recepção, aluno de Jauss na Escola de Constança, destaca a importância dessas inovações:

---

<sup>291</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., respectivamente páginas 292, 276 e 142.

<sup>292</sup> JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Editora Ática, 1994, p.15 e 18, respectivamente.



Percebeu-se que seu caráter inovador na história das teorias não repousava simplesmente na tematização do leitor, mas – mais especificamente – no esforço de evidenciar as condições de formação de sentidos distintos aos respectivos textos (ficcionais) por parte dos distintos leitores e grupos de leitores. Enquanto correntes anteriores da Teoria Literária tinham proposto como objetivo principal de sua prática exatamente a redução da pluralidade de formações de sentidos existentes e propostas para um texto, a Estética da Recepção transforma essa multiplicidade dos sentidos no seu assunto principal.<sup>293</sup>

De acordo com Gumbrecht, as modificações estão ligadas a diferentes concepções sobre o objeto e, principalmente, na forma como esse é avaliado, pois, na medida em que não há mais um sentido único para um texto, não há qualquer compreensão que possa ser considerada verdadeira sobre uma obra. Questionar o sentido que emerge da leitura passa a ser o centro do estudo literário. Assim, a partir do momento que rompem com o estruturalismo das teorias anteriores, em que cada texto impunha um sentido atemporal, independente das particularidades dos leitores, esses novos teóricos buscam traçar novos caminhos para investigar os processos de estabelecimento de sentidos, centralizando suas atenções na relação entre a obra e seus leitores. Regina Zilberman também destaca essa nova abordagem: “a estética da recepção apresenta-se como uma teoria em que a investigação muda de foco: do texto enquanto estrutura imutável, ele passa para o leitor”<sup>294</sup>. Portanto, a teoria da recepção tem como base a historicidade de cada obra e os diferentes sentidos por ela possibilitados a partir de sua interação com diferentes leitores. Retomando a citação de Gumbrecht, temos então “sentidos” e “leitor” como os eixos fundamentais para o estabelecimento desse conjunto teórico. A partir da relação entre esses dois termos, Timothy Saunders resume tal questão da seguinte forma: “De acordo com seus princípios dialógicos, a teoria da recepção sugere que nós não devemos mais conceber um texto como um tipo de Ideal Platônico em que nossas interpretações são mais ou menos reflexos imperfeitos, mas como algo muito mais mutável e móvel”<sup>295</sup>. Negando a existência de um “sentido ideal” a ser alcançado pelo leitor, o historiador da literatura abandonaria a sucessão de “essências” de diversas obras ao longo da história e passaria a analisar os diferentes sentidos que podem surgir dos singulares encontros entre essas e seus leitores. Dessa forma, tanto os sentidos quanto seus “construtores” passam a fazer parte de diferentes percursos históricos.

---

<sup>293</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na revolução francesa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p.14.

<sup>294</sup> ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p.10.

<sup>295</sup> SAUNDERS, Timothy. *Discipline and Receive; or, Making na Example out of Marsyas*. In: MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard F. *Classics and the Uses of Reception*. Oxford: Blackwell, 2006, p.37 (tradução de minha autoria).

Para minha pesquisa, considerando esse arcabouço teórico, dois dos elementos do trabalho de Jauss mostram-se fundamentais: a historicização do processo de leitura e o papel extremamente participativo que é conferido ao leitor. Destaco primeiramente a proposta do autor para se analisar a recepção das obras literárias ao longo da história:

A obra literária não é um objeto que exista por si só, oferecendo a cada observador em cada época um mesmo aspecto. Não se trata de um monumento a revelar monologicamente seu Ser atemporal. Ela é, antes, como uma partitura voltada para a ressonância sempre renovada da leitura, libertando o texto da matéria das palavras e conferindo-lhe existência atual [...] <sup>296</sup>

Se a obra literária não é uma “entidade atemporal”, significa que seus sentidos variam de acordo com o contexto histórico em que cada leitura é feita. Assim, a existência de textos do passado numa realidade moderna só é concretizada quando estes são interpretados pelos modernos. A obra atua como uma matéria-prima para a produção de significados que dependem diretamente das experiências de cada leitor em sua época: “A relação dialógica entre o leitor e o texto – este é o fato primordial da história da literatura. [...] A possibilidade de a obra se atualizar como resultado da leitura é sintoma de que está viva” <sup>297</sup>. É preciso lembrar que nem todas as obras sobrevivem diante das diferentes épocas – dependendo dos interesses desenvolvidos em cada contexto histórico, alguns autores clássicos podem ser fortemente prestigiados, enquanto outros são simplesmente esquecidos. Portanto, a “sobrevivência” de um texto ao longo da história depende tanto das condições apresentadas por cada época, quanto dos possíveis sentidos que são proporcionados pela obra. Apresento a seguir essas considerações de forma mais aprofundada: quem é o leitor para a teoria da recepção e qual a sua importância; como se desenvolve a elaboração dos sentidos no processo de leitura.

Como destaquei, nas reflexões de Jauss, encontramos a figura do leitor – inscrito no seu contexto histórico – como peça fundamental para o processo de recepção das obras literárias e para a produção de sentidos baseada nessas. Uma vez que se busca a multiplicidade de sentidos de um texto, a figura do autor perde seu destaque diante da imagem do leitor, visto nas teorias anteriores como um indivíduo que deveria encontrar a “interpretação correta” para cada obra. Zilberman afirma que para os teóricos da recepção, devemos perceber tal indivíduo como parte de cada obra: “o leitor evidencia-se como

---

<sup>296</sup> JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Editora Ática, 1994, p.25.

<sup>297</sup> ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p.33.

pertencendo ao texto, um componente seu a quem compete acompanhar a partitura apresentada pelo narrador”<sup>298</sup>. O texto transforma-se em um instrumento construído pelo autor, enquanto o leitor seria o verdadeiro compositor do sentido. Evidentemente, há limitações no processo de significação por parte do leitor, tal como observa Zilberman: “Por outro lado, o leitor é também uma figura histórica: seu horizonte, delimitado pelas possibilidades de aceitação de uma obra, impõe restrições à liberdade do escritor”<sup>299</sup>. São encontrados aqui dois limites para o indivíduo que se aventura nesse processo: suas condições históricas e as próprias condições da obra.

O sentido objetivado pelo escritor em seu trabalho certamente perde-se no processo de leitura, mas essa é uma das peças do diálogo travado com o leitor – seus personagens, as situações que imaginou, descreveu e propôs ao seu público são limitadores nessa operação. Por exemplo, por mais que Euclides da Cunha se distancie do contexto da tragédia euripidiana, sua leitura baseia-se num Hércules realizador de trabalhos grandiosos que matou sua esposa e seus filhos, tal como Eurípides narrou. A possibilidade de concebê-lo como a mistura entre um bárbaro e um herói provém da própria formação euclidiana. Nesse ponto encontra-se o segundo limite imposto ao leitor: sendo uma “figura histórica”, é ele quem confere a historicidade de cada leitura, mas essa depende das ferramentas disponíveis em cada época. O debate entre os espaços conferidos à liberdade e aos condicionamentos que cercam cada indivíduo historicamente é longo, mas não é meu foco nesse trabalho. Entretanto, destaco uma passagem do historiador Carlo Ginzburg que utilizo como ilustração ideal para a forma como entendo esse complexo jogo que envolve qualquer leitor, assim como nós: “Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”<sup>300</sup>. O contexto histórico impõe certas condições, como a língua, a cultura do país em que nascemos, nossa posição econômica e social, a situação política da nossa comunidade, mas podemos interpretá-lo e interagir com ele de múltiplas formas, chegando mesmo a alterá-lo. Escapar do determinismo não significa adotar a crença inocente numa liberdade plena – isso vale tanto para a historiografia, quanto para os estudos da literatura. No caso da teoria da recepção, a própria formação do leitor – leituras anteriores, experiências de vida, pertencimentos a grupos sociais distintos – somada ao que poderíamos definir como expectativas estéticas, tal como a elaboração da preferência por

---

<sup>298</sup> Ibidem, p.99.

<sup>299</sup> Ibidem.

<sup>300</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.20.

determinado estilo literário, figuras retóricas que “tocam” o indivíduo mais do que outras, ou mesmo o gosto por certo assunto – tece as condições de leitura. Essas possibilidades e limitações podem ser resumidas no que Jauss define como *horizonte de expectativas*:

A análise da experiência literária do leitor escapa ao psicologismo que a ameaça quando descreve a recepção e o efeito de uma obra a partir do sistema de referências que se pode construir em função das expectativas que, no momento histórico do aparecimento de cada obra, resultam do conhecimento prévio do gênero, da forma e da temática de obras já conhecidas, [...] <sup>301</sup>

A recepção de cada obra depende diretamente das expectativas do leitor, que neste trecho focaliza essencialmente as “experiências literárias” de cada indivíduo, ou seja, as informações prévias sobre aquele texto e o contato do leitor com outras obras. Voltado principalmente para a recepção imediata da obra, ou seja, no contexto da sua produção, Jauss vê o horizonte de expectativas dos leitores como um ponto de contato entre o autor e seu público – assim como um orador direciona seus argumentos de acordo com o que acredita atingir o auditório, o escritor é levado a considerar, direta ou indiretamente, as expectativas, o saber prévio de seus futuros leitores <sup>302</sup>. Tal como Zilberman afirma, Jauss propõe a análise desse horizonte através do próprio sistema literário:

Em vez de lidar com o leitor real, indivíduo com suas idiossincrasias e particularidades, Jauss busca determinar seu ‘saber prévio’. [...]. Sua consulta é dirigida às próprias obras; pois, na medida em que participam de um processo de comunicação e precisam ser compreendidas, elas apropriam-se de elementos do código vigente. <sup>303</sup>

Assim, a investigação sobre as experiências que condicionam a recepção é concentrada na vida literária do indivíduo, verificada através do conjunto literário de cada época. Preocupado basicamente com o caráter estético do processo de recepção, é compreensível que o autor volte-se para esses aspectos. Em sua elaboração teórica, ele define três fatores determinantes do horizonte de expectativa: “em primeiro lugar, a partir de normas conhecidas ou da poética imanente ao gênero; em segundo, da relação implícita com obras conhecidas do contexto histórico-literário; e, em terceiro lugar, da oposição entre ficção e realidade, [...]” <sup>304</sup>. Em minha pesquisa, a preocupação com o caráter literário

---

<sup>301</sup> JAUSS. Hans Robert. Op. Cit., p.27.

<sup>302</sup> Esse é um dos pontos em que a teoria da recepção aproxima-se dos estudos retóricos. Além disso, tal como um orador, o fato do escritor preocupar-se com as expectativas do público não significa necessariamente que esse busca unicamente o consenso, a aceitação de suas ideias – ambos buscam criar as mais variadas reações em seus públicos, mas, para isso, baseiam-se no que pensam que esses esperam deles.

<sup>303</sup> ZILBERMAN, Regina. Op. Cit., p.34.

<sup>304</sup> JAUSS. Hans Robert. Op. Cit., p.29.

da recepção euclidiana é de extrema relevância. Por exemplo, o sentido conferido ao Hércules d’*Os Sertões* está vinculado diretamente ao Quasímodo da obra hugoana, fortemente disseminada no círculo literário daquele contexto. Da mesma forma, o uso de constante metáforas e a preocupação com o estabelecimento de figuras retóricas tão complexamente trabalhadas por Euclides indicam os vestígios do que poderíamos chamar de “normas literárias” da época, da mesma forma que a escolha do tema Antiguidade clássica é uma influência do que estava em evidência nas experiências de leitura do autor. Entretanto, outras condições são necessárias para responder o questionamento dessa pesquisa – como esses usos da Antiguidade são influenciados por posicionamentos políticos, filosóficos e sociais do autor?

A metáfora do sertanejo/titã ou a relação sertanejo/germano vão além do horizonte literário de Euclides da Cunha. Tais estratégias refletem também críticas aos rumos da política brasileira, análises sociais sobre os sertanejos e os “civilizados” do litoral. Esses posicionamentos foram desenvolvidos ao longo das experiências do nosso autor/leitor – seus laços com o republicanismo, sua visita aos sertões, sua formação militar – que também influenciaram sua recepção e uso dos antigos. Assim, para complementar a análise sobre esse processo, inseri nas minhas reflexões algumas peculiaridades do arcabouço teórico apresentado por Gumbrecht. É importante lembrar que seu objeto é diferente do analisado por Jauss: enquanto esse se volta às obras literárias, o trabalho que destaco de seu aluno é dirigido às recepções dos discursos no parlamento francês ao longo do processo revolucionário que iniciou em 1789. Nesses casos, por exemplo, ao analisar os efeitos dos discursos de Robespierre para fortalecer a união entre parlamentares jacobinos e *sans-culottes*, desenvolvendo uma identidade entre eles, Gumbrecht destaca tanto as estratégias internas ao discurso, como o uso de pronomes como “nós” e argumentos que forçassem um consenso entre jacobinos, como as experiências coletivas dos ouvintes de tais discursos, como os acontecimentos revolucionários até aquele momento: “A pretensa unanimidade entre os *sans-culottes* e os deputados alimentava a esperança à continuação e à finalização da Revolução, que raramente chegou a ser projetada em termos mais precisos”<sup>305</sup>. Tal como o público parlamentar, os leitores também são envolvidos por suas experiências, aflorando no momento da construção dos sentidos no processo de leitura.

Como dito anteriormente, conceber o leitor como ser histórico confere historicidade à obra e isso, por consequência, proporciona historicidade ao processo de

---

<sup>305</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. Op. Cit., p.104.

criação de sentido. Passo essencial da recepção, a elaboração do sentido resultante do processo de leitura é a concretização da relação obra/leitor. O estabelecimento dessa relação determina o que pode ser chamado de “vida da obra”, pois essa só existe quando o leitor, em cada época, encontra no texto uma possibilidade de significação. Jauss afirma que o sentido depende diretamente do contexto da recepção:

Quem acredita que, em consequência unicamente de seu mergulho no texto, o sentido “atemporalmente verdadeiro” de uma poesia teria de descortinar-se de forma imediata e plena ao intérprete – postado, por assim dizer, exteriormente à história e acima de todos os ‘equivocos’ de seus predecessores e da recepção histórica – “escamoteia o emaranhado da história do efeito [*Wirkungsgeschichte*] no qual se encontra enredada a própria consciência histórica”.<sup>306</sup>

Além da reafirmação da inexistência de um sentido imanente ao texto, Jauss destaca que o sentido desse muda historicamente. Além disso, aponto aqui uma idéia fundamental para minha análise d’*Os Sertões*: o leitor de uma obra do passado está envolto numa rede de significações anteriores e contemporâneas as dele. Mesmo que Euclides da Cunha tenha lido a *Teogonia* de Hesíodo, por exemplo, sua recepção foi influenciada por comentários ou mesmo leituras de outros indivíduos sobre essa obra. Isso não significa que há um saber acumulado sobre as tragédias antigas que necessariamente teria chegado ao autor, mas que os próprios saberes anteriores que o levaram à decisão de lê-la (ou mesmo algo referente a ela) interferiram em sua leitura. Desse fato surge a dificuldade em lidar com essas teias de recepção de obras antigas: como saber de qual fonte Euclides da Cunha entrou em contato com a história de Cartago ou com o mito do Minotauro? Sua leitura foi baseada em uma obra clássica, em alguma análise literária (ou historiográfica), em manuais escolares ou mesmo de informações dispersas provenientes de conversas com intelectuais de seu círculo social? O que nos resta são suposições baseadas nos usos dessa recepção feitos em suas obras e a certeza de que o processo de significação é baseado nas experiências do receptor de forma ampla, não apenas em leituras, mas em acontecimentos de sua vida.

A observação desse emaranhado de recepções contribui especialmente para a aplicação da teoria da recepção à análise das leituras modernas de textos antigos. Analisar a recepção de textos clássicos no Brasil do início do século XX requer reflexões diferentes das que são impostas a quem verifica a recepção dos romances de Machado de Assis no mesmo contexto, por exemplo. Charles Martindale, especialista no estudo de diferentes leituras inglesas da poesia latina antiga, utiliza a teoria de Jauss e seu grupo em suas

---

<sup>306</sup> JAUSS. Hans Robert. Op. Cit., p.36-37.

pesquisas. Martindale afirma que a elaboração de sentido de textos antigos conecta-se necessariamente a posicionamentos de diferentes temporalidades sobre eles: “A tese é que nossas atuais interpretações de textos antigos, quer sejamos ou não conscientes disso, são, em complexas trajetórias, construídos por uma cadeia de recepções por meio das quais leituras continuam sendo efetuadas”<sup>307</sup>. Portanto, as recepções anteriores não são deformações do original, obstáculos para a compreensão dos sentidos de textos homéricos ou taciteanos; pelo contrário, é justamente essa tradição de recepções anteriores, passando por intelectuais medievais, renascentistas e iluministas, que possibilita a interpretação daquelas obras. Sem essa cadeia de recepção, mesmo que dominássemos a língua grega, dificilmente estabeleceríamos alguma interpretação sobre a *Odisséia*, por exemplo. Mesmo os clássicos fazem parte da nossa experiência, da nossa formação que influencia nossa interpretação sobre eles. Martindale afirma isso ao criticar os intelectuais que percebem os gostos e questões do presente como obstáculos para uma “pesquisa genuinamente histórica” dos textos clássicos. Tais interferências do presente são inevitáveis e mesmo úteis para uma interpretação efetivamente produtiva, pois essa cultura atual foi, por sua vez, influenciada por leituras da Antiguidade. Assim, Homero, Hesíodo e Tácito contribuíram para a nossa recepção de suas próprias obras:

Portanto, assim como o uso do termo ‘nosso’ afasta gostos concorrentes, também a noção de formação de gosto parece ignorar a influência do passado no presente. Nós não interpretamos Homero meramente pela luz do nosso gosto, uma vez que os próprios poemas homéricos contribuíram para a formação de nosso gosto.<sup>308</sup>

Ao mesmo tempo em que o autor lembra-nos que não há consensos de gostos ou interpretações sobre qualquer texto, destaca-se também algo que é esquecido quando se busca uma “pureza interpretativa” sobre os antigos: os próprios clássicos são ferramentas da nossa interpretação. Mais uma vez, antigos e modernos entram em cena – não há como subordinar um ao outro. Assim como a noção de modernidade foi construída a partir da superação da Antiguidade, verifica-se o mundo antigo a partir de pressupostos modernos, o que não poderia ocorrer de outra forma<sup>309</sup>. Assim é traçada uma teia de recepção que percorre caminhos muitas vezes perdidos, ou mesmo imperceptíveis, que faz com que

---

<sup>307</sup> MARTINDALE, Charles. *Redeeming the text – Latin poetry and the hermeneutics of reception*. Cambridge University Press, 1993, p.7 (tradução de minha autoria).

<sup>308</sup> *Ibidem*, p.8 (tradução de minha autoria).

<sup>309</sup> MARTINDALE, Charles. *Introduction – Thinking Through Reception*. In: MARTINDALE, Charles; THOMAS, Richard F. *Op. cit.*, p.8.

Homero, Tito Livio ou Eurípides cheguem até Euclides da Cunha, influenciando sua leitura sobre as obras daqueles mesmos clássicos.

### **3 – Teutoburgo, Canudos e o medo das hordas bárbaras**

Se acreditarmos que há determinados elementos cíclicos na escrita da história euclidiana, como defendido no primeiro capítulo, parece-me razoável crer que o autor concebia certa proximidade entre determinados eventos históricos – no caso, a questão que moveria a história, a luta entre bárbaros e civilizados. Portanto, é compreensível que Euclides da Cunha estabeleça relações entre o conflito de Canudos e combates envolvendo aqueles que seriam os representantes da civilização na Antiguidade clássica (que seriam essencialmente gregos e romanos) e seus inimigos bárbaros.

Destaco o exemplo da aproximação estabelecida entre a derrota dos romanos na floresta de Teutoburgo contra tribos germanas e a vitória dos conselheiristas sobre a expedição liderada por Moreira César. Essa operação é evidenciada diretamente através dos líderes do lado civilizado de ambos os conflitos – o militar brasileiro e Varo, comandante das legiões romanas no momento daquela derrota. Assim, o Exército brasileiro aproxima-se das forças romanas, enquanto aqueles bárbaros do sertão seriam reflexos modernos dos antigos germanos. Além dessa situação, acredito que tenha outros momentos na obra euclidiana em que, indiretamente, a descrição feita por diversos autores romanos sobre aqueles bárbaros da Antiguidade seja utilizada para apresentar alguns costumes encontrados entre os sertanejos. Para compreender esses usos, precisamos analisar primeiramente o vestígio inicial e mais “visível” dessas relações: a narrativa do impacto da notícia sobre a derrota da expedição Moreira César no centro civilizado brasileiro.

Segundo Euclides da Cunha, a notícia da derrota da expedição liderada por Moreira César foi um grande choque na capital do país, tanto para a elite política quanto para a população. Não havia muitas informações sobre Canudos e seus moradores até aquele momento – aqueles eram vistos simplesmente como um agrupamento de fanáticos rebeldes que derrotaram uma pequena força do governo baiano. As expectativas eram de que o grupo seria facilmente derrotado por uma força nacional do Exército, liderada por um oficial como Moreira César, famoso pela sua violenta atuação na repressão da revolta federalista no sul do país. Entretanto, aconteceu o que parecia improvável: o líder foi atingido em combate e morreu pouco depois, levando seus comandados a recuar às pressas enquanto eram perseguidos pelo inimigo. As notícias dessa derrota vergonhosa proporcionaram outra visão sobre os revoltosos do sertão baiano – mais do que uma revolta



popular, Canudos se transformou no foco de um golpe monárquico contra a jovem República brasileira. Não havia outra explicação para que aqueles bárbaros tivessem vencido uma força militar organizada, era evidente que uma conspiração monarquista estava em curso, e Canudos teria sido o primeiro passo. O autor d' *Os Sertões* resume sua posição diante daquele temor desmedido: “Em tudo a obsessão do espantalho monárquico, transmutado em legião – coorte misteriosa marchando surdamente na sombra –, meia dúzia de retardatários, idealistas e teimosos”<sup>310</sup>.

O tom irônico de sua narrativa é evidente ao fazer da “ameaça monarquista” um mero espantalho, mas que era capaz de produzir reações perigosas entre a população. A população saiu às ruas agindo com violência, provocada pelos protestos indignados de jornais republicanos e de pronunciamentos do governo contra a traição daqueles sertanejos, chegando a atacar jornais considerados monarquistas, numa atitude tão bárbara que se aproximaria daquela dos habitantes do sertão: “A rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro”<sup>311</sup>. O objetivo do autor nesta citação não é defender o sertanejo ou negar sua barbárie, mas atacar uma população urbana que mesmo vista como civilizada, era capaz de agir como “trogloditas completos”.

Logo após, Euclides resume, em uma analogia carregada de múltiplos significados, o impacto da derrota de Moreira César e a mobilização para a elaboração de um ataque definitivo contra Canudos. Entre aquele medo infundado de uma ameaça monarquista, formar-se-ia a expedição responsável pelo que o próprio autor definiria posteriormente como o maior crime da civilização contra Canudos:

As **hordas invasoras**, depois de saquearem aquelas vilas, marchavam convergentes para o sul, [...], de onde, acrescidas de novos contingentes, demandavam o litoral, avançando sobre a capital da Bahia...  
As gentes alucinadas ouviam um surdo tropear de bárbaros...  
**Os batalhões de Moreira César eram as legiões de Varo...**  
Encalçavam-nos, na fuga, catervas formidandas.  
[...]. E tudo isso, punha-se de manifesto, eram feitura de uma conjuração que desde muito vinha solapando as instituições. A reação monárquica tomava afinal a atitude batalhadora precipitando nas primeiras

---

<sup>310</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p.499-500. Nesse trecho, é interessante notar que nessa ilusão da população que imaginava os conselheiristas como monarquistas, aqueles bárbaros seriam organizados em legiões e coortes, termos militares próprios da tradição romana. Acredito que esse seja outro sinal do ridículo ao qual o autor vinculou tal hipótese, apontando o erro de acreditar que aqueles indivíduos teriam a disciplina, a organização e mesmo o armamento proporcional às glorificadas formações romanas. Assim como não poderiam ser monárquicos, tão pouco aqueles bárbaros do sertão poderiam formar perigosas legiões.

<sup>311</sup> Ibidem, p.501.

escaramuças, coroadas do melhor êxito, aquela vanguarda de retardatários e de maníacos.

**O governo devia agir prontamente.**<sup>312</sup>

Assim, a relação entre Canudos e Teutoburgo surge a partir da necessidade de condensar diversos elementos: a negação da antiga crença (que o próprio autor compartilhava antes de sua viagem ao sertão baiano) de que Canudos era uma revolta monarquista; a crítica contra o governo, que criou e responsabilizou aquele “espantinho monárquico” pelos problemas políticos do país; o seu julgamento negativo sobre a figura de Moreira César e da própria empreitada contra o arraial; além de apontar a origem dos sentimentos que, de certa forma, conduziram a última ofensiva militar contra os conselheiristas a agir de forma tão selvagem como Euclides narra. Portanto, comparar a expedição Moreira César à força romana liderada por Varo, que foi derrotada pelos germanos, confere uma série de possíveis significações ao texto, muitas delas “acessíveis” apenas para os leitores que tivessem conhecimento não somente sobre a falha do Exército brasileiro contra os conselheiristas, mas também sobre o que representava a derrota romana em Teutoburgo. Entretanto, para analisar essas significações, é preciso expor algumas questões relevantes sobre o infortúnio romano em questão.

A célebre batalha ocorreu em 9 d.C., nos últimos anos de governo de Augusto. No interior de uma floresta em território germânico recém subjugado pelas forças romanas, três legiões lideradas por Varo, além de numerosa força auxiliar, foram cercadas e derrotadas por uma união de tribos germanas lideradas pelo chefe dos *cherusci*, Armínio. A notícia dessa derrota foi recebida com espanto e temor em Roma, que viu nos bárbaros da Germânia um potencial perigo. Segundo Peter Wells, aquele evento foi lembrado por diversos escritores romanos, mas foi praticamente esquecido durante a Idade Média, até a redescoberta dos *Anais* de Tácito<sup>313</sup>, no século XVI<sup>314</sup>. A narrativa taciteana da chegada das forças romanas lideradas por Germânico ao local onde teria ocorrido o massacre dos liderados de Varo acendeu o interesse dos leitores modernos – como as organizadas forças

---

<sup>312</sup> Ibidem, p.508 (grifos de minha autoria).

<sup>313</sup> Cornélio Tácito nasceu aproximadamente no ano 56 d.C., vivenciando o período de diversos imperadores romanos. Uma das principais marcas de sua escrita é a crítica contra a tirania, mesmo participando do governo imperial. Suas grandes obras abarcam parte da história do Império Romano: *Histórias*, que narra acontecimentos do governo de Galba (69 d.C.) até o de Domiciano; e os *Anais*, que trata do período tiberiano até Nero (de 14 até 68 d.C.). Outro importante trabalho desse autor é *Germania*, que descreve os costumes dos povos que habitavam a região da Germânia. Essa última proporcionou a fama de Tácito entre os povos germânicos durante os séculos XV e XVI. Muitos intelectuais da época apreciavam a imagem positiva daqueles bárbaros elaborada pelo autor clássico. In: MOMIGLIANO, Arnaldo. *Tácito e a Tradição taciteana*. In. Raízes Clássicas da historiografia moderna. Bauru: Edusc, 2004, p.172-173.

<sup>314</sup> WELLS, Peter. *The battle that stopped Rome*. New York: WW Norton, 2004, p.33.

romanas teriam sido derrotadas por um agrupamento de bárbaros? No século XIX, com o desenvolvimento do nacionalismo alemão, Armínio e sua “rebelião” contra Roma, vista como o grande poder militar da Antiguidade, se tornaram um símbolo da origem de uma antiga homogeneidade alemã.

Como afirmei anteriormente ao levantar alguns dos problemas em traçar os rumos da recepção euclidiana, não há garantias de que Euclides da Cunha tenha lido algum texto clássico sobre o assunto ou se tais informações foram obtidas de fontes modernas, mas acredito que seja muito provável seu contato com os escritos taciteanos, devido ao prestígio desse historiador romano<sup>315</sup>. A solução possível para essa questão é a comparação entre os argumentos presentes nas obras antigas e no texto euclidiano. Isso significa que as aproximações entre a batalha da Antiguidade e a que foi travada contra os conselheiristas não se restringem ao paralelo entre Moreira César e Varo: ao longo d’*Os Sertões* há outras influências implícitas de narrativas sobre a vitória de Armínio sobre os romanos.

Uma delas, por exemplo, pode ser encontrada através da aproximação do trecho dos *Anais* referente ao evento em questão e a descrição euclidiana da chegada da quarta expedição ao local da derrota de Moreira César. Tácito começa sua obra apresentando o governo de Tibério, que assume o poder após a morte de Augusto. Uma expedição contra os rebeldes germanos, liderada por Germânico, com o objetivo de puni-los pelo ocorrido de Teutoburgo, avança pela Germânia, até se deparar com o cenário da derrota das legiões comandadas por Varo:

No meio do campo viam-se por uma parte alvejar ossos descarnados, ou em montão ou dispersos, segundo a ordem em que tinham perecido, ou combatendo ou fugindo; [...]. Ainda nos bosques sagrados da vizinhança se conservavam os mesmos bárbaros altares em que haviam sido degolados os tribunos, e os centuriões das primeiras companhias. [...], aonde foram tomadas as águias, aonde Varo recebeu a primeira ferida, [...]; e numa palavra, com que zombaria e soberba tinha insultado as bandeiras, e as águias.<sup>316</sup>

---

<sup>315</sup> Segundo Momigliano, “Por mais ou menos três séculos, da Reforma até a Revolução Francesa, Tácito inspirou ou preocupou os políticos, os moralistas e até os teólogos, sem falar dos temas que forneceu à poesia e à pintura”, em: MOMIGLIANO, Arnaldo. Op. cit., p.157. Além dessa histórica fama de Tácito, a possibilidade de Euclides da Cunha ter lido as principais obras desse autor pode ser verificada no trecho de uma carta escrita ao seu amigo Escobar, também leitor dos antigos clássicos, lamentando a situação política que o país atravessava naquele momento: “Dispensou a princípio Tácito, extinta a decomposição sinistra do Encilhamento e das Revoltas: despedindo depois Molière desmoralizado e entremez eleitoral”. In: CUNHA, Euclides da. Rio, 14 de junho de 1890. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondências de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da USP, 1997, p.139.

<sup>316</sup> CORNÉLIO TÁCITO. *Anais*, I, 61.

O espanto e o temor com que as forças de Germânico encararam os “vestígios” da violenta derrota romana naquele local marcam essa passagem. A degola, o desrespeito aos símbolos e líderes romanos no combate, as zombarias desonrosas, os “bárbaros altares” – todos esses elementos são marcas da barbárie germânica diante da organização romana. Essa passagem representa um retorno ao traumático desastre – seu cenário, seus personagens e os vestígios da tragédia. Mais do que a memória de uma derrota, essa narrativa carrega também a legitimação que aqueles homens teriam para suas futuras ações – aquele “memorial da derrota” servia como um incentivo para as ações punitivas dos civilizados ultrajados contra os bárbaros germanos – era necessário recuperar a honra insultada por aquelas hordas bárbaras.

Esses dois elementos presentes na narrativa taciteana – a descrição do cenário de uma marcante derrota e o impacto desse nos “combatentes vingadores” – também podem ser encontrados num trecho d’ *Os Sertões*. Apesar de não encontrarmos referências diretas à narrativa de Tácito, a proximidade dessas descrições, além dos argumentos que elas carregam, aponta para uma influência do antigo historiador decorrente das leituras euclidianas. Nesta passagem, Euclides da Cunha descreve a chegada da quarta expedição ao local onde estavam as marcas da derrota dos comandados de Moreira César:

E continuou avançando em ordem, a passo ordinário, até o sítio memorável de Pitombas, onde houvera o primeiro encontro de Moreira César com os fanáticos. O lugar era lúgubre. Despontavam em toda a banda recordações cruéis; molambos já incolores, de fardas, oscilando à ponta dos esgalhos secos; [...]. À margem esquerda do caminho, erguido num tronco – [...] – o arcabouço do coronel Tamarindo, decapitado, braços pendidos, [...]. E do correr da borda do caminho ao mais fundo das macegas, outros companheiros de infortúnio: esqueletos vestidos de fardas poentas e rotas, [...] – delatavam demoníaca encenação adrede engenhada pelos jagunços.<sup>317</sup>

A barbárie marcante dos sertanejos e a derrota dos representantes da civilização no Brasil são o centro dessa passagem. Os bárbaros do sertão venceram os civilizados, representados pelo Exército, não por mérito próprio, mas por uma falha do inimigo, representada na figura de Moreira César, fruto do que o autor definiria como a “barbárie da civilização”<sup>318</sup>. O cenário bárbaro elaborado pelo inimigo traz muitas semelhanças com a

---

<sup>317</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p.533-534.

<sup>318</sup> A figura de Moreira César marca um momento importante da reflexão sobre a civilização n’ *Os Sertões* – não é por acaso que sua descrição é elaborada juntamente com as mais claras críticas na obra contra o governo daquele momento, liderado por Floriano Peixoto. Para o autor, a culpa pelo fracasso daquela

narração taciteana que expus: os “vestígios” dos combatentes mortos, o cadáver de um dos líderes mortos barbaramente exposto, a “demoníaca encenação” daqueles bárbaros vitoriosos. Certamente não há como garantir a influência direta do texto de Tácito nesse trecho de *Os Sertões*, mas devido à proximidade dos elementos destacados em ambas as passagens e ao fato de Euclides relacionar anteriormente a derrota de Moreira César ao episódio de Teutoburgo, podemos sugerir que Euclides da Cunha apropriou-se de “fundamentos argumentativos” da narrativa do autor romano para proporcionar múltiplos significados ao seu texto: ao mesmo tempo em que descreve a tragédia de uma expedição militar anterior e o sentimento do grupo que encontra seus vestígios, também se reforça uma das questões centrais no pensamento euclidiano: a luta entre barbárie e civilização e os erros que a última está sujeita a cometer – o massacre indiscriminado do inimigo – por ser conduzida de acordo com sentimentos coletivos de violência e vingança, contrariando a racionalidade própria do civilizado.

As obras de Tácito tratam do período imediatamente posterior ao fracasso de Varo, mas creio que seja produtivo também destacar alguns aspectos das causas da revolta dos germanos, questão que também se aproxima do pensamento euclidiano. De acordo com seu julgamento, a civilização deveria ser levada ao sertão, mas não a força, com “pranchadas”, como apontei anteriormente. Era natural que os sertanejos lutassem contra a ordem republicana: “Vimos no agitador sertanejo, do qual a revolta era um aspecto da própria rebeldia contra a ordem natural”<sup>319</sup>. Alguns autores romanos, como Dio Cássio, apontaram fator semelhante para a revolta de diversas tribos germanas contra a autoridade romana. Os territórios dessas tribos foram conquistados ainda no período do avanço liderado por Júlio César na região, passando pela Gália e atravessando o rio Reno posteriormente. Sem interesse imediato naquela região, composta basicamente por florestas fechadas, os conquistadores decidiram manter certa autonomia para aqueles habitantes, sem grande interferência nas suas organizações social e política. Segundo Dio Cássio, a situação é

---

expedição recai exclusivamente sobre seu líder que, por sua vez, é um reflexo da sociedade que o elevou a chefe militar: “O novo insucesso das armas legais, imprevisto para toda a gente, coincidia com uma fase crítica da nossa história”. Homem desequilibrado, violento, responsável pela bárbara repressão do governo contra as revoltas no sul do país, Moreira César cresceu no ambiente militar brasileiro justamente por sua crueldade, que era confundida por bravura. Apenas uma sociedade com tendências selvagens poderia glorificar um selvagem – tal seria o pensamento euclidiano com essa afirmação: “Cabe à sociedade, nessa ocasião, dar-lhe a camisa-de-força ou a púrpura”. Dessa observação, Euclides da Cunha expõe uma conclusão que parece ser a definição de uma lei social: “Se um grande homem pode impor-se a um grande povo pela influência deslumbradora do gênio, os degenerados perigosos fascinam com igual vigor as multidões tacanhas”. Portanto, para enfrentar os bárbaros do sertão, o país teria escolhido o maior representante de suas limitações civilizacionais. In: *Ibidem*, p.417-430.

<sup>319</sup> *Ibidem*, p.318.

alterada com o começo do governo de Quintílio Varo sobre aqueles povos a pouco submetidos:

Os bárbaros estavam se adaptando aos costumes romanos, foram acostumando-se a manter relações comerciais, foram reunidos em assembléias pacíficas. Entretanto, eles não tinham esquecido seus antigos hábitos, suas maneiras nativas, sua antiga vida de independência, ou o poder vindo das armas. Assim, estavam desaprendendo seus costumes gradualmente e, sob cuidadosa vigilância, não foram perturbados em suas maneiras de viver, e foram se tornando diferentes sem saber. Mas quando Quintílio Varo tornou-se governador da província da Germânia e, no exercício de suas funções oficiais, foi administrar os assuntos desses povos também, ele se esforçou para mudá-los mais rapidamente. Além de dar ordens a eles como se fossem realmente escravos dos romanos, ele exigiu dinheiro como se aquelas fossem nações sujeitadas. Para isso, eles não estavam dispostos a se submeter [...].<sup>320</sup>

Diferente de outros povos submetidos, aqueles germanos não estavam dispostos a abandonar bruscamente suas tradições. Deve-se notar que o autor destaca a importância do aspecto cultural para aqueles indivíduos – o que motivou a revolta não foram simplesmente os tributos materiais cobrados, mas a submissão que esses representavam. Tal como os sertanejos se revoltaram contra as imposições republicanas, segundo Euclides, pois as “estruturas mentais” dos mesmos não permitiam, a cultura daqueles bárbaros das florestas impedia-os de aceitar a ampla e direta privação da liberdade. Dessa forma, acredito que o autor tenha interpretado as narrativas da revolta daquele grupo liderado por Armínio como uma insurreição política, uma reação natural da barbárie contra os avanços civilizacionais, possibilitando assim as aproximações Brasil/Roma, sertanejos/germanos e, finalmente, Moreira César/Varo. O uso dos conceitos modernos barbárie/civilização presentes na formação do autor possibilitaram tal leitura, que, por sua vez, foi revista para que pudesse atribuir significações específicas à narrativa do conflito de Canudos. Portanto, suponho que a recepção euclidiana do “caso Teutoburgo” passou por duas fases: a leitura de textos sobre o assunto, influenciada pela observação da política brasileira e de uma concepção de história específica; para posteriormente ser utilizada n’*Os Sertões*, em uma releitura (ou nova significação daquela) que a aproxima de suas concepções sobre a análise do sertanejo. Para melhor compreender esse processo, devemos lembrar que o autor é também um leitor e, portanto, seus escritos ressignificam conhecimentos de sua experiência literária. Assim, escrever seria elaborar também, sob certo sentido, a fusão de antigas leituras.

---

<sup>320</sup> DIO CASSIUS. *Roman History*, livro LXVI, 18. Acessado em 06/04/2012 Texto disponível em: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius\\_Dio/56\\*.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius_Dio/56*.html)

Insubmissão diante do “invasor” e selvageria diante do inimigo derrotado não são as únicas características em comum entre o germano taciteano e o sertanejo d’*Os Sertões*. Na obra *Germânia*, Tácito descreve a Germânia como “território horrível, com um clima dos mais rudes, onde a obra da natureza e a obra do homem inspiram tristeza”<sup>321</sup>. O estilo de combate garante outra aproximação, partindo da definição do antigo escritor da tática daquelas tribos: “A sua ordem de batalha tem a forma de uma cunha. Recuar, para em seguida voltar à carga, parece-lhes mais ato de tática do que de covardia”<sup>322</sup>. Essa observação lembra a referência euclidiana citada no capítulo anterior que compara os sertanejos aos antigos partas, frisando o uso da fuga como elemento estratégico. Assim como Tácito, Euclides preocupa-se em definir o comportamento do bárbaro em combate, observando também que tais ações não se contradizem com a bravura apresentada em combate. Apesar de citar a utilização do recuo em suas batalhas, ambos os autores glorificam a coragem de seus objetos.

Da mesma forma que o sertanejo reflete a barbárie de seu meio, os povos germanos mostravam-se tão rudes quanto o clima transmitido pelas florestas em que viviam. Ambos compartilhavam também o desapego material, destacado por Euclides da Cunha: “Nada queriam desta vida. Por isto a propriedade tornou-se-lhes uma forma exagerada do coletivismo tribal dos beduínos; apropriação pessoal apenas de objetos móveis e das casas”<sup>323</sup>. Os germanos, diferente dos romanos, estariam livres da ganância por ouro e prata e do luxo: “[...], durante muito tempo o âmbar permanece abandonado no meio de tudo quanto o mar repele, até o dia em que o nosso amor pelo luxo lhe deu fama”<sup>324</sup>. Desprezados por aqueles povos, o âmbar era um dos poucos produtos lucrativos disponíveis na região que eram explorados pelos romanos. Essa passagem elogia aqueles indivíduos ao mesmo tempo em que critica o luxo que, segundo Tácito, teria tomado o Império romano de seu tempo. Assim como nesse trecho, a imagem do germano é constantemente construída a partir de críticas contra a própria sociedade imperial em que o autor vivia. Segundo Ana Teresa Gonçalves, mais do que uma descrição dos habitantes da Germânia, a obra em questão serve para apontar o que teria sido perdido entre no Império romano, principalmente no valor dado à liberdade: “Todavia, os germanos também têm sua virtus própria e podem servir de exemplo para os romanos em algumas questões

---

<sup>321</sup> CORNÉLIO TÁCITO. *Germânia – de origine et situ germanorum*, II.

<sup>322</sup> *Ibidem*, VI.

<sup>323</sup> CUNHA, Euclides da. *Op. cit.*, p.299.

<sup>324</sup> CORNÉLIO TÁCITO. *Op. cit.*, XLV.

específicas, pois apresentam qualidades de um estágio anterior, [...]”<sup>325</sup>. Ao lembrarmos que *Os Sertões* “não é um livro de defesa; é infelizmente, de ataque”<sup>326</sup>. Características como a violência são retratadas de ambos os lados do conflito de Canudos como uma denúncia contra a barbárie do civilizado, assim como a bravura, a honestidade e o esforço do sertanejo passam também pela decepção do autor pela crise do novo sistema político brasileiro, no qual o autor tinha tantas esperanças. Mesmo um bárbaro, o homem do sertão ainda merecia ser considerado a “rocha vida da nacionalidade”.

As semelhanças entre germanos e sertanejos pode mesmo não ser fruto de leituras do autor d’*Os Sertões* de clássicos como Tácito e Dio Cássio, mas esses antigos fazem parte de uma rede de recepções e usos de argumentos retóricos provenientes daquele contexto histórico, como a descrição do selvagem como uma crítica a sua sociedade ou a relação entre o bárbaro e seu meio. Entretanto, da mesma forma que as descrições e narrativas de antigos e modernos são diferentes, seus objetos também são. Essas aproximações são resultado também de um ponto em comum exposto corretamente por Sara Castro-Klarén entre as obras euclidiana e taciteana: foram o Exército brasileiro e as legiões romanas quem derrotaram os conselheiristas e os germanos, mas foram Euclides da Cunha e Tácito quem ordenaram e explicaram aqueles acontecimentos<sup>327</sup>.

#### **4 – Os romanos em Cartago: um exemplo de como converter a barbárie**

Ao aproximar a análise sobre a escrita da história n’*Os Sertões* ao instrumental teórico que adotei, percebi que as diferentes formas de organizar o processo histórico passam necessariamente pela significação das narrativas e explicações que o compõem. No caso de Euclides da Cunha, o elemento cíclico evidenciado em certas passagens de sua obra está ligado diretamente à forma como o autor leu e significou tanto textos de intelectuais contemporâneos, como historiadores da Antiguidade. As semelhanças que o autor verifica (porque sua experiência e seus instrumentos de significação assim possibilitam) entre bárbaros e civilizados do seu contexto e do passado legítima, segundo sua perspectiva, suas afirmações de que “a história repete-se”, como concluo em meu primeiro capítulo. Se esse caráter é o responsável por conferir ao texto histórico a possibilidade de prestar ensinamentos ao presente, a narrativa do passado atua como “mestra da vida” porque o

---

<sup>325</sup> GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *A construção da Imagem do Outro: Romanos e Germanos nas Fronteiras do Império; uma Análise da Germânia de Tácito*. In: Phoênix, Rio de Janeiro, 6, 2000, p.59.

<sup>326</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p.784.

<sup>327</sup> CASTRO-KLARÉN, Sara. *In-formando o corpo do homem da caatinga*. In: BERNUCCI, Leopoldo M. *Discurso, Ciência e Controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da USP, 2008, p.43.



autor do presente recebe aquelas informações aceitando que há algo em comum entre o que ele lê seu meio. Tais predisposições de leitura fizeram com que nosso escritor utilizasse seus conhecimentos sobre a presença romana na região de Cartago como fonte de ensinamentos para determinados aspectos da sociedade e do governo brasileiros.

Cartago, fruto da colonização fenícia rumo à África, era uma cidade situada no norte africano. Seu destaque na região do Mediterrâneo provinha de suas intensas atividades comerciais e pelo domínio que exerceu durante muito tempo sobre outros povos da mesma origem em terras africanas. Renata Garraffoni relaciona o comércio como causa das muitas influências que chegaram àquela cidade, como sua organização militar no período de confronto contra os romanos, por exemplo, com aspectos muito próximos de modelos gregos<sup>328</sup>. Em meados do século III a.C., a cidade entrou em choque com o crescente poder da República romana no Mediterrâneo. O conflito, dividido em três fases, prolonga-se de 264 até 146 a.C., ano da destruição definitiva da cidade de Cartago. B. H. Warmington afirma que, mesmo com a rivalidade entre cartagineses e Roma, havia um acordo comercial entre eles, mas que teria sido quebrado pelos romanos, dando início à Primeira Guerra Púnica<sup>329</sup>. Esse embate resultou na derrota cartaginesa e sua submissão a um novo acordo e indenização aos romanos.

As disputas ressurgem quando Amílcar e Aníbal Barca dominam a região da Península ibérica. A interferência romana nessa questão conduziu-os à segunda fase do conflito, quando Aníbal invade o território itálico. Após duras derrotas, Roma consegue expulsar e derrotar novamente a próspera cidade africana, impondo duras condições de paz aos derrotados<sup>330</sup>. Após alguns anos, os cartagineses voltam a prosperar, gerando suspeitas (mesmo que infundadas) entre os romanos de que novas hostilidades poderiam partir dali. Garraffoni aponta como real motivação os interesses desses em consolidar sua posição em território africano, onde seu antigo inimigo seria um empecilho<sup>331</sup>. Começa então, em 149 a.C., a Terceira Guerra Púnica que termina com a destruição da cidade de Cartago. Políbio compara o destino daquela cidade com o que acontecia aos gregos (muitas cidades gregas foram dominadas pelos romanos no período das Guerras Púnicas ou pouco tempo depois). O autor avalia que os “castigos” da conquista e submissão seriam piores do que a destruição e a morte:

---

<sup>328</sup> GARRAFFONI, Renata Senna. *Guerras Púnicas*. In: MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006, p.55.

<sup>329</sup> WARMINGTON, B. H. *O período cartaginês*. In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília : UNESCO, 2010, p.491-493.

<sup>330</sup> *Ibidem*, p.495.

<sup>331</sup> GARRAFFONI, Renata Senna. *Op. cit.*, p.71.

Imagina-se que a ruína de Cartago tenha sido a maior das calamidades, mas quando se pensa no destino da Hélade ele não nos parece menos infausto, [...]. Mais ainda: os cartagineses, tendo sido completamente exterminados pela calamidade que os atingiu, não puderam sentir os seus sofrimentos mais tarde, enquanto os helenos, continuando a presenciar as suas desgraças, passaram de pai para filho a memória dos seus infortúnios.<sup>332</sup>

Explicitando o desgosto pela situação de sua região de origem<sup>333</sup>, Políbio defende que até a eliminação sofrida pelo povo cartaginês e por ele narrada anteriormente seria preferível e mais honrosa diante da submissão grega. Dessa forma, o autor apresenta também o que teria acontecido a Cartago – após a grande cidade ter sido invadida e destruída, os sobreviventes tornaram-se escravos. Mesmo que a cultura cartaginesa tenha deixado profundas marcas entre os demais povos do norte da África, foram apagadas as marcas do antigo poder daqueles rivais de Roma. Mesmo sendo desenvolvido e próspero, o cartaginês, exterior ao domínio romano, era visto como um bárbaro – a historiografia grega e latina caracteriza-os negativamente, apontando-os como cruéis e exploradores de seus vizinhos, enganadores e traiçoeiros<sup>334</sup>. Portanto, sob uma perspectiva moderna, a eliminação daqueles indivíduos significaria a superação de um obstáculo bárbaro para o desenvolvimento da civilização, encarnada na sociedade romana. Entretanto, após a vitória, surge o questionamento: o que fazer com o que sobrou? No caso de Roma, o que fazer com aquele território africano devastado pela guerra?

Vinte e três anos após a vitória definitiva, a República romana, sob os incentivos de Caio Graco e, posteriormente, Mário, começa o processo de colonização de suas novas províncias africanas. Tal empreitada não proporcionou mudanças significativas naquele cenário, pois o processo contava com colonos com poucas condições e sem experiência na agricultura que exploravam a terra sem o mínimo cuidado<sup>335</sup>. Entretanto, com o governo de Augusto inaugura-se uma fase de novo desenvolvimento na região, com a fundação de várias colônias espalhadas pelas províncias africanas e o desenvolvimento urbano e agrícola propiciado pela elite romana que designada para administrar aquelas posses<sup>336</sup>. Os próximos imperadores continuaram a incentivar principalmente o desenvolvimento agrícola das colônias africanas, motivados pela necessidade de abastecimento principalmente do

---

<sup>332</sup> POLÍBIO. *História*, XXXVIII, 1.

<sup>333</sup> Políbio destaca ao longo da própria obra a sua origem aqueia. In: *Ibidem*, XXXVIII, 14.

<sup>334</sup> GARRAFFONI, Renata Senna. *Op. cit.*, p.56.

<sup>335</sup> MAHJOURI, A. *O período romano e pós-romano na África do Norte – Parte I: O período romano*. In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *Op. cit.*, p. 515.

<sup>336</sup> *Ibidem*, p. 518.

povo da cidade de Roma. Por esse motivo, diversas construções foram erguidas para intensificar a produção, principalmente de trigo. Se aplicarmos novamente a perspectiva moderna pautada na oposição barbárie/civilização na análise desses fatos, provavelmente diríamos que Roma levou civilização àquela região, eliminando o foco bárbaro primeiramente para, em seguida, civilizar sua terra e os povos próximos. Creio que a interpretação euclidiana sobre essas informações da atuação romana no norte da África durante e após seu conflito contra Cartago siga essa linha, conduzindo o autor a relacionar Canudos à cidade cartaginesa e o governo brasileiro a Roma.

O primeiro ponto que evidencia essa leitura refere-se à caatinga e ao deserto tunisiano. Ao longo de sua descrição da paisagem sertaneja, Euclides cita as construções hidráulicas romanas no norte da África: “Mas transpostos estes pontos – imperfeita cópia das barragens romanas remanescentes na Tunísia – entra-se outra vez nos areais exsicados. [...], sobretudo nos trechos em que se sucedem pequenas ondulações, [...], o viajante mais rápido tem a sensação de imobilidade”<sup>337</sup>. Mesmo na parte inicial da obra, voltada para a apresentação do meio sertanejo, uma de suas principais conclusões é indiretamente trabalhada: o rigor imposto pela natureza, enganando e desafiando o homem, fazendo-o tão bárbaro quanto ela. As dificuldades impostas pela caatinga, comparada novamente à paisagem desértica, reaparece em um comentário sobre a expedição Moreira César marchando em direção a Canudos:

Sabia-se, no entanto, que esta atravessaria longos trechos de caatingas exigindo aberturas de picadas, e extenso areal de quarenta quilômetros onde, naquela quadra, na plenitude do estio, não se compreendia a viagem sem que os combatentes fossem arcando sob carregamento de água, a exemplo das legiões romanas na Tunísia.<sup>338</sup>

Uma entre as diversas críticas euclidianas contra Moreira César foi sua ignorância quanto às peculiaridades militares impostas pelo sertão naquela campanha, impondo longa marcha as suas tropas em território desconhecido. A seca, o calor e a dificuldade de locomoção são algumas das armas desse incrível aliado dos conselheiristas. As metáforas do labirinto e, especialmente, a do Anteu simbolizam adequadamente a relação entre o sertanejo e a caatinga, ambos unidos contra o avanço da civilização, a barbárie do primeiro é moldada pelas condições da segunda. O deserto da Tunísia é a ligação histórica de Cartago com o conflito de Canudos. Não detectei nenhuma influência da imagem dos cartagineses proveniente da Antiguidade ao longo da descrição do sertanejo ou na narrativa

---

<sup>337</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p.86.

<sup>338</sup> Ibidem, p.433.

das campanhas contra os seguidores de Conselheiro. Os usos do passado nessa questão tratam da eliminação do bárbaro e a superação do “meio inimigo”. Tal como os romanos superaram as adversidades no norte africano, o Brasil deveria domar a barbárie do meio sertanejo e conduzir a civilização àquelas terras. Essa reflexão é elaborada no final da seção *A Terra*, constituindo um dos mais complexos exemplos n’*Os Sertões* da utilização do discurso histórico como fonte de ensinamentos. Para o começo dessa operação, Euclides expõe o exemplo romano:

Quem atravessa as planícies elevadas da Tunísia, [...], encontra ainda, no desembocar dos vales, atravessando normalmente o curso caprichoso e em torcicolos dos *oueds*, restos de antigas construções romanas. Velhos muradais derruídos, [...], cobertos em parte pelos detritos de enxurros de vinte séculos, aqueles legados dos grandes colonizadores delatam a um tempo a sua atividade inteligente e o desleixo bárbaro dos árabes que os substituíram.

Os romanos, depois da tarefa da destruição de Cartago, tinham posto ombros à empresa incomparavelmente mais séria de vencer a natureza antagonista. E ali deixaram um belo traço de sua expansão histórica.<sup>339</sup>

A descrição desse cenário carrega tantos detalhes que causam a impressão de que aquelas ruínas africanas seriam testemunhas vivas dos feitos romanos na região, sobrevivendo a “vinte séculos”. Essas construções seriam a confirmação da força da civilização diante da barbárie, não apenas vencendo bárbaros, mas eliminando a própria fonte desses, numa “empresa incomparavelmente mais séria”, ou seja, a vitória sobre a natureza seria não só mais difícil, mas também mais importante do que a simples eliminação de cidades e povos. Aquela natureza seria tão bárbara quanto a modelada pela caatinga: “O regime torrencial que ali aparece, intensíssimo em certas quadras, [...], era, como nos sertões do nosso país, além de inútil, fenasto”<sup>340</sup>. Euclides adota a perspectiva do vencedor da Antiguidade, caracterizando negativamente os cartagineses, glorificando ainda mais a atuação romana:

Por fim a Tunísia, onde haviam aproado os filhos prediletos dos fenícios, mas que até então se reduzira a povoados de traficantes ou númidas erradios, com suas tendas de tetos curvos branqueando nos areais como quilhas encalhadas – se fez, transfigurada, a terra clássica da agricultura antiga. Foi o celeiro da Itália; a fornecedora, quase exclusiva, de trigo, dos romanos.<sup>341</sup>

---

<sup>339</sup> Ibidem, p.142.

<sup>340</sup> Ibidem, p.142-143.

<sup>341</sup> Ibidem, p.143-144.

Destaco primeiramente o silêncio sobre a prosperidade de Cartago: a própria grandiosidade daquela cidade parece ter sido esquecida ou ignorada, mesmo que tais fatos sejam lembrados por Políbio e Tito Lívio em suas obras. A imagem de uma embarcação encalhada também fortalece a ideia de que aqueles bárbaros eram alheios a um desejo de mudança e desenvolvimento tão caro aos civilizados. Nem mesmo as Guerras Púnicas ou alguma de suas batalhas são citadas diretamente, o que nos lembra da seletividade presente na elaboração de argumentos de comparação, assim como o processo de recepção, pautado na liberdade do leitor na elaboração de suas significações. Na composição de seu exemplo, o interesse de Euclides está concentrado na região da Tunísia pós-Cartago, marcando unicamente o valor das ações romanas, pois quanto pior fosse a situação do ambiente que eles tiveram que enfrentar, mais digno de atenção seria seu exemplo – essas seriam possíveis justificativas para essas escolhas argumentativas. A possibilidade da seleção como estratégia retórica auxilia-nos a aliviar outra inquietação proveniente desses ensinamentos percebidos nessa narrativa: como destaquei nos capítulos anteriores, o autor era contrário à destruição de Canudos, pois a barbárie sertaneja deveria ser eliminada, mas não por pranchadas, mas através dos livros. Se cobrássemos rigor no uso da narrativa desses eventos como projetos euclidianos, deveríamos supor que seu autor defenderia, conseqüentemente, a destruição do arraial conselheirista – centro de suas críticas em sua obra.

### **5 – Antônio Conselheiro e Montano – a recepção da obra de E. Renan**

Entre os diversos intelectuais que influenciaram Euclides da Cunha na elaboração d’*Os Sertões*, poucos são citados diretamente ao longo de suas páginas; ainda mais rara é a referência à obra específica utilizada pelo autor. Um desses exemplos é Ernest Renan e sua obra *Marco Aurélio e o fim do Mundo Antigo* (indicada em uma nota por Euclides simplesmente como *Marc-Aurère*). O historiador e filósofo francês do século XIX, especialista em filologia dos povos antigos, teve destacada influência entre os intelectuais brasileiros na transição da Monarquia para a República, destacando Luiz Gama, o imperador Dom Pedro II, Joaquim Nabuco e o autor d’*Os Sertões*<sup>342</sup>. A forma como Euclides utiliza-se da obra desse autor é um indício de sua popularidade no meio intelectual brasileiro daquele contexto: como destaca Peter Elmore, “[...], pelo modo de parafraseá-lo, de referir-se a ele e de citar Renan, o autor parece assumir que os leitores de *Os Sertões* são

---

<sup>342</sup> FERREIRA, Lígia Fonseca. *Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan*. Estudos Avançados, v.21, n.60, São Paulo, 2007.

também leitores de Marc-Aurèle”<sup>343</sup>. Portanto, o apelo a Renan corresponde também à busca da empatia do seu auditório, reconhecendo que Euclides tinha consciência de sua fama e autoridade entre seus futuros leitores. Mesmo fora das suas páginas publicadas, era visível sua admiração pelo historiador francês, como se revela em algumas de suas cartas<sup>344</sup>.

A obra de Renan tão densamente utilizada n’*Os Sertões* trata do desenvolvimento do cristianismo durante o Império romano (especificamente durante o governo de Marco Aurélio). O autor determina os limites desse trabalho, que é a última parte de seu grande projeto, *História das origens do cristianismo* composto por sete volumes: “[Essa obra] relata os progressos da Igreja cristã durante o reinado de Marco Aurélio e expõe os esforços da filosofia no sentido de melhorar a sociedade civil”<sup>345</sup>. Uma das questões orientadoras desse livro refere-se à forma como os antigos bárbaros adotaram o cristianismo e a relação desses com o começo da centralização da Igreja, que começava a consolidar sua rede hierárquica, a preocupar-se com as questões políticas que interferiam em sua expansão, além da sua relação com o centro do poder romano. O estudo do processo de adaptação daqueles indivíduos às ordens dos dirigentes cristãos e seus dogmas chamou a atenção de Euclides, oferecendo-se como material utilíssimo para a compreensão da estrutura religiosa de Canudos e a liderança de Antônio Conselheiro. Portanto, mais uma vez, a barbárie da Antiguidade confunde-se com a barbárie moderna, dessa vez sob o viés religioso e com a legitimação de um historiador moderno. Enquanto os casos anteriores não havia vestígios da conexão que possibilitou a leitura euclidiana de eventos antigos, a situação altera-se ao tratar dessa questão, pois não há indícios de leitura de clássicos da Antiguidade nesse caso, somente a referência direta a Renan.

A influência desse livro n’*Os Sertões* é tão marcante que não se limita à comparação religiosa na relação antigos/sertanejos. Destaco uma passagem que parece ter ligações com um trecho da narrativa euclidiana analisada nesse capítulo. Essa surge no

---

<sup>343</sup> ELMORE, Peter. *Renan, Euclides, Cunninghamee Graham, Borges: a chave gnóstica*. In: BERNUCCI, Leopoldo C. Op. cit., p.102.

<sup>344</sup> Há pelo menos três cartas do autor em que Ernest Renan é citado. Uma escrita a Reinaldo Porchat em 1899, agradecendo um presente: um “*belo livro de Renan*”, sem indicar seu título. Outras duas cartas, uma dirigida a Machado de Assis (1904) e outra a Oliveira Lima (1908), ambas lamentando a sua falta de tempo para a tão desejada leitura dos textos de Renan, mais uma vez, sem citar alguma obra. Apesar de não apresentarem informações diretas de grande relevância, são indicadores claros de que Euclides da Cunha lia, respeitava e compartilhava sua admiração a esse autor com outros intelectuais próximos. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondências de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da USP, 1997, p.117, 197 e 351, respectivamente.

<sup>345</sup> RENAN, ERNESTO. *Marco-Aurélio e o fim do Mundo Antigo*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1964, p.V.

momento em que o historiador faz uma observação geral sobre a situação dos bárbaros entre os romanos. Ao tratar dos germanos, registra-se o evento de Teutoburgo:

A expedição mal organizada de Varo (ano 10 de J. C.) e o vazio eterno que deixou nos números das legiões, foram como um fantasma que arredou Roma da grande Germânia. Só Tácito é que viu a importância dessa região para o equilíbrio do mundo. Mas o estado de divisão em que se encontravam as tribos germânicas adormecia as inquietações concebidas pelos espíritos sagazes. Esses povos, com efeito, mais inclinados à independência local do que à centralização, enquanto não formassem um agregado militar não eram para temer.<sup>346</sup>

Diversos elementos presentes no uso euclidiano da narrativa dos germanos sobre Varo estão presentes nesse comentário: o despreparo do líder, o impacto da derrota no centro civilizado e mesmo o espantinho/fantasma criado a partir da figura do bárbaro, além da dificuldade desse em aceitar qualquer poder centralizador. Tácito é destacado como grande conhecedor daqueles povos, em provável referência a sua obra, *Germânia*. Assim, se Euclides não tivesse lido aquela obra, talvez essa indicação o tenha estimulado. Dessa forma, acredito que se o autor brasileiro não entrou em contato com textos taciteanos, sua leitura sobre os atos de Teutoburgo pode ter origem nesse trecho.

Entretanto, o foco da leitura euclidiana nessa obra é o conjunto de seitas heréticas formadas nos primeiros anos do cristianismo. Entre as múltiplas ligações entre a Antiguidade e o episódio de Canudos, acredito que nenhuma seja tão enfática e propostas com tanta convicção quanto essas – aqueles bárbaros hereges do passado parecem ter ressuscitado no sertão brasileiro após séculos de história. Acredito que um dos motivos de tamanha ênfase esteja nas próprias páginas da obra francesa. Euclides da Cunha parece compartilhar com Ernest Renan a concepção temporal que permite a observação de elementos do passado em seus respectivos contextos históricos: o estabelecimento de certas continuidades históricas provenientes de observações, conscientes ou não, de regularidades do comportamento humano. Uma das principais causas para a formação de seitas como o montanismo é a dificuldade de alguns povos em aceitar a secularização da religião, o enfraquecimento do sobrenatural, a flexibilização moral de certos valores religiosos e mesmo a centralização de seu poder entre seus principais seguidores. Alguns cristãos percebiam e discordavam com tais mudanças, como foi descrito nessa passagem: “Havia, com efeito, alguma coisa de pouco consequente na espécie de quietude em que dormia a Igreja ortodoxa, nessa moral tranquila a que cada vez mais se reduzia a obra de Jesus.

---

<sup>346</sup> Ibidem, p.164-165.

Abandonavam as prédicas tão precisas do fundador sobre o fim do mundo presente [...]”<sup>347</sup>. O centro da Igreja havia abandonado o anúncio do fim do mundo terreno para a formação do reino messiânico, o valor atribuído ao martírio e mesmo o rigor moral dos primeiros seguidores cristãos para atribuir a religião uma nova forma que possibilitasse a conversão de outros povos e a convivência com o poder romano. A negação dessas transformações seria própria de povos de “espírito simples”, que não se adaptavam à universalização e secularização da Igreja:

Era inevitável que as ideias que formavam o fundo do cristianismo nascente reaparecessem de tempos a tempos, no meio do embrandecimento geral, com o que elas tinham de severo e atemorizador. O fanatismo mitigado pelo bom senso ortodoxo, tinha erupções como um vulcão reprimido.<sup>348</sup>

Assim, as erupções daqueles fanatismos repetir-se-iam “*de tempos a tempos*”, na medida em que ao longo da história inevitavelmente surgiriam indivíduos que não se adaptariam a uma religião que reprimisse seu caráter místico. O montanismo é apresentado como um de seus maiores exemplos, desenvolvendo-se na província da Frigia por um povo “simples e ingênuo” e liderado por um autoproclamado profeta chamado Montano. Renan afirma que haveria algo em comum entre os montanistas e certos grupos de seu tempo:

O mais notável desses retornos naturalíssimos para o espírito apostólico foi o que se produziu na Frigia, no tempo de Marco Aurélio. Alguma coisa de parecido com o que se passa no nosso tempo, na Inglaterra e na América, entre os irvingios e os santos dos nossos dias. Certos espíritos simples e exaltados imaginam ser chamados para realizar os prodígios da inspiração individual, fora das cadeias já pesadas da Igreja e do episcopado.<sup>349</sup>

Essa aproximação corrobora a herança montanista atribuída aos conselheiristas por Euclides da Cunha. Dessa maneira, o argumento comparativo entre passado e presente adquire a legitimação de um trabalho de pesquisa histórica. Seria um erro afirmar que o historiador francês ou o autor d’*Os Sertões* acreditavam numa renovação moderna do montanismo, mesmo que, como veremos a seguir, a relação traçada entre Montano e Conselheiro seja tão forte que passa a impressão de que o autor quer forçar uma identidade em comum entre eles, tal como afirma Elmore: “[...], todo o esforço textual de Euclides destina-se a comprovar a igualdade radical dos dois sujeitos: não basta que ambos os

---

<sup>347</sup> Ibidem, p.136.

<sup>348</sup> Ibidem.

<sup>349</sup> Ibidem, p.136-137.



heréticos – e suas heresias – sejam semelhantes; devem ser idênticos”<sup>350</sup>. Creio que tal valorização das semelhanças seja uma tática retórica do autor para legitimar o pressuposto histórico (e, por isso, também científico) de que suas observações são baseadas na conclusão de que “espíritos simples”, em qualquer momento histórico, carregam a tendência ao fanatismo. Para o autor, a comparação entre Antônio Conselheiro e Montano não seria arbitrária, portanto haveria algo além de suas personalidades que propiciaram tal identidade: esses profetas não são iguais, mas sim as suas limitações e espíritos, próprios de seus povos. Isso transparece nessa constatação sobre a condição bárbara do sertanejo, cristalizada no líder de Canudos:

[...], o segundo [um antropologista] indicaria como fenômeno de incompatibilidade com as exigências superiores da civilização – um anacronismo palmar, a revivescência de atributos psíquicos remotíssimos. Os traços mais típicos do seu misticismo estranho, mas naturalíssimo para nós, já foram, dentro de nossa era, aspectos religiosos vulgares. Deixando mesmo de lado o influxo das raças inferiores, vimo-los há pouco, de relance, em período angustioso da vida portuguesa.<sup>351</sup>

Historicamente, seriam revividos os “atributos psíquicos remotíssimos”, fazendo com que o objeto de sua análise seja anacrônico diante de sua realidade, não a própria análise, que recorre ao passado para compreender o presente. As características daqueles primeiros hereges fazem parte da história da barbárie, incapaz de se adequar à civilização, tal como os sertanejos. Mas o reaparecimento desses fenômenos não se limitaria ao sertão brasileiro. O caso português mencionado é o sebastianismo, um movimento que surgiu no século XVI em Portugal que acreditava na volta do rei Dom Sebastião, morto em batalha contra os mouros no norte da África. Essa crença tomou grandes proporções, influenciando alguns portugueses que viviam no Brasil. Os sebastianistas teriam conduzido o misticismo e fanatismo ao sertão brasileiro, tomando forma séculos depois entre os conselheiristas. Do mesmo modo que o sebastianismo é um intermediário cronológico entre Conselheiro e Montano, não foram apenas os seguidores desse último que tiveram ecos entre o povo do primeiro, pois diversos outros hereges antigos compõem o ciclo bárbaro ligado ao cristianismo:

Com efeito, os montanistas da Frigia, os adamitas infames, os ofiôlatras, os maniqueus bifrontes entre o ideal cristão emergente e o budismo antigo, os discípulos de Markos, os encratitas que fracionava a religião

---

<sup>350</sup> ELMORE, Peter. Op. cit., p.100.

<sup>351</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p.254.

nascente, com os seus doutores históricos e exegeses hiperbólicas, forneceriam hoje casos repugnantes de insânia. E foram normais.<sup>352</sup>

Normais porque recorrentes na época, como podemos verificar através da quantidade de seitas citadas, no estágio evolutivo tratado por Euclides, tais comportamentos seriam exceções preocupantes, mas inevitáveis diante da permanência da barbárie entre alguns grupos. A elaboração desse conjunto visa a estabelecer certa homogeneidade aos “antepassados” da religião sertaneja. Tal como Costa Lima afirma, tal unificação é garantida pela atribuição de critérios científicos a todos esses componentes: “Os líderes heréticos dos primeiros séculos do cristianismo se transformam em chefes enlouquecidos, tão biologicamente condicionados como, nos sertões da Bahia, Conselheiro, [...]”<sup>353</sup>. Essa lista, composta por seitas presentes na obra de Renan, também servem para fortalecer a imagem euclidiana de Antônio Conselheiro como um “gnóstico bronco”. Aproximando montanistas a outros grupos, onde alguns são ligados ao antigo gnosticismo, pretende-se atribuir tal característica também aos seguidores de Montano, correspondente da Antiguidade mais próximo dos conselheiristas: “Neste sentido heterogêneo de seitas mais ou menos gnósticas, Euclides inclui os seguidores de Montano”<sup>354</sup>. Entretanto, segundo o próprio Renan, uma das poucas semelhanças entre gnósticos e montanistas é a presença e importância das mulheres em suas cerimônias: “Opostos o mais possível nos costumes e no espírito, tinham em comum os gnósticos e os montanistas, ao lado dos seus doutores havia uma profetisa”<sup>355</sup>. Portanto, excluindo a presença feminina e a insubmissão à Igreja, as duas seitas tinham características muito diferentes, principalmente sobre o valor conferido aos martírios e a flexibilidade moral. Se o montanismo e o gnosticismo eram diferentes, e Conselheiro aproxima-se tanto a Montano, causa estranhamento a caracterização do profeta do sertão como gnóstico, mesmo que bronco. Costa Lima também expõe tal questão: “Portanto, nada seria mais justo que viesse a dizer que ‘Antônio Conselheiro é um gnóstico bronco’. Nada mais justo, desde que, é claro, não se tenha lido o próprio Renan”<sup>356</sup>.

O crítico d’*Os Sertões* analisa longamente os argumentos que constroem o conjunto da obra de Renan para concluir que a base de sua análise sobre os gnósticos refere-se a um determinismo étnico, uma vez que o centro do gnosticismo é a região da Grécia e seus

---

<sup>352</sup> Ibidem, p.255.

<sup>353</sup> LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 111.

<sup>354</sup> ELMORE, Peter. Op. cit., p. 95.

<sup>355</sup> RENAN, ERNESTO. Op. cit., p. 77.

<sup>356</sup> LIMA, Luiz Costa. Op. cit., p. 111.

preceitos são fortemente marcados pela filosofia e cultura gregas. Segundo o autor, para Renan a “descontrolada imaginação oriental” teria impedido o gnosticismo de triunfar sobre ao centro da Igreja “hierárquico-administrativo” que se consolidava em Roma<sup>357</sup>. O determinismo oriundo da ciência conectaria essa análise ao texto euclidiano (mesmo que Costa Lima enfatize que a determinação étnica é menos influente no pensamento de Renan) e justificaria a qualificação de Conselheiro como gnóstico bronco: “Porque mestiço, o Conselheiro não entende as abstrações em que se sustentam os regimes políticos, nem tampouco as do próprio cristianismo”<sup>358</sup>. Essa conclusão justifica adequadamente a aproximação entre as características dos sertanejos e do gnosticismo, mas não elimina a contradição imposta pela dupla comparação que envolve os conselheiristas com gnósticos e montanistas, visto que, mesmo que ambas sejam classificadas como incapazes de obedecer à organização imposta por um centro unificador, as duas seitas antigas permanecem diferentes em seus preceitos. Em minha análise, não vejo saída para essa contradição, talvez o autor tenha elaborado uma leitura própria que proporcionou esses usos, mas não percebo qualquer elemento de seu texto que harmonize essa questão.

Ao analisar as semelhanças entre os seguidores de Montano e os de Conselheiro, Euclides da Cunha apresenta primeiramente a questão do casamento e a figura da mulher. A contrariedade ao casamento e a defesa do “amor livre” contrasta em ambos os casos com a defesa da castidade da mulher<sup>359</sup>. Entretanto, a já citada presença feminina nos cultos montanistas ocorre de forma diferente em Canudos: a figura das beatas<sup>360</sup> é constantemente destacada, mas verifica-se também certo o horror do profeta às mulheres, diferente de Montano, sempre acompanhado de suas principais seguidoras. A figura de Conselheiro também reflete sua proximidade aos ensinamentos de Montano. Por exemplo, tal como o herege da Antiguidade “Recomendava o martírio como a mais alta perfeição”<sup>361</sup>, o líder de Canudos impunha seus próprios martírios, como seus prolongados jejuns que quase o mataram, além de condenar o conforto da vida terrena: “O profeta ensinara-lhes a temer o pecado mortal do bem-estar e mais breve. Voluntário da miséria e da dor, eram venturosos na medida das provações sofridas”<sup>362</sup>.

---

<sup>357</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>358</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>359</sup> Euclides da Cunha sugere que a negação do casamento e a defesa da castidade feminina na pregação de Conselheiro seriam reflexos de seu fracasso matrimonial. In: CUNHA, Euclides da. Op. cit., p.276.

<sup>360</sup> Costa Lima destaca também a semelhança desse aspecto entre Renan e Euclides, avaliando a participação feminina na comunidade conselheirista: “Daí, no lado feminino, o bando de fanáticas, carregadas de bentinhas, figas e amuletos; [...]”. In: LIMA, Luiz Costa. Op. cit., p.110.

<sup>361</sup> RENAN, ERNESTO. Op. cit., p. 140.

<sup>362</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 299.

A principal semelhança entre os hereges do passado e os conselheiristas encontra-se em suas profecias. Segundo Renan, “Montano, como todos os profetas da nova aliança, transbordava de maldições contra o século e contra o imperador romano. [...]. Nunca o ódio do mundo e o desejo de ver aniquilar-se a sociedade pagã se exprimiram com tão sincera fúria”<sup>363</sup>. O fanatismo furioso marca essa seita, pois a defesa incondicional ao cristianismo os impediam de aceitar a convivência e mesmo a existência do grande império pagão. Se em vida terrena o paganismo imperava, Deus os castigaria futuramente e era função daquele grupo anunciar que o julgamento divino estava próximo. Euclides da Cunha percebe a mesma ansiedade pelo fim do mundo terreno e pelas recompensas vindas de vidas de privações entre os fanáticos de Canudos:

Ora, esta identidade avulta, mais frisante, quando se comparam com as do passado as concepções absurdas do esmaniado apóstolo sertanejo. Como os montanistas, ele surgia no epílogo da Terra... O mesmo milenarismo extravagante, o mesmo pavor do Anticristo despontando na derrocada universal da vida. O fim do mundo próximo...<sup>364</sup>

A esperança daqueles bárbaros estaria em algo sobrenatural, nas compensações que viriam após uma vida de sofrimentos. A Igreja moderna, tal como a criticada por Montano, convive abertamente com os governos seculares e permite a vida confortável e distante dos martírios que purificariam os indivíduos. Não se temia mais um Anticristo, buscava-se a adesão de mais e mais fiéis, indistintamente. A única forma de bárbaros do passado e do presente lutarem contra a “vitória dos pecadores” era esperar a condenação desses no plano divino. A crença desses indivíduos passa a ser explicada por suas capacidades cognitivas e por suas condições diante do avanço civilizatório. Nesse sentido, as obras de Euclides da Cunha e Ernest Renan se aproximam, pois ambos os autores submetem à razão pensamentos que são alheios aos seus sistemas racionais. Ao mesmo tempo, eles “domesticam” esses conjuntos de crenças para que esses possam ser conhecidos e compreendidos pelo público civilizado.

---

<sup>363</sup> RENAN, ERNESTO. Op. cit., p.140.

<sup>364</sup> CUNHA, Euclides da. Op. cit., p.276.

## Conclusão

No início dessa pesquisa, quando ainda organizava os planos de abordagem da obra euclidiana, fui indagado sobre a importância da minha proposta de análise: se o uso da Antiguidade clássica entre diversos intelectuais brasileiros da virada do século XIX para o XX era recorrente e fato de conhecimento comum, inclusive no caso de Euclides da Cunha, qual seria a sua relevância? Ao final desse trabalho, acredito que a resposta para tal questão esteja respondida. Ao longo de cada capítulo, não me limitei a indicar a existência das influências clássicas ou apontariam quais são essas. A questão que me orientou constantemente está ligada as suas causas e procedimentos: a referência ao herói grego Hércules para caracterizar o sertanejo é uma das passagens célebres d’*Os Sertões*, mas quais foram as intenções dessas escolhas? Como essa figura alterou a descrição euclidiana sobre aquele povo?

Com esses questionamentos, é elaborada uma visão específica sobre o papel dos antigos em obras modernas. Primeiramente, graças às influências dos estudos da retórica, verificou-se que as referências à Antiguidade seguem estratégias argumentativas, ou seja, atuam no sentido atribuído ao texto em que se encontram. Mais do que instrumentos estéticos, essas figuras cumprem funções fundamentais na elaboração da narrativa ou descrição em que atuam: como seria condensada e concretizada a relação entre o sertanejo e a caatinga sem a metáfora de Anteu? Como explicar a crítica euclidiana ao Exército sem compará-lo à leitura do autor sobre o Minotauro, forte e ineficaz ao mesmo tempo? Além disso, há outra conclusão a ser apresentada: o fato de certo grupo de intelectuais recorrerem aos antigos não significa que eles cumpram as mesmas funções em suas obras. Euclides da Cunha apresenta uma leitura própria sobre esses diversos elementos que utiliza, estruturando-os de acordo com suas teorias, relacionando-os com outros conceitos fundamentais. Portanto, não há como homogeneizar as referências aos clássicos em um mesmo contexto histórico ou em uma mesma obra.

O autor d’*Os Sertões* legitimou o papel conferido aos antigos em sua obra através de uma de suas maiores crenças científicas que, segundo ele, seria proveniente de Gumpłowicz, apresentada já na sua *Nota Preliminar*: “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da História’ que Gumpłowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas

raças fortes”<sup>365</sup>. A partir dessa passagem, percebi a importância conferida à história no pensamento euclidiano. Analisando as funções da escrita da história nessa obra, compreendi que as suas referências à Antiguidade dependem diretamente das visões do autor sobre as relações temporais. A observação do uso do antigo modelo *Historia Magistra Vitae* possibilitou a verificação de elementos de repetibilidade na forma como o autor concebe o avanço histórico. A partir dessa premissa, a comparação entre os eventos de Canudos e Teutoburgo passam a ter certo embasamento científico, já que a luta entre o Exército e os conselheiristas seria apenas mais uma página no desenvolvimento do embate entre barbárie e civilização, tendo como “antepassado” o conflito entre romanos e germanos na Roma antiga. A referência à ocupação romana no território de Cartago surge como uma fonte de ensinamentos para os civilizados modernos que, ao invés de simplesmente destruírem o bárbaro, deveriam atacar as origens da barbárie, representadas pela terra nesse caso. Esse é mais uma situação em que o autor atribui aspectos comuns ao passado e ao presente, pois apenas assim seria possível que os modernos tirassem proveito dos exemplos do passado.

Ao mencionar as relações temporais dispostas n’*Os Sertões*, além de destacar o passado como mestre para o presente, devemos lembrar também da imagem constante do passado ressurgindo no presente. A barbárie como um atraso diante da evolução e os sertanejos como retrógrados são julgamentos sintetizados na metáfora sertanejo/titã e exemplificados historicamente através da identificação de Antônio Conselheiro como Montano, líder de bárbaros hereges dos primeiros anos da Igreja. A proximidade entre esses líderes religiosos transparece um julgamento qualitativo ligado à temporalidade correspondente a eles. Ou seja, a incapacidade de compreender a civilização, o fanatismo religioso e o “elogio ao sofrimento” são características que definem não só a barbárie de conselheiristas e montanistas, mas também suas posições temporais. Independente de ser antigo ou moderno, o grupo ligado à barbárie corresponde ao passado da civilização, um estágio inferior numa evolução histórica. Essa afirmação marca a união entre elementos cíclicos e evolutivos na concepção histórica euclidiana, conforme defendo em meu primeiro capítulo.

Enquanto a barbárie representa o retrocesso, a civilização é a finalidade do progresso, lembrando-nos o quanto a oposição desses conceitos fundamentais para Euclides da Cunha sofrem influência de sua concepção histórica. Dessa forma, percebemos que as

---

<sup>365</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p.66.

complexas operações temporais, como o passado revivido no presente através do líder de Canudos ou o retorno ao passado provocado pela selvageria do Exército, representante da civilização na campanha de Canudos, estão ligadas à complexidade própria das definições euclidianas desses termos. Através do termo “máscara da civilização” proveniente da obra de Starobinski, analisei em meu segundo capítulo a dupla face da civilização brasileira apresentada por Euclides. A violência demonstrada principalmente pela terceira expedição, na degola de prisioneiros e na destruição do arraial, expõe o retrocesso que pode tomar os civilizados, possibilitando que esses sejam comparados ao Minotauro, monstro mitológico que devorava suas vítimas, ou aos romanos que destruíram Cartago<sup>366</sup>. Entretanto, o Exército continua representando o polo civilizado, o que legitima a sua identificação principalmente com os romanos na Antiguidade. Portanto, apesar de algumas ressalvas, o uso dos antigos para a elaboração do conceito euclidiano de civilização não apresenta grande complexidade, pois tal procedimento não é muito frequente ao longo da obra nesse caso.

A situação inverte-se ao analisar essa questão na elaboração da imagem do bárbaro n’*Os Sertões*. Nesse caso, a influência da Antiguidade mostra-se tão complexa quanto o objeto é “incompreensível e bárbaro”. Grande parte dos usos dos antigos nessa obra tem como objetivo apresentar o sertanejo para seu auditório, ou seja, os civilizados a quem Euclides da Cunha se dirigia. Para nosso autor, era difícil compreender como aqueles homens retrógrados poderiam demonstrar tanta força e coragem, resistindo aos ataques de quatro expedições enviadas contra eles. Mesmo apresentando a “fealdade típica dos fracos”, o sertanejo era forte como Hércules, o herói de destino trágico. Contrariando as expectativas, os conselheiristas derrotaram Moreira César, como os germanos em Teutoburgo, os bárbaros da Roma antiga. Essas caracterizações simultâneas que parecem apelar para uma junção entre qualidades e defeitos do sertanejo, na verdade compõem um mesmo indivíduo: um bárbaro, mas um bárbaro singular. O homem do sertão não é uma “contradição viva”, mas o resultado de determinações específicas. Suas características que seriam consideradas civilizadas não contradizem sua condição inferior no processo evolutivo. Por exemplo, sua honestidade está ligada a sua ingenuidade, o desapego material vincula-se à incompreensão da civilização, o fanatismo justifica sua determinação, sua força está ligada a sua ligação com o meio, tão violento quanto aqueles homens. A

---

<sup>366</sup> Destaco nessa relação que o exemplo observado por Euclides da Cunha sobre a atuação dos romanos em Cartago refere-se ao que eles fizeram após a destruição daquela cidade, pois em Canudos o autor mostra-se contra o uso da violência na luta contra a barbárie, tal como trabalhado por mim no segundo capítulo.

qualificação de “rocha viva da nacionalidade” não alivia o peso da barbárie na formação sertaneja. O grande valor concebido àquele povo não anula seu estágio evolutivo, assim como os erros do Exército não o desqualificam como civilizado, mesmo que “singularíssimos civilizados”.

Durante minhas análises, percebi que ao se tratar da descrição sobre a barbárie, a Antiguidade é abordada no texto euclidiano principalmente em duas situações: para ressaltar certas qualidades do sertanejo e para definir sua condição evolutiva. Curiosamente, a comparação entre esses dois tipos de passagens sinalizou outra conclusão importante: para tecer sua caracterização sobre o povo do sertão, o autor recorre, entre suas leituras sobre os antigos, principalmente às figuras mitológicas, como Hércules, Anteu, titãs e centauros. Por outro lado, quando a face bárbara desse é definida, ressalta-se sua vinculação histórica com selvagens da Antiguidade – germanos, partos, cartagineses ou montanistas – e sua marca de atraso e retrocesso, exemplarmente marcada pela influência de Ernest Renan. Essa distinção entre usos de figuras mitológicas e históricas lembra-nos que essas referências são inseridas na obra euclidiana com diferentes legitimações, pois enquanto heróis e monstros da cultura grega abrangem o que há de incompreensível no sertanejo, os povos inimigos da Roma antiga são usados como pontos de conexões da história da civilização entre Canudos e a Antiguidade, num movimento baseado na própria leitura do autor sobre os rumos da história. Portanto, a metáfora do *Hércules-Quasímodo* não possui o mesmo valor da comparação entre Moreira César e Varo, por exemplo.

As funções e os valores distintos de cada referência aos antigos dependem também, por consequência, das leituras feitas sobre suas fontes. Nesse sentido, a teoria da recepção mostrou-se de instrumento de grande auxílio, possibilitando a abertura de interpretações diversas sobre a figura euclidiana de Hércules, por exemplo, e como o uso dessa na metáfora que a incorpora foi influenciada pela experiência de leitura do autor, em especial a obra de Victor Hugo. A fusão representada por essa metáfora exemplifica o cruzamento de leituras diversas que são utilizadas para a significação de cada objeto presente no texto. De forma similar, sua concepção do processo histórico influenciou em sua significação dos hereges da Antiguidade traçada a partir da obra de Ernest Renan, modificando sua posição tanto sobre os sertanejos, quanto sobre os montanistas. Os estudos sobre a recepção me auxiliaram a compreender também os rumos tomados também pelas minhas leituras no processo de análise d’*Os Sertões*, pois evidentemente o destaque que confiro aos vestígios da cultura clássica na obra são resultados da minha experiência com tais textos. Acredito que determinadas conclusões que apresentei sobre a relação entre o sertanejo e o germano



de Tácito, por exemplo, foram viáveis a partir do meu contato anterior com os *Anais* e o *Germânia*, assim como a interpretação que tracei sobre o *Quasimodo* hugoano tinha como expectativa a sua interação com a figura de Hércules.

Desde o começo dessa pesquisa, parecia-me evidente que as referências à Antiguidade na obra euclidiana não poderiam ser consideradas apenas ornamentos. Mesmo que não sejam o centro de seus argumentos ou a sua principal estratégia retórica, esses elementos cumprem funções importantes, alterando significativamente a construção da imagem do sertanejo, da narrativa do conflito de Canudos e mesmo a sua recepção por seu auditório. A primeira dessas funções que destaco é a influência dos antigos na atribuição de sentidos singulares a diversos argumentos do autor. O caráter inexplicável e violento da grande força do sertanejo adquire tal *status* através da figura de Hércules; a qualificação de retrógrado daquele indivíduo passa a ser legitimado historicamente através do uso da obra de Ernest Renan e sua análise dos montanistas; o temor exagerado da população diante da derrota de Moreira César é ridicularizado devido à comparação desta com o desastre dos romanos em Teutoburgo. Portanto, a compreensão do papel dos elementos clássicos nessas passagens possibilitou alcançar interpretações que não poderiam surgir ou, ao menos, não surgiriam de forma tão elaborada, de outro modo.

Para que essa estratégia tenha eficácia, é preciso que os leitores d'*Os Sertões* possuam também certos conhecimentos sobre o Mundo antigo. Através de algumas observações sobre as influências culturais dos antigos no contexto histórico euclidiano, evidencia-se que citações desse tipo eram comuns e que, portanto, aqueles intelectuais estavam familiarizados, em maior ou menor medida, com tais figuras. Auxiliado pelo estudo da retórica, compreendi que há expectativas nessa obra de seu autor sobre seu possível público que, nesse caso, teria como uma de suas características o gosto pelos clássicos antigos. Assim, para alcançar a simpatia do público, Euclides da Cunha utilizou determinadas referências para buscar a sua simpatia, para aproximar-se de seu auditório, adotando os termos dos teóricos da retórica, como Perelman e Gumbrecht. Utilizando novamente a figura do *Hércules-Quasimodo* como exemplo, sua união entre a figura mitológica e a personagem famosa de Hugo, um dos escritores célebres naquele período, mostra que o autor estava em sintonia com determinado círculo intelectual, do qual fazia parte e conhecia os interesses, sabendo como despertá-los em sua escrita. Como qualquer argumento tem o objetivo de convencer, a busca de uma linguagem próxima e cara aos receptores faz parte do processo argumentativo. Para elaborar uma descrição convincente da força sertaneja, a sua estratégia passou pelo apelo aos antigos.

Descrever o sertanejo não foi uma tarefa simples: como destaquei ao longo da minha pesquisa, para o autor e para muitos de seus compatriotas, o sertão baiano e seus habitantes era como uma terra desconhecida. O campo civilizado do conflito narrado tinha seus códigos, hábitos e ideais básicos conhecidos por Euclides e seus futuros leitores, em seus aspectos positivos e negativos. Por mais que se referissem a um momento específico, as críticas euclidianas à civilização tinham suas bases em “defeitos” civilizacionais já conhecidos, como a violência manchando o progresso, fazendo com que seu público não tivesse grandes problemas para assimilá-las. A dificuldade maior era transmitir suas opiniões e conclusões sobre bárbaros tão peculiares. Não é minha intenção discutir se o autor interpretou corretamente a sociedade do sertão, seus costumes e sua religião corretamente, mas ele notadamente submete sua análise a um conjunto de conhecimentos próprios de seu meio, o civilizado. O pensamento religioso daqueles indivíduos é taxado como uma doença; os conselheiristas são qualificados como fanáticos num estágio evolutivo inferior, tal como os montanistas; sua força e determinação são vinculadas à terra através do mito de Anteu. Dessa maneira, a barbárie sertaneja é submetida à racionalidade da civilização e suas singularidades são traduzidas por termos próximos aos da cultura da elite letrada daquele contexto. Tal como aponta Hartog ao analisar textos de viajantes do século XVII sobre os índios americanos, há n’*Os Sertões* um processo de domesticação do bárbaro, para introduzi-lo a outra realidade e assim torná-lo compreensível: “[...] cabe notar que introduzir os selvagens no par antigos/modernos levou a aproximar os selvagens, a identificá-los, a localizá-los, a ‘domesticá-los’ mediante todos os jogos (de referência, de alusões, de citações) que permitiam passar dos antigos aos selvagens.”<sup>367</sup>. Portanto, a Antiguidade atua como um ponto de tradução de certas características do sertanejo utilizado por Euclides da Cunha.

A última grande função do uso dos antigos que destaco refere-se também a um posicionamento da sociedade sertaneja no esquema explicativo euclidiano, mas, nesse caso, voltado para a história. Para o autor, os eventos de Canudos ultrapassavam os limites da história do Brasil, pois faziam parte de uma linha mais antiga e universal, que envolvia a histórica luta entre bárbaros e civilizados. Berthold Zilly aponta indícios dessas pretensões euclidianas antes mesmo da elaboração d’*Os Sertões*:

Euclides da Cunha (2000, p.43-61) sempre enfatizou, mesmo antes de ir a Canudos como correspondente de guerra, o significado internacional da guerra, procurando compreendê-la através da comparação com

---

<sup>367</sup> HARTOG, François. Op. cit., p.133.

expedições punitivas, conquistadoras ou exploradoras das potências da Europa ou da América do Norte na Ásia ou na África.<sup>368</sup>

Para alcançar esse objetivo, um dos caminhos mais eficazes escolhidos foi a comparação entre o conflito contra os conselheiristas e os diversos embates entre barbárie e civilização ao longo da história, enfatizando seus primórdios através dos exemplos enfrentados pela Roma antiga. Evocando Cartago, Teutoburgo, Montano e uma série de seres mitológicos, Euclides da Cunha une os conceitos de barbárie e civilização alinhados a uma história com pretensões universais, em caminho da evolução, mas revivendo ciclicamente os conflitos entre essas duas forças antagônicas. Mesmo contrários, esses oponentes confundem-se em diversas situações, desestabilizando suas posições, com bárbaros mais valorosos do que muitos civilizados, ao mesmo tempo em que se verifica a fragilidade da evolução civilizadora, quando essa demonstra sua capacidade violenta e selvagem, tão primitiva quanto os primeiros homens da história.

---

<sup>368</sup> ZILLY, Berthold. *Um patriota na era do imperialismo: o brilho cambiante de Os sertões*. In: GOMES, Gínia Maria (org.). *Euclides da Cunha: literatura e história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p.32.

## Bibliografia

### Textos de Euclides da Cunha:

BERNUCCI, Leopoldo M.; HARDMAN, Francisco Foot (orgs.). **Poesia reunida / Euclides da Cunha**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CUNHA, Euclides da. **Canudos e outros temas**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1994.

\_\_\_\_\_. **Euclides da Cunha – Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os Sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (orgs.). **Correspondências de Euclides da Cunha**. São Paulo: Editora da USP, 1997.

### Bibliografia geral:

ALIGHIERI, Dante. **Divina Comédia**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

AMORY, Frederic. **Euclides da Cunha: Uma Odisseia nos Trópicos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

ANDRADE, Olímpio de Souza. **História e interpretação de “Os Sertões”**. São Paulo: Edart, 1966.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

ASSIS, Machado de. **Teoria do Medalhão**. Acessado em: 14/02/2012. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000232.pdf>.

BAUMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno – Volume II. Séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições 70, 1990.

- BERMEJO BARRERA, J. C. Libro II – Um concepto del discurso histórico: “civilización”. In: **El final de la historia. Ensayos de historia teórica**. Madrid: Ediciones AKAL, 1987.
- BERNUCCI, Leopoldo M. **A imitação dos Sentidos: Prógonos, Contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- BERNUCCI, Leopoldo M. (org.). **Discurso, Ciência e Controvérsia em Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 2008.
- BRIZZI, Giovanni. **O guerreiro, o soldado e o legionário – Os Exércitos no Mundo Clássico**. São Paulo: Madras, 2003.
- BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960.
- CASTRO, Celso. **Os militares e a República – um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CATROGA, Fernando. **Caminhos do Fim da História**. Coimbra: Livraria Quarteto, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Ainda será a História Mestre da Vida?* Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, n. 2, 2006, p. 15. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/1347/1052>. Acessado em: 20/01/2010.
- CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf (orgs.). **Literatura e História na América Latina**. São Paulo: Edusp, 2001.
- CORNÉLIO TÁCITO. **Anais**. São Paulo: Clássicos Jackson, 1957.
- CORNÉLIO TÁCITO. **Germânia – de origine et situ germanorum**. São Paulo: Brasil Editora, 1952.
- DIO CASSIUS. **Roman History**. Acessado em 06/04/2012 Texto disponível em: [http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius\\_Dio/56\\*.html](http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cassius_Dio/56*.html).
- ÉSQUILO. **Os Persas**. Lisboa: Inquérito, 1987.

- EURÍPIDES. **Héracles**. São Paulo: Palas Athena, 2003.
- FERREIRA, Lígia Fonseca. **Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan**. Estudos Avançados, v.21, n.60, São Paulo, 2007.
- GALVÃO, Walnice nogueira. **Euclidiana: ensaios sobre Euclides da Cunha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GÁRATE, Miriam V. **Civilização e barbárie n'os Sertões: entre Domingo Faustino Sarmiento e Euclides da Cunha**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2001.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Gínia Maria (org.). **Euclides da Cunha: literatura e história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A travessia de uma terra ignota: leitura de Os Sertões, de Euclides da Cunha**. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras – UFRGS), Porto Alegre, 1999.
- GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **A construção da Imagem do Outro: Romanos e Germanos nas Fronteiras do Império; uma Análise da Germânia de Tácito**. In: Phoênix, Rio de Janeiro, 6, 2000.
- GRIMAL, Pierre. **Dicionário da mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora UnB, 2003.
- HESÍODO. **Teogonia**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

- HUGO, Victor. **O Corcunda de Notre-Dame**. São Paulo: Clube do Livro, 1985.
- JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: CONTRAPONTO / Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOTHE, Flávio R. **O Cânone Republicano I**. Brasília: Editora universidade de Brasília, 2003.
- LEÃO, Arnaldo Carneiro. **Victor Hugo no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1960.
- LIMA, Luiz Costa. **Euclides da Cunha: contrastes e confrontos do Brasil**. Rio de Janeiro: CONTRAPONTO / PETROBRAS, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Terra ignota – A construção de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARTINDALE, Charles (editor). **Classics and the Uses of Reception**. Blackwell Publishing, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Redeeming the text – Latin poetry and the hermeneutics of reception**. Cambridge University Press, 1992.
- MATTÉI, Jean-François. **A barbárie interior – Ensaio sobre o i-mundo moderno**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- MEYER, Michel. **Questões de Retórica – Linguagem, Razão e Sedução**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- MOKHTAR, Gamal (ed.). **História geral da África, II: África antiga**. Brasília: UNESCO, 2010.

- MOMIGLIANO, Arnaldo. **Raízes Clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.
- NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim (orgs.). **Juízos críticos – Os Sertões e os olhares de sua época**. São Paulo: Nankin Editorial / Editora UNESP, 2003.
- NICOLAZZI, Fernando. **O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. Leituras de Os Sertões**. Porto Alegre: Anos 90: Revista de Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS/IFCH, v.17, n.31, jul. 2010.
- PAREDES, Marçal de Menezes. **Memórias de um ser-tão brasileiro. Tempo, História e memória em Os Sertões de Euclides da Cunha**. Curitiba: Juruá Editora, 2002.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação – A Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PLATÃO. **República**. Trad. de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- PLUTARCO. **Vidas paralelas**, São Paulo: PAUMAPE, 1991.
- POLÍBIO. **História**. Brasília: Editora UnB, 1996.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RENAN, ERNESTO. **Marco-Aurélio e o fim do Mundo Antigo**. Porto: Lello & Irmão Editores, 1964.
- RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- ROULAND, Norbert. **Roma, Democracia Impossível? – Os agentes de poder na Urbe romana**. Brasília: Editora UnB, 1997.
- SILVA, Glaydson José da. **História Antiga e usos do passado – Um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da Eloquência**. Rio de Janeiro: EdUERJ; EdUFF, 1999.



- STAROBINSKI, Jean. **Máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- TURIN, Rodrigo. **Entre “antigos” e “selvagens”:** notas sobre os usos da comparação no IHGB. In: Revista de História: edição especial (2010). São Paulo: USP, 2010.
- VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- VERNANT, Jean-Pierre. **A Travessia das Fronteiras**. São Paulo: Edusp, 2009.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- VIEIRA, Brunno V. G. **Mito e tradição literária na luta entre Hércules e Anteu: Farsália**. *Classica (Brasil)*, 20.I, 2007, p.60. Acessado em: 02/02/2012 Disponível em: [http://classica.org.br/revista/pdf/20/1/ClassicaBrasil\\_20.1\\_46-63.pdf](http://classica.org.br/revista/pdf/20/1/ClassicaBrasil_20.1_46-63.pdf).
- WELLS, Peter. **The battle that stopped Rome**. New York: WW Norton, 2004.
- ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- ZILLY, Berthold. **Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 12, abril de 1999. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doze/zilly12.htm>. Acessado em: 13/10/2008.